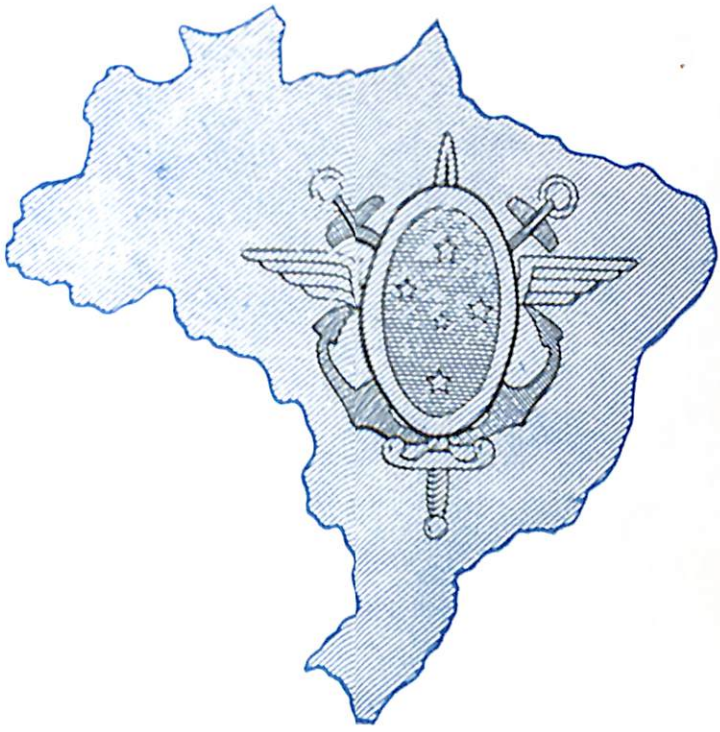
A Defesa Nacional



Nº 551

RIO DE JANEIRO BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

Diretor-Presidente

Gen João Baptista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Cel Golbery do Couto e Silva
Cel Lauro Alves Pinto
Maj Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Adailton Sampaio Pirassununga
Ten-Cel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello
Maj Nilton Freixinho

Suplentes

Cel João Batista Peixoto
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu
Maj Otávio Tosta da Silva

Chefias

De expedição — Maj Dario Ribeiro Machado
De publicidade — Ten-Cel J. de Abreu Lins (S. Paulo)
Maj Lauro Lima dos Santos (Rio)
Cap Diógenes Vieira Silva (Paraná)

PEDE-SE PERMUTA

PIDESE CANJE
SI RICHIEDE LO SCAMBIO
WE ASK FOR EXCHANGE
ON DÉMANDE L'ÉCHANGE
ONI PETAS INTERSAGON
MAN BITTET UM AUSTAUSCH

PREÇO DO EXEMPLAR: Cr$ 30,00

Imprensa do Exército — 1960

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLVII | BRASIL — Rio de Janeiro, Junho de 1960 | N. 551

SUMÁRIO

ASSUNTOS MILITARES

Págs.

Desarmamento — Comparação das posições dos ocidentais e dos soviéticos — Ten-Cel Carlos Evaristo M. Costa 3

EXÉRCITO

Conhecimentos básicos de motomecanização — Cap Luiz Moacir de Holanda Bezerra 11

Assalto — Maj Thomas H. Jones, condensado pelo Maj Adyr Fiuza de Castro 13

Seção do Candidato à ECEME — A expansão territorial do Brasil nos séculos XVI e XVII — Maj Germano Seidl Vidal 23

MARINHA

I — A Marinha de Guerra — Discurso pronunciado pelo Alm Francisco Vicente Bulcão Viana, no "Lions Clube do Rio de Janeiro" 35

II — Se a Guerra vier... — Como a Marinha Aliada planeja conter os submarinos russos 41

AERONÁUTICA

A morte de um herói esquecido 45

Possibilidade da Fôrça Aérea — Gen White, condensado pelo Cel Ayrton Freitas 47

ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

I — Espaciografia — Geografia do espaço — Humberto Strughold 55

II — A Barreira Térmica: Próximo destino — Cmt St. Marvi 59

DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA

Bases filosóficas 63

1. Primazia da Doutrina — Gen de Aviação L.M. Chassin, da França ... 63

2. Guerra Moderna, Técnica e Surprêsa — Maj Amerino Raposo Filho ... 83

GEOGRAFIA

Págs.

I — Brasil, Libéria, Argentina e Suécia — Os fatos mais recentes no mercado internacional do minério de ferro — Julio de Queiroz 91

II — Evolução do continente africano — Tom Henshaw 94

HISTÓRIA

I — Origens do municipalismo brasileiro e hispano-americano — Ten-Cel Marcio de Menezes 97

II — Dois heróis autênticos — Gen João Pereira de Oliveira 100

GEOPOLÍTICA

Editorial — Uma feliz coincidência — Maj Octavio Tosta 107

I — Doutrina — Esbôço de um plano de pesquisa geopolítica (Conclusão) — Coordenado pelo Cel Golbery do Couto e Silva 109

II — Estudos e ensaios:

O Brasil e o despertar afro-asiático (Conclusão) — Ten-Cel Carlos de Meira Mattos 111

O papel do Rio de Janeiro na unidade nacional — Prof. José Honório Rodrigues 119

As Alemanhas de após-guerra — Profª Therezinha de Castro 123

III — Geopolítica do Prata — Buenos Aires e a luta contra o centrifugismo político — Maj Octavio Tosta 131

IV — Artigo estrangeiro — A questão do Panamá — Cel Humberto Costas, traduzido pelo Sgt Osvaldo Oliveira Santos 143

CIÊNCIA E TÉCNICA

III — *Fumígenos* — Uma aplicação pacífica (Continuação) — Cap Diógenes Vieira Silva 147

ASSUNTOS DIVERSOS

Democracia versus Comunismo 155

I — A democracia e o comunismo 155

II — Instituto de Pesquisas Hidráulicas — Eng Adilton Brandão F. 173



ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

DESARMAMENTO

COMPARAÇÃO DAS POSIÇÕES DOS OCIDENTAIS E DOS SOVIÉTICOS

Ten-Cel CARLOS EVARISTO M. COSTA

"A DEFESA NACIONAL" apresenta êste interessante trabalho que o Ten-Cel Evaristo condensou, baseado em dados colhidos na revista "NATO LETTER".

O Ten-Cel Evaristo serviu no Estado-Maior da FENU (Fôrça de Emergência das Nações Unidas), onde colaborou com sua inteligência e preparo, na solução de vários problemas de estado-maior.

Diretor-Secretário

Os três estágios dos planos dos ocidentais e dos soviéticos não podem ser igualados. O Ocidente deseja um desarmamento progressivo com reduções paralelas no campo convencional e no campo nuclear. Os soviéticos, em seu plano, estipulam um total desarmamento convencional nos dois primeiros estágios e, quando êste fôsse obtido, o terceiro estágio começaria com o contrôle de armas nucleares e meios para o seu lançamento.

O quadro abaixo não apresenta os dois planos em detalhes, mas dá uma indicação dos pontos principais, facilitando uma pronta comparação.

POSIÇÃO OCIDENTAL	POSIÇÃO SOVIÉTICA

A — EFETIVOS MILITARES E ARMAMENTO CONVENCIONAL

1. Redução nos efetivos das fôrças

1º Estágio: Coleta de informações sôbre os efetivos atuais das fôrças. Redução controlada dos efetivos das fôrças dos EUA e da URSS para 2.500.000 homens, e de outros países para números a serem estabelecidos.	1º Estágio: Redução, sob contrôle adequado, das fôrças dos EUA, URSS e China Vermelha, para ... 1.700.000 homens; da França e da Inglaterra para 650.000 homens. Redução das fôrças de outros países para números a serem determinados pela Assembléia Geral das Nações Unidas ou por uma conferência mundial.
2º Estágio: Redução para ..... 2.100.000 homens das fôrças dos EUA e da URSS; redução aos números estabelecidos para as fôrças de outros Estados que tenham possibilidades militares de vulto; estabelecimento de medidas adequadas para inspeção e verificação.	2º Estágio: Dispersão final de tôdas as fôrças armadas ainda mantidas pelos Estados.
3º Estágio: Redução, por fases sucessivas e acompanhadas pelas garantias indispensáveis, dos efetivos das fôrças, a níveis correspondentes às necessidades de segurança interna e às obrigações emanadas da Carta das Nações Unidas.	3º Estágio: Desmantelamento completo da maquinaria militar dos Estados (Ministérios de Defesa, Estados-Maiores Gerais, Serviço Militar, etc.). As únicas fôrças a serem mantidas seriam aquelas cujos efetivos fôssem preestabelecidos como necessários para a manutenção da ordem pública, equipadas sòmente com armas de pequeno porte.

2. Redução de armamento

Sem que seja especificado qualquer "estágio" particular, ou dado qualquer detalhe sôbre a oportunidade, as provisões gerais do plano prevêem a destruição de todos os tipos de armas e de munições, "liquidação" de navios de guerra, aeronaves militares e todos os ou-

	tros tipos de material bélico, "liquidação" da produção militar das fábricas para a defesa e de instalações de produção de guerra de outras indústrias. Além disso, o plano prevê:
1º Estágio: Coleta de informações sôbre os níveis de armamento. Redução do armamento aos níveis correspondentes aos efetivos estabelecidos para os EUA, a URSS e outros determinados Estados. Acôrdo na manutenção em depósito de quantidades estabelecidas de determinados tipos de armamento, sob contrôle da Organização Internacional de Desarmamento.	1º Estágio: Redução do armamento e do equipamento à disposição das fôrças armadas dos Estados, de forma a corresponder aos níveis estabelecidos para essas fôrças.
2º Estágio: Redução do armamento aos níveis correspondentes às reduções de efetivos efetuadas durante êste estágio. Transferência para depósitos, pelos Estados participantes, das quantidades estabelecidas de determinados tipos de armamento em proporção aos "tetos" estabelecidos para as fôrças.	2º Estágio: Não especifica qualquer medida.
3º Estágio: Continuação da redução do armamento correspondendo às reduções de efetivos. Contrôle da fabricação de todos os tipos de armamento, visando à limitação da produção ao nível necessário.	3º Estágio: "Liquidação" do equipamento das Fôrças Aéreas.

B — ARMAS NUCLEARES E OUTRAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

As medidas propostas não constituem um conjunto rígido. O primeiro estágio de cada elemento será executado ao mesmo tempo que o desarmamento convencional.	O plano estipula que o desarmamento convencional deve ser completado antes de serem postas em execução as medidas do terceiro estágio.

1. Produção de materiais físseis para fins militares	
1º Estágio: Estudo de meios de garantia da cessação da produção.	Nenhuma distinção é feita entre materiais físseis e armas nucleares. Ver abaixo.
2º Estágio: "Sujeita a um progresso satisfatório no campo do desarmamento convencional", cessação da produção imediatamente após a entrada em vigor do sistema de contrôle.	
2. Armazenamento de materiais físseis e armas nucleares	
1º Estágio: Estudo de meios de garantia da transferência para fins não militares.	1º Estágio: Nenhuma medida é especificada.
2º Estágio: Transferência, sob contrôle, das quantidades estabelecidas, para fins não militares (inclusive reservas de matéria prima), imediatamente após a entrada em vigor da cessação controlada da produção.	2º Estágio: Idem.
	3º Estágio: Destruição de todos os tipos de armas nucleares.
3. Produção de meios nucleares e outros meios de destruição em massa	
1º Estágio: Estudo de meios para a obtenção de um acôrdo na descontinuação da produção.	Sem que seja especificado qualquer "estágio" particular, ou dado qualquer detalhe sôbre a oportunidade, as provisões gerais do plano prevêem a cessação da produção de armas nucleares.
2º Estágio: Acôrdo na cessação da produção imediatamente após o estabelecimento de contrôles efetivos "sujeito a um progresso satisfatório no campo de desarmamento convencional".	
3º Estágio: Proibição de armas nucleares, químicas, biológicas e outras armas de destruição em massa, e redução dos estoques existentes a fim de obter uma eliminação final dessas armas.	3º Estágio: Proibição da produção, posse e armazenamento de meios para a condução da guerra química e biológica. Destruição, sob supervisão internacional, de estoques de tais armas.

4 (a). Meios de lançamento de armas nucleares e de destruição em massa — Mísseis

1º Estágio: Estudo dos meios de garantia para o implemento das seguintes medidas:	Sem que seja especificado qualquer "estágio" particular, ou dado qualquer detalhe sôbre a portunidade, as previsões gerais do plano prevêem a cessação da produção de todos os tipos de mísseis.
2º Estágio: Notificação "a priori" do lançamento de certos tipos de mísseis. Notificação do local de lançamento e lugar de manufatura.	
3º Estágio: Contrôle da produção de mísseis militares e contrôle dos estoques nacionais dêsses mísseis, visando à sua final abolição.	3º Estágio: Destruição de todos os tipos de mísseis, inclusive aquêles a serem lançados no espaço exterior, construídos para fins militares.

4 (b). Meios de lançamento de armas nucleares e de destruição em massa — Veículos espaciais — Uso do Espaço exterior

1º Estágio: Notificação à Organização Internacional de Desarmamento dos projetos de lançamento de veículos espaciais. Estudo dos meios de garantia do implemento das seguintes medidas:	Ver 4 (a)
2º Estágio: Proibição da colocação em órbita, ou do estacionamento no espaço exterior, de armas de destruição em massa.	
3º Estágio: Estabelecimento de medidas que assegurem o uso do espaço exterior exclusivamente para fins pacíficos.	

C — PONTOS COMUNS AO DESARMAMENTO NUCLEAR E AO CONVENCIONAL

1. Bases no estrangeiro — Fôrças armadas estacionadas em território de outros Estados

Nenhuma proposta.	2º Estágio: Abolição de bases no estrangeiro — Retirada de fôrças estrangeiras.

2. Redução dos orçamentos militares

1º Estágio: Declaração pelos Estados, de acôrdo com o critério estabelecido, de suas despesas militares.

Estudo de métodos que permitam a verificação dessas declarações.

2º Estágio: Implemento das medidas para a verificação das despesas orçamentárias.

3º Estágio: Estabelecimento de um contrôle internacional efetivo dos orçamentos militares.

Há provisões no terceiro estágio para "interrupção da consignação de fundos para fins militares de qualquer natureza, seja nos orçamentos dos Estados ou em organizações públicas". Os fundos disponíveis como resultado do "implemento do desarmamento geral e completo, deverão ser usados para reduzir ou abolir a taxação de impostos sôbre a população, para auxiliar a economia nacional e para proporcionar ampla assistência técnica e econômica aos países subdesenvolvidos".

3. Garantia contra ataques de surprêsa

1º Estágio: Estudo de medidas para prevenir ataques de surprêsa.

2º Estágio: Implemento dessas medidas (inspeções aéreas, postos de observação terrestre, fixos ou móveis, dobramentos de radar, notificação antecipada de vôos de aeronaves, sistemas de comunicações).

Nenhuma medida é especificada. A proposta soviética estabelece que, se o Ocidente não estiver preparado para aceitar as medidas por êles sugeridas para um desarmamento geral e completo, a URSS consideraria algumas medidas parciais, inclusive a "conclusão de um acôrdo sôbre a prevenção de um ataque de surprêsa de um Estado contra outro".

4. Organização do desarmamento — penalidades — manutenção da paz

1º Estágio: Criação de uma Organização Internacional de Desarmamento, que se expandiria progressivamente à proporção que sejam acordadas medidas de desarmamento.

2º Estágio: Conferência de desarmamento convocada para obter a adesão de outros Estados que tenham possibilidades militares importantes.

Criação de uma organização de contrôle internacional "compreendendo todos os Estados" e "tendo todos os meios à sua disposição para o exercício de um contrôle estrito". Violações da Convenção serão submetidas à Assembléia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas "de acôrdo com suas respectivas competências".

Ativação progressiva da Organização Internacional de Desarmamento.

Início do desenvolvimento da "Organização para a Manutenção da Paz".

3º Estágio: Estabelecimento dessas organizações em determinadas áreas de operações.

5. Contrôle

Contrôle introduzido desde o início das operações de desarmamento. O contrôle de operações começa, para cada item do desarmamento, imediatamente após a entrada em vigor de um acôrdo, especificando os meios de verificação da operação.

À Organização de Contrôle Internacional não será permitido o acesso aos itens sujeitos a contrôle, até a terminação de um "desarmamento geral e completo".

Quando todo o desarmamento tenha sido efetivado, a Organização de Contrôle poderá introduzir um sistema de observação e fotografia aérea nos territórios dos Estados.

GENERAL TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

Expedições Militares Contra Canudos

SEU ASPECTO MARCIAL

PEDIDOS AO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR — Sr. Lourival

Praça da República, 123 — Rio

PREÇO CR$ 150,00

À VENDA NAS PRINCIPAIS LIVRARIAS

Produtos Químicos para Indústria Pirotécnica

e pós metálicos

INDÚSTRIAS CARAMURU LTDA.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO

DE MATÉRIAS-PRIMAS

RUA LÍBERO BADARÓ, 94 - 2º andar - Sala 25

Telefone: 32-2827

End. Telegráfico "Inducaramuru"

SÃO PAULO — BRASIL

DINAMITES

ESPOLÊTAS

ESTOPINS

INDÚSTRIA PAULISTA DE EXPLOSIVOS LTDA.

Escritório:

Praça da República, 386 - 12 - Conj 124

Caixa Postal 2601 — Telefone: 32-1066

End. Telegráfico "DINORGE"

SÃO PAULO

Fábrica:

Jardim Bela Vista — ITAPERI (EFS)



EXÉRCITO

Coordenador: Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE MOTOMECANIZAÇÃO

Capitão LUIZ MOACIR DE HOLANDA BEZERRA

Um dos problemas mais sérios com que se defronta o nosso Exército é, sem dúvida alguma, a parte que diz respeito ao — transporte —, e, ocupando o primeiro plano, aquêle efetuado por veículos automóveis.

Sem suas viaturas funcionando dentro de seu mínimo possível, uma Unidade, por menor que seja entrará fatalmente num colapso total.

Nenhuma viatura é entregue à sua Unidade, sem as condições técnicas de funcionamento exigidas.

O que lamentàvelmente existe, na realidade, é uma flagrante irresponsabilidade por parte do pessoal que a emprega, no que dela se pede, e no cuidado que lhe é dispensado, e que tècnicamente chamamos de manutenção.

Urge adquirirmos uma mentalidade de que um simples cabo que viaje ao lado de um motorista deve ser um fiscal do mesmo motorista, verificando o que foi feito antes de ser utilizada a viatura, e, como ela está sendo empregada.

Todos nós sabemos, no Exército, que uma viatura de ¼ de tonelada significa que ela encontra seu emprêgo em carga e transporte limitado em 250 quilogramas de pêso.

Como oficial de manutenção em unidades por onde passei e exerci a função por diversas vêzes, tive que agir com a máxima energia, para que fôsse conseguida a fiel observância das regras de emprêgo de uma viatura.

O nosso Exército, que antigamente tinha seus meios de transporte baseados em carroças coloniais tracionadas por muares, evoluiu, e foi procurando motorizar-se, o que ainda se processa em nossos dias.

Esta motorização do Exército requer de todos nós um mínimo de conhecimentos sôbre a mesma, a fim de que não vejamos um material que custa tanto aos cofres públicos ser julgado em fundos de oficina, dada a maneira como é empregado.

As viaturas no Exército são divididas em classes, e, estas, por sua vez, em tipos.

Existem quatro classes de viaturas, que são: de combate, geralmente blindadas e dotadas de armamento; de transporte para carga ou pessoal; tratores utilizados para reboques de outras viaturas e, finalmente, os reboques que são tracionados.

O tipo dá justamente o destino que deve ser dado à viatura, e são êles: carros blindados e carros de combate, que são as viaturas de combate; transporte de pessoal, transporte não especializado, transporte especializado, anfíbios e motocicletas, que formam o tipo de viaturas de transporte e, finalmente, os tratores e os reboques especializados e não especializados.

Não poderíamos, entretanto, escrever por extenso na viatura a sua classe e o seu tipo. Idealizou-se, pois, um código em número que reunisse tudo da maneira mais sucinta.

Em primeiro lugar, o nome do Exército Brasileiro passou a ser EB, seguido do primeiro número, que dá a classe da viatura e de um segundo número que dá o tipo.

Vejamos, então, como foi feito o código:

Para as viaturas de combate o indicativo é: Classe 1 e tipo 0 ou 1 para blindados e carros de combate, respectivamente, ficando por conseguinte: EB 10 — carros blindados e EB 11 — carros de combate.

Viaturas de transporte: classe 2 e tipo 0, 1, 2, 3 e 4, ficando por conseguinte: Transporte de pessoal EB 20, transporte não especializado EB 21, transporte especializado EB 22, transporte anfíbio EB 23 e motocicleta EB 24.

Viaturas tratoras: classe 3 e tipos 0 e 1, ficando pois: tratores sôbre rodas EB 30 e sôbre lagartas EB 31.

Finalmente, os reboques ficaram pertencendo à classe 4 e tipos 0 ou 1, ficando os não especializados EB 40 e os especializados EB 41.

Quanto à tração, ela é expressa por dois algarismos separados por um "x", sendo que o primeiro número diz o total de rodas da viatura e o segundo as rodas motoras que ela possui. Assim, um jeep 4 x 2 diz que êle possui 4 rodas, das quais duas são motoras. Se êle fôsse 4 x 4, significaria que as quatro rodas eram motoras.

Com isto, abordamos sucintamente o problema inicial e espero que um assinante de "A Defesa Nacional", olhando o pára-choques de uma viatura, saberá qual o seu emprêgo e nunca utilizará uma viatura transporte de pessoal para transportar carga, e nem um jeep para transportar 1 ton de pêso e sim ¼ de tonelada.

Prosseguirei no próximo número, entrando na parte técnica pròpriamente dita.



Condensado pelo Maj Adyr Fiuza de Castro, de um artigo do Maj Thomas H. Jones, publicado na revista "Army".

A prova decisiva, o desafio final para o soldado em combate, é o assalto.

Assim tem sido através da história, ainda que os métodos hajam se alterado substancialmente.

Os antigos gregos realizavam o assalto com a falange, uma massa compacta de 16 homens de profundidade armados com lanças de 6 metros. A legião Romana empregava três linhas de manípulas, ou companhias, colocando os experimentados veteranos na última linha, pois julgavam que exigia grande coragem entrar na luta após ter presenciado a carnificina ocorrida nas primeira e segunda manípulas. Gustavo Adolfo sàbiamente incorporou o mosquete nas formações táticas, empregando seis fileiras de mosqueteiros, que cerravam-se em três para atirar.

À medida que o alcance e a potência das armas foi aumentando, as formações de assalto foram se tornando mais amplamente dispersas. A matança foi sendo feita cada vez a maiores distâncias e cada vez com maior eficiência. Por certo o combate corpo a corpo de antigamente produzia um número incrível de baixas, mas tal era devido, principalmente, à perseguição impiedosa e à falta de fogos para cobrir a retirada. Na batalha de Cinocéfalo, os romanos, sob o comando de Flamínio, tiveram sòmente 700 mortos enquanto o exército inimigo, de Felipe da Macedônia, perdia 80.000.

Mário, após a batalha de Aix, surpreendeu os Teutões pela retaguarda, matando 100.000 homens e perdendo apenas 300.

Em Canes, Anibal pràticamente aniquilou um esplêndido exército romano de 87.000 homens, sofrendo escassas perdas, da ordem de 6.000 homens.

No entanto, as baixas relativamente menos numerosas que têm ocorrido no combate aproximado dos tempos atuais não diminuem a decisiva importância do assalto. Esta fase crucial do ataque sempre representará o ato final e decisivo no cumprimento da missão das fôrças armadas: a destruição do inimigo e a conquista do terreno que é por êle mantido.

Tampouco será provável que o ataque a pé se torne obsoleto. O Chefe do Estado-Maior dos EUA, Gen Lyman Lemnitzer afirma: "é verdade que o infante já não marcha a pé para onde quer que tenha que ir, mas, mesmo nesta época de rodas e lagartas, dependeremos, em última instância, da mobilidade individual do homem a pé".

As exigências feitas aos participantes dos assaltos são maiores hoje do que nunca. Quando os homens lutavam ombro a ombro, fileira após fileira, podiam mùtuamente sustentar-se, encorajar-se e apoiar-se. Todavia, face ao isolamento cada vez mais acentuado do homem e da unidade em meio da confusão, horror e complexidade da batalha hodierna, a necessidade de caráter e de coragem torna-se cada vez maior.

Apesar de tôda sua importância, o assalto é, provàvelmente, a menos compreendida das fases do ataque. Um sentimento de ordem e de sistematização apodera-se da mente quando se pensa em zonas de reunião, posições de ataque, apoio de fogo e manobra. Mesmo nas operações descentralizadas, quando se usa um mínimo de medidas de contrôle e as missões são atribuídas pelo estabelecimento, apenas, de suas finalidades, é possível se antever uma operação de aspecto ordenado.

Mas o assalto é algo de diferente. A manobra consiste no movimento resoluto para enfrentar cara a cara um adversário pessoal. As ordens são simples: avance e destrua o inimigo! Mesmo os soldados mais experientes mostram-se cautelosos — apesar de terem passado várias vêzes por situações semelhantes — pela multiplicidade de aspectos que o inimigo, suas posições e o terreno que ocupa, acarretam na natureza de cada encontro.

É difícil, ou mesmo impossível, apresentar uma idéia real do assalto a homens que nunca participaram de um dêles, porque as verdadeiras sensações e o violento impacto mental por êle produzido sòmente podem ser experimentados através da participação pessoal no combate.

Não obstante, num esfôrço para descrever o assalto com máximo de realismo, utilizar-nos-emos das declarações de experimentados guerreiros que sobreviveram a esta fase do combate.

"Quando amanheceu, os homens avançaram, indo à frente o Ten Wilson. Próximo ao objetivo uma bala atingiu seu braço, derrubando-o. Êle levantou-se e prosseguiu. Uma outra bala feriu-o no braço e no peito. "Esta me pegou!", resmungou, continuando a avançar Um ou dois segundos depois um estilhaço atingiu-o na testa e matou-o. O Sgt Fred assumiu o comando e também foi morto após poucos minutos. Finalmente, os homens remanescentes expulsaram os chineses e dominaram a área do objetivo."

* * *

"Os infantes prosseguiram penosamente, muitos meio tontos pela concussão da barragem alemã, que já havia causado muitas brechas nas fileiras e deixado muitos corpos mutilados ao longo do caminho, alguns com os capacetes esmagados contra o crânio, outros encurvados, com o sangue ainda escorrendo dos ouvidos e da bôca."

* * *

"Nosso batalhão calou baionetas e carregou. Através do alto capim estendiam-se fios de armadilhas. Com nossos próprios pés acionamos milhares de minas, e em tôrno de nós voavam e reviravam-se no ar pernas e braços de nossos companheiros. Homens gritando de pavor corriam para a retaguarda ; um homem sem pernas arrastava-se sôbre o capim; haveria alguém que pudesse conservar seu estado normal?"

* * *

"Todos os meus comandantes de grupo de combate estavam na frente de seus homens ou ao lado dêles. Os feridos arrastavam-se colina abaixo ou atiravam do local onde jaziam. Os que ainda podiam andar, embora feridos, continuavam o assalto por sua própria conta. Alguns homens foram feridos mais de três vêzes antes de abandonar a colina."

* * *

Com efeito, o assalto é um empreendimento perigoso e é preciso entendê-lo, tanto para diminuir o perigo da operação como para aumentar as possibilidades de seu sucesso. Porque, se o assalto falha, tudo o mais também falhará.

Nossa técnica fundamental para o assalto não é, particularmente, controvertida. Esforçamo-nos para nos desdobrar completamente sòmente no último momento possível, quando o dispositivo do inimigo já está suficientemente claro para permitir as nossas tropas assaltan-

tes a concentração, sôbre êle, de tôda a sua potência de fogo. Normalmente nos deslocamos para o assalto em linha de volteadores. O intervalo entre os homens é suficientemente amplo para evitar que constituam um objetivo compensador, e bastante cerrado para permitir a concentração de tôda a sua potência de fogo. Esforçamo-nos para acompanhar de perto os fogos de apoio — mesmo com o risco de algumas baixas — pois isso contribui para o êxito e, de um modo geral, resulta em menor número de mortos e feridos. Sendo possível, evitamos deslocamentos por lances ou rastejando. Ainda que tais deslocamentos sejam, por vêzes, necessários ou desejáveis, em sua maior parte acarretam perda de ímpeto ao nosso assalto, pois o contato com a terra é agradável e reluta-se em abandonar a proteção que êle proporciona, quando se espera por granadas inimigas.

Reconhecemos a constante necessidade de fogo de uma unidade assaltante e damos instrução de combate a ser aplicada quando uma tenaz posição inimiga desafia os fogos de apoio e de assalto. No entanto, nosso objetivo principal é conseguir que os homens progridam e continuem progredindo até que a posição inimiga esteja em nossas mãos e seus ocupantes tenham sido mortos ou capturados. Mas, mesmo o assalto mais bem concebido e conduzido está destinado ao fracasso, a não ser que o comando superior a êle empreste uma razoável possibilidade de êxito, pelo emprêgo apropriado de fogos de apoio, pela exploração do ponto fraco inimigo e pelo emprêgo de um efetivo de assalto conveniente.

Conquanto o assalto não seja tão completamente explorado, na literatura militar, como a estratégia e a tática, que levam a êle, há, entretanto, exemplos suficientes para demonstrar os princípios e processos destacados que conduzem ao sucesso e os erros que resultam em fracassos. Examinemos algumas declarações sôbre o assalto prestadas por soldados do passado e discutamos algumas das lições por êles ressaltadas :

"Cruzou o canal com seus homens e formou-os em duas fileiras ao crepúsculo do dia que findava, e lhe pareceu que a única possibilidade era continuar avançando sem detença. Se seus homens parassem para acampar estariam perdidos... Por isso, deu suas ordens, seus recrutas calaram baionetas e continuaram a avançar. Quando atingiram os destroços humanos das cargas precedentes, os que não estavam feridos erguiam-se do solo e procuravam fazê-los recuar, dizendo-lhes que seria inútil prosseguir... Nesse exato momento uma grande língua de fogo iluminou todo o paredão de pedra (a posição dos defensores) e no alto da colina, no extremo direito e no extremo esquerdo, surgiram os incessantes clarões rápidos dos canhões rebeldes ; o oficial de estado-maior caiu atingido, o mesmo acontecendo, pràticamente, com metade da divisão."

* * *

Errou sèriamente o comandante que determinou sucessivos assaltos a uma tal posição, mas não o critiquemos em demasia. É muito fácil

criticar, após os resultados. Mas, é muito diferente estar no campo de batalha e julgar que "mais um", e "sòmente mais um" assalto dominará a posição inimiga justificando os mortos em tantas tentativas. Os verdadeiramente grandes comandantes, e são poucos, são aquêles cujo discernimento indica corretamente quando parar e tentar qualquer outra ação, ou quando prosseguir.

Êsse exemplo destaca a necessidade de avanços continuados, pois ainda que o último assalto tenha fracassado, estêve mais perto do êxito do que qualquer das tentativas anteriores contra o paredão de pedra mantido pelos Confederados. Nas tentativas anteriores as tropas se haviam detido para acampar e foram destroçadas enquanto o faziam. É também claro, neste caso, que os fogos de apoio foram insuficientes para enfraquecer o inimigo. Como conseqüência as unidades de assalto enfrentaram uma intransponível preponderância de fôrça.

Um relatório de operações da guerra Coreana proporciona um exemplo mais recente sôbre a necessidade da combinação continuada de fogo e movimento.

"A Companhia assaltou num ritmo constante, atirando contìnuamente. Tôda a vez que um soldado chinês levantava a cabeça era imediatamente atingido, tão pesado e preciso era o fogo de assalto. O Ten Hagan declarou que "nossos homens estavam sendo atingidos durante tôda a progressão para atravessar a área batida pelos morteiros inimigos, mas os assaltantes prosseguiam sem vacilação, compreendendo que parar seria suicídio. A única esperança de êxito residia em impulsionar o ataque e, isso, a Companhia o fêz, resolutamente."

* * *

Quando o ímpeto de nosso assalto leva o inimigo ao pânico e a abandonar suas posições, pode ser conveniente prosseguir a ação além do objetivo.

"A ação foi extremamente violenta durante uma ou duas horas; as fôrças do desbordamento já haviam atingido seus objetivos com grande facilidade, quando a frente pressionou as organizações que lhe competia atacar, com um ardor e uma paciência além da expectativa. O fogo era de tal violência que o inimigo abandonou apressadamente seus abrigos e correu; em cêrca de cinco minutos, a totalidade de seu campo estava na mais completa confusão e desordem, todos seus batalhões destroçados e fugindo precipitadamente; neste instante todo o nosso exército redobrou seu ardor, perseguindo-os por mais de um quilômetro, fazendo grande carnificina e capturando enorme quantidade de prisioneiros."

* * *

Êste relato da Batalha de Bennington da guerra revolucionária dos EUA retrata o valor da perseguição destemida e implacável, da ime-

diata continuação do assalto até que o inimigo seja destruído ou o limite máximo do avanço tenha sido atingido. Dar trégua ao inimigo, permitir-lhe viver para exterminá-lo em outra ocasião, é falta de senso.

"Em pouco tempo o vale encheu-se de vida com uma multidão de homens, lutando e aos "vivas", avançando em face de descargas terríveis, alguns parando para atirar, outros lançando-se à frente impetuosamente, todos com os olhos fitos sôbre a casamata e entrincheiramentos espanhóis que coroavam a Colina de San Juan."

Aqui, vemos a combinação de fogo e movimento pelas tropas assaltantes. Nosso próprio fogo deve fazer com que o fogo inimigo se torne ineficaz. O volume e a precisão de nosso fogo são de suma importância. São imperativas a hábil colocação dos fogos de assalto e a rapidez da substituição de pentes e fitas de munição. À parte isso, guardemo-nos contra a glorificação do assalto, quando descrevem "homens ao "vivas"... avançando com ímpeto, todos com os olhos fitos sôbre a casamata espanhola". Os homens avançam, fundamentalmente, devido à disciplina ou ao orgulho, ou porque avançar é um movimento tão bom como qualquer outro. É claro que seus olhos devem se fixar em seus objetivos específicos.

* * *

"Durante tôda a progressão sôbre a colina, os granadeiros dos 1º e 3º pelotões atiraram granadas sôbre as posições de metralhadoras alemãs. Os fuzileiros também abriram fogo, e os alemães responderam com granadas de mão e fogo de armas automáticas. Incapazes de distinguirem seus objetivos específicos, os homens da Cia C escolheram a crista como área de aplicação de seus fogos. Quando a Cia C atingiu o tôpo da Colina 109... o inimigo retirou pela encosta nordeste."

Comumente as tropas assaltantes experimentarão dificuldade em identificar seus objetivos específicos. Homens inexperientes tendem, nessas situações, a suspender seu fogo — usualmente um êrro fatal. Todos os homens devem assestar seus fogos, continuadamente, sôbre prováveis posições inimigas ou, mesmo, sôbre pontos completamente insuspeitos da área de progressão. Desde que haja continuidade de fogo o inimigo, muitas vêzes, não saberá se é ou não visto e, ou êle se manterá abrigado, ou atirará açodadamente e sem precisão.

* * *

"As equipes de lança-chamas e o terceiro pelotão, de Mallard, avançaram simultâneamente. Um projetil inimigo perfurou o tanque de pressão de um dos lança-chamas, inutilizando-o. Os outros dois

operadores, no entanto, conseguiram atingir a região controlada pelos granadeiros norte-coreanos. Rastejando quase até a crista da elevação, os dois operadores apontaram para o alto a bôca dos lança-chamas e descarregaram os tanques, fazendo com que a gelatina inflamável caisse sôbre a contra-encosta da elevação, obrigando o inimigo a se retirar."

Lança-chamas são de valor incalculável no assalto, particularmente contra um inimigo bem enterrado. Sua necessidade deve ser prevista devendo operadores e lança-chamas ficar prontos para a entrada em ação. Neste exemplo foi utilizada uma técnica pouco comum, de fogo indireto de lança-chamas, e deu certo.

* * *

O emprêgo da granada no assalto é, também, freqüentemente útil.

"O Tenente lançou uma granada sôbre o entrincheiramento. Um soldado vermelho tentou apanhá-la e lançá-la de volta quando um comandante de grupo de combate o matou. Uma outra granada silenciou a arma... Durante êste assalto, as Fôrças Comunistas Chinesas desencadearam uma barragem de morteiros e estabeleceram uma chuva de granadas de mão, lançadas de contra-encosta... Os americanos contrabateram com uma barragem de granadas. O pelotão lançou tôdas as granadas que levava, e quando suas dotações se esgotaram supriram-se dos inimigos mortos."

"Os fuzileiros realizavam, então, o trabalho que só êles podem realizar — cerrar sôbre o inimigo, destruindo-o no corpo-a-corpo. Todos haviam sido bem municiados com granadas. As Cias A e C encontravam-se, agora, na orla de seus primeiros objetivos e estavam usando granadas de fósforo branco e explosivos nas trincheiras e casamatas. Os chineses resistiram obstinadamente e não davam tréguas aos fuzileiros. Se o fogo cessasse em qualquer seteira ou uma granada surgia ou uma arma apontava e abria fogo."

"As esquadras, lançando granadas no espaldão, mataram onze chineses, inspecionaram o espaldão, e avançaram. As trincheiras se juntavam em outro espaldão, cêrca de quinze metros adiante. Os dois grupos de combate começaram a lançar granadas no segundo espaldão enquanto, a essa altura, o terceiro grupo de combate desbordava o espaldão, caindo sôbre sua retaguarda. O inimigo tentou escapar pela saída traseira, mas, vendo os homens que a guardavam, retrocedeu. O Tenente Johnson os matou com uma granada lançada dentro do espaldão."

Êste último exemplo ressalta as vantagens do desbordamento, quando tal é possível. A linha de assalto deve, freqüentemente, desdobrar-se em pequenas equipes, normalmente grupos-de-combate, cada uma investindo um ponto tenaz da defesa inimiga.

O emprêgo, no assalto, de cargas de explosivos improvisadas, deve, também, ser considerado, contra fortificações. Cargas Satchel, cargas alongadas, "Colmeias" e outros engenhos semelhantes p o d e m ser usados com sucesso.

* * *

"Em operações do passado os comandantes de unidades de carros de combate reclamavam que as unidades de infantaria não permitiam que os carros atirassem tão próximo à infantaria assaltante como o comandante de carros gostaria... Quando os carros eram obrigados a suspender seus fogos, êles paravam, inúteis, observando a infantaria amiga sofrer baixas causadas pelas armas automáticas e granadas das posições inimigas, que podiam ser tomadas pelos fogos dos carros de combate sem que a infantaria amiga corresse qualquer risco."

Òbviamente, a lição, aqui, é obter tanto apoio quanto possível pelo maior tempo possível. Fuzis sem recuo podem, como também os carros de combate, atirar com grande precisão a, apenas, poucas jardas à frente das tropas assaltantes. Um homem, em cada um dos pelotões do assalto, poderia ter nas costas um painel colorido, permitindo que a posição das tropas amigas fôsse claramente visível para as armas dos carros de combate e outras armas de apoio. Da mesma forma, granadas com fumaça colorida poderiam ser usadas para assinalar áreas onde se desejasse ter o fogo dos carros de combate e de outras armas de apoio direto.

* * *

"Enquanto os homens inspecionavam a trincheira inimiga, Eakes viu um soldado chinês, deitado de costas, com os olhos fechados, as mãos crispadas num fuzil automático.

"Está morto ?" inquiriu Eakes

"Sim, está morto" disse Conway.

O chinês começou a se sentar e esboçou um movimento para atirar.

"Não está morto" disse Eakes, e matou-o."

Êsse truque é tão antigo como a própria guerra. Suspeite de um "morto" e, se tiver dúvidas, dê-lhe outro tiro.

* * *

Há vêzes em que acontecem coisas que facilitam o assalto.

"McClenaghan, vendo um soldado chinês erguer a cabeça para fora do espaldão, determinou a um soldado coreano do sul que o con-

vencesse a sair. Oito saíram e se renderam e a êles se juntaram quatro de outra posição. Se o desejassem, êles poderiam ter resistido por muito tempo."

Num outro caso uma Companhia tinha a seu cargo destruir espaldões da linha Siegfried alemã. Cansado dessa tarefa propiciadora de baixas, um persuasivo soldado americano, que falava alemão, lançou mão de um alto-falante capturado e se dirigiu às tropas ocupantes dos espaldões ainda intactos. Conseguiu convencer alguns de que era estúpido defender uma causa perdida e êles se renderam.

Mas, na maioria dos casos, o inimigo não pode ser convencido. Tem que ser morto.

* * *

Talvez o mais importante princípio seja um que não foi exemplificado diretamente, mas que se sobrepõe a todos os que foram citados. É, simplesmente, que "a luta entre o assaltante e o defensor é tanto — ou mesmo mais — uma luta de vontades, como de armas". Talvez não seja isso um grande segrêdo, mas é um ponto que deve ser incutido, e incutido profundamente, na cabeça do infante.

Vontade e superioridade moral são fatôres vitais no combate aproximado. Sabemos de grandes disparidades de baixas entre vencedores e vencidos de batalhas da antiguidade. Isso ocorria quando se quebrava a vontade de um dos combatentes e é tão verdade hoje como então. O defensor cede mais comumente e mais prontamente ao impacto psicológico do que ao impacto físico do assalto.

Vontade e determinação se tornam evidentes de várias maneiras. Barulho, rapidez, resolução, desempenham um papel saliente.

"Através do terreno aberto, sacudido pela explosão de muitas armas, elevou-se o grito rebelde, alto e sobrenaturalmente vigoroso.

Aquêle grito, "aquêle diabólico grito" como o denominou um soldado de Michigan, parece ter tido uma influência real na batalha, equivalente a muitos regimentos, para a Confederação.

Algo de arrepiar a espinha, o grito rebelde. Não foi à toa que o próprio "velho" Stonewall, o mais feroz de todos os soldados americanos, classificou-o como "a música mais doce que jamais ouvi."

"Os rebeldes, que haviam rompido o Regimento de Michigan, estavam galgando a colina. O'Rorke saltou de seu cavalo, atirou as rédeas a seu ordenança e bradou "Por aqui, pessoal!" e correu pela ladeira abaixo sôbre o inimigo, com seus homens seguindo-o de perto... Os homens estavam com as armas descarregadas; não haviam se detido para armar baionetas e nem sequer brandiam seus mosquetes como maças. Correram simplesmente sôbre o inimigo e a única potência da carga era a de seus corpos correndo. Talvez o mero aparecimento de

tropas frescas tenha sido o suficiente naquele momento. Os Confederados vacilaram e fugiram."

"No entanto, os audazes Virginianos progrediram decididamente através de uma tempestade de balas e granadas, que explodiam sôbre suas leais fileiras, com uma valentia nunca vista. Quando se aproximavam da elevação, suas linhas foram destroçadas pela fuzilaria como se sofressem uma tempestade mortífera. Ainda assim, com destemor, os bravos aceleraram o passo e, com uma carga irresistível, penetraram nas linhas federais, levando por diante tudo que se lhes antepunha."

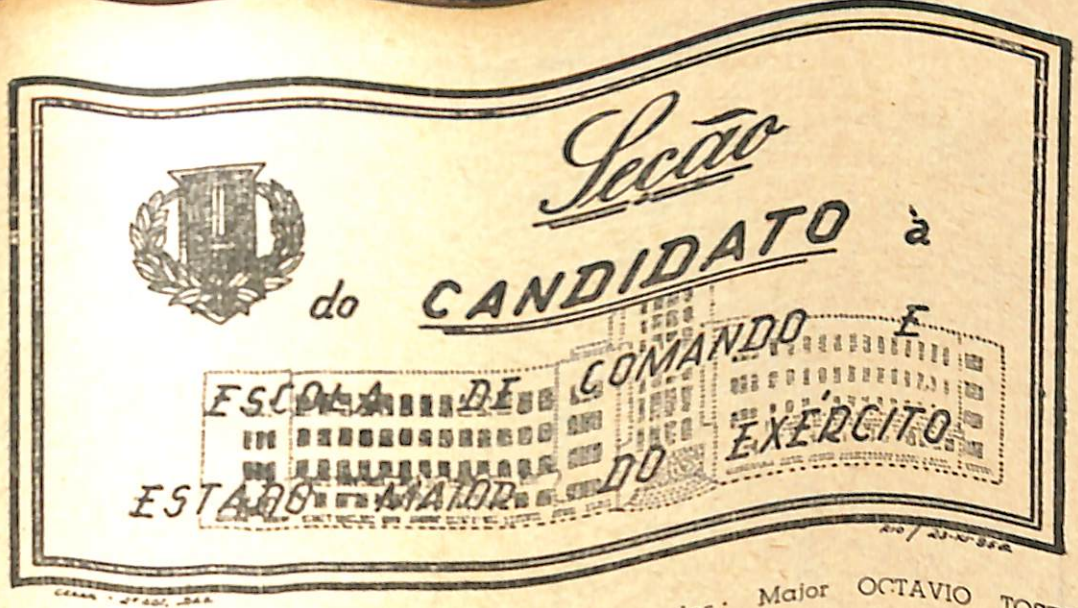
"O primeiro pelotão foi empregado e, partindo da direita, carregou sôbre a colina. Os componentes do pelotão haviam armado baionetas e carregaram, desencadeando os fogos de assalto, gritando e blasfemando... Duas elevações sucessivas foram tomadas de maneira semelhante... Em cada operação, quando a carga era dada com baionetas caladas e fogo do assalto, a maior parte do inimigo fugia."

O Coronel Ardant Du Picq autor dos "Estudos de Batalhas", que é, provàvelmente, a melhor exposição sôbre a importância da vontade na guerra, escreveu: "O impulso moral que anima o atacante é tudo. O impulso moral consiste na percepção, pelo inimigo, da resolução que anima seu oponente."

Alguns dos pontos abordados nesses extratos da História merecem ênfase particular. O uso completo e inteligente dos fogos de apoio, pelo maior tempo possível, é da máxima importância. É um crime a permanência em silêncio de armas cujos fogos poderiam poupar vidas e contribuir para o êxito. A preparação física apropriada (mais a coragem, é óbvio) torna o infante capaz de cerrar sôbre o inimigo rápida e agressivamente, o que é essencial para o sucesso de um assalto. A necessidade de fogos contínuos pelas tropas assaltantes, mesmo quando os objetivos específicos não são claros, é capital para evitar os fogos ajustados do defensor. A defesa inimiga deve ser estudada para a determinação da quantidade de granadas, lança-chamas e cargas de demolição necessárias, e a necessidade dêsses engenhos deve ser judiciosamente dosada tendo em vista a conveniência de uma carga leve para o assaltante.

Sôbre tôdas as necessidades destaca-se a de acentuada liderança nos níveis pelotão e grupo de combate — liderança não evidenciada, apenas, no momento do assalto, mas firmada através dos dias, semanas e meses que precedem a operação, gerando confiança, lealdade e espírito de equipe.

Inspirar (ou, se necessário, conduzir) outros homens para que avancem sôbre o que pode ser considerado morte ou incapacidade certas, exige um homem de características especiais. Infantes experimentados compreendem e são eficientes quando os assaltos são conduzidos pelos chefes à retaguarda. Mas, ocasiões há em que comandantes de grupos de combate, pelotões e mesmo unidade de escalão mais alto têm que se colocar à frente de seus homens e exclamar "Sigam-me!".



N. 6-60

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA

A EXPANSÃO TERRITORIAL DO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVII

INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE NOSSOS LIMITES

Major GERMANO SEIDL VIDAL

PREÂMBULO

Não temos a veleidade de realizar estudo profundo. Trata-se de uma interpretação de fatos históricos, cujo raciocínio lógico se traduz por academicismo, mais de aluno que de professor.

Pretendemos reunir idéias para analisar a *expansão territorial* do *Brasil*, desde o descobrimento até as escaramuças sulinas em tôrno de Sacramento. Distinguiremos, neste particular, a expansão *pelo litoral* e para o *interior*.

Como decorrência, estudaremos a *formação de limites*, tão resumidamente quanto possível, pela enumeração dos principais tratados firmados pela metrópole lusa, até 1777, conseqüência que foram dos movimentos expansionistas — além das injunções políticas a que, incontestàvelmente, atenderam.

Dêsse rápido esbôço, inferir-se-á uma apreciação conclusiva na qual formularemos os fatôres julgados determinantes de nossa expansão territorial.

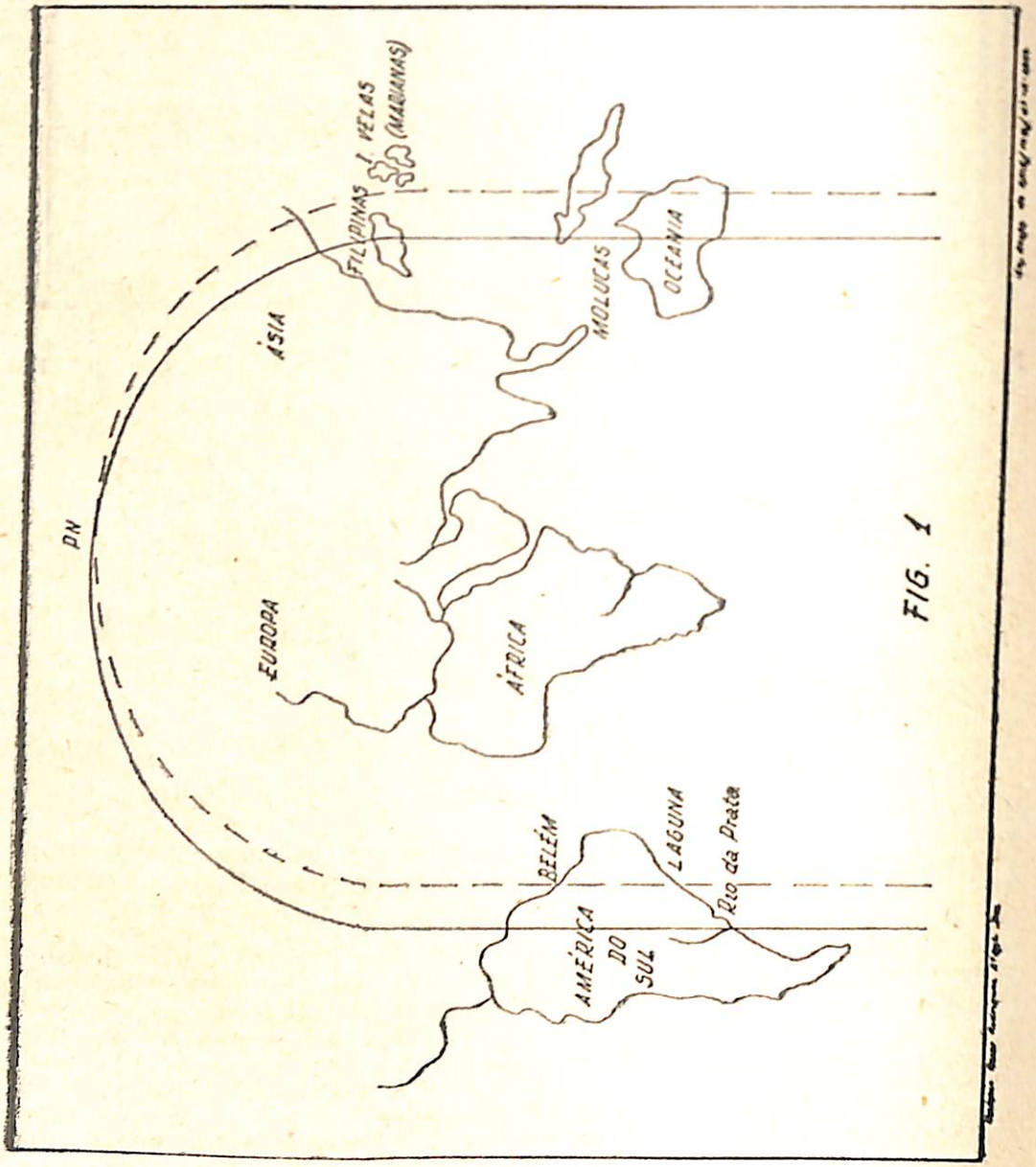

DN
EUROPA
ÁSIA
ÁFRICA
FILIPINAS
VELAS (MARIANAS)
MOLUCAS
OCEANIA
AMÉRICA DO SUL
BELÉM
LAGUNA
Rio da Prata

FIG. 1



É uma contribuição modesta para os estudiosos neófitos e os companheiros que se candidatam à EsCEME e que procuram, sôfregamente, nos livros, nos ensaios e até nos polígrafos, elucubrações interpretativas de nossa História. Para não surpreendê-los julgamos, de início, dever informar que o presente artigo não contém alguma História diferente, nova ou inédita. É, sem dúvida, a mesmíssima que foi compilada das obras citadas na bibliografia, apresentadas sob cunho pessoal do autor.

Os gráficos colaborarão na interpretação do texto, que se constituirá de duas partes, publicadas em números sucessivos desta Revista.

1ª PARTE

1. *GENERALIDADES*

a. *Luta luso-espanhola pela hegemonia do comércio mundial:*

O fim do século XV encontrou a península ibérica em franca luta pelo domínio do comércio da Europa, na febre sempre crescente de busca às preciosidades do Oriente. O monopólio de Veneza e Gênova no comércio das especiarias vinha de sofrer rude golpe com o fechamento do caminho mediterrâneo para as Índias, pelos turcos. A época das grandes navegações surge com o surpreendente aparecimento da bússola dos chineses. O périplo africano dá, finalmente, a Portugal a conquista do Caminho das Índias pelo Mar Tenebroso, o Oceano.

As bulas papalinas concedem à Coroa lusa tôdas as terras descobertas ou por descobrir na costa d'África. Em conseqüência, aceita a Espanha a doutrina de Colombo e manobra politicamente para conseguir a Bula das 100 léguas e, depois, Tordesilhas.

O caminho das Índias pelo poente é um novo fator na luta dos navegadores ibéricos.

b. *Pródromos da colonização do Novo Continente:*

Os últimos anos da décima quarta centúria cristã revelam ao Mundo um novo continente. Colombo e Cabral, oficialmente, descobrem terras da América. Portugal reconhece a vastidão da nova colônia e a abandona. "O Brasil com o pau-brasil, os macacos e papagaios e seus agressivos aborígines, é um mau negócio comparado aos lucros do comércio com as Índias".

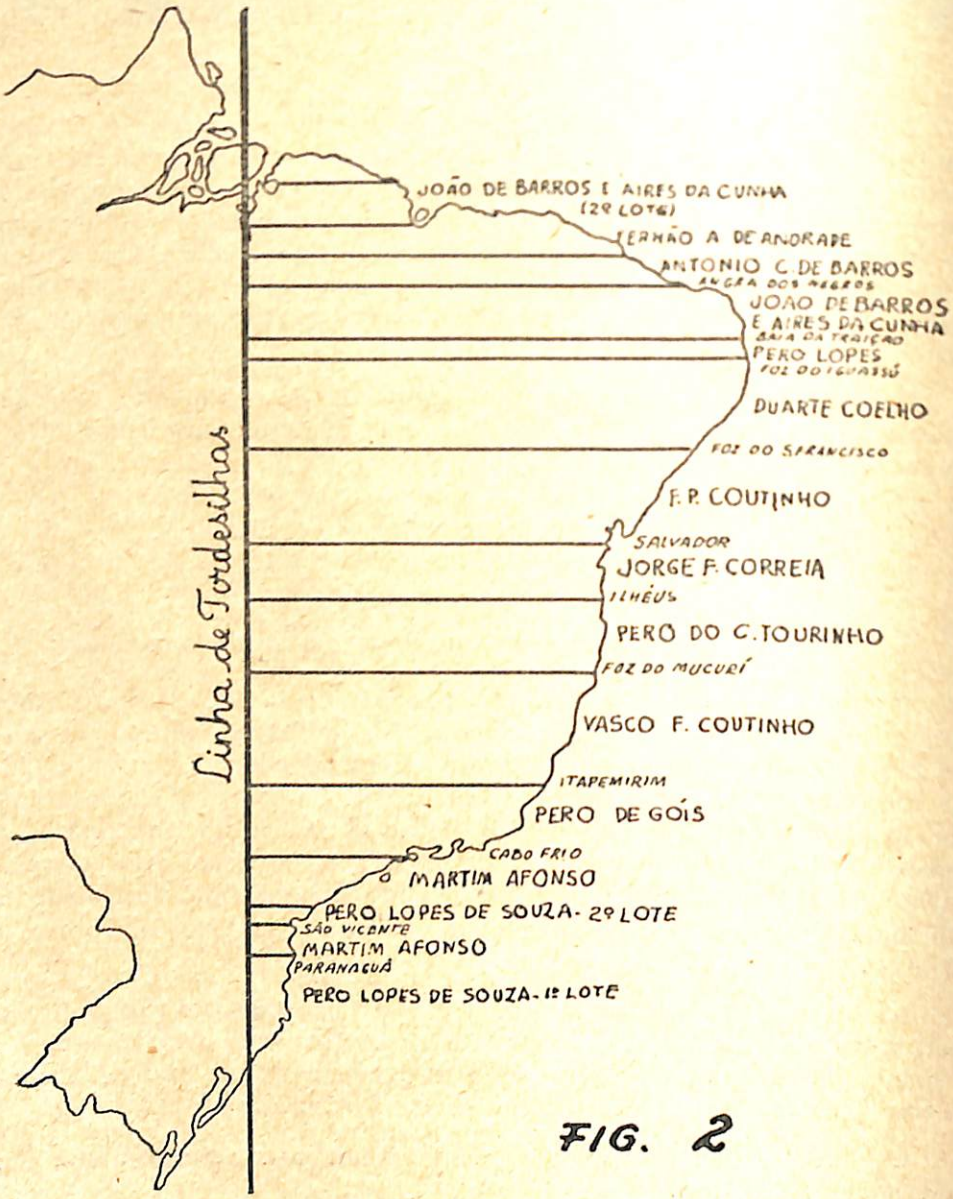


FIG. 2

A Espanha tenta, àvidamente, encontrar o novo caminho para a busca das especiarias. Os feitos de Dias de Solis, no reconhecimento do Rio da Prata ; Balboa, no descobrimento do Pacífico e Fernão de Magalhães e seu sucessor, na primeira viagem de circunavegação, dão alento a novas esperanças. Porém, o que de fato obtêm os espanhóis é a descoberta de fabulosos tesouros de prata no México e no Peru, para onde vão as elites da côrte de Madri.

A colonização espanhola começa enfrentando, desde logo, uma civilização autóctone, que êles destróem, exploram e enganam. usando o mais das vêzes, os próprios filhos da civilização subjugada, para atingir os propósitos dominadores. Enquanto isso, o português, acordado pelas ameaças estrangeiras ao Brasil desconhecido, inicia a sua colonização com as capitanios hereditárias — visando mais à proteção da nova terra do que à sua exploração. A cana de açúcar e o braço africano dão novas e promissoras perspectivas econômicas no aproveitamento da vasta colônia, especialmente quando as especiarias das Índias não encontram mais mercados compensadores.

c. *Choques das correntes colonizadoras*:

Os dois focos iniciais de colonização estão, de início, separados pela largura máxima do continente, então, ainda, totalmente desconhecido.

O português fixa-se em Pernambuco, desenvolvendo a lavoura da cana; e o espanhol, em Lima, no Peru, explora os fabulosos tesouros da civilização incaica. Os lusitanos, pouco a pouco, descem a costa Sul e, em S. Vicente, criam novo centro, que vive à custa do braço escravo do índio. Os de Castela penetram no Peru em busca de riquezas, sem se atreverem a esbanjar esforços nas matas do Planalto centro-continental. Entretanto, a possibilidade sonhada por Dias de Solis, de chegar ao Peru pelo Prata, faz explorar aquela Bacia, propiciando a criação do núcleo de Assunção. Ainda aí, S. Vicente e Assunção ficam distantes demais para o aparecimento de choques das correntes colonizadoras, de interêsses antagônicos.

A costa sul-brasileira, abaixo de Paranaguá, é pouco hospitaleira, acossada de temporais e, na época, sem acenos de riquezas ao aventureiro. O vicentino, abandonado pela Côrte, interessada nas lutas do Norte, penetra sertão adentro, a princípio para a busca do índio servil e depois do ouro dos aluviões e de lavra.

Encontram-se luso-brasileiros e herdeiros dos espanhóis na área platina, chocando-se, então, aquelas duas correntes colonizadoras e iniciando três séculos de lutas pela conquista e colonização daquela área.

2. *EXPANSÃO TERRITORIAL NO SÉCULO XVI*

a. *Características*:

O primeiro século de colonização dá maior importância à conquista e defesa do litoral, que é todo percorrido pelas esquadras de



Antônio Cesar Rodrigues - 2º Sgt. Des. — 3a. Sec. EME/MS/Rio - 25/5/1950

guarda-costas, sendo entretanto povoado, sem ultrapassar os limites de Tordesilhas.

b. *Expansão pelo litoral:*

Em meados do século XVI, a costa brasileira estava pontilhada de feitorias, de Cananéia a Itamaracá, separadas por centenas de quilômetros.

Três núcleos importantes haviam: Pernambuco, Bahia e São Vicente.

Êsses núcleos possuíram características próprias quanto à eclosão do expansionismo colonial luso em terras brasílicas. Vejâmo-las em síntese:

Núcleo de Recife — Centro de fixação do colono, à foz do Capibaribe, na rica faixa de massapé, ao longo do litoral. Expansão espontânea, proporcionada pelo desenvolvimento da pecuária. Expansão dirigida ou oficial, devido à importância da região, de vários tipos: perseguição ao índio hostil, busca do ouro das Minas Gerais e ligação com o núcleo do Norte.

Núcleo de São Vicente — Centro de expansão no Planalto de Piratininga. Fixação precária. Expansão espontânea intensa, motivada pelos lucros da preação de índios, e, depois, pela cata do ouro de aluvião e exploração do ouro de lavra. Lutas armadas caracterizam o movimento expansionista ao Sul.

A expansão litorânea, pela conquista e exploração das regiões desabitadas ou em mãos alienígenas, obedece à seqüência seguinte:

Rio de Janeiro — de 1555 a 1567 lutaram os colonizadores portuguêses para expulsar os franceses, derrotando-os finalmente;

Paraíba — em 1585 é conseguida a pacificação dos potiguaras, aliados aos franceses, inóspitos vizinhos da capitania de Itamaracá;

Sergipe — em 1589 vencem os lusos os caetés que impedem a ligação terrestre de Pernambuco com a Bahia;

Rio Grande do Norte — o final do século XVI (1595-98) vê o término da luta dos portuguêses contra os indígenas hostis, aliados e mancomunados com os franceses.

c. *Expansão para o interior:*

As primeiras tentativas de penetração em nosso "hinterland", assinala a História, foram realizadas por Américo Vespucci, o célebre aventureiro que tem seu nome ligado ao Novo Continente; e, por Martim Afonso de Souza, a primeira autoridade portuguêsa que teve ordem de colonizar a nova terra. Foram incursões em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, em Cananéia e no Rio da Prata, nas três primeiras décadas do século do descobrimento.

As Capitanias hereditárias, tidas como grande insucesso para a maioria dos historiadores, foram para Hélio Viana plenamente satisfatórias. Serviam para a defesa da colônia, pelo interêsse de parti-

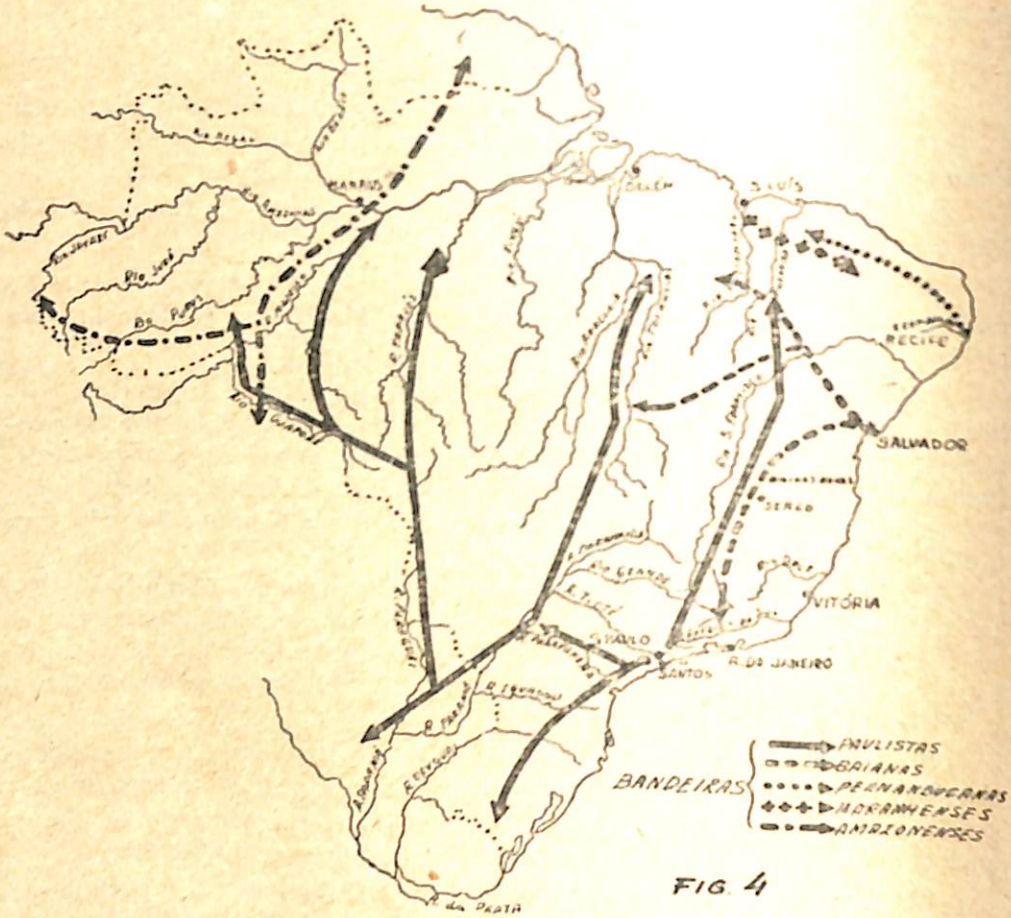


FIG. 4

culares, como desejava a empobrecida metrópole lusa. Sòmente com os Governos Gerais, todavia, se inicia o movimento de penetração pelas Entradas, de iniciativa oficial, e as Bandeiras, de organização particular, em dois ciclos distintos, superpostos no tempo e no espaço, o ciclo de ouro de lavagem e o da caça ao índio.

As Entradas de 1553 a 1592 percorrem, particularmente, o sertão baiano e atingem o médio São Francisco, partindo de Salvador, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Das Bandeiras, em busca de ouro, citam-se como importantes: a de Aleixo Garcia, que atinge o Peru; a de Braz Cubas, que percorre o interior paulista e a de Eobanos, que explora a terra paranaense.

Tôdas essas incursões, não provocam ocupação lusa além da linha divisória de Tordesilhas.

As Bandeiras, de caça ao índio, partindo do planalto de Piratininga, visam às reduções jesuíticas da corrente colonizadora espanhola e esbarram e passam a demarcação política de 1494.

d. *Conclusões:*

De um modo geral, a expansão no primeiro século de colonização foi feita dentro da divisão de Tordesilhas.

O litoral foi reconhecido do Gurupi ao Rio da Prata e povoado, numa estreita faixa de 10 a 20 léguas de profundidade, do Rio Grande do Norte a Cananéia, com núcleos intervalados de centenas de quilômetros (faixa achurada da fig. 3).

As primeiras Entradas e Bandeiras devassam áreas interiores, sendo de destacar o ultrapassamento da Serra do Mar, assinalando marcos populacionais como Santo André da Borda do Campo (São Paulo), Itu, Sorocaba e Taubaté.

As incursões bandeirantes no Sul, embora ultrapassando Tordesilhas não eram povoadoras. A bota aventureira e andarilha dos bandeirantes vicentinos marcava a terra virgem, destruindo aldeias e apresando silvícolas.

3. *EXPANSÃO TERRITORIAL NO SÉCULO XVII*

a. *Características:*

Fato de real importância no estudo do movimento expansionista resulta da apreciação da influência da união das coroas ibéricas de 1580 a 1640. Caracteriza êsse período, de dominação espanhola, a existência de fase distinta nas lutas pela conquista de novas terras. Estando Portugal e Espanha, tradicionalmente competidores na posse do Novo Mundo, sob a autoridade de um mesmo monarca, ficou, em conseqüência, postergada a plano secundário a luta em tôrno de Tordesilhas. Daí a tolerância mútua pela não obediência ao Tratado, e, até mesmo, a cessão de sesmarias a lusitanos, por Felipe II, em terras legitimamente espanholas.

A restauração portuguêsa, todavia, com a aclamação de D. João IV, manteve a política expansionista outrora efetuada. E a luta de Portugal com a Espanha incentiva novos avanços na colônia da América.

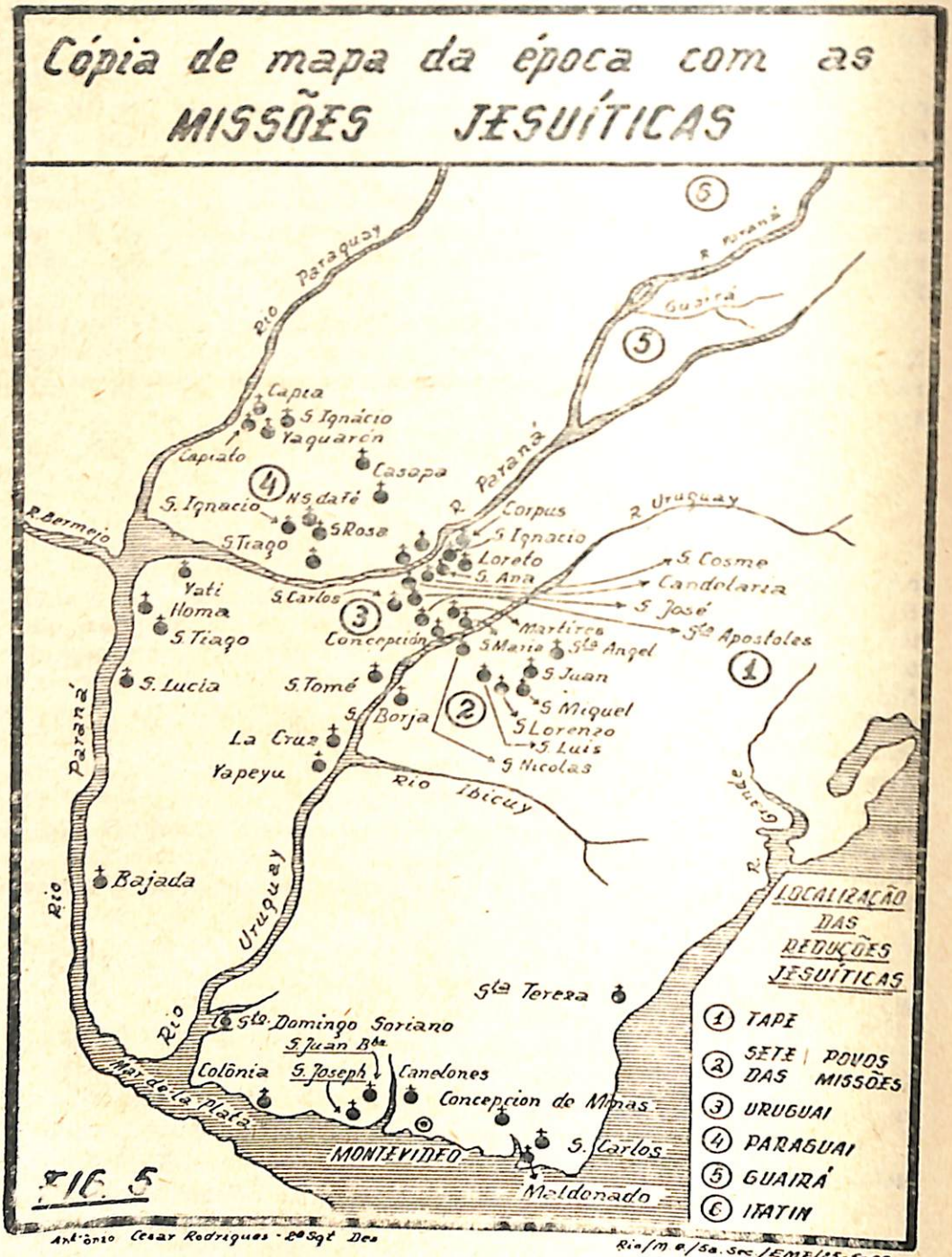
b. *Expensão pelo litoral:*

Na Costa Norte :

Ceará — É conquistado, após o Rio Grande do Norte, depois de várias tentativas, por Martim Soares Moreno, em 1611, tendo em vista a obtenção de base para a luta contra os franceses no Maranhão;

Maranhão — é conquistado aos franceses, vencidos por Alexandre de Moura, em 1615 ;

Grão-Pará — é ocupado pela necessidade de afastar estrangeiros que tentam a posse da foz do Amazonas. Em 1621 é integrado ao novo Estado do Maranhão, separado do Brasil (o qual abrangia os atuais Estados do Pará, Maranhão e Piauí);


Cópia de mapa da época com as
MISSÕES JESUÍTICAS
Rio Paraguay
R. Paraná
Guairá
Capia
S Ignácio
Yaquarcin
Capiato
Casopa
S. Ignacio
Ns dafé
S Rosa
S Tiago
R. Bermejo
R. Paraná
Corpus
S Ignacio
Loreto
S. Ana
R. Uruguay
S. Cosme
Candolaria
S. José
Stos Apostoles
Yati
Homa
S Tiago
S. Carlos
Concepción
Martires
S Maria
Sto Angel
S Juan
S Miguel
S Lorenzo
S Luis
S Nicolas
S. Lucia
S. Tomé
S. Borja
La Cruz
Yapeyu
Rio Ibicuy
Rio Paraná
Rio Uruguay
Bajada
Rio Grande
LOCALIZAÇÃO DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS
1 TAPE
2 SETE POVOS DAS MISSÕES
3 URUGUAI
4 PARAGUAI
5 GUAIRÁ
6 ITATIN
Sta Teresa
Sto Domingo Soriano
S Juan Bta
Colônia
S Joseph
Candones
Mar de la Plata
Concepcion de Minas
MONTEVIDEO
S. Carlos
Maldonado
FIG 5
Antônio Cesar Rodrigues - 2º Sgt Des
Ria/M 0/Sa. Sec/EME/25-5-60

Amapá — Em 1637 é criada a Capitania do Cabo do Norte, ao sul das Guianas, em área próxima do atual Território do Amapá ;

Alagoas — Em 1697 consolida-se sua colonização, após a luta dos Palmares.

Na Costa Sul:

No século XVI estava conquistada a costa até Cananéia. Os espanhóis, durante algum tempo, permaneceram na ilha de Santa Catarina. Há, também, prenúncio de ocupação espanhola ao Sul do Brasil pelas investidas realizadas de Santa Catarina para o Paraguai, iniciadas por Cabeza de Vaca, quando assumiu o govêrno de Assunção.

Os paulistas, em busca de ouro, fundaram Curitiba e Paranaguá. Daí vão a São Francisco (do Sul), fundaram Nossa Senhora do Destêrro (Florianópolis, e Santo Antônio dos Anjos da Laguna).

Em 1680, D. João IV, num vislumbre do valor político da foz do Prata, manda aí fundar Colônia do Santíssimo Sacramento, motivo de lutas intensas por longo período. Sòmente em 1737, preenche-se o grande claro entre Laguna e Colônia, com a fundação da Vila do Rio Grande.

c. *Expansão para o interior:*

No século XVII, três novos fatôres influenciam o movimento expansionista, com razoável interferência ; a expansão espontânea do gado, a busca do ouro de lavra e a guerra holandesa.

Quanto ao primeiro, os criadores descem do sertão baiano pelo rio São Francisco e daí pelo Paranaíba. A luta contra os invasores, no Nordeste, obrigou aos criadores de gado a expulsar os índios dos "pastos agrestes", tornando conhecida profunda área sertaneja e os habituando ao nomadismo da criação.

Quanto ao segundo, é êle responsável pela exploração de Mato Grosso, Minas e Goiás, pela descoberta de ricas minas de ouro, intensamente exploradas no século seguinte.

Finalmente, a guerra contra os batavos, que se estendeu de 1624 a 1654, não só interiorizou o povoamento como criou no sistema de fortes do litoral a fôrça aglutinadora de novas povoações e, ainda, intensificou a ligação entre êsses núcleos populacionais.

Das Entradas, nessa centúria, destaca-se a do Cap Pedro Teixeira, que, em 1635/37, por ordem do Governador do Estado do Maranhão, explora o Amazonas até o Rio Napo (no Equador atual). A conquista final dessa Bacia vai caber, mais tarde, às tropas de resgate, aos droguistas e aos missionários e, especialmente, à decisão dos luso-brasileiros em manter a posse daquela imensa região.

Entre as Bandeiras dessa época ressaltam, pela importância e conseqüências futuras, as muitas realizadas por Manoel Prêto e Antônio



FIG. 6

Raposo Tavares, preadores de índio, às reduções jesuíticas espanholas do Guaíra, Itatin e Tape, no Sudoeste paranaense, Sudoeste mato-grossense e Centro do Rio Grande do Sul, respectivamente.

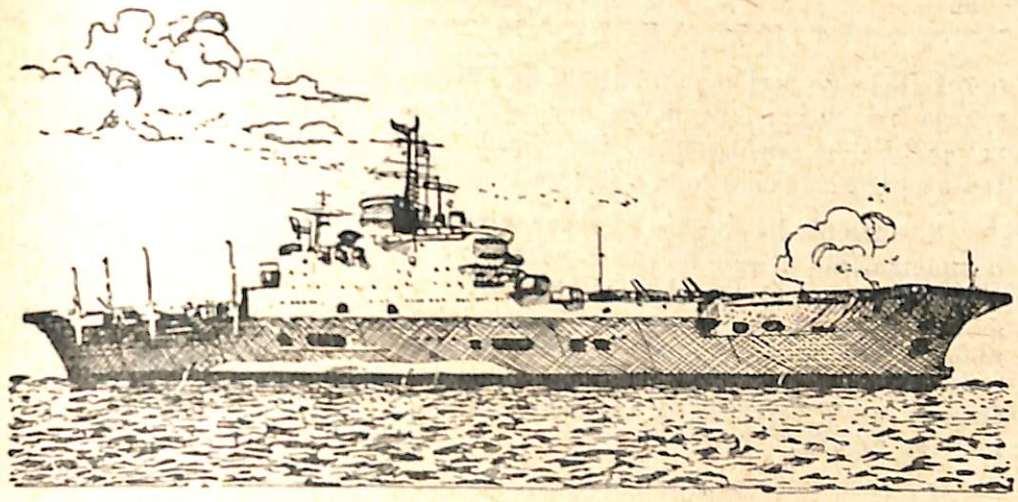
d. *Conclusões:*

Os avanços dos luso-brasileiros, durante o século XVII, deram ao Brasil a configuração geográfica que, de modo geral, temos hoje.

A derrogação, de fato, de Tordesilhas se efetiva na conquista da Amazônia, na exploração dos setores de Goiás e Mato Grosso, na ocupação do Rio Grande do Sul e na destruição das Missões Jesuíticas localizadas nas Bacias do Paraná e Uruguai.

A costa foi povoada do Oiapoque ao Prata.

O interior, intensamente devassado, já atende às necessidades de ligação terrestre entre as áreas de povoamento "ilhadas". Nesse aspecto, ressalte-se por importante, a contribuição do mameluco paulista, que, esquecido das autoridades lusas, auto-suficiente no planalto, galgou os rincões mais afastados de nosso território e estabeleceu a ligação entre os três núcleos difusores dos movimentos expansionistas.



MARINHA

Coordenador: Ten da Armada A. BRANDÃO DE FREITAS

I — A MARINHA DE GUERRA

DISCURSO PRONUNCIADO PELO ALMIRANTE FRANCISCO VICENTE BULCÃO VIANNA NO "LIONS CLUBE DO RIO DE JANEIRO"

"Quis a vossa benevolência que eu merecesse a subida honra de vos dirigir algumas palavras, embora modestas, na magna data da nossa Marinha, que ora homenageais. É mais uma demonstração sincera e efetiva de patriotismo e civismo, muito próprios, aliás, de entidade como o "Lions Clube", já bem firmada pelos seus altos propósitos e serviços que vem prestando à coletividade brasileira, despertando-a, contìnuamente, para atos de filantropia e busca dos bons caminhos a seguir, tendo em vista o engrandecimento da Pátria e o benefício da humanidade.

Embora julgando imerecida, desvanece-me sobremaneira a vossa escolha, especialmente porque nunca me abandonou o espírito marinheiro, que me leva sempre a encarar com o maior interêsse e carinho tudo que concerne à Marinha, no sentido amplo da palavra. Meios de transporte: marítimos, fluviais e lacustres, a Fôrça Naval, que, temos de constatar, ainda é primordial para a sua garantia, nos momentos de perigo.

Agradeço, assim, sinceramente, a distinção de que fui alvo.

Comemora-se hoje a Batalha de Riachuelo, feito máximo da nossa História Naval, quando a Marinha de Guerra do Brasil teve ocasião e soube

aproveitá-la, de decidir dos destinos da Pátria, levando-a indubitàvelmente, vitória, na guerra cruenta em que nos vimos envolvidos e que, paradoxalmente, pelo seu desfêcho, feliz, consolidou a união americana, da qual tanto nos orgulhamos hoje e inspira respeito aos demais continentes.

Exatamente há 95 anos passados, a nossa Esquadra, atuando em meio completamente diverso do que o normal para fôrças navais — o rio, pràticamente desconhecido, elemento impróprio a uma ação de navios de alto mar — lutou e saiu vencedora, contra inimigo valoroso, aguerrido, senhor da situação e dono das margens e barrancas, o qual, por mais esdrúxulo que pareça, empregou contra ela navios, brulotes, fortificações, infantaria e até cavalaria. É um feito único na História das Armas e jamais se repetiu.

O Brasil, então país desconhecido, chamou sôbre si a atenção do mundo, até porque era a primeira vez que duas esquadras se defrontavam, utilizando navios a vapor, ou mistos.

A Fôrça de Barroso tinha tudo, ou quase tudo, contra ela: desconhecimento do teatro de operações, excesso de calado, dificuldade de manobra, deficiência de elementos para a navegação, informações precárias e, por fim, foi pràticamente colhida de surprêsa. Bem saliento os fatôres negativos para ressaltar as grandes qualidades da nossa gente que, demonstrando acentuado poder de adaptação e de iniciativa, alcançou resultados surpreendentes para a época, pela originalidade e arrôjo das soluções de Barroso e pela compreensão dos seus desígnios por aquela plêiade de bravos e intrépidos soldados e marinheiros que integraram as gloriosas guarnições dos nossos navios.

Uníssonos são os inúmeros depoimentos neste sentido, que consignam igualmente, com entusiasmo, os rasgos de bravura e abnegação daqueles que, sob o comando do insigne Chefe, tornaram possível o sucesso e figuram hoje nos documentários como exemplos de valentia, audácia e brio, para as gerações futuras. Vimos ali Garcindo Fernandes de Sá, comandante da Corveta **Parnaíba**, a qual, sofrendo abordagem de quatro navios inimigos, sublimou-se na reação, e no seu convés, juncado de cadáveres, sucumbiram Greenhalgh, quase menino, trucidado, combatendo em defesa da Bandeira; os Oficiais do Exército Pedro Affonso e Andrade Maia, e do último se diz até que, já tendo perdido a dextra, mantinha com a sinistra o sabre erguido; finalmente, êste padrão de marinheiro, Marcílio Dias, que, agigantado pelo valor e pela bravura, se transformou, de simples marujo, em herói nacional. Francisco de Abreu, comandando o intrépido **Belmonte**. Von Hoonholtz, na célebre **Araguarí**, aliava o destemor ao cavalheirismo. E tantos e tantos outros que dignificaram galões dourados, divisas rubras e golas azuis, abrindo páginas de ouro no livro dos tempos, onde escreveram, com sangue generoso, como se ama uma Pátria!

Os brasileiros da gloriosa Marinha de Tamandaré e do valoroso Exército de Caxias, naquele Domingo de 11 de junho de 1865, já bem qualifi-

cado como o mais radioso dos nossos Anais, salvaram a Tríplice Aliança e firmaram os rumos da vitória, confirmando, mais uma vez, a importância preponderante do domínio das águas marítimas ou fluviais, conforme o caso, nas campanhas entre países que dependem de tais vias de comunicações.

Marques Lisboa e Barroso, maiores arquitetos dêsse sucesso memorável, em manifestação perfeita de compreensão da estratégia e da tática navais, cada um no seu papel, mostraram à posteridade como um bom entrosamento de idéias, mesmo lidando-se com recursos precários, pode levar à vitória. E, mais ainda, ressaltaram o valor da união das fôrças que devem atuar em conjunto, sejam elas de corporações diferentes, tal o caso — Marinha e Exército, — união essa fator imprescindível para a consecução dos propósitos militares.

De fato, a Marinha de Tamandaré e o Exército de Caxias, mantendo perfeito entendimento, tanto quanto era possível esperar-se, em todos os escalões, patentearam a superioridade e a elevação de espírito com que atuaram os seus dignos Chefes, sem a menor preocupação de prevalência, de puxar a brasa para a sua sardinha, tal se costuma dizer, porque só tinham em vista o Brasil e a causa da Tríplice Aliança. Eram homens de real valor, infensos aos atos menos nobres, que sabiam refrear seus sentimentos e ambições, desde que estivesse em jôgo a causa comum.

Orgulhemo-nos, assim, dos grandes feitos dos nossos antepassados, que nos legaram a herança de magnífica vitória, alcançada a preço alto. Herança abençoada e da qual somos ciosos, acreditando que o sacrifício de tantos brasileiros de verdade servirá sempre de estímulo para atitudes idênticas, se tivermos a desgraça de nos vermos, mais uma vez, em situação difícil, pela incompreensão, infelizmente ainda possível, entre os povos.

O exemplo de Riachuelo não deve e não pode ser esquecido, pela demonstração, clara e insofismável de quanto o Brasil precisa de Marinha, até mesmo, como ali ficou provado, para tarefas que não são exatamente as que mais exigem o seu concurso, tal o caso de termos de defender as nossas linhas de comunicações oceânicas. E já não digo considerando-se a ofensiva, atitude sempre mais indicada, porém a garantia dos nossos meios de subsistência, efetuando a ligação entre as várias unidades da federação, que dependem primordialmente e dependerão ainda por muito tempo de maneira vital, do mar, apenas o mar, para o seu intercâmbio.

Batamo-nos, não me cansarei de repetir, para reavivar no país a consciência marítima, a fim de que todos se capacitem dos recursos que devem fornecer à nossa Marinha. Marinha Mercante e Marinha de Guerra, tão estreitamente ligadas, a partir de suas origens, que não se pode afirmar qual delas nasceu primeiro, uma vez que desde a percepção da utilidade imensa dos meios de transporte pelas estradas líquidas, que se teve a noção perfeita da necessidade de defendê-las, a todo custo. Na própria

guerra que registrou a Epopéia de Riachuelo, verificou-se isto, em larga escala. Não tivéssemos Marinha e assegurado o domínio do mar, não seria possível, sequer, a mobilização das tropas, sua disposição nos teatros de operações e conseqüente reabastecimento. A logística já classificada de fator máximo do triunfo, estaria tão sacrificada que se tornaria inoperante.

Senhores,

O Poder Marítimo não se confunde com o Poder Naval, que é apenas uma parte dêle, mas compreende tudo que diz respeito, direta ou indiretamente, à Marinha: navios, bases, portos, fontes de suprimento, indústrias, e mais o que interesse e contribua seja na menor escala, para que uma esquadra possa operar em condições de eficiência e segurança.

Não perco a ocasião para reiterar que não pode haver Marinha sem Aviação Naval, sem uma Aviação inteiramente dela, com aviadores seus, que antes de serem aviadores sejam marinheiros, tenham a mentalidade naval, pensem como homens do mar, falem a nossa linguagem. Isto está provado no mundo inteiro. Não vamos ter a pretensão de querer resolver nossos problemas desprezando a experiência de povos que tiveram muitos mais recursos e muito mais oportunidades para tirarem as suas conclusões.

Neste assunto, porém, o principal é que não se pode ter Marinha sem que o povo seja esclarecido e se convença da sua necessidade, sinta, mas conscientemente, que sem ela sua segurança é precária porque Fôrças Navais custam muito, exigem continuidade, renovação, grandes sacrifícios. Mas, a realidade é que compensam. Compensam, além da medida dos sacrifícios feitos, o que desgraçadamente muitas vêzes só se chega à evidência quando se apresenta um Riachuelo, que proporciona ações espetaculares, capazes de produzirem impacto emocional. É lastimável, mas real. Pela própria natureza das suas funções, ignora-se muito, ou quase tudo, do que a Marinha faz e só em ocasiões excepcionais ela pode aparecer.

No decurso da última guerra, o serviço que a Armada prestou ao País foi imenso. Atuou em silêncio. O povo conheceu pouco, ouviu referências, é verdade, na maioria das vêzes, porém, sòmente através comemorações, solenidades agradáveis, em que os dourados sobressaem e os alvos uniformes dão a impressão de festa. Grande, imensa parte, não se deu conta, no entanto, de que sua subsistência dependeu, durante todo o tempo, daqueles navios cinzentos que sulcavam os mares e cruzavam oceanos, enfrentando as tormentas! Mal aparelhados, com deficiência de pessoal, correndo riscos, muitas vêzes dispensáveis, pela falta de atenção, em tempo de paz, para com a Marinha, para com as nossas Fôrças Navais, sempre descuradas e que, entretanto, malgrado o descuido inqualificável, têm cumprido o seu dever, têm feito o possível, com os parquíssimos elementos que lhe são atribuídos.

Digo e insisto: a Marinha é como mulher. Custa caro, muito caro, a sua indumentária tem de ser sempre renovada, porque passa de moda. E no caso, andar fora da moda pode trazer conseqüências trágicas para a Nação...

Sinto-me à vontade em dizer estas coisas no meio de sócios do "Lions Clube", que se dedicam ao bem servir, porque certamente me compreendereis, espíritos esclarecidos e arejados que sois, experientes conhecedores dos inconvenientes do culto ao imediatismo. Sois, portanto, os indicados, como sócios desta benemérita instituição, para meditardes sôbre o assunto e lançardes a "campanha pró-Marinha" — Armada, Frota Mercante, incluindo a de Pesca — que envolve um sem número de atividades de uma Nação, tôdas relacionadas com a manutenção e a defesa do povo.

É preciso que um País como o Brasil, com sua costa imensa, tenha uma consciência marítima e prepare-se no mar, porque dêle depende. A Marinha corresponderá, como fêz em todos os tempos.

A verdade é que nas ocasiões de perigo, externo ou interno, só tem contribuído para a tranqüilidade e a felicidade do País. E se bem não haja podido fugir, na sua totalidade, à desagregação de costumes e inobservância dos princípios básicos, o que, após as duas guerras mundiais, vem deturpando a Humanidade, em compensação, ainda é uma corporação com a qual o Brasil pode contar e confiar.

A Marinha nunca decepcionou e não decepcionará jamais".

RESPINGOS

Quando os países satélites foram dominados pelo regime soviético, a fôrça dos Partidos Comunistas, existentes nos referidos países, era representada por uma minoria de revolucionários que, graças à sua organização, conseguiu impor-se à maioria da população. É o que se depreende, analisando o quadro abaixo.

Países	Início do domínio comunista	Total de membros do PC naquela data	População
BULGÁRIA	Setembro de 1945	20.000	7.020.000
RUMÂNIA	Março de 1945	800.000	16.409.000
POLÔNIA	Janeiro de 1949	1.000.000	25.225.000
TCHECO-ESLOVÁQUIA	Maio de 1948	1.329.000	12.338.000
HUNGRIA	Agôsto de 1947	750.000	9.383.000
ALBÂNIA	Dezembro de 1945	12.000	1.120.000
IUGOSLÁVIA	Meados de 1945	141.000	14.500.000

FITAS
MARCA
SCOTCH

MÁQUINAS COPIADORAS
MARCA
Thermo-Fax

3M

PELÍCULA REFLETORA
MARCA
"SCOTCHLITE"

LIXAS
MARCA
3M

ADESIVOS
MARCA
3M

REVESTIMENTO
MARCA
UNDERSEAL

MARCAS QUE GARANTEM QUALIDADE!



MINNESOTA MANUFATUREIRA E MERCANTIL LTDA.

FÁBRICA E MATRIZ: Parada 3M – Via Anhanguera – km 110 – Tel. 3-670 – Cx. Postal 123 – CAMPINAS – Est. de S. Paulo

FILIAIS:

SÃO PAULO: Av. Paulista, 2.073 – Conjunto 29 (Edifício Conjunto Nacional) – Caixa Postal 22.060 – Tel. 80-2137
RIO DE JANEIRO: Av. Gomes Freire, 559 – sobreloja – Caixa Postal 4.903 – Telefone 32-9874
PÔRTO ALEGRE: Rua Pinto Bandeira, 357 – 5.º andar – Caixa Postal 727 – Telefone 5-414

II — SE A GUERRA VIER...

COMO A MARINHA ALIADA PLANEJA CONTER OS SUBMARINOS RUSSOS

Em qualquer guerra, submarinos russos atacarão as rotas comerciais aliadas no Atlântico.

1) Nas *Bases de submarinos* russos serão lançados, o mais ràpidamente possível, bombas atômicas.

2) Bloqueio por navios e aviões nos três estreitos por onde os submarinos poderiam receber suprimentos de suas bases.

3) Os *submarinos russos* que já estivessem no mar seriam encontrados por uma especial procura, feita por aviões decolando das bases aliadas do Atlântico.

4) *Grupo de Caça e Destruição* — Um navio aeródromo de 6 a 8 contratorpedeiros atacarão os submarinos encontrados. Os aviões do navio aeródromo estarão equipados com torpedos atômicos e os contratorpedeiros com bombas de profundidade atômicas.

5) *Comboios* de navios mercantes e de transportes de tropa atravessarão o Atlântico com eficiente cobertura aérea, feita por aviões, blimps e helicópteros.

A *estratégia do SACLANT* — Um estudo do plano descrito mostrará a arma e técnicas utilizadas, e como devem ser bem ajustadas para fazer frente à ameaça dos submarinos soviéticos.

Os ataques às bases de submarinos na Rússia devem ser realizados, antes de tudo, por uma Fôrça de Ataque Especial. Esta Fôrça tarefa seria constituída por velozes navios aeródromos e suas escoltas, prontos a desencadear ataques atômicos a 1.000 milhas de distância contra os submarinos que se encontrassem ao longo da costa norte da Rússia ou no mar Báltico.

Com esta Fôrça de Ataque, os planejadores pensam que poderão destruir a maioria dos submarinos soviéticos que não se encontrem ainda no mar, atingindo-os com bombas atômicas no próprio pôrto, bem como arrasando estaleiros conhecidos, a fim de impedir novas construções.

Em seguida, seriam bloqueadas as bases de abastecimento dos submarinos russos, utilizando outros navios aeródromos, contratorpedeiros,

minas, blimps e aviões de esclarecimento, equipados com novos engenhos de deteção submarina.

Segundo os planejadores, nem mesmo os mais modernos submarinos soviéticos poderiam operar, durante um longo período, sem necessitar de abastecimento de combustível, provisões, munições e reparos. Bloqueando todos os portos comunistas disponíveis, acreditam êsses oficiais que muitos submarinos inimigos a caminho ou em retôrno a suas bases poderão ser atingidos, limitando, assim, os submarinos a um curto período de ação.

Na opinião dos estrategistas do SACLANT, apenas três regiões, relativamente pequenas, necessitam ser bloqueadas. Uma dos Dardanelos, a fim de engarrafar os submarinos russos dos portos do mar Negro. Esta emprêsa deve ser realizada pelos turcos, apoiados pela esquadra norte-americana do Mediterrâneo. Outro bloqueio é necessário nos estreitos do Báltico para o Atlântico. Êste bloqueio está a cargo das Fôrças da NATO na Europa. O terceiro bloqueio, e o principal, será realizado pelo SACLANT, desde o norte da Noruega até o Ártico, impedindo a navegação da costa setentrional da Rússia para o Atlântico.

Dessa maneira, todos os portos da Rússia próximos do Atlântico estarão bloqueados da área do Atlântico Norte. Bases submarinas da Albânia, caso existam, serão bloqueadas pela esquadra norte-americana do Mediterrâneo. Isto é baseado na hipótese de que os comunistas teriam dificuldades de usar quaisquer outros portos dentro dos limites do Atlântico, ou de aí realizar operações submarinas, partindo de bases no Pacífico.

Problema: encontrar os submarinos. Caçar submarinos em alto mar e destruí-los, constitui, todavia, a principal missão da esquadra do SACLANT. Para tal finalidade, aviões de esclarecimento cobrirão tôda a área partindo das bases situadas na Bermuda, Terra-Nova, Costa Leste do EUA, Açôres, Islândia e na costa da Escócia. Tais unidades devem operar em estreita cooperação com os Grupos de Caça e Destruição, formados por navios de superfície.

Cada Grupo de Caça e Destruição da Esquadra do SACLANT constituir-se-á de: um navio aeródromo e de 6 a 8 contratorpedeiros especialmente equipados. O navio aeródromo empregará aviões bombardeiros equipados com radar para detectar submarinos. Até agora dois diferentes tipos de aviões tinham que ser empregados para detectar e afundar submarinos, porém um novo e simplificado equipamento para ambos os propósitos está sendo adaptado nos últimos tipos de aviões de Grupos de Caça e Destruição. Os navios aeródromos dispõem, também, de grande número de helicópteros para a procura de submarinos.

A fim de melhor equipar êstes Grupos de Caça e Destruição, tem sido produzido um grande número de modernos equipamentos para caça submarina. Radares super-sensíveis estão sendo colocados nas aeronaves a fim de localizar os "snorkels" dos submarinos submersos,

Nenhum radar, todavia, que emite e recebe ondas sob as águas, vem sendo cada vez mais aperfeiçoado para a utilização dos navios.

Bóias sonoras — pequenos aparelhos de sonar — que podem ser lançadas dos aviões para flutuar, emitir ondas sonoras e retransmitir para os aviões, estão sendo aperfeiçoadas para o emprêgo dos aviões e helicópteros. Detectores magnéticos serão também utilizados para registrar um submarino, mesmo que seus motores estejam desligados.

Progressos maiores ainda estão sendo realizados nas armas para a destruição do submarino inimigo. Torpedos anti-submarinos estão sendo, no momento, equipados com dispositivos eletrônicos que os fazem ser atraídos pelos próprios submarinos, de forma que cada disparo é um acêrto. Em outros tipos de torpedos adaptaram-se cabeças atômicas de combate, que destroem qualquer submarino com apenas um tiro. Uma bomba de profundidade atômica está sendo planejada.

Proteção aérea. Enquanto os Grupos de Caça e Destruição, armados com todos êsses novos equipamentos, procuram os submarinos soviéticos, os navios mercantes aliados devem ser comboiados, através do Atlântico, por outros grupos de aviões de guerra do "SACLANT".

O sistema dos comboios, na próxima guerra, deverá ser semelhante ao da II Guerra Mundial — com apenas uma diferença básica. Cada comboio possuirá sua própria proteção aérea em todo o trajeto pelo Atlântico, realizada pelos aviões, "blimps" e helicópteros, partindo quer das bases nas ilhas, quer dos navios aeródromos que fazem parte da escolta dos mesmos comboios. A experiência, segundo os técnicos, demonstrou que é muito mais fácil registrar a presença dos submarinos do ar do que da superfície do mar.

Uma rêde bem elaborada de bases, a serem utilizadas durante essa guerra, está sendo preparada para as operações anti-submarinas do SACLANT. Na realidade, há no Atlântico, mais de 100 bases e campos de aterrissagem à disposição das fôrças marítimas aliadas. Compreendem bases para aviões de reconhecimento e patrulha e bases para reparo dos navios danificados em combate, reabastecimento de combustível, munições, sobressalentes e provisões.

A maioria dessas bases já estão em uso e mantida pelas nações membros da NATO. Seis delas, entretanto, estão sendo construídas, ou aperfeiçoadas, pelo próprio "SACLANT". Elas fazem parte do programa de construção, no qual se espera despender dois bilhões de dólares. Cêrca de metade desta quantia está sendo despendida na construção de campos de aviação; a quinta parte, em comunicações e radar; e, ainda um tanto para depósitos de combustível, necessário à esquadra quando em guerra.

Ataque simulado. No meio dêste agrupamento complexo de navios aviões e bases, os planejadores do "SACLANT" acreditam haver encontrado a solução para a grande, e cada vez maior, ameaça dos sub-

marinos russos. A solução imaginada é treinar esta fôrça anti-submarina em exercício no mar.

Os exercícios do "SACLANT", atualmente, estão sendo realizados com intervalo de poucos meses, havendo manobras de âmbito internacional cada dois anos. Alguns exercícios constituem, inicialmente, operações de estado-maior, com apenas um navio no mar, representando o navio-capitânia, e os combates realizados através das rêdes de comunicações contra um suposto estado-maior naval inimigo. Outros exercícios requerem navios de várias nações aliadas, operando sob as ordens de um estado-maior aliado. Alguns, todavia, são quase inteiramente realizados com a Esquadra Norte-Americana do Atlântico.

O maior exercício combinado foi o realizado com a presença de tôda a esquadra do "SACLANT", em conjunto com as manobras das tropas de terra, levadas a cabo pelas fôrças da "NATO" na Europa. Executaram-se tôdas as fases da guerra anti-submarina previstas nos planos.

Eis um exercício típico realizado por um Grupo de Caça e Destruição Norte-Americano e realizado da seguinte maneira: Um submarino norte-americano, representando o agressor, é detectado em um ponto qualquer da área de exercício. Um avião anti-submarino decola do navio-aeródromo do Grupo de Caça e Destruição. Caças a jato dão cobertura à operação. Helicópteros e seis contratorpedeiros se juntam então a essa operação de caça. Em menos de meia hora, o sonar de um dos helicópteros registra o primeiro contato com o submarino; cinco minutos depois, os sonares dos destróiers também acusam e presença do submarino e começa a caça com bombas de profundidade e "hedgehogs" formando um "padrão" circular de explosivos do tipo contato.

Um certo otimismo. Em tempo de guerra, possuirá tôda a fôrça anti-submarina do "SACLANT" esta mesma eficiência contra as centenas de submarinos soviéticos? Os planejadores concordam que nenhuma técnica é *100% eficiente*, mas afirmam que as esquadras podem dar provas de sua fôrça e preparo a qualquer momento.

Informações sôbre a crescente atividade dos submarinos no Atlântico Norte, não inspiram mais os planejadores, como anteriormente, o mesmo temor de uma súbita derrota ocasionada pela interrupção das linhas de navegação. "Nossas oportunidades", diz o Alt. Whight, "têm melhorado ràpidamente". Caso venha a se deflagrar essa grande guerra, as possibilidades de manter seguras as linhas de comunicações marítimas do Atlântico decidirão a sorte do Mundo Ocidental.



A MORTE DE UM HERÓI ESQUECIDO

Nesta época de "sputnik" e de travessias do Atlântico em seis horas, o feito de Jim Mollison perecerá insignificante. Mas a êle deve ser creditado em grande parte o êxito dessas façanhas. Jim, que depois de se arriscar em mil aventuras no espaço, morreu de uma pneumonia, era um aviador nato. Aos 18 anos, era o mais jovem oficial da RAF e entre as duas guerras quebrou recorde após recorde. Via-se constantemente o seu nome nos títulos de jornais. Tornou-se um símbolo de ousadia e resistência física. Era uma figura popularíssima na década de trinta. Eis a lista dos seus recordes:

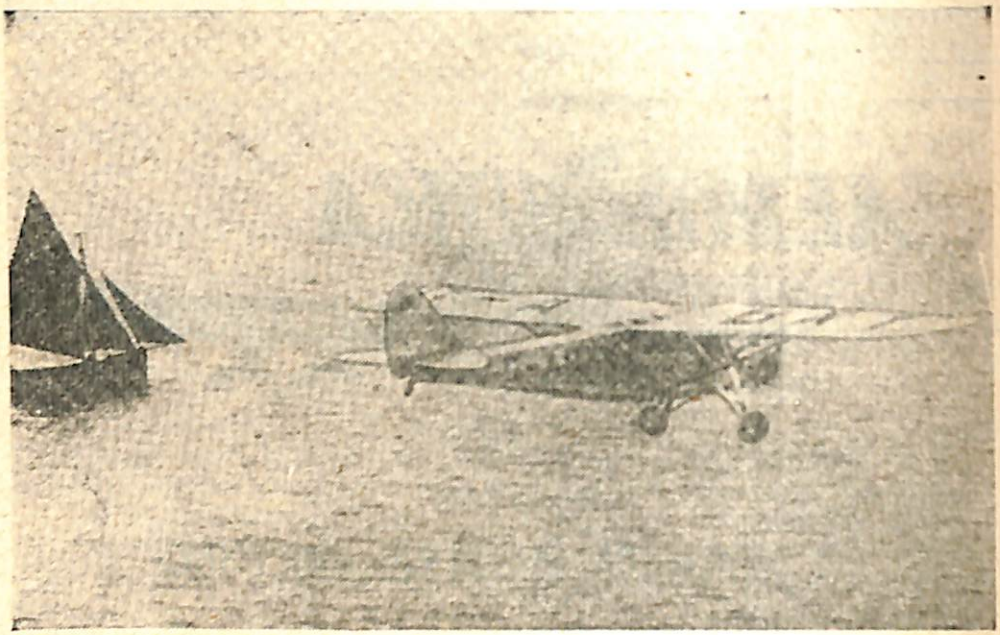
1931 — Da Austrália à Inglaterra em 8 dias, 22 horas e 25 minutos;

1932 — Da Inglaterra à Cidade do Cabo, em 4 dias, 17 horas e 5 minutos;

1932 — Primeiro vôo solitário do Oriente ao Ocidente, num pequeno avião, o "The Heart's Content";

1933 — Tornou-se o primeiro homem a sobrevoar o Atlântico-Norte e o Atlântico-Sul.

Mas isso não foi tudo. Mollison casou-se com a igualmente famosa Amy Johnson. Conheceram-se na Austrália, quando Amy terminou o seu histórico vôo, da Inglaterra à ilha-continente. A aviadora se encon-



trava na Cidade do Cabo quando Jim lá chegou, vindo da Inglaterra, num vôo-recorde. Ela o cumprimentou: "Seja bem-vindo, Sr. Mollison. Estou maravilhada com a sua façanha. Um feito heróico"

Mais tarde, o recorde de Jim foi quebrado — pela própria Amy Johnson. Junto, o casal fêz o primeiro vôo direto da Inglaterra aos Estados Unidos — e foram o primeiro marido e mulher a cruzar o Atlântico. Jim Mollison não apenas foi um herói como um "play-boy". Depois de seis anos de matrimônio, Amy dêle se divorciou, em 1938. A partir de então, não houve mais recordes. Tanto Jim como Amy passaram a dirigir aviões de guerra. Ela morreu nessa tarefa, num desastre, em 1941. O segundo casamento de Jim foi desfeito em 1948. A seguir, mudou-se para o Canadá, com o propósito de lá radicar-se. Mas voltava seis meses depois. Declarou, nessa ocasião, que planejava um vôo à Lua, num avião-foguete. De novo se casou, e sua terceira espôsa, Mary, tinha aversão por aviões. Fôra-se a glória, cessaram os planos. Jim comprou um hotel em Surbiton e passou a geri-lo. Um foguete já alcançara a Lua quando êle morreu, recentemente — quase esquecido — num hospital do Surrey. Tinha 54 anos.

POSSIBILIDADE DA FÔRÇA AÉREA

Condensado pelo Cel Ayrton Freitas de um trabalho publicado em "Ordnance"

Êste artigo foi extraído de uma recente palestra realizada pelo Gen. White diante da American Ordnance Association, filial de St. Louis.

O Gen. White é o Chefe do Estado-Maior da Fôrça Aérea dos EE.UU., em Washington D.C.

Na corrida tecnológica para atingir o poder que necessitamos para uma paz segura e duradoura, a Fôrça Aérea sabe muito bem o importante papel que desempenham a ciência e a indústria.

A experiência da Fôrça Aérea na II Guerra Mundial, mais do que em qualquer outra época, mostra-nos que a ciência e a indústria privada podem concorrer para que tenhamos uma poderosa fôrça de combate. Hoje, mais do que nunca, a Fôrça Aérea depende de adestramento, talento, engenhosidade e cooperação da ciência e da indústria dos EE.UU. A continuação do nosso trabalho em conjunto será o fator mais importante na consecução da segurança que todos procuramos obter.

A maior parte das atividades da Fôrça Aérea e de seus planejamentos são baseados primàriamente em três importantes fatôres. Primeiro, nós devemos manter uma fôrça de contenção real e pronta a agir. Segundo, devemos acelerar a aprovação de novos sistemas de armas para mantermos as nossas fôrças atualizadas. Terceiro, devemos incentivar a pesquisa e o desenvolvimento das armas para fazer face a uma ameaça remota.

Tôdas as fôrças armadas enfrentarão naturalmente êste problema triplo, mas com relação à Fôrça Aérea, êle é bem mais crítico. Nossas fôrças precisam não só estar prontas para o combate, mas também em permanente estado de alerta; além disso precisam possuir bastante flexibilidade para incorporar, contìnuamente, novas armas, tão logo tenham sido aprovadas. Ainda mais, devemos nos manter atentos para futuro distante, de maneira que um dia não venhamos a acordar e constatar que o nosso armamento tornou-se completamente obsoleto, face às últimas descobertas.

A tecnologia, tendo progredido ràpidamente nos últimos anos tem complicado o nosso problema, por reduzir o intervalo de tempo entre os estudos, a primeira série, a obsolescência e a antiguidade. No mar e em terra, tem havido relativamente pouca evolução quanto aos veículos básicos, mas no ar, grandes avanços técnicos têm resultado em totais mudanças de características e de possibilidades.

Um bom exemplo da situação que hoje se nos apresenta, é que nem um avião de caça que considerávamos de primeira linha na guerra da Coréia, estará em nossas unidades até o fim do ano. Outro exemplo é o fato de que, de acôrdo com os planos vigentes, uma mudança completa quanto a aviões de interceptação da Defesa Aérea terá terminado nos próximos 3 anos.

Não é preciso dizer que tais rápidas mudanças no material são onerosas, frustradoras e difíceis de realizar.

Desejo ressaltar, contudo, que as mudanças rápidas muitas vêzes são o nosso dever. Tanto devemos estar prontos para hoje, como para amanhã ou um futuro mais distante.

Uma modificação que eu considero particularmente interessante é que a Fôrça Aérea hoje em dia precisa investir maiores somas em equipamento de terra do que pròpriamente em engenhos aéreos pilotados ou dirigidos, como acontecia no passado.

Por exemplo, aproximadamente 2/3 do dinheiro que está sendo gasto nos programas de IRBM e ICBM será destinado ao equipamento necessário ao manuseio, transporte, testes, inspeção e reparos dos engenhos dirigidos. Na defesa aérea, uma sempre crescente proporção do dinheiro está se destinando a radares, comunicações e sistemas de contrôle em prejuízo das armas de interceptação atuais.

Para manter fôrças efetivas de contenção, prontas a agir, estamos antes de mais nada dispersando nossas fôrças estratégicas. Nosso objetivo é não ter mais do que um Grupo de B-47 (quarenta e cinco aviões) ou um Esquadrão de B-52 (quinze aviões) numa mesma base. Com os bombardeiros, estarão seus aviões tanques respectivos. Tal dispersão òbviamente dará melhor proteção às nossas fôrças, além de melhorar a nossa possibilidade de ataque. Com bases adicionais, poderemos colocar maior número de aviões em vôo mais ràpidamente.

Nós também estamos melhorando as condições de alerta nas bases de nossas fôrças estratégicas. A idéia aqui é ter meios adequados, tais como, acomodação de equipagens, áreas de estacionamento e pistas de rolagem adicionais, a fim de, pelo menos, colocar no ar 1/3 da nossa fôrça aerostratégica dentro de quinze minutos, a partir do primeiro alerta.

Além disto, estamos construindo bases para aviões tanques nas áreas do norte. Os aviões tanques operando dessas bases nos permitirão estender nossas possibilidades de alcance e, em alguns casos, diminuir o número de reabastecimentos necessários.

Nós estávamos dando, também, pernas mais compridas às nossas áreas do norte. Os aviões tanques operando dessas bases nos permitirão estender nossas possibilidades de alcance e, em alguns casos, diminuir o número de reabastecimentos necessários.

Nós estávamos dando, também, pernas mais compridas às nossas fôrças táticas através do desenvolvimento de técnicas de reabastecimento em vôo, para nossos caças. Além disto, já aperfeiçoamos vários procedimentos de alta eficiência, que podem muito bem ser descritos

com medidas de alerta para guerras limitadas, embora sejam igualmente eficientes no caso de uma guerra generalizada. Nós estamos preparados para compor fôrças para atender emergências de qualquer espécie. Estas fôrças, feitas sob medida, para um fim que se tem em vista, podem ser mandadas para qualquer ponto do globo em questão de horas.

Com relação à defesa aérea, estamos substituindo ràpidamente nossos interceptadores pilotados por supersônicos da série "Century". Já existem Engenhos Dirigidos AR-AR em condições operacionais para serem usados pelos nossos interceptadores pilotados contra aviões de bombardeio a jato. Estou me referindo especificamente aos Engenhos Falcon, controlados pelo radar e com cabeça sensível aos raios infra-vermelhos; ao Genie ou MB-1 arma nuclear, e ao Sidewinder, que foi desenvolvido pela Marinha e que a Fôrça Aérea está agora usando.

Intimamente ligado a tudo isto está o treinamento melhorado que é proporcionado a todos. Nossas fôrças estratégicas estão diàriamente levando a efeito exercícios de missões de ataque; nosso Comando de Defesa mantém-se praticando a interceptação; e nossas fôrças aerotáticas são mantidas em exercício de tiro e de mobilidade.

A seguir passemos a considerar o que a Fôrça Aérea está realizando para manter sua fôrça modernizada. Antes de tudo, estamos passando do B-36 para o B-52 tão ràpidamente quanto permita o fluxo de sua fabricação. Quando o último B-36 fôr retirado do efetivo da Fôrça Aérea, então teremos tôda nossa fôrça estratégica do combate na base de aviões a jato. Para acompanhar a fôrça de combate a jato, também estamos substituindo tôda a fôrça de aviões-tanques.

Os bombardeiros supersônicos estão agora começando a ser incorporados à Fôrça Aérea.

Estamos realizando estudos táticos do B-58 e agora pensa-se em substituir uma parte da fôrça de B-47 por êsses aviões.

Estamos também explorando várias possibilidades dos engenhos dirigidos ar-superfície para uso em nossas fôrças estratégicas de ataque.

Tais engenhos dirigidos adaptam-se a uma variedade de táticas. Por exemplo, êles podem ser lançados de várias milhas fora do objetivo, permitindo que o avião de bombardeio permaneça fora de área fortemente defendida, ou podem ser usados como um auxílio para penetração, com o fim de romper as defesas inimigas enquanto os aviões de bombardeio prosseguem para seus objetivos. Um tal engenho dirigido, o Rascal, está sendo produzido para ser usado pelos B-47. É propulsado a foguete, é supersônico e pode levar uma cabeça nuclear.

Esperamos obter maior alcance nos futuros engenhos dirigidos ar-superfície.

Podemos dizer que, quando estiverem operacionais, nossos bombardeiros serão capazes de lançar tais engenhos dirigidos contra objetivos críticos, até de 1 milha de distância. Esta possibilidade complicará enormemente os problemas de detecção e interceptação inimiga, uma vez que os ataques podem vir de muitas direções imprevisíveis.

Nosso Comando Aerotático e de Defesa Aérea dentro em breve estará todo na base de aviões supersônicos. As fôrças aerotáticas estão quase totalmente equipadas com F-100 e o comando de Defesa Aérea está sendo ràpidamente transformado para aviões F-101, F-102 e F-104.

A principal parte de nossa linha de alarma antecipado foi completada em julho último. As alertas e as extensões orientais dêste sistema estão ainda em execução. Esta rêde em combinação com nosso sistema semiautomático terrestre (SAGE) proporcionará uma excelente rêde de alarma e sistema de contrôle para defesa contra aviões a jato.

Com a ajuda de fundos adicionais recentemente atribuídos para êste ano fiscal, estamos apressando o desenvolvimento de nosso sistema de detecção contra engenhos dirigidos balísticos. Isto é uma necessidade, na era dos engenhos dirigidos, uma vez que é a chave de nossa capacidade ofensiva e reação defensiva. Como resultado de um furo nas técnicas radar do último verão, estamos confiantes no êxito neste campo.

O arsenal de armamento de defesa da Fôrça Aérea terá, muito breve, outro importante refôrço, com o Bomarc, engenho dirigido de longo alcance superfície-ar. Quatro postos de lançamento de Bomarc estão em construção e eventualmente teremos outros postos de Bomarc no interior dos EE.UU. Êste engenho dirigido, da mesma forma que os interceptadores pilotados supersônicos, pode ser usado em conexão com o sistema *Sage*.

Agora vamos dar uma volta pelas armas que estão sendo pesquisadas e desenvolvidas, as quais esperamos que nos ajudem a enfrentar a ameaça mais remota. A Fôrça Aérea está desenvolvendo e tem em construção o engenho Thor, balístico, de alcance intermediário.

Êste engenho dirigido e o Júpiter, desenvolvido pelo Exército, serão acrescidos ao poder do Comando Aéreo Estratégico. Inicialmente, êstes e os engenhos dirigidos internacionais que estão surgindo, serão usados para aumentar a fôrça de bombardeiros pilotada do Comando Aéreo Estratégico. Mais uma vez podemos prever que mais tarde, à medida que formos aprendendo mais a respeito de engenhos dirigidos, êles substituirão parcialmente a fôrça de bombardeio pilotada.

Desejo ressaltar, contudo, que até onde posso antever o futuro, penso que teremos fôrças mistas, isto é, fôrças de ambos os sistemas, pilotadas e sem pilôto. A razão de ser disto é bem simples. As fôrças mistas dar-nos-ão mais flexibilidade.

Por exemplo, há muitas possibilidades interessantes com os engenhos de longo alcance ar-superfície, lançados do ar e de espaço-naves. Esperamos que os bombardeiros mais avançados terão muito mais autonomia que os atuais. Isto, por sua vez, proporcionar-nos-á a possibilidade de têrmos bombardeiros em alerta, com engenhos de longo alcance, para manter uma constante formação de combate, nos céus do

mundo livre. Esta formação de combate, acrescida dos IRM's e ICBM's partidos de terra, proporcionar-nos-á uma formidável fôrça que poderia desfechar pesados golpes, simultâneamente, de diferentes pontos.

Dentro do Comando Aéreo Estratégico já temos organizada a 1ª Divisão de Engenhos Dirigidos, para tratar do treinamento e desenvolvimento da fôrça de engenhos dirigidos estratégicos.

Nós também ativamos dois esquadrões de engenhos dirigidos estratégicos, um operando com o *Thor* e outro operando com o *Júpiter*. Ambas as unidades estão agora na fase de treinamento. Tôdas essas unidades são comandadas por oficiais que tiveram grande experiência no comando Aerostratégico.

Na corrida para alcançar velocidades mais altas, maiores altitudes e mais longos alcances, os estudos progridem para o B-70, um bombardeiro propulsado quìmicamente, desenhado para velocidade de 2.000 milhas por hora, e um bombardeio propulsado com energia nuclear que terá uma autonomia quase ilimitada. Tais aeronaves e seu uso, em combinação com os engenhos dirigidos ar-superfície de longo alcance, não podem ser tão espetaculares quanto as previsões dos satélites armados e as fortalezas do espaço, mas estão muito próximos da realidade.

Em conjunto com a Marinha e a Comissão Consultora da Aeronáutica Nacional (NACA), também estamos trabalhando duramente no desenvolvimento do Norte América X-15. Esta aeronave é a que se segue ao Bel X-2 que o Capitão da Fôrça Aérea Kincheloe voou a 126.000 pés, dois anos atrás. Espera-se que o X-15 venha voar no ano vindouro, bem como atingir a velocidade de 3.600 milhas por hora e com altitudes superiores a 100 milhas acima da Terra.

Como parte da natural continuação da Fôrça Aérea no espaço, temos também em avançado estágio de desenvolvimento, satélites militares de ambas as categorias, pilotados e não pilotados. Também estão sendo levadas a efeito, pesquisas e desenvolvimento em um projeto chamado "Minuteman", que é outro engenho dirigido de longo alcance superfície-superfície.

Ao tratarmos de novos desenvolvimentos, penso que seja pertinente observar que a maioria das armas crusciais de hoje e de amanhã, utiliza o ar e o espaço como os caminhos do céu para o cumprimento de suas missões. É através do ar e do espaço que estas novas armas investem em velocidade, alcance, flexibilidade e surprêsa.

Em tempos anteriores a Napoleão, certos visionários reconheceram que o terceiro meio físico — o espaço acima da superfície da terra — apresentava condições para realizar melhor certas tarefas militares. Inicialmente, êste terceiro meio foi usado para explorar o reconhecimento, e mesmo até o início da 1ª Guerra Mundial o avião foi usado primàriamente para êste fim.

Então, outros líderes reconheceram as possibilidades do ataque aéreo. Além disso, a capacidade e as possibilidades inerentes ao poder

aéreo dominaram a imaginação de homens tais como Mitchell, Arnold e Spaatz e o poder aéreo surgiu por si.

Da mesma forma, o progresso da Fôrça Aérea através do espaço tem sido progressivo — o desenvolvimento natural e a conquista das velocidades, a altitude e o vôo continuado. Temos tentado sempre voar mais ràpidamente, a maior altitude, e permanecer em vôo por mais tempo. Para realizar essas coisas, tem sido necessário aumentar a potência de tração, melhorar as estruturas e obter características aerodinâmicas mais eficientes.

Êste processo da evolução, que tem trazido o nosso equipamento ao presente estado de desenvolvimento, não irá mudar de direção porque há alterações adicionais no âmbito espacial. Aeronáutica e Astronáutica são íntimas aliadas. O espaço aéreo nada mais é do que a continuação do elemento natural da Fôrça Aérea.

Neste ponto, gostaria de ressaltar que quando falo de espaço neste artigo, me refiro sòmente àquela área que escolhi denominar de envelope da terra, a área imediatamente em volta dela. Esta área, que sabemos estar dentro do nosso alcance e que é nosso primeiro objetivo é a principal área operacional para espaçonaves pilotadas.

Hoje, os EE.UU. mantêm uma poderosa fôrça que opera no meio físico — o ar — agora decisivo. O Poder Aéreo dos EE.UU. expressa a firme determinação do nosso país alcançar a paz através do poder. Esta fôrça permanece p r o n t a, como desencorajadora e não como ameaça.

O poder aéreo do qual hoje dependemos está ràpidamente se convertendo no poder aerospacial, do qual precisaremos para amanhã garantir a paz. A estrada à nossa frente é difícil e temos muito o que fazer. Falando pela Fôrça Aérea, nós enfrentamos o futuro com confiança. Reconhecemos naturalmente que os Estados Unidos talvez não sejam os primeiros em todos os aspectos da Tecnologia. Portanto, nós, os americanos devemos ser mais espertos que qualquer dos nossos oponentes a respeito do que devemos fazer com os nossos recursos. Fatôres de ordem estratégica, tática, técnica e econômica devem ser considerados. Alguns sucessos obtidos na conquista do espaço por um forte oponente não serão razões para que nos seja negada a decisiva fôrça Aerospacial de que necessitamos. Entretanto, se alguma outra nação nos levar a palma em muitos setores, de uma maneira significativa, poderá eventualmente descobrir novas ciências e novos sistemas de armamento que lhe proporcionarão vantagem decisiva. É por isto que o trabalho desta Nação no campo da ciência e da tecnologia deve continuar com alta prioridade, com base em sábios e cuidadosos planejamentos.

Intimamente ligado ao planejamento necessário para o desenvolvimento efetivo e para a utilização eficiente das armas modernas, encontramos o plano presidencial para a reorganização do Departamento de Defesa. Eu estudei o plano do Presidente para a reorgani-

zação do Departamento de Defesa e, da maneira como compreendi os seus propósitos, considero que a implementação dêsses planos será de grande benefício para a segurança de nossa Pátria. A Fôrça Aérea está integralmente de acôrdo com os propósitos do Presidente.

Uma estrutura organizacional militar, eficiente e moderna é tão necessária quanto armas e equipamentos modernos. Com tal estrutura, sinto que lucraremos com uma utilização mais eficiente do pessoal, do seu treinamento, da sua capacidade e de sua experiência agora disponíveis para todos os serviços.

Nesta hora de rápidas mudanças tecnológicas, necessitamos tanto de imaginação quanto de saber, e devemos evoluir rápida e sensatamente. Se exercitarmos discernimento e bom senso, tenho confiança em que o talento natural de nosso povo, visando o progresso, garantirá a segurança permanente que todos procuramos.

O MAIS AVANÇADO MARCO DO CONHECIMENTO HUMANO

ENCICLOPÉDIA DELTA-LAROUSSE

De alto interêsse para todos os militares, de tôdas as armas e serviços.

Abrange amplamente os seguintes assuntos:

Agricultura — Artes — Atividades Práticas — Biografias — Ciências Econômicas — Ciências Sociais — Direito — Educação Física e Desportos — Filosofia — Física — Geografia — Geologia — Govêrno e Administração — História — Jogos e Diversões — Língua e Literatura — Matemática — Mitologia — Música — Natureza — Química — Religião — Vias de Comunicação.

Sôlicite a visita, sem compromisso, de um Vendedor-autorizado, à

EDITÔRA DELTA S.A.

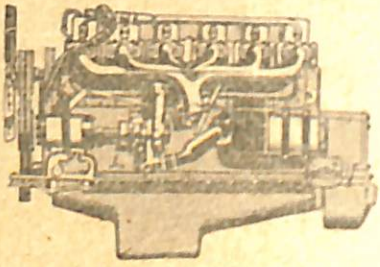
Travessa do Ouvidor, 22 - 4° andar

RIO DE JANEIRO — BRASIL

193 HP a 2.200 RPM

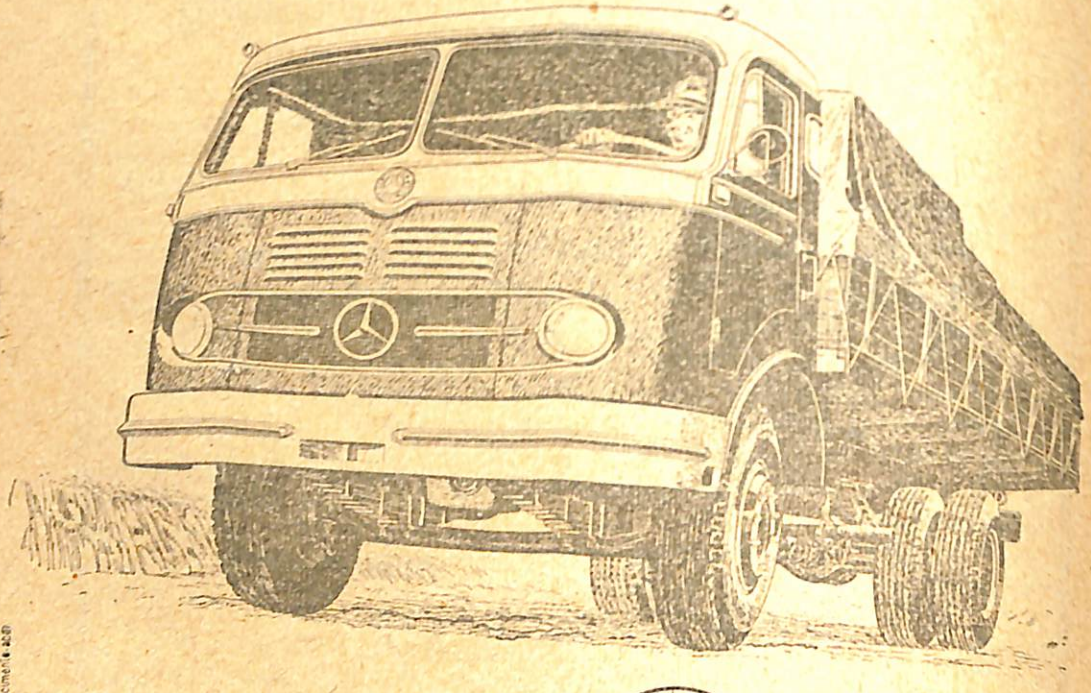
O NOVO E MAIS POTENTE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CARGA FABRICADO NO BRASIL

Modêlo: . . . . . OM 326 IV
Número de cilindros: 6
Cilindrada: . . . . . 10.810 cc
Diâmt. dos cilindros: 128 mm
Curso: . . . . . 140 mm
Potência (SAE): . . . . . 193 HP/2.200 r.p.m.
Rel. de compressão: 20,5:1



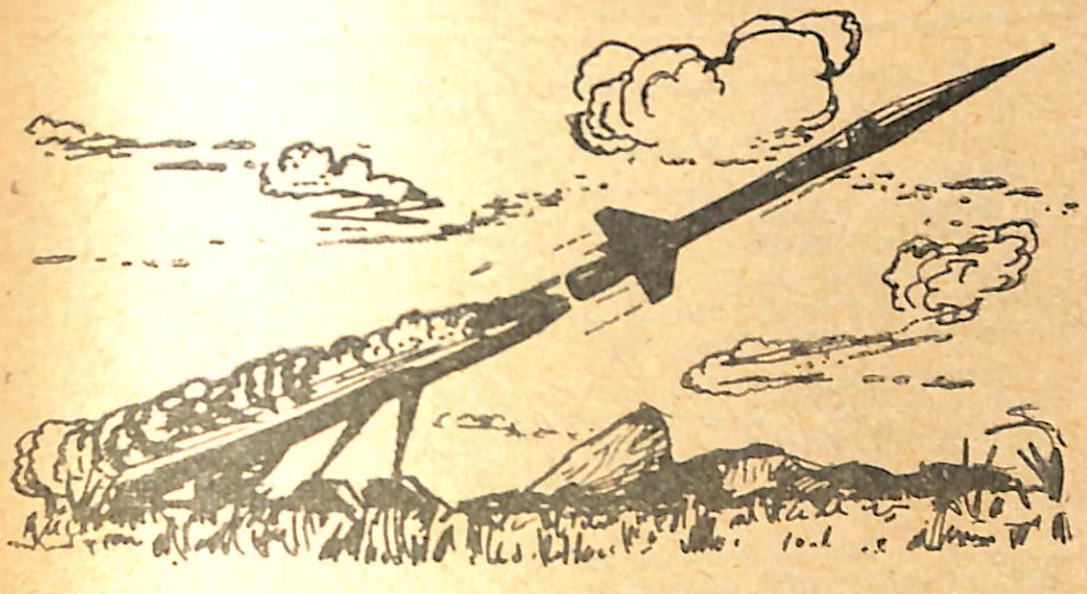
O novo Mercedes-Benz Diesel é o mais poderoso caminhão até agora produzido no país. Dispondo de excepcional potência, cobre distâncias mais longas nas subidas em marchas diretas do que qualquer outro veículo de transporte pesado. Proporciona maior velocidade média, viagens mais rápidas e maiores lucros. Três tipos de chassis: LP para caminhão, LPK para basculante e LPS para cavalo mecânico.

MERCEDES-BENZ



MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.

SUA BOA ESTRÊLA EM QUALQUER ESTRADA



Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

I — ESPACIOGRAFIA — GEOGRAFIA DO ESPAÇO

Por *HUMBERTO STRUGHOLD*
Extraído de "Missiles and Rockets"

A imaginação da humanidade jamais foi tão fascinada pelo conceito de espaço quanto o tem sido de há algum tempo a esta parte. Êsse conceito tem aparecido sob uma grande variedade de nomes: espaço próximo, espaço externo, espaço profundo, espaço livre, espaço interplanetário e espaço cósmico. Mas o "espaço" é vasto, mesmo dentro do nosso sistema solar. Do ponto-de-vista da astronáutica e especialmente da medicina do espaço — ou bioastronáutica — devemos especificar o que se deseja dizer em têrmos de topografia e ambiente.

Tal como o viajante à superfície da terra utilizava a ciência da geografia para sua orientação no tocante à distância e às condições a serem encontradas em sua jornada, o astronauta necessita de uma descrição topográfica e do ambiente do espaço. Isto poderia ser chamado "espaciografia" para orientação, navegação, designação das várias espécies de operações no espaço e estimativa dos problemas médicos em jôgo.

À primeira vista, pode parecer impossível traçar linhas de demarcação para subdividir um ambiente distinguido pela vacuidade. Há, entretanto, várias possibilidades.

O PRINCÍPIO DO ESPAÇO

A primeira questão é: "Onde começa o espaço?"

Êste é o título de um trabalho publicado pelo autor, de parceria com H. Haber, K. Buettner e F. Haber em 1951, no qual foi introduzido o conceito dos limites funcionais entre a atmosfera e o espaço. Nessa publicação, foi demonstrado que as várias condições atmosféricas necessárias para o vôo pilotado cessam em altitudes variáveis, e algumas, mesmo, dentro das regiões mais baixas da estratofera.

O limite final da atmosfera é encontrado a uma altitude de 120 a 140 milhas, onde a atmosfera termina aerodinâmicamente. Esta é a linha divisória entre os vôos do espaço equivalente e as operações do espaço verdadeiro — ou entre o espaço aéreo aerodinâmicamente efetivo e o espaço livre.

Agora, quais as possibilidades de subdividir, para fins astronáuticos, as regiões além dessa fronteira?

Podemos falar de espaço cislunar, espaço translunar, espaço cismarciano e espaço transmarciano, como foi sugerido por Krafft Ehricke (cislunar, o espaço mais próximo; translunar o mais afastado do observador).

GRAVISFERA

A situação gravitacional no espaço é de interêsse especial do ponto-de-vista de navegação. O campo gravitacional da terra, tal como o de todos os outros corpos, estende-se, naturalmente, até o infinito — mas para o astronauta, a esfera de atração gravitacional predominante é o fator de maior importância na navegação.

Talvez fôsse prático dar a essas zonas de contrôle gravitacionais o nome de gravisferas. A gravisfera da terra estende-se por cêrca de 1.000.000 milhas, que é a região onde se imagina que estejam os satélites. A velocidade de ejeção empurra eventualmente um veículo para fora da gravistera da terra, fazendo-o penetrar nas zonas de contrôle gravitacional de outros corpos celestes.

Dessa forma, podemos chegar a uma subdivisão astronáutica do espaço, baseada na extensão dos territórios gravitacionais, dos vários corpos celestes.

Para o astronauta, revestem-se de importância prática e vital as diferenças nas condições ambientes do próprio espaço: o ambiente do espaço nas proximidades dos corpos celestes é diferente do ambiente no espaço interplanetar livre. Êle apresenta algumas peculiaridades ocasionadas pela simples presença de corpos sólidos, pelas propriedades óticas das superfícies dêsses corpos e pelas fôrças que têm origem nos mesmos e se estendem para o espaço.

Nas proximidades da Terra, por exemplo, somos protegidos pelo corpo sólido do próprio planêta contra os raios cósmicos e meteoritos

— tal como estamos abrigados, da chuva, granizo ou vento, quando nos postamos por trás de uma casa. Outras particularidades do ambiente do espaço, perto da terra, são a sombra e a radiação.

As fôrças que causam, no espaço, perto da terra, diferenças regionais de ambiente, são as do campo geo-magnético. O campo magnético da terra influencia poderosamente o influxo dos raios corpusculares de origem solar e cósmica, mediante sua canalização para as regiões polares. A distribuição dessas partículas em forma de raios no espaço adjacente apresenta, de fato, consideráveis variações com as latitudes da terra.

Por tôdas essas razões, o espaço nas circunvizinhanças da terra é um tanto diferente do espaço interplanetário aberto.

Para sublinhar essas diferenças, Krafft Ehricke introduziu o conceito do espaço terrestre e supõe para êle uma extensão de um raio da terra, ou sejam 4.000 milhas.

Outra designação conveniente poderia ser "espaço circunterrestre". Para esta região, dentro da qual a influência da terra sôbre as qualidades ecológicas do espaço é distintamente reconhecível, poderia ser aconselhável empregar o têrmo "espaço profundo" ou "espaço externo".

RADIAÇÃO SOLAR

O espaço externo, porém, apresenta novamente diferenças de ambiente em várias partes do nosso sistema solar. Essas diferenças baseiam-se nas variações de intensidade em função da distância a que se encontra o sol.

Um veículo nas proximidades da Lua receberia cêrca de cinqüenta vêzes mais calor por unidade de superfície e por minuto, do que na área de Júpiter. Isto constitui um fator importante no contrôle do clima dentro da cabine especial.

Um veículo preparado para uma excursão a Júpiter, tal como uma expedição equipada para caçar jacarés nas selvas do Amazonas, não poderia ser despachado para caçar ursos no Ártico. Qualquer veículo que entrasse no espaço intermercuriano, acabaria finalmente numa espécie de barreira térmica solar.

Quanto à radiação visível, ou luz, o "céu" no espaço é escuro em tôda parte. Entretanto, a iluminação recebida do sol varia consideràvelmente. Na órbita de Mercúrio, ela atinge cêrca de 80.000 velas/pé, enquanto que a imensa distância de Plutão é de apenas 8 velas/pé.

Finalmente, a faixa ultravioleta de radiação solar, que é quìmicamente muito ativa, tem influenciado fortemente as condições do ambiente dos planêtas. Isto é demonstrado pela divisão de suas atmosferas em uma zona interna de oxigênio e outra externa de hidrogênio.

Na primeira encontram-se Vênus, a Terra e Marte. A segunda compreende os planêtas de Júpiter a Plutão. A ecologia espaciográfica abrange, então, duas áreas: a ecologia do próprio espaço e a ecologia dos planêtas, ou ecologia planetária.

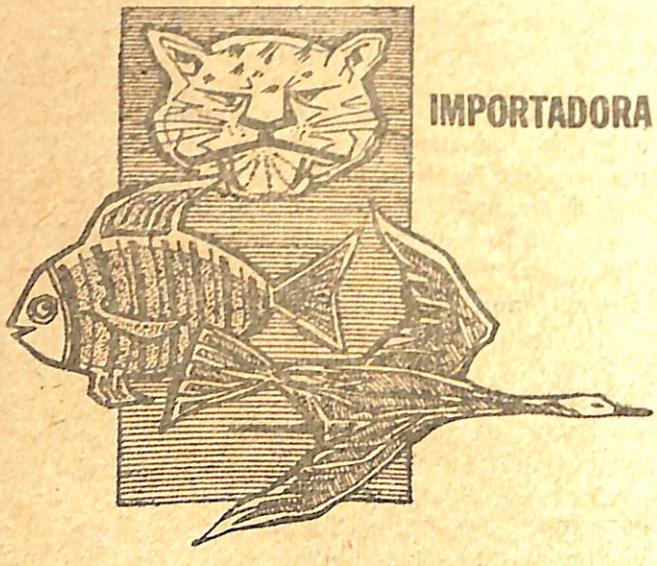
ECOSFERA

Para as operações pilotadas no espaço parece haver — pelo menos no momento e em futuro próximo — uma área limitada no sistema solar, relativamente às condições ecológicas do próprio espaço e dos planêtas.

Isto é uma espécie de ecosfera, ou uma função da distância do sol e as intensidades de radiação resultantes. Esta esfera abrange a região de Vênus e Marte.

Comparando o tamanho do Sol, tal como êle é visto dos vários planêtas, obtemos uma impressão dramática da intensidade da sua radiação. Por exemplo, da distância em que se encontra Plutão, o sol não pareceria maior do que nos parece a estêla vespertina (Vênus), olhada da Terra. Durante centenas de anos, os astrônomos têm cartografado as estrêlas, medindo as distâncias que nos separam delas e definindo seus movimentos. O astrônomo faz isso de longe, sentado atrás de seu telescópio, num Observatório confortável, tendo à sua volta, o ar fresco das montanhas do Texas ou Califórnia.

Em contraste com isto, porém, o astronauta deixa o ar que nos dá a vida e aventura-se no espaço, encerrado em sua pequenina "terra". Êle tem de saber para onde está indo, qual o ambiente a que se dirige. Como guia, êle necessita de uma "geografia do espaço" ou "espaciografia", baseada essencialmente em considerações ecológicas concernentes ao próprio espaço e aos planêtas.



IMPORTADORA OMAR ZIMMERMANN & CIA. LTDA.

armas, munições
artigos para caça, pesca,
praia e campo
cutelaria, ferragens
consertos
niquelação oxidação

CASA Bayard

RUA LÍBERO BADARÓ, 578 - Tel. 34-7569 - End. Teleg. "TIROCERTO" - São Paulo

II — A BARREIRA TÉRMICA: PRÓXIMO DESTINO

Cmte 8T. MARVI

Quando venceu a barreira sônica, o homem acreditou que o céu lhe pertencia. Foi aí que lhe deparou um novo obstáculo: a barreira térmica. Começava, então, uma nova aventura na conquista do espaço. O drama dos vôos térmicos, a aventura dos pilotos quentes...

A barreira do som não fôra uma barreira, pròpriamente dita. Foi uma ambiência, pois, ao invés de envolver as asas, o ar criou ao redor delas uma turbulência que atingia tôda a estrutura do avião, emprestando-lhe vibrações perigosas.

Que é a barreira térmica? Como muitas outras expressões, também, é falta. A chamada barreira térmica aparece com o aumento da velocidade e é causada pelo atrito das moléculas de azôto e oxigênio de que se compõe o ar, sôbre a fuselagem, as asas e os lemes de direção e profundidade. Acima da velocidade do som, o atrito do ar sôbre a superfície do avião aquece o seu bojo, de uns 15 graus, o que não representa nenhum problema.

Quando a velocidade atinge Mach 2 (duas vêzes a velocidade do som), a temperatura da superfície metálica do avião atinge 180 graus. O caso já é mais sério. Começa a surgir um problema... Ao atingir 2.500 km/h o avião entra numa estufa de 250 graus. Em Mach 3, aproximadamente 3.300 km/h, o avião mergulha num forno de 400 graus. E em Mach 5, a temperatura atinge a 1.200 graus!

O aumento da temperatura segue uma lei muito simples, conhecida de todos os que se dedicarem ao estudo da física: a temperatura de um gás depende da energia cinética de suas moléculas. Essa energia é proporcional ao quadrado da sua velocidade.

Irá a barreira térmica impedir a conquista do espaço pelo homem? Evidentemente, não. Os técnicos já resolveram parte dos problemas apresentados. Os americanos, estudando os fenômenos colorífícos que aparecem em velocidades acima de 1.500 km/h, criaram vários aviões experimentais como F-102 e os Bell X-2.

O Bell X-2 é uma aeronave parasita, instalada sob a fuselagem de um quadrimotor B-50, que o transporta até 12 mil metros de altitude. Neste momento, o Bell X-2 aciona o seu motor estático de 8 metros de comprimento — que produz 100.000 HP na rotação máxima — e mergulha a 3 mil quilômetros por hora no ar aquecido como um forno. Felizmente, o avião-laboratório não adquire logo a temperatura ambiente. Portanto, o perigo só sobrevém depois de 20 ou 30 minutos de vôo, dependendo das condições climatéricas.

No momento, o problema é o seguinte: poderão as aeronaves de passageiros voar, durante horas, a 3 mil quilômetros ou mais de velocidade? As dificuldades a resolver são imensas. Imagina-se que a 2.500 km/h o combustível ferve e as ligas leves perdem a metade da sua solidez. A 3.000 km/h o próprio titânio começa a amolecer.

O avião laboratório leva todo o equipamento necessário para registrar qualquer anormalidade. Em tôdas as suas partes são instalados microtermômetros e, dessa forna, é possível conhecer os pontos que se aquecem primeiro, como o nariz, a cauda e a ponta das asas.

Novos metais e novas ligas estão sendo experimentadas. Novos tipos de cerâmicas, sistemas refratários e refrigeradores da cabine. No momento atual, parece, a solução é a altitude. A 20 mil metros, um avião voando a 2.500 km/h, quando a temperatura ambiente é de menos de 10 graus centígrados, pode permanecer 70 minutos no ar, antes que a sua temperatura superficial se eleve a 150 graus.

Na Rússia, os aviões experimentais voam até 25 mil metros de altitude, durante alguns minutos, atingindo a velocidades superiores a 2 mil quilômetros, antes de atingir temperaturas demasiado elevadas.

A solução para o avião tripulado, no estado atual da ciência, é a de voar a 50 mil metros; porém, nesse meio rarefeito, terá que fazê-lo a uma velocidade mínima de 7.500 km/h, para que tenha a sustentação suficiente para se manter no ar, o que é impossível, no momento, pois as ligas conhecidas não podem suportar temperaturas de 250 ou 300 graus. A metalurgia não se desenvolveu tão ràpidamente quanto a aviação...

A solução apresentada exigia que o avião fôsse refrigerado, o que acarreta novos problemas, pois a sua instalação iria aumentar, consideràvelmente, as suas dimensões e o seu pêso, tornando o seu vôo impossível.

Com o lançamento do Sputinik, a União Soviética ganhou, em 1958, temporária vantagem sôbre os norte-americanos e inglêses, no setor de foguetes dirigidos. Incontestàvelmente, foi um grande feito científico, que culminou com o lançamento de um satélite do sol, meses mais tarde. Os Estados Unidos reagiram, nesse meio tempo, obtendo êxito absoluto com o lançamento de pequenos satélites artificiais. O extraordinário avião-laboratório Bell X-15, de fabricação norte-americana, já deve ter dado a resposta sôbre as possibilidades do ser humano resistir à ação dos raios cósmicos encontrados acima das camadas atmosféricas da terra. Por sua vez, o Lunik plantou, na Lua, a bandeira da terra. O que está para vir, não se sabe o que é, mas, sabe-se que irá à Lua ou a qualquer outro ponto do universo, levando um ser humano. Dentro em breve os cientistas tornarão realidade um sonho que a humanidade persegue desde a sua infância, visualizados por gênios e poetas que se perpetuaram no tempo e que, em vida, foram chamados loucos!

A história do homem na conquista do espaço, utilizando o foguete como meio de propulsão, começou dois séculos antes de Cristo e só terminará no dia do juízo final.



ANO II — N. 4
(JUN 60)

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO,
Instrutor da ECEME

SUMÁRIO

BASES FILOSÓFICAS

1. PRIMAZIA DA DOUTRINA
Gen de Aviação L. M. Chassin, da França
(Traduzido de "Forces Aériennes Françaises")

2. GUERRA MODERNA, TÉCNICA E SURPRÊSA
Major Amerino Raposo Filho

TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, sòmente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

BASES FILOSÓFICAS

1. PRIMAZIA DA DOUTRINA

General-de-Aviação L. M. CHASSIN, da França
Traduzido de "Forces Aériennes Françaises"

NOTA DO REDATOR

Mais um estudo da lavra do eminente pensador militar francês, trasemos à meditação dos leitores de "A Defesa Nacional", relativamente a indagações filosóficas de fundo eminentemente dontrinário. Trata-se de análise de alto nível do problema da Guerra, publicada há pouco mais de um decênio e em excelente tradução do então Coronel Renato Batista Nunes, figura de grande expressão no moderno pensamento militar brasileiro. É, como se vê, trabalho anterior ao que divulgamos em nosso número de abril, sob o título "IDÉIAS PARA UMA DOUTRINA DE GUERRA", mas nem por isso perde a atualidade dêsse outro tema do mesmo autor. São pontos que merecem atenção de nossos camaradas:

— conceituação de Doutrina de Guerra e Doutrina Militar;

— componentes da Doutrina de Guerra.

Discorrendo sôbre o que chama de Doutrina de Guerra Geral, que entende "definir a atitude da Nação em caso de conflito", destaca o General CHASSIN que, nos dias que correm "não há mais identidade entre as palavras Defesa Nacional e Exército, pois contràriamente ao passado, a Guerra não é um encargo ùnicamente reservado aos militares". Aliás, tal conceito fôra durante a 1ª Guerra Mundial, levado ao próprio campo da Estratégia Operacional Aliada, em sua fase decisiva, quando CLEMENCEAU afirmou que "a Guerra é uma coisa muito séria para que se a deixe nas mãos dos generais". Conceito evidentemente completado por outro que acentuava: "os Chefes políticos devem evitar que faleça a Estratégia Militar, devido a decisões imponderadas. Ambas as estratégias têm que se harmonizar no campo da luta".

De qualquer modo, a afirmativa do General CHASSIN enseja oportunidade no sentido de lembrarmos aos leitores de "Doutrina Militar Brasileira" que as idéias ligadas ao campo doutrinário geral e, mesmo, militar em suas principais bases conceptuais, devem igualmente interessar e envolver

militares e civis. Aos "continuadores da política" e aos "formuladores da política"... Pois, nenhum cabimento teria continuarem as elites civis divorciadas das militares no equacionamento de tais problemas numa época em que cada vez mais se entrosam os fatôres da Estratégia de Segurança Nacional. E aí está um aspecto da maior importância, a exigir compreensão e entrosamento, por forma a melhor se discernir sôbre nossa Doutrina de Guerra e Doutrina Militar, cujos primeiros passos vêm sendo dados, de maneira expressiva, pela nossa Escola Superior de Guerra, que já focaliza em seu "curriculum" temas perante auditório que bem representa a elite civil-militar, no que ela tem de expressivo, dinâmico e, sobretudo, responsável.

Outro ponto interessante no trabalho do Gen CHASSIN, é o respeitante ao que êle denomina Doutrina Militar Pura, expressão usada para caracterizar que "ter-se-á então na doutrina, uma parte universal e uma parte variável em função dos fatôres espaço-temporais", esclarecendo que "a parte universal, consiste em estabelecer definições e lembrar os princípios mais simples da lógica, aplicados ao problema da Guerra". E a menor recomendação para seus argumentos está, como aliás não poderia deixar de acontecer, na própria obra de CLAUSEWITZ, que se completa em seus 8 livros, reunidos sob o sugestivo título "Dos Krieg" onde "se acham dispostos com muita ordem os diversos andares que constituem uma Doutrina Militar Geral". E convém frisar algumas idéias:

— "uma Doutrina Militar, para ser válida, deverá considerar a situação geográfica e política do país, ou do grupo de países para o qual foi estabelecida";

— "as doutrinas militares deverão adequar-se às condições geográficas e étnicas dos grupos humanos que as empregam".

São, como se vê, pontos de real interêsse ao entendimento da Guerra naquilo que ela tem de fundamental e traduzido pela Doutrina a ser formulada, e que muito valimento terão aos estudos que se fizerem tendo em vista solucionar o Problema Militar Brasileiro, consoante uma Doutrina Militar moderna, flexível, mas sobretudo em conformidade com os diferentes fatôres do levantamento estratégico, integrantes duma autêntica Doutrina de Guerra Brasileira. Doutrina de cúpula, envolvendo todos os campos da atividade nacional e que, no caso particular das três Fôrças Armadas, se consubstancie numa Doutrina Militar única.

Maj A. RAPOSO FILHO.

"Pour rendre le fil à l'épée, il est temps qu'elle restaure la philosophie propre à son état."

CARLES DE GAULLE

Os franceses, que ocultam um grande fundo de seriedade sob aparências de leviandade, acreditam, às vêzes, ser obrigados a gracejar sôbre a importância das doutrinas de guerra, e recentemente, aqui mesmo, um dos nossos mais eminentes colaboradores começava uma série de artigos relativos ao esbôço de uma doutrina aérea, pelo estudo dos materiais.

Não vejamos nisso mais do que um gracejo! Nossa história militar, recente apresenta bem tristes e bem célebres exemplos de erros puramente doutrinários, para que não sintamos, instintivamente, quanto é importante, notadamente hoje, a elaboração duma doutrina de guerra capaz de suportar o choque formidável das provas do futuro.

Chama-se doutrina, diz o **Larousse**, "ao conjunto das opiniões de uma escola filosófica ou literária". A doutrina de guerra de um país representará, então, o conjunto das opiniões relativas à preparação e à direção da guerra, elaborados por um certo número de pensadores, com a audição e o assentimento do Govêrno e do Alto-Comando em exercício. Com efeito, sejam quais forem as opiniões, à **posteriori**, a guerra é uma arte conjetural e, se os princípios são eternos, não há receita infalível capaz de garantir a vitória. O emprêgo dos carros, o da aviação, a parte relativa de cada um dos exércitos no nosso aparelho militar, mesmo o lugar dêste no conjunto das fôrças vivas do país, a organização dos outros setores da defesa nacional, deram sempre motivos para inumeráveis discussões e, como em tempo de paz não intervém a dura sanção da experiência, os retóricos e os políticos jogam com segurança; quantas teorias estranhas têm vindo a lume, desde a mística da ofensiva à maneira de Grandmaison, até à mística defensiva de Chauvineau!

O problema é, portanto, de importância capital, e talvez hoje mais do que nunca. Antes, porém, de elaborar uma doutrina, cumpre saber com exatidão o que é preciso incluir nela, e em vez de proceder, como é habitual, por saltos e às apalpadelas, construir um edifício harmonioso e cartesiano, capaz de satisfazer ao espírito pela sua lógica, e fazer essas revistas gerais tão caras ao capitão de infantaria, a quem o tédio dos anos de ocupação na Alemanha inspirou o "Discurso do método".

Ora, uma doutrina de guerra, para ser completa, deve compreender três grandes categorias que vão do geral ao particular.

A primeira, ou **doutrina de guerra geral**, tem por finalidade fixar com precisão a atitude da nação em face do problema eterno que é a guerra. Deve traduzir-se nuns tantos textos legais relativos à defesa nacional, definindo claramente suas diversas partes, bem como a importância relativa que se lhes pretende dar, e, enfim, organizando o comando de guerra no escalão governamental.

A segunda situa-se no escalão inferior, e sua finalidade é versar o mesmo problema, no que concerne a cada um dos domínios da defesa nacional que houverem sido definidos. Haverá, por exemplo, uma doutrina de guerra para a economia, para a propaganda, para a pesquisa. No que respeita mais particularmente ao domínio das fôrças armadas, será cabível elaborar uma **doutrina militar geral**, cujo fim será, uma vez mais, dada a parte global das fôrças armadas no esfôrço total do país, determinar sua importância relativa, fixar-lhe a missão geral, e organizar o seu comando.

Enfim, para penetrar mais no pormenor, do ponto de vista militar, cada exército deverá ter sua doutrina própria, ficando bem entendido que estas serão coerentes, e se prenderão, sem rodeios, à doutrina mais geral, definida no escalão superior. Haverá, então, **doutrinas militares particulares**, e as doutrinas terrestre, naval e aérea, além do plano, sempre o mesmo, acima fixado, deverão descer até os pormenores dos processos e considerar a questão capital da construção dos materiais necessários.

É bem verdade que nenhum país conseguiu, jamais, realizar êsse plano. Entretanto, é certamente para isto que tendem os espíritos esclarecidos, tôda a vez que um cataclismo vem mostrar a necessidade de reconstruir um edifício que se tornou obsoleto. Infelizmente, é raramente possível confiar a um único cérebro, ou a um só grupo de homens concordes a respeito dos grandes princípios, a elaboração de uma doutrina. Ainda quando um espírito distinto consegue lançar no papel um texto maduramente pensado e bem arquitetado, eis êsse texto, logo depois, escrutado, analisado, dissecado e criticado por comissões e orçamentos múltiplos, as mais das vêzes compostos de personagens que mal conhecem a questão. Começa, então, a mutilação. Um, arranca um pé e o substitui por um ôlho. Outro corta o nariz para pôr no seu lugar o cóccix. Finalmente, ao autor primitivo, desolado, resta, sòmente, contemplar o desastre, e será, então, êsse quadro a Picasso que constituirá, quase sempre, o texto legislativo final. Que ninguém se admire, portanto, das incoerências de uma lei como a de 1938. Como as outras, sofreu ela êsse atroz suplício, e bastantes imperfeições lhe advieram **depois**, pois estamos certos de que não existiam no edifício luminoso e sólido construído pelo primeiro redator.

Em suma, é nos artigos pessoais que se tem maiores probabilidades de poder ser claro, lógico e cartesiano. Experimentemos, pois, fabricar um modêlo.

——oOo——

A doutrina geral de guerra deverá, em primeiro lugar, definir a atitude da nação em caso de conflito. Será preciso insistir a êsse respeito? Não parece. Entretanto, há muito que dizer. O fato de assumir atitude neutral não exclui a possibilidade de ser invadida: a Bélgica, a Dinamarca, são tristes exemplos disso. Trata-se de ir mais longe e, em primeiro lugar, decidir se se quer, ou não, defender a própria independência Pode-se conceber muito bem um país intransigentemente

pacifista, que decide, **a priori**, não se defender se fôr invadido. Êsse país não necessitará de uma doutrina de guerra clássica, — ficando bem entendido que poderá lutar contra o invasor, utilizando diferentes meios, de ordem espiritual ou moral, ou mediante resistência passiva que poderá ser eficaz, mas que não é nosso objeto agora.

Por outro lado, mesmo que um país tenha decidido firmemente conservar-se neutro, se quiser defender sua liberdade, deve ter uma doutrina de guerra.

Ora, atualmente a guerra tornou-se **total**. Invadiu todos os setores da atividade humana. Contràriamente ao passado, a guerra não é mais um encargo ùnicamente reservado aos militares. Muito ao invés disso, no seio da defesa nacional, as fôrças armadas organizadas não constituem mais do que uma parte do quadro, e é preciso confessar que sua importância não cessa de decrescer.

Eis um primeiro ponto, a respeito do qual é absolutamente preciso insistir. Não há mais identidade entre as palavras "defesa nacional" e "exércitos". Quando se diz "exército", cita-se apenas uma pequena parte do problema. Expliquemo-nos.

Quando não se estiver seguro de ser bastante forte para desferir sempre os golpes, poder-se-á ficar mais ou menos certo, infelizmente, de poder recebê-los, se a situação geográfica fôr semelhante à da França. Cumpre, então, diminuir a vulnerabilidade da nação às ações do inimigo, e particularmente às ações aéreas que, depois do aparecimento dos explosivos nucleares, tornaram-se mais temíveis do que nunca. Se amanhã fôssem lançadas bombas atômicas sôbre a França, em que situação ficaríamos? Como sua chegada seria assinalada? Como se tentaria detê-las em seu curso? Em que espécie de abrigos se poderiam refugiar as populações ameaçadoras? Uma vez caída a bomba, como se organizariam os socorros? Como se manobrariam as colunas móveis destinadas a lutar contra o fogo? Onde se encontrariam as equipes para os desentulhos? Os postos de socorro? Os hospitais e todo o equipamento terapêutico exigido pela luta contra as lesões terríveis provenientes dos choques, das queimaduras e, enfim, dos gamas e dos neutrons?

Todo o conjunto das medidas a prever para responder a esta série de questões angustiantes deve ser objeto duma lei que organize êsse domínio particular da defesa, que se denomina a proteção civil, e cuja importância é tal que, no decorrer da guerra 1939-1945, ocupou 2 milhões de homens na Alemanha, e 1.200.000 na Inglaterra. A evocação que fizemos acima mostra, sem dúvida, que êsses algarismos serão insuficientes amanhã. Cumpre, portanto, assinalar, na doutrina de guerra geral a importância dêsse domínio, inteiramente à parte das fôrças armadas, e reservar-lhe a parte do potencial nacional — homens e créditos — ao qual tem direito, sem contraditas, ficando bem entendido que, na nossa segunda categoria de textos, a doutrina de proteção civil será fixada por leis e regulamentos precisos que disponham quanto à sua organização, seu material e a maneira de empregá-los.

A par do domínio da proteção civil, e talvez mais importante ainda, está o domínio da economía de guerra.

A economia de guerra tem como objeto garantir a satisfação das necessidades das fôrças armadas, permitíndo que o país continue a viver. Exige, portanto, que se regulem as questões de repartições do pessoal dos exércitos, da proteção nacional e do reservado a economia de guerra. Chegamos, assim, à questão difícil do serviço nacional e à da requisição de mão-de-obra.

Trata-se, a seguir, de proceder à mobilização e, conseqüentemente, de classificar as indústrias em indústrias de guerra, indústrias essenciais, indústrias prioritárias, indústrias neutras e indústrias inúteis.

Trata-se, ainda, de considerar o problema, mais árduo, talvez, do financiamento.

Sem entrar em minúcias, convém assinalar duas coisas. Antes de tudo, o problema que apresenta, talvez, três aspectos: o aspecto liberal, o aspecto totalitário e o aspecto médio, se se pode dizer, trabalhista. Dever-se-á, por exemplo, suscitar, para incentivo do ganho, os esforços dos industriais, ou torná-los pura e simplesmente estatais, ou, enfim, contentar-se em limitar-lhes os benefícios?

Questão grave e delicada, que pede diretrizes do Govêrno. A segunda observação é a necessidade de precaver-se, como em 1938, de querer enviar muita gente para os exércitos, em detrimento da retaguarda. Os Estados Unidos, que dispõem de 140 milhões de habitantes, *não mobilizaram* mais de 100 divisões. Prudentemente, destinaram ao esfôrço de guerra apenas 60% do seu potencial econômico total. Sem dúvida, quando se tem a faca ao peito, é forçoso fazer mais, como aliás fizeram os inglêses. Mas, é preciso lembrar que uma vitória ganha à custa da ruína econômica não vale mais, talvez, que uma derrota.

E não é tudo. A pesquisa científica, que é também do domínio da direção civil, tornou-se a mais temível de tôdas as armas até hoje imaginadas.

Com efeito, até uma época bem recente, as pesquisas dedicadas à guerra, não haviam sido objeto de organização governamental sistemático. Eis por que os armamentos apresentaram progressos mui lentos e esporádicos. Se o freio do cavalo, por exemplo, data dos tempos mais remotos, o estribo só foi inventado no Século VI da nossa era. As misturas incendiárias eram conhecidas desde os chineses do Século V antes de J. C., e a utilização da pólvora surgiu sòmente no Século XIV. Mais perto de nós, Napoleão fêz tôdas as suas guerras com o mesmo armamento. Se o progresso se acelerou um pouco no decorrer do Século XIX, jamais se havia dado aos sábios encarregados de plagiar o raio, meios tão formidáveis quanto os que puseram à sua disposição o chanceler Hitler e M. Roosevelt. Parece, portanto, que a era das guerras de laboratório se anuncia. A planificação da pesquisa científica de defesa nacional, trouxe ao domínio das guerras uma verdadeira revolução.

É, por conseguinte, necessário, em primeiro lugar, organizar êsse domínio, e, num recente artigo de "Aeronáutica", o Capitão Macmillan

fazia do chefe do Serviço de Pesquisas científicas de defesa nacional, adjunto direto do chefe do Govêrno, ficando o chefe do Estado-Maior geral das fôrças armadas, num escalão abaixo do dêle.

A doutrina de guerra geral deverá precisar a atitude da nação diante dêsse domínio.

Cumpre, ainda, aqui, adotar uma atitude liberal, ou procurar militarizar em benefício total do estado? Parece preferível deixar aos pesquisadores ampla iniciativa, garantindo-lhes o concurso e o apoio de que necessitarem. A lei sôbre invenções que decorrer dessa atitude geral, poderá, então, revestir-se de caráter liberal, protegendo o inventor e garantindo, para a nação, a propriedade das descobertas de seus filhos.

Resta ainda um vasto domínio: — é o das fôrças psicológicas e morais. A defesa psicológica será uma organização extremamente complexa, que competirá a numerosos Departamentos: à Educação nacional, antes de mais, para inculcar às crianças a fé patriótica desde a tenra idade; à Informação, que deve garantir a propaganda; ao Interior e às Fôrças Armadas, que devem lutar contra os agentes inimigos e garantir a busca de informações, e, enfim, às Relações Exteriores, que devem promover alianças.

A defesa psicológica é uma arma moral. Mas, as armas morais são, às vêzes, as mais terríveis. O terror que se consegue inspirar vale, algumas vêzes, mais do que o canhão. A exaltação do moral é, desde Tirteu, reconhecida como uma fôrça que é preciso considerar. A demolição do moral do inimigo, atacado ao mesmo tempo pelo exterior e pelo interior, não foi um dos principais elementos do êxito de Hitler?

Eis, portanto, na defesa nacional, e independentes das fôrças armadas, quatro domínios que se devem organizar, tendo em mira o fim primordial que nos impusemos.

Organizar, em última análise, consiste em regular duas questões capitais: a primeira é a da hierarquia; a segunda a da repartição dos recursos.

Na França, notamos com satisfação que a Constituição, no seu art. 7º, dá ao chefe do Govêrno o duplo encargo de coordenar a atividade dos Departamentos ministeriais, em matéria de defesa nacional, e de exercer a direção das fôrças armadas. Quis, dessa maneira, assinalar bem nitidamente, que esta questão de vida ou de morte requer primordialmente a atenção do homem que preside os destinos do país. Em princípio, e mesmo em tempo de paz, êle não pode subtrair-se a êsse dever.

Entretanto, além da Constituição, nenhum texto legal veio fixar a organização do escalão governamental da defesa nacional. Quatro textos estão atualmente submetidos ao Parlamento. (1) Esperemos que

(1) Um, pelo Govêrno Ramadier, modificado por M. Schuman; o segundo, pelo Partido Socialista; o terceiro, pelo Partido Comunista. O quarto emana de M. M. Boivin — Champeaux e Abrie, conselheiros da República.

de uma discussão ampla, e que deverá manter-se no nível elevado que convém, resulte uma organização coerente e lógica. Não cabe, aqui, debater o problema, mas indicar a necessidade de criar, junto ao Govêrno, um órgão de conselho e um órgão de trabalho, sem multiplicar os "comités": alimento da polissinódia!

Antes de passar ao exame da doutrina militar, notemos que a atitude da nação diante do fato da guerra, não se refletirá automàticamente nos textos que codificam a doutrina de guerra geral. Houve sempre, em tôdas as épocas do mundo e em condições de civilização e de vida semelhantes. Estamos pacíficos e Estados guerreiros, o que prova bem, entre parênteses, que as causas econômicas não são jamais decisivas, mas, muito ao contrário, as causas psicológicas e metafísicas.

Pode-se sustentar que foram razões econômicas que levaram Gengis-Khan a sair de suas estepes — pois que transformava em estepes automàticamente, os países férteis e as cidades que conquistava? E Tamerlão? E os sectários de Mahomet?

Porque Carlos V, que possuía a metade do mundo, queria conquistar a outra metade? E por que a Alemanha de Guilherme II, em plena prosperidade, desencadeou a primeira das convulsões atuais? Há, portanto, Estados pacíficos e Estados guerreiros. De Esparta à Alemanha de Hitler, é longa a lista que passa por Esparta, Roma, o Império Otomano e a Prússia, para só citar os principais. Ora, nunca um Estado se declarou guerreiro, muito pelo contrário!

Não será nem mesmo nos textos relativos à organização de guerra que poderemos patentear a diferença. Ela aparecerá na parte relativa que, em tempo de paz, se der às atividades de defesa nacional em relação ao conjunto das atividades do país. Quantos homens, quantas riquezas serão destinados continuamente à pesquisa de defesa nacional, à produção de material de guerra, às fôrças armadas, enfim? Bem entendido, os textos magistrais e teóricos serão sempre recheados de fórmulas pacifistas. Entretanto, os textos particulares, se todavia fôssem dados à publicidade, poderiam informar a êsse respeito, e, aliás, a importância do elemento propaganda na defesa psicológica, será geralmente, um índice seguro.

Regulado o domínio geral da doutrina de guerra, é mister passarmos, agora, ao âmago de nosso assunto, que é o estudo da doutrina **militar pura.** E antes de desenvolvermos o raciocínio, apresentemos algumas observações preliminares.

Antes de mais, o problema da guerra é geral, e pode ser estudado sem referência especial a determinado grupo de homens ou a um século dado. Por outro lado, as especulações gerais exigem, para chegar a regulamentos e a instruções práticas, que sejam precisamente a casos concretos, no tempo e no espaço. Ter-se-á, então, na doutrina uma parte universal, e uma parte variável em função dos fatôres espaço-temporais. Notemos que o fator espacial ou geográfico — que parece **a priori** eterno — varia pelo fato de que as fronteiras de um país

não são imutáveis. Quanto ao fator tempo, é preciso fazer conta da evolução dos grupos humanos, que é lenta, mas, notadamente, da evolução da civilização que se traduz por um aperfeiçoamento contínuo do armamento cujas características deveriam normalmente ser deduzidas da doutrina, mas que, muitas vêzes, como dizia Rougeron recentemente, comandam tirânicamente esta última.

A parte universal de uma doutrina militar consiste, simplesmente em estabelecer definições e lembrar os princípios mais simples da lógica aplicados ao problema da guerra. Será mister evocar — porque sem dúvida todos os nossos leitores conhecem — a estrutura da obra célebre de Clausewitz? O teorista alemão começa por estudar em seu livro I a natureza da guerra. O livro II é dedicado à teoria da guerra. A começar do livro III, passa ao estudo da estratégia, depois ao da batalha, das fôrças militares, da defesa e do ataque. Enfim, no oitavo livro, coroa seu edifício, traçando os lineamentos de um "plano de guerra", no qual condensa todos os elementos já examinados. É claro que se poderão imaginar outros esquemas. Entretanto, nesse **corpus**, do qual não se poderia exagerar a importância, e que fornece tanta substância aos que o estudam, acham-se dispostos com muita ordem os diversos andares que constituem uma doutrina militar geral. Será lícito dizer-se que essa doutrina seja sempre válida e que nada deva ser modificado nela, no presente? Não, certamente, porque o homem não é puro espírito, mas um ser de carne e sangue, que vive num meio e numa época determinados. E, embora os princípios da lógica sejam evidentemente sempre os mesmos, enquanto mutações improváveis não venham modificar o cérebro do **homo sapiens**, é certo que sua tradução por um homem dado, numa época determinada, dá-lhes um matiz particular e faz perder uma pequena parte de sua imarcessível pureza. É preciso, então, de quando em quando, retomar Suntzu, Clausewitz, Castex, e, mesmo na parte geral dar-lhes uma sacudidela para limpar a poeira do tempo. Mas cumpre também não esquecer de que há princípios inabaláveis cuja identidade reaparece sempre depois dêsse desempoeiramento que tem por fim desembaraçá-los dos ouropéis com que "modas" passageiras os sobrecarregam.

Essas definições, êsses princípios gerais da guerra, não os recordaremos aqui. De igual passo, ninguém lhes discute os bons fundamentos, e é sòmente a aplicação dêles que levanta controvérsias. Economia de fôrças, surprêsa, concentração, mobilidade, tudo quanto redunda, finalmente, em desferir golpes e em não recebê-los, tôda essa parte geral é válida, se assim se pode dizer, em todos os setores da atividade humana, onde se desenrola a luta encarniçada entre grupos ou indivíduos que querem impor, uns aos outros, a própria vontade.

Passaremos, pois, ràpidamente, por essa parte universal e geral da doutrina militar.

O conhecimento dos princípios não precisa mesmo tornar-se explícito, deve conservar-se latente. Nenhum escritor notável começa um li-

vro mostrando-nos que conhece as regras gramaticais. Percebe-se isto lendo-o.

Passemos ao fator espacial. Uma doutrina militar, para ser válida deverá considerar a situação geográfica e política do país, ou do grupo de países, para o qual foi estabelecida. Deverá, portanto, ter como fundamento a política exterior do Govêrno e, consequentemente, levar em conta, em primeiro lugar, as alianças que êste puder formar (2). E tocamos aqui num ponto ao qual voltaremos mais adiante. Por certo, não é obrigatório, numa coligação, que todos os países aliados tenham, até os pormenores, as mesmas doutrinas particulares, porque estas últimas deverão adequar-se às condições geográficas e étnicas dos grupos humanos que as empregam. Entretanto, é absolutamente necessário que as doutrinas sejam, se assim se pode dizer, coordenadas, de maneira a torná-las complementares. Um exemplo frisante o da guerra aérea contra a Alemanha no último conflito. Se os Russos puderam conduzir esta guerra sem aviação estratégica, não foi, evidentemente, porque os Anglo-Saxões forneceram à coligação êsse elemento indispensável à vitória?

Em função das alianças formadas, ouve-se muitas vêzes dizer que a doutrina de guerra deverá assumir um certo caráter geral: defensivo ou ofensivo. Parece-nos que isto é um dos erros mais graves que possam ser cometidos.

Uma doutrina de guerra não tem que entrar em considerações desta ordem, que são puramente políticas. Ela deve ter como objeto, simplesmente, procurar a organização e os meios que devam conduzir à vitória, como lembrou recentemente, num artigo da *"Revista de Defesa Nacional"* o general chefe de Estado-Maior-Geral do Exército do ar.

Ora, é bem evidente que é ùnicamente por ações ofensivas que se atinge finalmente o fim em mira — o que não quer dizer que não se tenha interêsse, às vêzes, em fatigar o adversário, num primeiro tempo, ficando na defensiva; lembremo-nos das campanhas célebres de Belisário, de Narsès, ou mais recentemente da guerra do Pacífico.

Bem precisado êste ponto, entremos no âmago da questão.

Para forçar a vitória, em igualdade de circuntâncias, (isto é, supondo *a priori* que os dois beligerantes disponham dos mesmos meios demográficos e industriais, e comando militar de valor equivalente) é preciso penetrar dois grandes segredos.

O primeiro, é possuir, desde o início do conflito, as armas dominantes em maior quantidade do que o adversário.

O segundo, é ter organizado seu sistema militar em função dessas armas dominantes.

Numa dada época, o primeiro trabalho do responsável pela defesa de um país é, portanto, procurar discernir claramente o que serão as

(2) Dessa maneira, é bem evidente que nossa doutrina militar deveria ter sido modificada entre 1933 e 1939, em função das anexações sucessivas realizadas por Hitler, e da modificação das posições políticas da Polônia, da Itália e da Rússia.

armas dominantes do conflito futuro. Retorna-se, então, ao estudo aprofundado do armamento do período considerado.

As armas podem ser classificadas em duas grandes categorias: as armas ofensivas e as armas defensivas. É evidente que estas últimas são absolutamente necessárias, e veremos dentro em pouco que o papel da grande tática é, justamente, combiná-las com as primeiras com habilidade. Mas, enfim, são as armas ofensivas, e sòmente elas, que ganharão definitivamente as vitórias: as lanças e não os escudos, os canhões e não as fortalezas. Somos, portanto, conduzidos a procurar as características das armas ofensivas, e a determinar qual delas é a mais importante dentre as demais.

Adotaremos a análise do general Fuller, de quem acabamos de traduzir o livro capital intitulado *O Armamento e a História* (3), e cujo último capítulo: "A idade da energia atômica" apareceu aqui em Dezembro último.

"Pode-se, diz Fuller, classificar as qualidades das armas da maneira seguinte:

a) alcance;
b) Poder destruidor;
c) Precisão;
d) Volume de fogo;
e) Facilidade de entrar em ação."

E acrescenta: "De tôdas essas características, a primeira é a mais importante; é ela que domina o combate.

"A arma mestra determina o papel exercido por tôdas as demais. Por outras palavras, a arma que tem maior alcance ou o maior raio de ação, deve constituir a base das combinações táticas. Suponhamos um grupo de guerreiros armados de arcos, de lanças e de espadas: é no alcance das flexas que deve basear-se a tática; se são canhões, mosquetes e piques, são os canhões que devem ser considerados, e se trata de aviões de artilharia e de fuzis, são os aviões.

"A arma mestra não é obrigatòriamente a mais poderosa, a mais precisa, a que dispara mais tiros, e a que mais fàcilmente entra em ação: é a arma que alcança mais longe, a que pode entrar primeiro em ação e servir de cobertura às outras armas, permitindo-lhes, então, atuar segundo suas qualidades e limitações respectivas. Aliás, quanto maiores forem sua precisão, intensidade de fogo, facilidade de entrar em ação e seu poder destruidor, mas essa arma dominará o combate.

"Hoje, a bomba de avião é, entre tôdas as armas, a de maior alcance de imenso poder destruidor, e de uma grande facilidade de transporte: é ela, portanto, a arma dominante."

Escritas no fim do último conflito, essas linhas traduzem uma verdade ainda no momento atual: a arma que iniciará o próximo conflito, como arma dominante, será muito provàvelmente ainda o avião.

(3) Em impressão, Payot.

Com efeito, é mister repetir que os progressos na técnica militar são tão lentos em tempo de paz, quanto rápidos em tempo de guerra. As pesquisas científicas em matéria de defesa nacional custam caro. Os orçamentos militares tendem a baixar consideràvelmente após as guerras, período em que a reconstrução dos países devastados passa para o primeiro plano das preocupações do Govêrno. Enfim, falta a experiência *in vivo*. Por tôdas essas razões, os progressos tornam-se lentos, e, em regra, começa-se a guerra seguinte com o material surgido no fim da primeira quando muito, ligeiramente extrapolado. Mas, evidentemente, desde que novo conflito se desencadeia, os progressos no setor das pesquisas científicas aplicadas à guerra retomam, a passos de gigante: as experiências prontas a ser tentadas, as usinas prontas a ser reconstruídas, os aparelhos prontos para ser experimentados, tudo passa à ordem das realizações. Resulta disso que há muitas probabilidades de ser no seio das guerras que surjam as revoluções e que as doutrinas tenham de ser revistas. Como disse o General Fuller, o militar tem, sobretudo, que se preocupar em *começar* a guerra com um instrumento adequado, e uma doutrina válida.

De tudo isto, parece concluir-se que a arma de ataque por excelência, com a qual devemos contar ainda para começar o próximo conflito, é a aviação com o material tal como apareceu em 1945, ligeiramente extrapolado. Não olvidemos, entretanto, que êsse material compreendia, a um tempo, engenhos clássicos e engenhos especiais, para os quais será evidentemente necessário prever uma organização tática e uma doutrina de emprêgo adequado. Isto, porém, será tarefa da doutrina militar particular à aviação. No escalão da doutrina militar geral, devemos fixar que, de qualquer maneira, o domínio de eleição da ofensiva será o domínio aéreo e a arma dominante, a arma aérea.

Notemos, desde logo, que a aviação, que é a arma ofensiva por excelência, é, no domínio do ar, uma arma defensiva má, porque o dom de ubiqüidade da arma aérea de ataque, conduz a defesa, sejam quais forem os progressos da detecção, a uma dispersão de esforços onerosos e muitas vêzes sem resultado. A batalha da Inglaterra é um exemplo a meditar com cuidado, e a considerar como um caso particular, e não como um caso geral. O estudo da batalha da Alemanha leva a conclusões muito mais valiosas.

Arma defensiva má, nos ares, a aviação será, em compensação, uma arma defensiva de primeira ordem nos combates de superfície, em que constitui precioso auxiliar do exército terrestre e da marinha.

Assim é, pois, que ùnicamente a consideração abstrata das qualidades intrínsecas das armas nos leva a ver o avião, hoje, e os engenhos tele-dirigidos, amanhã, de qualquer maneira portanto, o exército do ar, como a arma:

a) Que exercerá o papel principal na batalha;

b) Em relação à qual tôda a organização militar deve ser imaginada.

Não hesitemos em repetir, o ponto capital para um país não é possuir as armas dominantes: é ter organizado seu sistema militar em relação a elas, e saber empregá-las corretamente. Assim é que, em 1940, a crítica histórica parece mostrar que nossa inferioridade numérica em armas dominantes (carros e aviões) não era tão considerável como poderia parecer à primeira vista. Mesmo, porém, que houvéssemos conseguido a igualdade nesse ponto, sem dúvida teríamos sido vencidos, porque o exército alemão estava organizado em função do carro e do avião, ao passo que o exército francês ainda estava organizado em função da metralhadora e do canhão de campanha.

Que não se recorra à chicana nem nos lancem em rosto a necessidade em que se achavam os Aliados, em 1945, de esmagar a Alemanha até à ocupação total de seu território com os exércitos terrestres. Já explicamos aqui — e isto está confirmado hoje pelos interrogatórios dos principais chefes nazistas — que só a esperança de reconquistar um dia o domínio do ar, condição primacial da vitória, sustentava Hitler e seu Estado-Maior. Mostramos ter sido a mesma razão: a consciência de ter perdido a batalha aérea, sem nenhuma esperança de remédio, o que impeliu o Japão a capitular quando tinha uma de suas duas armas defensivas — o exército de terra — ainda mais ou menos intacta. O raciocínio é, portanto, válido, pareça o que possa parecer ao primeiro exame.

Resta-nos examinar o papel que, na nossa doutrina, caberá aos dois outros exércitos.

O exército terrestre deverá ser mantido como arma defensiva, necessário que é para permitir à arma ofensiva funcionar, proteger suas bases contra os golpes do inimigo, suas usinas de construção, suas escolas, seus estados-maiores. É certo, como dissemos, que um obstáculo natural importante, como um oceano, pode, ainda hoje, permitir à nação que dêle se utilize, adotar a concepção de um exército terrestre extremamente reduzido, pelo menos no início do conflito.

No limite, poder-se-ia mesmo suprimi-lo, dada a aptidão particular à defensiva revelada pela arma aérea nas operações de superfície, notadamente nas operações de desembarque. Estremecemos ao pensar no que podia ter acontecido na Normândia, se a superioridade aérea estivesse do lado dos alemães. A resposta é clara: o desembarque teria fracassado inteiramente.

Entretanto, dissemos acima, é mister levar em conta as condições geográficas do problema. A França, francamente aberta ao invasor, pelo nordeste, deverá dispor, então, de uma arma terrestre capaz de resistir aos assaltos do inimigo durante o tempo em que a arma aérea engaja a batalha e vai destruir, mediante ações longínquas, a vontade de combater do adversário. Que o exército terrestre apóie sua defensiva inicial em obstáculos artificiais, será ótimo; não foi a linha Maginot a causa do nosso desastre de 1940. Muito ao contrário, ela devia propiciar uma repartição muito mais racional de nossas fôrças e, finalmente, ela não foi transposta, e sim contornada. Cumpre não considerar a linha Maginot

responsável pelos erros de apreciação dos nossos chefes e pelo mau rendimento do instrumento que tinham em suas mãos.

Bem entendido, no esquema geral esboçado aqui, não se trata de examinar a fundo o quadro da doutrina particular de cada exército. Bastará reter a idéia de que o exército terrestre deve ser considerado como uma das nossas armas de defesa.

Considerada à parte da aviação naval, que em boa lógica deve ser tida como parte integrante do exército aéreo, a *marinha* deverá, pelas mesmas razões, assumir um papel defensivo. É fora de dúvida que o aparecimento dos projetis especiais de grande raio de ação lhe torna possível o encargo de efetuar uma ação ofensiva contra objetivos situados no interior das terras, e não se pode dizer que no decurso do conflito esta missão não se torne cada vez mais importante. Mas, inicialmente, pelo menos, a marinha deverá cumprir, antes de tudo, sua missão primordial: proteger nossas linhas de comunicações, o que é essencialmente uma missão de defesa.

Chegamos, portanto, nesta altura de nosso estudo, a conceber uma arma ofensiva: o exército do ar, e duas armas defensivas: o exército terrestre e a marinha.

Trata-se de saber agora a parte relativa que lhes deve caber no conjunto de nosso aparelho militar.

Com efeito, o problema capital consiste não na determinação das qualidades próprias das armas, mas em suas combinações relativas. A história mostra que só conseguiram conquistar a vitória as formações táticas que resolveram bem êsse problema. Quantas hesitações e tentativas encontradas!

Entre os gregos antigos, sòmente no século IV aparece ao lado da infantaria pesada dos hoplitas — arma defensiva — a infantaria leve dos peltastas — arma de ataque.

Mas coube a Felipe da Macedônia criar o primeiro instrumento de combate digno dêsse nome, o que iria permitir a seu filho Alexandre conquistar o mundo. Combinando pela primeira vez a cavalaria e a infantaria: os hetérias e a falange; o rei da Macedônia deu ao problema tático a melhor solução, que o mundo jamais conhecera.

Sem insistirmos nisso, assinalemos que a legião romana — inferior, aliás, em teoria — baseava-se nos mesmos princípios. Após a decadência da era das invasões bárbaras, a lição perdida ressurgiu na Idade Média, com a combinação do arqueiro e do cavaleiro, como atacantes, e do peão como eixo (pivot) da defesa. A começar de Carlos VIII e do marquês de Pescaire, se o cavaleiro subsiste, o arqueiro desaparece para dar lugar ao arcabuzeiro, e o peão se arma com o pique. Eis, porém, que surge o canhão e desaparece o cavaleiro.

Durante séculos, a infantaria se torna, então, a rainha das batalhas. Por extraordinário que pareça, os tempos modernos são, do ponto de vista de organização tática, de aspecto bastante medíocre, e a nossa divisão clássica não aparece mais tão nìtidamente, tornando-se a ofensiva

cada vez mais difícil por causa dos aperfeiçoamentos do armamento. Entretanto, a lei geral continua a aplicar-se, e a infantaria perde pouco a pouco sua superioridade, para cedê-la à artilharia, que conquista, e deixa ao pedestre o cuidado de ocupar.

Recentemente, enfim, vimos o conjugado carro-avião tomar à frente na ofensiva, deixando à infantaria e à artilharia o encargo de suportar os ataques do adversário.

Mas o tempo passou, e é mister, como vimos, elevar nossa análise do escalão subdivisão das armas terrestres, ao escalão dos próprios exércitos.

Qual é, no momento, a importância da arma dominante no conjunto das fôrças armadas? A história responderá, mais uma vez, com exemplos. No fim do século XV, antes da aparição do mosquete, os exércitos franceses tinham, em regra, dois terços de seu efetivo total, constituídos de cavalaria. Trinta anos depois, a cavalaria baixava a menos de um décimo do total, e a infantaria ganhava amplamente a prioridade. Na mesma época, no exército espanhol, os efetivos da cavalaria passam de um quinto para um duodécimo do total. Mais recentemente, a proporção da artilharia em relação à infantaria não cessou de crescer. No exército russo do último conflito, atingiu 54 p. 100!

É certo, por conseguinte, que a arma ofensiva dominante deve, finalmente, tornar-se a mais importante, primeiro, no plano dos gastos a conceder-lhe, e mesmo, por vêzes, do ponto de vista dos efetivos empregados. Sem dúvida, essa evolução é lenta, e só se produz sob a pressão das circunstâncias. Mas, cuidado! Ganha as guerras quem tem a iniciativa de adotar as reformas. Seus adversários ganham a lição, e podem tirar proveito dela noutras oportunidades.

Que o nosso apêlo seja ouvido! As últimas notícias da Inglaterra dão, como proporção de efetivos, os algarismos seguintes:

— exército: 48,1%; marinha: 20,3%; ar: 31,5%.

Cumpre ainda notar que o algarismo dos efetivos da marinha compreendem também os da "Fleet Air Arm".

Quanto aos créditos, os montantes são os seguintes:

— Exército: 44%; Marinha: 22%; Ar: 25%, sendo os 9% restantes absorvidos pelo Ministério do Armamento.

Na América, a parte da Air Force no orçamento da defesa nacional, que é atualmente de 28%, deve elevar-se gradualmente até 41%, em 1950. Meditemos profundamente nesses algarismos que nos conduzem, aliás, muito além do nosso desígnio teórico.

Assim tenhamos conseguido demostrar ao leitor imparcial que uma doutrina militar geral deve, em nossa época, e mesmo sem tomar em consideração fatôres espaciais, que aliás reforçariam o raciocínio, proclamar a preeminência da arma aérea. (*)

(*) O Ministro da Defesa Nacional dos EE.UU. acaba de declarar perante o Senado: — "Os três exércitos estão de acôrdo em julgar que a potência aérea será, verossìmilmente, em caso de conflito, o elemento decisivo de nossa defesa nacional". A verdade acaba sempre por triunfar.

Passemos, agora, à questão do comando. Se admitirmos o que precede, ela se resolverá por si mesma. Primeiro, em cada teatro de operações, é evidente a necessidade de um comando único. E nos teatros principais, é ao aviador que êsse comando deverá ser confiado. Em seguida, no escalão nação — ou grupo de nações — é preciso um Estado-Maior combinado, e um só, para dirigir os negócios militares. Parece-nos que o chefe dêsse Estado-Maior combinado deverá pertencer obrigatòriamente à aviação.

Eeis aí a tradução, no domínio da organização, do princípio da preeminência da arma aérea!

"Eis aqui, dir-se-á, uma coisa que não é novidade". E é verdade. O grande Giulio Douhet o disse antes de nós, com muito maior veemência: **"Resistere sulla superfície, per far massa nell'aria"**, é uma forma que nos convém perfeitamente, e pensamos ter pôsto em evidência o seu valor por convergência, redescobrindo-a por outra via diferente da de Douhet, baseados no exame das características principais das armas, e na necessidade de criar e de proporcionar, lado a lado, a fôrça de ataque e a fôrça de defesa.

Somos, por conseguinte, douhetianos, e muito mais do que o Marechal Petain que, no seu prefácio ao livro do Coronel Vauthier sôbre a doutrina de guerra do General Douhet, declarava em 1934: "O estudo de Douhet é uma fonte inexgotável de reflexões. Profundamente clássico em seus pontos de partida, e no método, sua doutrina fornece conclusões que desconcertam. Guardemo-nos de chamar inconsideradamente de utopista e de sonhador, a um homem que será, talvez, de futuro, considerado como o precursor".

Atenção, porém! Se todo o mundo, hoje, saúda em Douhet o grande precursor, — e já fizemos notar que êle foi precedido por Clement Ader em mais de trinta anos — se sua doutrina é sempre sólida quanto aos fundamentos, e às idéias gerais de direção da guerra que ela exprime, de organização de nossas fôrças armadas na escala nação, e de emprêgo geral de suas fôrças, reconhecemos melhor do que ninguém que é fácil errar quando se procura investigar as conseqüências da doutrina e, notadamente, no que concerne às características do material a construir.

Porque, finalmente, é preciso chegar até aí, nas doutrinas particulares a cada Exército. Cumpre, em primeiro lugar, construir um dado material em detrimento de tal outro, e dar-lhe características que permitam o cumprimento da missão que lhe compete. Paralelamente, é preciso instruir o pessoal e determinar as regras de emprêgo do material, em função da doutrina a aplicar.

Ora, Douhet enganou-se, sem dúvida nenhuma, quando negou uma das leis mais firmes da arte militar, a saber: que sacrificando num aparelho dado algumas qualidades, é sempre possível obter, num ponto particular, uma superioridade correlativa.

O capital-ship do ar, invulnerável aos ataques, não poderá existir hoje mais do que ontem, as fortalezas voadoras americanas, atacando de dia o território alemão até seus mais profundos objetivos, puderam firmar a-

crença de que, enfim, tinhamos o cruzador douhetiano tipo, viu-se, a seguir, que tal não acontecia, porque essa realeza provisória corria por conta de uma superioridade passageira no domínio do armamento: a tôrre provida de metralhadoras pesadas de grande rapidez de tiro. Pensemos, igualmente, nos engenheiros distintos que, por volta de 1938 — e simultâneamente em quase todos os países do mundo — queriam dar aos bombardeiros a velocidade como única defesa, e suprimiam prazerosamente blindagens e torres nos **Léo 45** e, nos primeiros **B-17**.

Se, então, é necessário ter no domínio das idéias gerais, isto é, no da organização, a visão nítida do fim a atingir, e do instrumento de ataque que permitirá atingi-lo, é necessário igualmente, quando se entra no domínio das coisas materiais, preservar-se das opiniões categóricas, e deixar margem ao pragmatismo. Ouçamos, antes, o General de Gaulle: "Acreditar que se está de posse de um meio de evitar perigos e as surprêsas das circunstâncias, e os dominar, é procurar para o espírito o repouso a que aspira sem cessar, a ilusão de poder negligenciar o mistério do desconhecido". E, na verdade, se não existe o desconhecido no domínio da especulação, quanto há dêle no das descobertas materiais! Os últimos meses da guerra nô-lo demonstraram suficientemente, para que não ponderemos a respeito.

Isto nos mostra que uma doutrina militar não poderá ser imutável, exceto no terreno dos princípios, e que ela deve decorrer contìnuamente das contingências espacio-temporais, à proporçãc que essas contingências mudarem. Se, em 1900, por exemplo, desejasse estabelecer uma doutrina militar para um país como os Estados Unidos, protegido por oceanos imensos, numa época em que a aviação não existia, se bem que meus raciocínios primordiais fôssem sempre os mesmos, não chegaria certamente aos mesmos resultados. Teria procurado sempre proporcionar minha fôrça de ataque e minha fôrça de defesa, mas esta fôrça de ataque, sempre determinada pelo raio de ação como critério primordial, me haveria levado a dar primazia à artilharia instalada nos navios de guerra. Teria, então, designado a Marinha dos Estados Unidos como a arma a desenvolver em primeira urgência, e em relação à qual todo o conjunto deveria ser calculado.

Em 1930, meu raciocínio teria mudado inteiramente, pois o surto de uma arma de maior alcance modificaria consideràvelmente o problema.

Em 1948, a mudança produzida é dupla: de um lado, a aparição dos engenhos teledirigidos altera o sentido do têrmo arma aérea; de outro, a do explosivo nuclear transforma singularmente o problema geral de ataque, suprimindo o "coxim de tempo", sôbre o qual adormeciam lânguidamente os pacifistas preguiçosos. Dessa maneira, transpõe os limites o temível desconhecido de que falava, há pouco, o General De Gaulle.

Quanto ao quadro espacial, quem não vê que uma doutrina válida para a Rússia não o será precisamente para a França? A noção de recuo, em particular, faculta, ainda hoje, se bem que por um lapso de tempo limitado, a um país imenso, a possibilidade de instalar suas usinas industriais principais fora do alcance da maior parte da fôrça de ataque aérea,

tomada em seu sentido clássico. Pelo menos, aumentando a duração do vôo de ataque, isto lhe dará possibilidades de uma defesa mais fácil e mais eficaz. Essa possibilidade de recuo influi igualmente no caso do Exército terrestre, e de maneira capital, e é sabido que, se a Rússia fôsse tão pouco extensa quanto a França, a Blitz Krieg de 1941 teria sido ainda mais curta que a de 1940. Tudo isto é muito sabido.

Enfim, seja qual fôr nossa prudência, cumpre concluir e construir a doutrina, mesmo nessa segunda parte que achamos tão conjetural e tão difícil de precisar.

A importância da questão é capital. Insistimos: a doutrina militar deve ser estabelecida por um organismo dependente do Govêrno e ser imposta a todos nós, sem o que haverá, como hoje, doutrinas divergentes em cada exército, donde, querelas e discussões e, finalmente, desordem. E iremos ao fogo em ordem dispersa sem estar ligados por esta fé comum e inabalável, que decuplica o valor dos combatentes.

Com a nossa organização atual, semelhante tarefa não será fácil. Organizado no papel há dois anos, o ensino militar inter-exércitos não se corporificou ainda, e a Escola de guerra terrestre ensina, no que se refere ao emprêgo da aviação, uma doutrina inteiramente diferente da nossa. Tais divergências não se podem prolongar sem graves riscos. É preciso que tenhamos, para os três exércitos, uma doutrina única e, bem entendido, que essa doutrina seja válida, não para a guerra de 1870, mas para a de amanhã.

Aliás, é necessário ir mais longe ainda. A França, tendo assinado em Bruxelas uma aliança destinada a evitar o retôrno do perigo alemão, acha-se agora integrada num conjunto de nações a que se denomina de Europa Ocidental, que talvez amanhã se transforme na Comunidade Atlântica, e, esperamos, de futuro, na Comunidade Mundial (a doutrina de guerra só terá, então, como finalidade preparar conflitos interplanetários). Em todo caso, para os anos que vêm, é preciso que nossa doutrina se insira harmoniosamente por entre as doutrinas militares de nossos associados.

Digamo-lo francamente, se na parte conjetural influenciada pelos fatôres espaciais, cada nação pode ter que utilizar métodos particulares, na parte geral da doutrina deve existir unanimidade.

Para falar ainda mais francamente, penso que a doutrina militar do conjunto dos povos que assinaram o pacto de Bruxelas, deve poder sintetizar-se na fórmula douhetiana referida. "Resistir na superfície para fazer massa nos ares". Que outra coisa poderíamos fazer?

Espero a objeção: por certo, poderíamos ainda proceder de outra maneira, pelo menos no início do conflito, — seria adotar uma atitude defensiva em todos os domínios, tanto nos ares como na superfície. Ganhando tempo, aproveitaríamos essa trégua para construir a fôrça aérea de ataque. Em suma, seria a reedição da guerra de 1940-1945 para os Anglo-Saxões: batalha aérea defensiva da Grã-Bretanha, depois da batalha aérea ofensiva da Alemanha. Eis aí! O exemplo se voltaria muito

fàcilmente contra quem pretendesse servir-se dêle! Porque não desejamos ver novamente nosso país submergido pelas hordas germânicas vindas de Este, e é no Reno que queremos estabelecer nossa primeira linha de defesa, admitido que a próxima guerra será uma guerra de grandes espaços, e que o perigo aero-transportado estará em tôda a parte, forçando nossos exércitos terrestres a organizar a resistência segundo uma concepção nova, não mais em linhas, como outrora, mas em superfícies.

* * *

Eis, então, erigidas as principais colunas do segundo andar de nosso templo. É preciso considerar agora o escalão das doutrinas particulares a cada exército.

Não estudarei aqui êste assunto. Nós, os aviadores, temos instruções e regulamentos — e creio ter participado na elaboração de alguns dentre êles! Sou muito disciplinado intelectualmente para atacá-los; contentar-me-ei com algumas observações.

Antes de tudo, é preciso resolver, também aqui, o mesmo problema acima proposto:

a) Distinguir, no exército considerado, qual é a arma ofensiva principal ou arma dominante;

b) Organizar o exército em função dessa arma;

c) Regular a questão do comando.

Em seguida, descer às questões de material, às prescrições e aos processos de emprêgo. Enfim, não esquecer que a doutrina é coisa viva, e que os fatôres espácio-temporais, que sôbre ela influem, não cessam de evoluir.

Encontram-se neste fascículo (Forces Aériennes n. 22) algumas exposições doutrinárias relativas à doutrina aérea de diversos países. Ver-se-á quanto é necessário ter uma doutrina única, o que nos leva a terminar, apresentando alguns desejos aos que governam.

PROPOSIÇÕES

I — O Govêrno deverá fazer votar, sem demora, o conjunto de textos legislativos de organização da defesa nacional, e seus diferentes domínios: fôrças armadas, proteção civil, economia de guerra, pesquisa científica, defesa psicológica, que constituem pròpriamente a doutrina de guerra da nação.

Acessòriamente, é necessário abrir, logo que seja possível, o Colégio de Altos Estudos de Defesa Nacional e de Economia de Guerra (4), que se encarregará de difundir a doutrina nos círculos dirigentes do país e

(4) Sendo a Economia de Guerra uma das partes da defesa nacional, segue-se que mencioná-la, é um pleonasmo.

mantê-la em dia. Criado em 1946, êsse Colégio, de extrema importância, não começou ainda a funcionar, por falta de créditos. Entretanto, o Almirante Castex objetou recentemente que, nessa questão, se precisa mais de matéria cinzenta do que de moedas, mais de professôres do que de anfiteatros. Haverá escassez de cérebros?

II — A doutrina militar francesa deve instituir, sem rodeios, a preeminência da arma aérea, e organizar em relação a ela o conjunto de nossas fôrças. Essa preeminência deve traduzir-se no domínio dos créditos, da repartição do pessoal e, enfim, no do comando.

III — A doutrina aérea, por sua vez, deverá considerar a preeminência das armas dominantes de amanhã, isto é, dos engenhos teledirigidos estratégicos, cujo estudo e realização devem ser confiados exclusivamente ao ar; desde já devem constituir-se núcleos de unidades de engenhos especiais estratégicos. Seu emprêgo deve ser objeto de exercícios, e sua tática estabelecida. Eis a tarefa principal das Seções de estudos gerais, das Escolas de guerra e dos Estados-Maiores.

IV — Nossas doutrinas devem inserir-se harmoniosamente no conjunto das doutrinas de nossos associados, e nossa organização deve ser capaz de agregar-se ràpidamente à dêles. Impõe-se, entretanto, uma observação: essa similitude só é necessária no escalão dos órgãos encarregados de dirigir a associação. Não é obrigatório copiar tudo servilmente, o que seria, aliás, deplorável, pois cada povo tendo seu temperamento particular, o que é bom para uns, é muitas vêzes mau para os outros. O Francês, aliás, sempre individualista, não gosta de copiar o estrangeiro.

Enfim, para terminar, peço excusas por haver apresentado tão crùamente minhas idéias. Assim como é necessário ser prudente e refletir maduramente antes de lançar no papel seus pensamentos, é também igualmente necessário, quando se quer ser um chefe digno de comandar, saber, no domínio intelectual como no da prática, adotar um partido com nitidez.

Nada mais deplorável do que certos regulamentos de antes da guerra, nos quais se podia beber e comer de tal maneira, que hoje, os que cometeram os erros mais trágicos em pontos importantes como no emprêgo dos carros, podem entrincheirar-se atrás de certos pedaços de frases começadas pelos: "entretanto, procurar-se-á..." ou "não se esquecerá, no entanto, que...", e onde o redator, suando de mêdo, procura abrir um imenso guarda-chuva que, entretanto, não o cobrirá! Com efeito, tudo isto de nada servirá.

"De se tenir chancellant et mestis, je ne le trouve ni beau ni honneste", dizia Michel de Montaigne, que não era, todavia, um padrão de coragem. E Tito-Lívio: *"Eanon media sed nulla via est"*. Se conclamo êsses grandes espíritos em meu auxílio, é, sobretudo, por garridice.

Todo o mundo pensa como eu.

2. GUERRA MODERNA

TÉCNICA E SURPRESA

Major AMERINO RAPOSO FILHO

SUMÁRIO

1ª Parte — Guerra Moderna
2ª Parte — Guerra Moderna e Técnica
3ª Parte — Técnica e Surprêsa
4ª Parte — Conclusão Final

1ª PARTE — GUERRA MODERNA

— Guerra Regular
— Guerra Revolucionária

Longe de ser apenas "a continuação da Política por outros meios" como entendia CLAUSEWITZ — que, em verdade, os tempos atuais assistem à floração e desenvolvimento cada vez mais expressivo de outra forma de Guerra, fluída, insidiosa, mas terrìvelmente comprometedora da Estratégia de Segurança Nacional, e traduzida pela denominada Guerra Revolucionária — após o último Conflito Mundial deixou a Guerra de "continuar a Política". Ela é, digamos assim, uma das maneiras de fazer a Política de Aspirações Nacionais, manifestando-se como Guerra Fria, Guerra Limitada, mesmo antes da eclosão do Conflito Geral, de forma convencional e generalizada. Pois, continua o clássico do século XIX, ". . . . os objetivos políticos são fins, a Guerra é um meio; e os meios nunca devem ser concebidos sem a consideração dos fins". E é interessante atentarmos, por um momento, para a inteligência dêsse conceito, procurando caracterizar as duas formas gerais da Guerra Moderna, precisamente porque, a profunda alteração nas idéias do mestre da Arte Militar, decorre da consideração de se ter ampliado o campo da Ciência, da Técnica e da Indústria. A tal ponto, que nova fisionomia se confere à "luta entre duas vontades".

A Revolução Industrial, não apenas transforma o conceito ortodoxo e antigo do choque entre fôrças militares, profissionais ou mercenárias, isoladas ou coligadas, para comprometer tôda a Nação, interessando cada vez mais o interior territorial e a população, configurando a Guerra Total, hoje ultrapassada pela Guerra Global.

Sem dúvida que as Guerras de Partisans, as Operações de Guerrilheiros, a Guerra Psicológica, a Guerra Irregular; enfim, as variadas maneiras como se apresentam as ações que não se enquadram nas Operações da Guerra Clássica, Regular ou Convencional, se integrando num quadro mais amplo, conformando a Guerra Revolucionária, tudo isso cresceu de importância durante e depois da 2ª Guerra Mundial. De tal forma, que a tendência do pensamento militar atual é no sentido de caracterizar duas formas, igualmente expressivas, e de fisionomia própria e peculiar no domínio da Guerra: a Regular e a Irregular ou, generalizando o têrmo, Revolucionária.

A Guerra Regular, se traduzindo em ações de Fôrças Regulares, possuindo uma Concepção Filosófica definida, suas Leis e Princípios; denunciando uma intenção prévia de fazer que o emprêgo dos grupamentos operacionais, na Estratégia e na Tática, vise ao aniquilamento das massas regulares do adversário. Assim tem sido, aliás, comprovado pela História, mesmo quando se estruturou, por algum tempo, outra Concepção da Guerra, a do Objetivo Geográfico, da "Estratégia de Aproximação Indireta", evitando o choque decisivo nas operações táticas. Inda assim, se tendia para a destruição da massa principal adversária, quando a tanto compelisse a Estratégia Operacional.

Daí decorre uma Concepção, uma Doutrina, um Método de Raciocínio, Processos de Emprêgo dos Meios e, finalmente, Estruturas Organizacionais, que atuem nos diversos compartimentos do Teatro de Operações, no tempo e no espaço, para obtenção da vitória pela destruição das Fôrças Armadas adversárias. Ou, melhor, destruição de sua Vontade de Lutar, de fazer a Guerra.

* * *

Ora, se assim tem sido através dos tempos, desde a mais remota antiguidade, quando as fôrças se constituem Exércitos e, não apenas, hordas ou bandos, como passou a ser encarado o problema com o advento da Revolução Industrial, do concurso decisivo da Ciência e da Técnica em benefício da Guerra, a partir do meado do século passado? Vamos ver que, em verdade, o próprio conceito de Guerra Total, contém em seu bôjo não sòmente o sentido que lhe é atribuído desde os estudos exaustivos de LUDENDORFF, onde se configura a luta de tôda a Nação ("na realidade, LUDENDORFF apenas modernizou as teorias de CLAUSEWITZ do século XIX, na qual baseou suas idéias", diz MIKSCHE), verdadeiramente a Nação em Armas, de VON DER GOLTZ. Antes, envolve os diversos setores das atividades nacionais em participação altamente expressiva, de que o simples exemplo da "fatia divisionária" aí está para evidenciar que, a cada combatente do campo de batalha, correspondem 4 a 5 na retaguarda. Por outro lado, a Guerra Total traz em germe, também, uma outra forma de luta. Forma que apresenta suas primeiras manifestações ainda no período napoleônico, de modo empí-

rico e tímido, puramente espontâneo, mas que se amplia durante o século XIX, sobretudo como concepção filosófica, embora sem a atenção dos principais mestres do pensamento militar ortodoxo, que então procuravam interpretar JOMINI e CLAUSEWITZ, efetivamente os fundadores de duas escolas filosófico-militares.

É que, tanto o teórico suíço, quanto o clássico da Guerra, não viveram essa nova era verdadeiramente subversiva do ponto de vista doutrinário.

* * *

Na verdade, será durante a Guerra de Secessão (1861/65) que vai aflorar, na plenitude, a autêntica inteligência da Guerra Total, de vez que as operações se conduzem à base de combates regulares e irregulares. E será um outro teórico ou, melhor, dois outros teóricos de extraordinária visão, que procurarão mostrar o que seja verdadeiramente a Guerra, estudo, aliás, muito interessante e de elevado sentido conceptual desenvolvido pelo eminente mestre da Guerra Moderna, Tenente-Coronel F. O. MIKSCHE em seu recente livro "SECRET FORCES".

Por aí se vê que MARX e ENGELS abrem um campo novo, mostrando a Guerra autêntica; destacando que ela "deve continuar, mesmo depois da capitulação dos Exércitos" e não ser, como queria CLAUSEWITZ e já assinalamos, apenas a "continuação da Política...".

Os estudos de MARX, em 1849, relativamente à Guerra Revolucionária, representam a base de partida para essa nova maneira de "destruir a vontade do adversário", não o atacando com fôrças regulares, mas de maneira clandestina e subterrânea, de modo irregular e naquele quadro de "um contra dez" de MAO TSE TUNG... ENGELS, por sua vez, completa o trabalho de MARX. Por isso, "MAX e ENGELS são chamados, com justa razão, os pais da Guerra Total e da Estratégia Revolucionária" (Coronel G. BONNET).

* * *

De qualquer forma, em que pêse a obra de MARX e ENGELS consubstanciarem principalmente a base filosófico-doutrinária de fundo eminentemente ideológico, o comunismo, não há dúvida que, por isso mesmo, se constitui no ponto de partida para a estruturação dessa nova forma de luta.

Durante a 1ª Guerra Mundial, encontramos a Guerra Revolucionária nos Teatros de Operações da RÚSSIA e do ORIENTE MÉDIO. Na RÚSSIA, aparecendo de modo original, sobretudo psicológico, quando os alemães solapam as retaguardas do Exército adversário. Já a atuação das fôrças irregulares ao comando do famoso Coronel LAWRENCE, contra os Exércitos regulares dos turcos, evidencia a consagração da Guerra Irregular sôbre a Regular.

Será, todavia, durante o último Conflito Mundial — e não se esqueça, de permeio, que a Guerra Civil Espanhola, de 1936-39 não foi apenas uma Campanha experimental de cunho doutrinário eminentemente evolutivo da parte alemã, senão também um laboratório para a Guerra Revolucionária pelos russos, do outro lado — que as ações revolucionárias se apresentam de modo completo, entrosadas na Guerra Regular, ou se desenvolvendo isoladas, como unidades autónomas. A "preparação", por exemplo, da FRANÇA, é feita no campo da Guerra Psicológica, durante alguns anos, antes pròpriamente que a excepcional manobra estratégica de VON MANSTEN fôsse desencadeada, para dominar a EUROPA CENTRAL, em apenas algumas semanas.

Nota-se em todos os Teatros de Operações, importância cada vez maior da Guerra Revolucionária em face das ideias ortodoxas. E, à medida que o Conflito se desenvolve, mais se torna importante e decisiva a luta irregular, justificando a ideia de que "uma armadura (Fôrças Armadas) não consegue proteger os que a vestem contra as doenças e os micróbios (Fôrças Irregulares)". Comentário que continua verdadeiro e se mantém em plena vigência e atualidade depois da 2ª Guerra Mundial.

* * *

Nos dias que correm, quando o Mundo se divide nitidamente em dois blocos de Comunidades — o Ocidental, inspirado em conceitos cristãos e, o Oriental, impregnado da ideologia marxista-comunista; fazendo portanto, que a luta seja fundamentalmente ideológica, de opção, de sobrevivência duma filosofia de vida, cristã ou materialista — hoje mais do que nunca, teremos que admitir uma Nova Guerra, além da convencional. Seja a Guerra Convencional ou Atômica, Geral ou Limitada, não há dúvida que uma outra eclodirá — precedendo, seguindo-se ou de ocorrência simultânea — e se configurando na Guerra Revolucionária. De duração certamente muito maior que a luta entre as Fôrças Armadas: se antecipando de muito à Guerra Regular — como, ao que parece, já se vive em muitas áreas do Mundo... — vivendo o mesmo período e, possivelmente, prosseguindo à decisão no campo de batalha.

* * *

Assim se apresenta o quadro das tendências da Guerra Moderna, fundamentalmente caracterizada por essas duas formas gerais. É isso, de resto, que se lê uma publicação oficial norte-americana:

"Entre as possíveis ameaças com que nos defrontamos, três se apresentam da maior gravidade: a guerra geral, a guerra limitada e uma terceira espécie de guerra, nova para o século XX e altamente desenvolvida pelos comunistas — a guerra disfarçada ou obscura, mascarada como subversão interna ou tomada do poder pelo golpe de estado ou guerra civil". Complete-se, todavia, o conceito dessa última "espécie de guer-

ra", a qual, em verdade, além de não ser apanágio dos comunistas, aflora desde os tempos antigos como "guerras de libertação". Porventura, não foi autêntica expressão de Guerra Revolucionária a prolongada e obstinada luta contra as Invasões Holandesas no Nordeste brasileiro, durante o segundo quartel do século XVII? Que se viu em PERNAMBUCO e no SALVADOR senão, por inteiro, aquelas ações e fases, os métodos e processos de combate, o ardil, a emboscada, culminando tais atos em operações de Guerra Regular, tudo isso configurando de modo exuberante, o quadro da Guerra Revolucionária? E aí tivemos, não há negar, magnífico exemplo de "guerra de libertação"!

* * *

Propositadamente, fugimos um pouco da caracterização da Guerra Geral ou Limitada, envolvendo o emprêgo de armas nucleares, por entendermos que tais aspectos fugiriam à objetividade de nossa atenção. Pois, se não devemos olvidar a consagração dos mísseis na atualidade, muito menos devemos esquecer as Missões que a Carta Magna da República nos impõe, quando comete às Fôrças Armadas as tarefas de zelar pela Ordem Interna e Defesa do espaço territorial, de qualquer tentativa externa de comprometimento da Segurança Nacional. Ora, diante dêsse quadro e consoante a Realidade Brasileira, por muitos anos ainda, nossa atenção deverá se voltar, com desvêlo, com obstinação, sobretudo com patriotismo e coragem, para os aspectos mais reais — inda que cada vez mais remotos felizmente — da Guerra Limitada, sem o emprêgo de armas nucleares, e da Guerra Revolucionária, ambas apresentando condições analógicas muito próximas da fisionomia, menos da 2ª Guerra Mundial, que da Guerra de 14/18. Sim, que a defasagem é, em verdade, de 50 anos, também no domínio da Arte Militar. É isso, de resto, que se observa no Quadro Regional Sul-Americano.

Portanto, quando pensamos entrelaçar cada vez mais a Técnica e a Guerra, fazendo que o campo técnico-científico-industrial objetive e oriente suas atividades visando à Defesa Nacional, compete aos oficiais de Estado-Maior, aos que temos a responsabilidade da Concepção, do Planejamento e da Consulta das Operações fixar, tão claramente quanto possível, as Formas prováveis da Nossa Guerra, as Condicionantes de Espaço e de Tempo. Enfim, tudo relativamente aos aspectos Conceptuais e de Aplicação da Estratégia e da Tática, para que os Cientistas e os Técnicos melhor possam compreender as Necessidades Gerais, daí resultando a integração de esforços à consecução da Vitória. Mais ainda — e cada vez mais se denuncia êsse ângulo — impõe-se conhecer as Possibilidades da Técnica, para acomodar a Doutrina, principalmente a de emprêgo das Fôrças, por forma a obter o máximo de rendimento, sobretudo com vistas à procura da Surprêsa, sob tôdas as suas modalidades.

2ª PARTE — GUERRA MODERNA E TÉCNICA

1 — Impacto da Era Industrial
2 — Repercussão da Técnica na Conduta da Guerra
3 — Aspectos Particulares da Técnica
4 — Conclusões Parciais

1 — IMPACTO DA ERA INDUSTRIAL

Embora a influência da Ciência e da Técnica na Guerra se faça sentir desde os tempos mais remotos, é inegàvelmente com o advento da era industrial, que essa interferência se pronuncia de modo acentuado e cada vez mais expressivo, de então aos nossos dias. De tal maneira, que já se fala na "guerra dos botões...". Na verdade, os exemplos do excepcional concurso de ARQUIMEDES na Guerra de SIRACUSA, ao início das campanhas conhecidas como PÚNICAS. Ou, então, muito mais tarde, os estudos profundos de GALILEU, relativamente à trajetória dos projetis de Artilharia. Ou, ainda, LEONARDO DA VINCI, com suas admiráveis concepções verdadeiramente precursoras do avião, do carro de combate e do submarino; tudo isso configura aspectos isolados, de inteligências privilegiadas que se aproveitavam na solução dos problemas militares. O mais, caracterizava uma evolução mais ou menos lenta, destacando-se o campo de batalha como o laboratório por excelência das novas idéias. Mesmo o aparecimento da pólvora, e conseqüente surgimento das armas de fogo, notadamente o canhão, só mui lentamente contribui para alterar a fisionomia dos combates, que continuaram a travar-se, por milhares de anos, a curta distância, fundamentalmente à base da "arma branca". E o ciclo da "arma de fogo" levará vários séculos, até FREDERICO, época em que um surto novo aflora, conseqüência da era industrial. A surpreendente expansão industrial do meado do século XIX, invade todos os setores da atividade humana, contribuindo destacadamente para o progresso da Técnica, tendo em vista a Arte Militar. Promovem-se profundas transformações no armamento e no equipamento, sendo decisiva a contribuição da telegrafia e das estradas de ferro no que tange aos movimentos de tropas, suprimento das fôrças e exercício do comando.

Depois do período napoleônico, altera-se por completo o conceito da Guerra, que passa a ser Total como vimos, precisamente porque a revolução industrial faz de todo o território nacional dos países em luta, extensa área onde tôda a população colabora no esfôrço bélico. À Guerra de SECESSÃO norte-americana (1861/65), verdadeiramente a primeira Guerra Total da história, se segue a Franco-Prussiana (1870/71), sobretudo do lado alemão, onde as estradas de ferro desempenham papel preponderante na concentração das fôrças para a batalha decisiva.

Enquanto no conflito Russo-Japonês (1904/1905) se desenvolve a guerra de sítio, de trincheira, estimulado o volume de fogo pelo emprêgo do fuzil de repetição e da metralhadora; já o mesmo não se observa durante a 1ª Guerra Mundial (1914/18), na qual aparece o carro de combate e se aperfeiçoa o avião, configurando a "guerra especial, em contraposição à guerra de superfície". E é justamente nesse Conflito, que a Técnica se põe a serviço das necessidades operacionais militares, como até então não se vira; onde o entrosamento do campo técnico-científico às solicitações da luta, desde a fase do planejamento, passa a ser feito de modo pleno e completo. Aliás, sem embargo de outros aspectos — crescente aperfeiçoamento das armas e aparecimento de outras, como a pistola, o fuzil-metralhador e o morteiro, maior alcance e potência da Artilharia — o que se viu na 1ª Guerra Mundial, foi uma autêntica "revolução técnica, dando origem a um sem número de invenções, sendo as duas mais importantes, do ponto de vista militar, o aperfeiçoamento dos motores de combustão interna e a telegrafia sem fio" (General FULLER).

A década de 20, denuncia profunda divergência entre franceses e inglêses dum lado, e alemães do outro. Enquanto o Estado-Maior alemão procura a verdadeira inteligência dos sucessivos fracassos do excelente plano de invasão da FRANÇA e das famosas ofensivas de 1918; estudando exaustivamente tôda a Guerra, para saber que pedir à Ciência e à Técnica, no sentido de maior mobilidade, maior segurança e autonomia dos diversos grupamentos de fôrças para atuação a grandes distâncias; os franceses ao contrário, apoiam-se nos "falsos conceitos", na supremacia do fogo, da defensiva sôbre a ofensiva. Resultado: a ALEMANHA alcança um grau realmente extraordinário no campo técnico-científico, e aí estão a fotografia infra-vermelha, a mina magnética, o torpedo dirigido, o tubo de respiração "shnorkel", as bombas voadoras V-1 e V-2. Além disso, a Técnica proporcionava tôda sorte de possibilidades aos preparativos bélicos de HITLER, relativamente ao planejamento da mobilização industrial, variados processos técnicos e máximo rendimento na produção de armas e equipamentos novos.

Se bem que muito mais atrasados na preparação da luta em terra, os inglêses todavia desenvolveram esforços, no sentido de se produzirem e aperfeiçoarem-se meios para as fôrças, aérea e naval, surgindo as cintas anti-magnéticas, a rádio-localização e a "nova técnica daí decorrente, a eletrônica, que possibilitou a orientação do avião e do navio, a detecção do inimigo à distância, o contrôle automático dos tiros e tôda sorte de realizações no domínio das telecomunicações". O final dessa tremenda competição técnico-científica entre aliados e os países do Eixo, foi o lançamento da primeira bomba atômica e o conseqüente arrasamento duma cidade de 300.000 habitantes, em poucos segundos.

Terminada a 2ª Guerra Mundial, os fatos aí estão, consagrando a Ciência e a Técnica em nível jamais atingido.

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA :

1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.

2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSARIO — Gal Tasso Fragoso.

3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.

4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.

5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.

6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.

7 — DO RECÔNCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.

8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.

9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.

10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.

11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.

12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.

13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.

14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.

15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.

16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.

17 — CAXIAS E NOSSA DOUTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.



I — BRASIL, LIBÉRIA, ARGENTINA E SUÉCIA

OS FATOS MAIS RECENTES NO MERCADO INTERNACIONAL DO MINÉRIO DE FERRO

por JULIO DE QUEIROZ

Se se dissesse que o Brasil começou a perder a batalha pelos mercados importadores de minério de ferro, tal afirmativa poderia parecer exagerada aos leitores menos avisados. No entanto, nada seria mais verdadeiro. E, o que é ainda mais significativo, começou a perdê-la aqui mesmo, em nosso Continente, região que deveria representar um escoadouro natural para nossas riquezas de exportação.

Em linhas gerais, estamos nos referindo à anunciada exploração das jazidas de ferro de Sierra Grande, na Argentina, com a qual o Brasil perderá qualquer possibilidade de exportar minério para aquêle país. Firmas argentinas e não argentinas — segundo as últimas informações — vão levar a cabo importantes trabalhos de mineração, estando agora na dependência da aceitação, por parte do Govêrno platino, das vultosas propostas que apresentaram.

Os candidatos à concessão são quatro grupos: a Acindar (associada à Kayser Engineering, nesta ocasião), a Southern Cross Steel, a Mace International Corporation e a Ecofisa. A serem aceitos os rumôres que circulam nos meios oficiais argentinos, transpirando na imprensa especializada, a proposta da Ecofisa seria a que reúne as melhores condições de viabilidade. Desdobrando-se em três etapas, tal proposta prevê a inversão de cêrca de 20 milhões de dólares, nos dois primeiros estágios da operação.

Qualquer que venha a ser a proposta aprovada, no entanto, a verdade será uma só: terá o Brasil perdido qualquer possibilidade de incluir a Argentina entre os seus futuros compradores de minério de ferro.

É indispensável que a lição nos seja de algum proveito, e que pensemos nos outros mercados de importação, alguns infinitamente mais importantes que a Argentina, os quais irão também sendo perdidos, se não entrarmos de maneira decidida na luta pela sua conquista.

Tal resolução foi tomada, por exemplo, pela Libéria, pequena República africana, e os resultados obtidos pela novel indústria foram de tal monta auspiciosos que vale a pena alinharmos aqui algumas informações.

No momento, a exploração de minério na Libéria está limitada às jazidas de Bomi Hills, a noroeste de Monróvia; o pôrto dessa cidade é o escoadouro para a produção. A primeira exportação de minério de ferro da Libéria foi de seis mil toneladas. Mas, a produção foi mantida em ritmo crescente, totalizou 1.300.000 t em 1953, e chegou a cêrca de 2.000.000 de toneladas, no ano passado. O que é mais impressionante: no curso dos próximos três ou quatro anos, segundo os planos das companhias que operam na Libéria, a produção atingirá o apreciável índice de 15.000.000 de toneladas!

O amadurecimento político dos países africanos já começa, portanto, a ter reflexos no panorama econômico mundial. Nosso café já sente bem de perto a concorrência do produto da África, e nosso minério de ferro, a despeito da enormidade das jazidas e da sua tão decantada (e verdadeira) qualidade, ainda nem surgiu para os mercados internacionais e já encontra o minério da Libéria a tomar conta de quotas de exportação que nos beneficiariam em muito. Ao perigo liberiano, por assim dizer, vem juntar-se agora o início das atividades de mineração da Argentina, e a concorrência vem implantar-se bem às nossas portas.

Não são todos os países, contudo, que se conformam em perder batalhas econômicas com a nossa passividade. Justamente oposta é a atitude da Suécia. A despeito de já ser o maior país exportador de minério de ferro, a Suécia não quer ficar à margem dos mais recentes desenvolvimentos no mercado internacional do produto.

O problema sueco foi colocado nos seguintes têrmos: as companhias nacionais não possuíam capital suficiente para realizar vultosos investimentos no além-mar; por seu turno, o Govêrno sueco, como tal, não poderia, êle próprio, fazer tais investimentos. Longe, entretanto, de resignar-se à posição de mero assistente dos fatos, o Govêrno sueco tomou uma decisão até certo ponto histórica: resolveu comprar algumas das principais minas em operação no país (pelas quais está pagando a bagatela de 200 milhões de dólares), com a condição de que as companhias suas proprietárias se obrigassem a aplicar êsse capital na exploração de novas jazidas, no mundo todo.

O resultado é que a Suécia tornou ainda mais sólida a invejável posição que ocupa no mercado internacional do minério de ferro: os 200.000.000 de dólares que o Govêrno está pagando às companhias particulares estão servindo, entre outras coisas, para que tais organizações participem da exploração das minas da Libéria, canalizando mais lucros e mais divisas para todos os interessados, na Libéria ou na própria Suécia.

E assim, aí ficam os três exemplos: o da Argentina, o da Suécia e o da Libéria. Três exemplos de determinação e capacidade de discernimento. Pena é que o Brasil não tenha ainda podido dar um bom exemplo ao mundo, pelo menos nesse setor de atividades industriais.

DO OIAPOQUE AO XUÍ
TODOS USAM FÓSFOROS
"ARGOS" E "GUARANY"

CLORATO DE POTÁSSIO
"PIONEIRO"

IND. ANDRADE-LATORRE S.A. FÓSFOROS "ARGOS"

IND. ANDRADE-LATORRE S.A. FÓSFOROS "GUARANY"

INDÚSTRIAS ANDRADE
LATORRE S. A.

R. São Bento, 41. Caixa Postal 17

Telefones 5293 e 5294

JUNDIAÍ — EST. SÃO PAULO

II — EVOLUÇÃO DO CONTINENTE AFRICANO

POR MEIOS PACÍFICOS A ÁFRICA VAI-SE TORNANDO INDEPENDENTE

Iniciado após a Segunda Guerra Mundial o Ciclo de Libertação — O Contingente Negro continua a ser um foco de nacionalismo — Os pontos de maior agitação

(De TOM HENSHAW)

O mapa da África, outrora uma colcha de retalhos de rivalidades e pretensões colonialistas, está passando por uma dessas transformações revolucionárias tranqüilas.

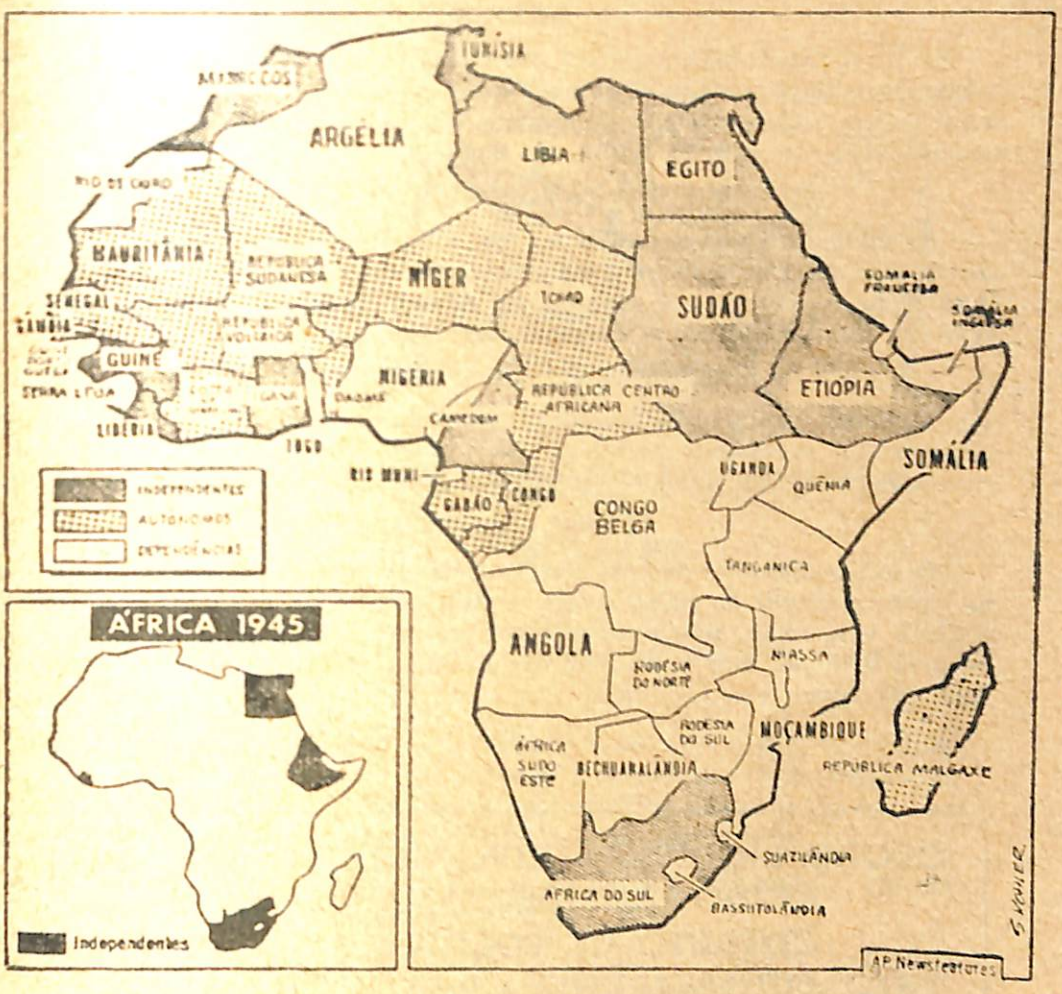
O Camerum, ex-colônia alemã e posteriormente mandato francês, constitui o sétimo Estado africano a conquistar completa independência após a Segunda Guerra Mundial. Pelo menos dois outros Estados deverão tornar-se também independentes ainda êste ano.

Em nenhuma parte a praga nacionalista do após-guerra roeu tão fundamente quanto no continente africano, onde os ritos pagãos da superstição provocam tanta atenção quanto as cidades ultramodernas.

No fim da segunda conflagração mundial havia apenas quatro Estados no continente negro que podiam ser chamados de independentes: o Egito, a Libéria, a Etiópia e a África do Sul. Após a guerra, a onda crescente de libertação cobriu o Marrocos, a Tunísia, a Líbia, a Guiné, Gana, o Sudão e, por último, o Camerum.

Além disso, há as doze repúblicas autônomas que constituem a comunidade francesa, ligadas à França por sólidos laços econômicos. São elas: Mauritânia, Senegal, República Sudanesa, República Voltaica, Costa de Marfim, Daomé, Niger, Tchad, República Centro-Africana, Congo, Gabão e República Malgaxe.

A Nigéria, colônia britânica, deverá tornar-se independente em outubro próximo, continuando dentro da comunidade britânica, e a Somália, território sob tutela italiana, estará, ao que se espera, dirigindo seus próprios destinos lá pelo fim do corrente ano.



As agitações observadas na África deverão continuar em 1960, nos Estados inquietos, que se acham ainda sob o contrôle de potências européias.

ARGÉLIA

A revolta contra o domínio francês continua e, provàvelmente, continuará durante todo êste ano, enquanto a França mantiver sua política de considerar as terras riquíssimas em petróleo daquele território como parte da França metropolitana.

CONGO BELGA

As revoltas ocorridas no ano passado levariam a Bélgica a prometer independência ao Congo em quatro anos, mas os nacionalistas exigem independência imediata.

QUÊNIA

O terrorismo mau-mau foi sufocado, mas os dirigentes nacionalistas, de cabeça mais fria, como Tom Mboya, estão lutando para conseguir uma independência imediata. O grande obstáculo: uma significativa e firme minoria nativa de brancos.

TANGANICA

As eleições a serem realizadas em setembro próximo deverão assegurar aos negros uma maioria esmagadora no conselho legislativo. Será a primeira vez na História da África Oriental britânica que os brancos se submeterão ao domínio dos negros.

FEDERAÇÃO DOS RODÉSIOS

O Niassa, cenário de grandes agitações há poucos meses, quer separar-se da federação, enquanto os brancos da Rodésia do Sul procuram seguir a política de segregação racial adotada na África do Sul.

ÁFRICA SUDOESTE

O único mandato da Liga das Nações (África do Sul) remanescente no mundo serviu de palco a seis grandes revoltas no ano que passou. A ONU está exercendo pressão sôbre a África do Sul, com o objetivo de levá-la a pôr fim à sua política racista e deixar de tratar a África Sudoeste como sua província.

CLORO LÍQUIDO • HIPOCLORITO DE SÓDIO
ÁCIDO CLORÍDRICO (MURIÁTICO)
CLORETO DE POLIVINILA (PVC)
TRICLOROETILENO • PERCLOROETILENO
SODA CÁUSTICA
e outros derivados do cloro, fabricados pelas
INDÚSTRIAS QUÍMICAS ELETRO-CLORO S. A.
ELCLOR e distribuídos pela ICI
CIA. IMPERIAL DE INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO BRASIL
SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PÔRTO ALEGRE, BAHIA, RECIFE
AGENTES EM TÔDAS AS PRINCIPAIS PRAÇAS DO PAÍS

HISTÓRIA

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

I — ORIGENS DO MUNCIPALISMO BRASILEIRO E HISPANO-AMERICANO

MARCIO DE MENEZES, Ten-Cel

É atual conhecermos, face do grande interêsse em tôrno do municipalismo no Brasil, as origens do espírito que presidiu à formação de nossos núcleos municipais. Parece-nos interessante compará-los com os hispano-americanos, pelos contrastes com que se apresentam.

A forma municipal, emigrou da antiga Grécia, organizada em Cidades-Estados, que viviam lutando entre si.

Os romanos, herdeiros que foram da civilização grega, transplantaram essa forma de govêrno para os países dominados pelo império, os quais subjugavam, ora sob o aspecto atenuado, quando se entregavam ao mando de Roma sem discrepância, ora sob a modalidade servil, para os que eram derrotados defendendo a liberdade. Porém, tudo se realizava sem a independência dos vencidos, fazendo desaparecer o espírito nacional se os havia, forçando-os ao municipalismo, desagregador de então.

Êsse regime também sofreu a península ibérica, ao ser tutelada pelas hostes romanas de Augusto.

A Lusitânia, quando dessa denominação, teve um tratamento diferente, pois os vencedores consideraram-na província romana. Achamos que essa atitude do Grande Império, permitiu a continuidade das características com que essa porção da Ibéria já se firmara características de nação constituída.

Localizamos o início de nossas cogitações, ao apresentar-se o ocaso da Idade Média, pleno período municipalista de economia urbana.

Vejamos como se fazia sentir essa forma de Govêrno na península, quando da época dos grandes descobrimentos ao findar do século XIV.

A Europa vivia a Renascença. A vida político-social e econômica, de Castela-Aragão e outras terras da hoje Espanha, tinham seu fulcro no regime municipalista: tudo girava em tôrno das cidades. Os "fueros" agiam como pequenas constituições, dos quais os citadinos não abdicavam nem diante dos monarcas. Êssas, eram normalmente figuras decorativas na maior parte das vêzes, sem fôrça moral ou material e sem prestígio, se não estivessem apoiados em cidades ou grupos de cidades. Os vários dialetos dificultavam o conjunto.

Enquanto isso, a França a Inglaterra e demais países da Europa estavam ainda sem nacionalidade definida no seu todo, o que só a Idade Moderna (1453-1789) daria solução; Portugal já vivia o Renascimento Político, do qual teve a primazia, já era nação fixada pelos laços da língua, costumes e tradições com ideais próprios, sob a égide das casas, de Afonso Henriques e D'Aviz, que desde muito se orientavam no sentido de Estado Soberano.

O Municipalismo era forma administrativa, como subdivisão do Estado Português.

Vejamos agora como se processou a colonização oriunda dos ibéricos no continente sul-americano e o conteúdo municipalista, que imigrou no seu bojo.

A colonização espanhola, sofreu profundamente a influência do municipalismo da mãe pátria. A Espanha de então, era formada por cidades, com características próprias, e entre êles com diferenciações diversas, e as cidades se juntavam formando ligas e governos, com um marquês, duque, conde ou rei como chefes. Daí, saíram os semeadores de agrupamentos humanos, desiguais para as Américas e verificamos o mesmo fenômeno político, em que as cidades vinham primeiro, formavam depois a província e as províncias se juntavam formando os Vice-Reinos e por fim nações.

Quando no ano dez — como passaram a chamar os argentinos o ano da independência — as nações que se emanciparam, o fizeram em função de rivalidades municipais. Buenos Aires antagônica de Assunção, Montevidéo, das duas.

Feito a separação da metrópole, a cidade de Assunção condicionou o Paraguai; Buenos Aires e Argentina e Montevidéu o Uruguai; isto no Prata. Da mesma forma se processou no Pacífico e Caraíbas.

É caso típico a República Argentina; sua formação deve-se a arroteadores vindos dos Andes e Pacífico, pelo Norte e Atlântico, criando cidades, que depois se transformaram por aglutinação em províncias, recebendo estas o nome da cidade que lhes deu origem. De tôdas as

capitais, que são oriundas dos antigos "cabidos coloniales", sòmente uma, Paraná teve o nome diferente do de sua província. Era a influência municipalista, na formação do todo argentino.

Essa pluralidade de países que condicionou a independência das colônias espanholas, evidencia os 'manadeiros" que inspiraram a forma municipalista das nações fundadas.

Agora tomemos a colonização portuguêsa, essa maravilha, a qual os que não querem dar a César o que é de César, chamam "milagre".

Povo com caráter formado e inconfundível, transportou para a nova colônia — o Brasil — essa idéia de unidade, que tem sido o orgulho de nossa organização política e nos dá hoje, o direito de estarmos classificados entre as grandes nações, segundo a teoria de Ratzel que diz: "Todos os países de grande áreas contínuas, sob o mesmo govêrno, estão fadados a grandes impérios".

Estudando esta formação, verificamos que de princípios é a feitoria orientada pela metrópole, verdadeira tomada de contato com a terra descoberta. Em seguida, é Martim Afonso de Souza, não um aventureiro recrutado entre a ralé, à cata de aventuras e riquezas fáceis, mas um representante do govêrno luso, com diretivas certas e talhadas para o caso: povoar a terra e nela continuar Portugal. Não foram cidades criadas a esmo ou fundadas pelos Incas, Astecas ou Maias que depois a necessidade uniu.

As Capitanias Hereditárias nasceram já, com o objetivo da orientação do Estado para o município. Um Estado de latos podêres.

A Construção e localização de suas fortalezas tinham como finalidade o todo; política que se estendeu até o govêrno do Marquês de Pombal.

Quando Tomé de Souza, logo em seguida à criação das Capitanias, se dirigiu para a Colônia, trouxe o título de Governador-Geral.

As ordens lhe foram dadas no sentido do conjunto. Era a idéia do Estado se sobrepondo a do município.

Assim nós concluímos. No Brasil o município foi conseqüência, não causa.

Tôda a vez que houve a divisão na colônia, foi obrigada por motivos imperiosos. Porém, como repgnava a política portuguêsa essa divisão, ela durou por pouco tempo, impondo-se a seguir a unidade, que se perpetuou até os nossos dias.

Essa unidade não foi "milagre" e sim componente de um Povo forte cuja política emigrou com o reinol e que, numa genética feliz se fêz o Brasil.

II — DOIS HERÓIS AUTÊNTICOS

General JOÃO PEREIRA DE OLIVEIRA

Quando, aos 10 de junho de 1865, pela manhã, as fôrças paraguaias de Estigarribia, num clamor horrente e num furor de bárbaros, investiram São Borja, para ocupá-la, e, como o fizeram logo, para pô-la a saco, mais que avultada era, então, a desigualdade entre o seu e o efetivo de que dispunha, para a resistência, aquela vila missioneira. Enquanto, em verdade, contavam elas com quatro mil cento e setenta oficiais e praças, e, o que mais é, providos de artilharia, tinhamos apenas, para as arrostar, cento e trinta combatentes, mal armados, mais ou menos desmuniciados e desinstruídos. Só na tarde daquele dia de luto e de desespêro para a população trabalhadora e ordeira da localidade, é que alcançamos pôr em linha oitocentos e cinqüenta homens. Isto não obstante, não foi impunemente que aquelas hordas tumultuárias e sanguissedentas, transpondo as nossas lindes meridionais, pisaram o solo sagrado de nossa Pátria, para a realização de sua longa marcha, pontilhada de crimes de tôda a sorte, até à povoação fronteiriça de Uruguaiana, onde, afinal, cercadas e desesperançadas de qualquer ajuda para o salvamento, se renderam às nossas bravas fôrças, em 18 de setembro de 1865. Porque, embora apoucados em relação a elas, os nossos não se deixaram apoderar do mêdo. Enfrentaram-nas, ao revés, com destemor e abnegação, mataram muitos daqueles pobres instrumentos do sonho de mando de Solano Lopez, e poucos não foram, até, aquêles cujos rasgos de heroicidade, queiram ou não queiram os que se não cansam, impatriòticamente, de denegrir o Exército, com esquecimento de seus grandes feitos, lhes dão direito à consagração da História. Estão, por exemplo, entre os que se fazem credores dêsse justo prêmio o cabo-de-esquadra Leocádio Francisco das Chagas, pertencente ao 28º Corpo Provisório de Cavalaria, do comando do Tenente-Coronel Manuel Coelho de Souza, e o furriel Luiz Antônio de Vargas, do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, do comando do Coronel João Manuel Mena Barreto, morto, mais tarde, gloriosamente, no ataque às trincheiras de Peribebuí, sob as ordens do legendário Osório.

Leocádio Francisco das Chagas era um caboclo forte e desembaraçado, amante de seus pagos nativos, onde se criara na labuta diurnal dos campos, venturoso e alegre. No dia em que os paraguaios acometeram a vila, o 28º Corpo Provisório, a que pertencia, acampava em São Mateus, cinco léguas ao norte de São Borja, à margem esquerda do caudaloso Uruguai e próximo do Icamaquã. Êle, porém, não se encontrava ali. Estava, com permissão, em São Borja, no seio acolhedor dos seus. Assim, logo que lhe chegou a informação de que o III Batalhão de Infantaria, do comando do Major José Rodrigues Ramos, tiroteava, lá para as bandas do Passo, com os paraguaios, não pensou

mais um instante: encilhou, às carreiras, o douradilho, enfreado poucos dias antes, pegou das armas e partiu, imediatamente, estuante de coragem e de patriotismo, rumo feito ao lugar onde os seus valorosos camaradas estavam a refregar, desesperadamente, pela honra e salvação da Pátria. Ao transpor a lomba da coxilha que se alteava, víride e formosa, à saída da localidade, e lhe chegar à enfesta, não houve conter o entusiasmo e a ânsia de pelejar que, dêle, ali se apossaram, ao divisar a carga que naquele momento iam levando a efeito os arrojados componentes do 22º Corpo Provisório de Cavalaria, do comando do Tenente-Coronel Tristão de Araújo Nóbrega, contra o movimento envolvente de uma fôrça do adversário. Empertigou-se, então, no lombilho, firmou os pés nos estribos, com as pernas em linha reta, segundo a velha usança de seus terranteses, aprumou a cabeça sôbre os largos ombros, lançou o olhar para aquêle inopino espetáculo, majestoso e raro, e, depois de contemplá-lo, um instante, chegou os acicates às ilhargas da sôfrega montada, cujas narinas se dilatavam em resfôlegos amplos, e, sem mais detença, partiu, desabaladamente, contra o centro da linha inimiga. Em lhe chegando perto, lanceou, com pulso vigoroso e firme, o primeiro paraguaio que lhe estêve à mão, e, de imediato, deu de rédea ao cavalo, e refluiu com direção aos seus, à desfilada em curvas. Não o fêz, porém, para fugir da luta. Fê-lo, apenas, para ganhar distância, e volver, com o mesmo ímpeto e arrôjo, para varar com a choupa, já tinta de sangue, de sua lança heróica, mais um daqueles guaranis selvagens. E ainda não parou aí a sua memoranda ação naquele transe amargo. Daí a pouco, voltava êle a arremeter os paraguaios, com igual aprumo e com a mesma fúria, entre protestos de uns, que temiam pela sua sorte, e ovações de outros, que deliravam de entusiasmo e assombro, e um terceiro inimigo ficava ali, caído, a escabujar, sangrando. Foi esta, entretanto, desgraçadamente, a derradeira vez que êle teve a dita de mandar da existência terrena para a eternidade mais um daqueles infelizes paraguaios que nos haviam trazido a agressão brutal e desarrazoada de um megalômano. E isto porque, quando retornava, bravamente, à carga, pela quarta vez, o inimigo, já então refeito do espanto que, como um duende, uma aparição fantástica, um trasgo, lhe irrogara êle, fê-lo tombar, com seu cavalo, traspassados ambos, cruelmente, a balas, sôbre a mesma terra dadivosa e amada por que dera a vida.

Aí está a empolgante façanha do modesto cabo de cavalaria Leocádio Francisco das Chagas. A de Luiz Antônio de Vargas, natural de Pôrto Alegre, não lhe fica abaixo. E é exatamente o que se vai ver, agora.

Achava-se Luiz Antônio de Vargas na capital do Império, a exercer a sua árdua profissão de maquinista, quando o Govêrno, levado da necessidade de aprestar o Brasil, com urgência, para o revide armado à ofensa por nós sofrida de Solano Lopez, publicou o Decreto n. 3.371, de 7 de janeiro de 1865, que criava os Corpos de Voluntários da Pátria, cujos serviços tão assinalados foram, na transcursão da guerra. Não teve dúvida: tratou logo de alistar-se no primeiro dêles.

De feição que, quando êste Corpo se deslocou para a Província do Rio Grande do Sul, lá se foi êle, também, com a alma a transbordar de júbilo, e não apenas por ir rever, saudoso, a doce terra de seu nascimento, mas, sobretudo, por ir lutar em defensão da Pátria.

Ao aportar ali, foi, pouco depois, mercê de sua inteligência, energia, operosidade e admirável resistência física, promovido a furriel.

Era, pois, nessa graduação e na guarda da Bandeira que se viu êle, na hora em que sua unidade se defrontou, em São Borja, com os paraguaios, na embocadura da rua de São João, ou General Marques, como a chamam hoje.

A sensação do inimigo, ao esbarrar com o 1º Corpo, que, ao som da música, avançava airoso, foi, naturalmente, do mais vivo pasmo, pois sabia achar-se a vila sem defesa alguma, já que aquêle Corpo não estava nela. Refeito, porém, num pronto, de seu sobressalto, atirou-se, colérico, contra nossa fôrça, e envolveu-a em parte, num alarido louco. Foi justamente aí, nesse momento de inenarráveis riscos para a nossa gente, que um soldado paraguaio de cavalaria, arrojando-se sôbre o oficial que conduzia a Bandeira Nacional, a tremular ufana, batida das deleitosas auras brasileiras, golpeou-o, arrebatou-lhe das mãos e empunhando-a, orgulhoso de seu grande feito, bradou, petulantemente, com voz cava e agreste: **Es mia!** Mal, entretanto, acabava aquêle bárbaro de articular essas palavras mais que expressivas de incontido gôzo, já o furriel Luiz de Vargas o arremetia com inaudito ardor, para retomar-lhe o pavilhão sagrado. Vendo-se, então, assaltado pelo nosso infante, o paraguaio, depois de disparar contra êle sua garrucha, e errar, puxou da espada, e tentou, raivento, desferir-lhe um golpe. Nesse instante, porém, Luiz de Vargas, num lance de extraordinária beleza, que se não descreve, num lance que se devera perpetuar no mármore ou no bronze, para exemplo edificativo do valor e do patriotismo de um soldado humilde, fincou a baioneta no largo peito do inimigo audaz, e, quando êste caiu, pesadamente, ao chão, banhado em sangue, arrebatou-lhe da mão impura aquêle símbolo augusto da Pátria estremecida, e o elevou de novo, a panejar festivo, sôbre a cabeça daqueles mesmos homens, valentes e resignados, que ali estavam para manter intatas as glórias de seu passado.

Desafortunadamente, com o esfôrço feito, partiu-se-lhe uma das veias da perna direita, e resultou daí incapacitar-se de todo em todo, não só para o mister das armas, pelo que teve baixa, senão também para quaisquer trabalhos mais ou menos rudes, inclusive os de sua profissão. Recolheu-se, por isso, à bela cidade que lhe fôra berço, onde, ignorado e desamparado, embora ostentando ao peito a condecoração do Cruzeiro, que lhe granjeara a sua ação heróica, entrou a sofrer tôdas as conseqüências de uma pobreza honrada, e onde, decerto, teria perecido à míngua, se o Barão Homem de Melo, ao assumir a presidência do Rio Grande do Sul, em 1867, não o houvesse pôsto, generosamente, em modesto emprêgo no Arsenal de Guerra de Pôrto Alegre.

É quase sempre assim que os governos pagam aos que bem servem à Pátria: com a injustiça e a ingratidão.

REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES

REALIZAÇÕES EM 1959

— Montagem de uma esfera para armazenamento de eteno, capacidade disponível de 318 toneladas.

— Montagem de 4 esferas para armazenamento de G. L. P., cada uma com capacidade de 860 toneladas.
Essas esferas foram construídas para permitirem melhor regularização das entregas às Companhias Distribuidoras, durante as paradas para manutenção das Unidades.

— Novo Centro Telefônico automático, dotado dos mais modernos aperfeiçoamentos técnicos, com capacidade para 400 aparelhos.

— Pavilhões do Departamento de Relações Industriais e do Departamento Financeiro, com instalações de ar condicionado.

— Câmara frigorífica.

— Melhoria do ramal ferroviário.

— Centralização dos relógios de ponto.

— Sistema elétrico de relógios, em tôdas as dependências da Refinaria.

— Entrada em funcionamento no mês de junho, da nova Unidade de Propeno, dimensionada para fazer face a uma demanda de 30 toneladas por dia de operação.

ATIVIDADES INICIADAS EM 1959, COM PROSSEGUIMENTO EM 1960

O conjunto dos novos investimentos programados para 1959-1960, abrange duas fases distintas:

— a primeira, objetivando a melhoria e a readaptação das instalações existentes, permitirá alcançar em junho de 1960 o nível de processamento dos 110.000 barris diários;

— a segunda, visando, principalmente, a dar maior expansão à indústria petroquímica, e consistindo na montagem de três novas unidades, com início no 2º semestre de 1960 e término marcado para junho de 1961.

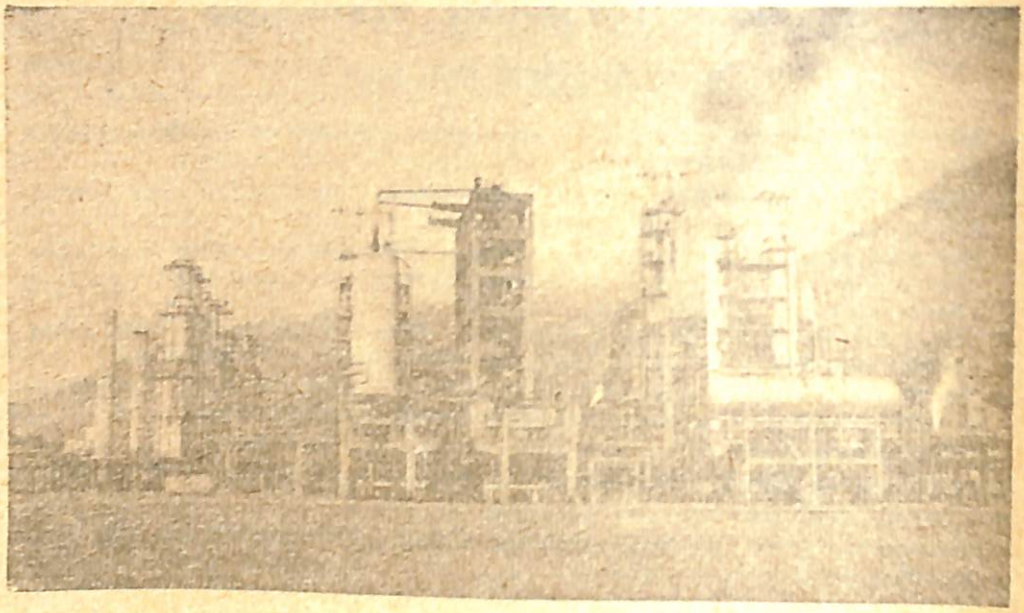
O programa aprovado pela Diretoria da PETROBRÁS, em sua primeira fase, compreende as seguintes obras:

— Melhoria e readaptação das Unidades de Distilação.

— Interligação das Unidades de Distilação com a do Craqueamento, em particular, e com o conjunto da Refinaria, em geral.

— Construção de 7 novos tanques, sendo 3 para petróleo, 2 para querosene e 2 para gasolina dos mesmos com o conjunto da Refinaria.

— Ampliação da Casa de Fôrça, a fim de assegurar maior independência da Refinaria do fornecimento da Companhia Light de São Paulo, e de permitir a regularidade da manutenção das caldeiras, sem prejuízo da produção.
Está prevista, bàsicamente, a montagem de uma nova caldeira para 80 toneladas-hora e 2 tubos geradores de 6.000 kwh. As capacidades de geração de vapor e de energia elétrica deverão ser elevadas, respectivamente, de 135 para 215 ton-hora e de 6.200 para 18200 kwh.



NOSSA REFINARIA — NOSSO ORGULHO

— Construção do Reservatório Norte.
A pureza da água do Córrego das Pedras, que atravessa os terrenos da Refinaria, recomenda que o mesmo seja usado no maior volume possível para alimentação das caldeiras da Casa de Fôrça, diminuindo ao mínimo as operações de purificação d'água.

— Melhoria do sistema de captação de água de refrigeração do Rio Cubatão. O abastecimento de água industrial se faz através da Casa de Bombas do Rio Cubatão, que está exigindo a complementação da estrutura definitiva de proteção da bacia de tomada d'água, bem como, a construção de novo septo e de nova barragem.

A segunda fase do plano, abrange os seguintes itens:

1º — Montagem de uma Unidade de Reformação Catalítica, que, além de produzir etano para a Unidade de Pirólise, possibilitará também, a obtenção de aromáticos e gasolina de alta octanagem.

2º — Montagem da Unidade de Pirólise de Etano, que craqueará todo o etano atualmente existente no gás residual da Refinaria, mais aquêle que fôr produzido na Unidade de Reformação Catalítica, possibilitando assim, a produção média de 50 toneladas de etano por dia de operação.

3º — Montagem da Unidade de Extração de Aromáticos, destinada a recuperar benzeno do reformado catalítico.

4º — Interligação das novas Unidades com o conjunto industrial da Refinaria.

Para atender a tão vasto programa de obras, o Conselho de Administração da PETROBRÁS vem de aprovar o Plano Orçamentário da Refinaria para 1960, prevendo investimentos no valor total de Cr$ 1.500.000.000,00 (Hum bilhão e meio de cruzeiros).



ANO II — N. 12
(Jun 60)

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

SUMÁRIO DA SEÇÃO

EDITORIAL

"Uma Feliz Coincidência" — OCTAVIO TOSTA, Maj.

I — DOUTRINA

"Esbôço de um Plano de Pesquisa Geopolítica" (3ª Parte — Concl. dos dois ns. ants.) — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"O Brasil e o Despertar Afro-Asiático" (concl. dos dois ns. ants.): 6. "O Nacionalismo Pan-arábico"; 7. "África — O Continente Competidor da América Latina"; 8. "A Missão do Brasil" — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel.

"O Papel do Rio de Janeiro na Unidade Nacional" — JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, Prof.

"As Alemanhas de Após-Guerra" — THEREZINHA DE CASTRO, Professôra.

III — GEOPOLÍTICA DO PRATA

"Buenos Aires e a Luta Contra o Centrifugismo Político" — OCTAVIO TOSTA, Maj.

IV — ARTIGO ESTRANGEIRO

"A Questão do Panamá" — HUMBERTO COSTAS, Cel. (Trad. do "El Diário", de la Paz, Bolívia p. Osvaldo Oliveira Santos, Sgt).

A BIBLIOTECA DO EXÉRCITO já publicou as seguintes obras sôbre **GEOPOLÍTICA:**

1) GEOPOLÍTICA DO BRASIL — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esgt).
2) A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
3) PROBLEMAS DO BRASIL — 1952 — Cel Adalardo Fialho.
4) GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL — 1952 — Everardo Backheuser.
5) FRONTEIRA EM MARCHA — 1956 — Renato de Mendonça.
6) ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endôsso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na SEÇÃO pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — "A Defesa Nacional" — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

EDITORIAL

UMA FELIZ COINCIDÊNCIA

EXATAMENTE há cento e cinqüenta anos, um grandioso movimento insurrecional propagava-se pela região do Rio da Prata e imprimia profundas modificações no quadro político da América do Sul.

Por essa razão, a revolução iniciada a 25 de maio de 1810 foi o prefácio de impressionante obra de geopolítica platina, cujas páginas brilhantes estão sendo escritas cada dia.

Muitas dessas páginas foram compostas em memoráveis campanhas militares. Algumas das batalhas travadas possuem a triste glória de terem sido as maiores e mais sangrentas da História Militar sul-americana.

Todavia, nesses entrechoques constantes, pela busca da unidade territorial de novas pátrias em formação, surgiram a admiração e o respeito mútuos entre os diversos povos que se confrontam no magnífico cenário platino.

Também um grande progresso econômico estende-se agora por tôda aquela área outrora tão disputada. Os caminhos históricos de invasão foram substituídos por modernas vias de transportes que aumentaram os intercâmbios comerciais, estimularam o desenvolvimento econômico e estreitaram os laços de amizade. E, em certas barrancas de rio, onde acontecia antigamente a surprêsa de um ataque ou a frustração de uma derrota, surgem agora majestosas pontes internacionais que, abraçando as duas margens, criam ideais comuns.

Foi, portanto, uma feliz coincidência para a "Seção de Geopolítica" a passagem do seu 2º aniversário durante as comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio.

Para homenagear tão importante acontecimento histórico, apresentamos, no presente número, um pequeno artigo sôbre Geopolítica do Prata.

Nesse seu 2º ano de existência, a "Seção de Geopolítica" teve o seu elenco de colaboradores enriquecido por novos elementos de real valor. Publicamos trabalhos de destacados intelectuais como o General Lyra Tavares e o Almirante A. C. Raja Gabaglia. Apresentamos excelentes artigos do General Mozart de Andrade Souza; do Capitão de Navio Carlos A. Garcia Favre, ilustre Adido Naval junto à Embaixada da Argentina no Brasil; e do Tenente-Coronel Waldir da Costa Godolphim.

No presente número temos a honra de publicar os trabalhos primorosos de dois novos colaboradores. O primeiro dêsses trabalhos é do eminente mestre e consagrado escritor Dr. José Honório Rodrigues; o outro trabalho é um estudo muito oportuno da ilustre Professôra Therezinha de Castro.

Na parte dedicada a artigos estrangeiros, tivemos a satisfação de transcrever trabalhos de estudiosos de Geopolítica de muitos países da América do Sul: Major Emílio Radamés Isola, da ARGENTINA; Coronel Humberto Costas, da BOLÍVIA; General Ramon Cañas Montalva, do CHILE; Tenente Bolivar E. Guerrero C., do EQUADOR; Tenente-Coronel Roberto Gonzales Polar e Major W. Contreras A. do PERU; e Tenente Roberto Negretti Madriz, da VENEZUELA.

A FRANÇA foi representada por dois destacados geopolíticos: Almirante Lepotier e Coronel Victor J. Croisat.

Após êsses dois anos de publicação da "Seção de Geopolítica" já podemos fazer algumas observações sôbre a atual situação e possíveis tendências do estudo dêsse novo ramo de conhecimentos.

A Geopolítica está tendo um grande desenvolvimento nos meios intelectuais da maioria dos países do mundo. Já há numerosos estudiosos dessa nova ciência em muitos Estados da América Latina. Diversas escolas superiores dêsses países já introduziram em seus programas o ensino da Geopolítica.

No Brasil, os estudos foram inciados em 1924 por Everardo Backheuser com a divulgação das verdadeiras idéias de Kjellén. Os trabalhos de Backheuser e de seus adeptos abrangem um período que se estende, aproximadamente, até 1950. A maioria dos trabalhos dêsse período refere-se à parte teórica dessa nova ciência e a alguns problemas de espaço.

No período seguinte, que é também o atual, estão tendo grande desenvolvimento os estudos geopolíticos, além dos geo-históricos e dos geo-estratégicos.

Relativamente à superfície de investigação dêsses estudos também está havendo uma tendência de especialização. O Coronel Golbery tem-se dedicado principalmente ao estudo de aspectos geopolíticos do Brasil e pesquisa os fundamentos de uma doutrina geopolítica brasileira.

O Tenente-Coronel Meira Mattos investiga questões geopolíticas internacionais ligadas ao antagonismo dominante.

Quanto a nós, temos estudado problemas geopolíticos da América Latina e consagramos nossa maior atenção à Geopolítica sul-americana.

MAJOR OCTAVIO TOSTA
Coordenador da Seção Geopolítica

I — DOUTRINA

ESBÔÇO DE UM PLANO DE PESQUISA GEOPOLÍTICA

(Conclusão dos dois números anteriores)

Coordenado na base de vários estudos
e sugestões pelo
Coronel GOLBERY DO COUTO E SILVA

c. METODOLOGIA DA FORMULAÇÃO DE UM CONCEITO GEOPOLÍTICO NACIONAL

(1) *Definição dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) — (aspirações, valores e interêsses nacionais; conjugado bem-estar — segurança).*

(2) *Avaliação Geopolítica da Conjuntura:*

(a) Análise dos fatôres (ver letra *b* anterior) e suas classificação em:

— Fatôres positivos (favoráveis)

— Componentes ou fatôres do Potencial Nacional

— natureza
— valor atual
— valor em futuro previsível

— Elementos de cooperação internacional

— natureza
— valor atual
— valor em futuro previsível

— Fatôres negativos (desfavoráveis)

— Pressões externas ou internas, atuais ou potenciais, contrárias aos ONP (antagonismos)

— natureza
— intensidade
— origem
— causas
— direção
— incidência

— Vulnerabilidade do Potencial Nacional

— natureza
— grau
— incidência
— causas
— repercussões e conseqüências

— Obstáculos (passivos) à consecução dos ONP

— natureza
— causas
— esfôrço necessário para superá-los

(b) Síntese — Estabelecimento de *Premissas Básicas*:

— valor do Potencial (no momento e em futuro previsível)
— pressões dominantes externas ou internas, atuais ou potenciais
— obstáculos principais
— Áreas Geopolíticas

(3) *Fixação dos Objetivos Nacionais Atuais (ONA)* — (geopolíticos).
(Mecanismo: adaptação entre fins e meios.)

(4) *Estabelecimento das Políticas de Consecução (Linhas de Ação Geopolíticas ou Idéia Geral de Manobra Geopolítica — com vistas ao bem-estar e à segurança).*
(Mecanismo: aplicação do Método (letra *a*, anterior.)

5. CONCEITO GEOPOLÍTICO NACIONAL:

a. *ONP*

Tarefa 5 — A definir (pesquisa e inquérito)

b. *ONA* (Geopolíticos)

Tarefa 6 — A definir (pesquisa)

c. *Áreas Geopolíticas*

Tarefa 7 — A delimitar (pesquisa)

d. *Políticas de Consecução* (Idéia Geral de Manobra Geopolítica)

Tarefa 8 — A definir (pesquisa)

e. *Desdobramento da Linha de Ação* (por campos e setores)

Tarefa 9 — A analisar (pesquisa)

II — ESTUDOS E ENSAIOS

O BRASIL E O DESPERTAR AFRO-ASIÁTICO

Tenente-Coronel CARLOS DE MEIRA MATTOS

(Conclusão dos dois números anteriores)

VI — O NACIONALISMO PAN-ARÁBICO

Vejamos outra facêta interessante nos movimentos afro-asiáticos, o nacionalismo pan-arábico.

As fontes político-ideológicas do processo revolucionário pan-arábico são: a Universidade de Al Azhar, principal centro de cultura islâmica, fundada no ano de 971, no Cairo, e que hoje estuda e difunde princípios da filosofia pan-arábica e a Liga Árabe, organismo que se propõe a realizar no terreno político a ideologia pan-arábica. Ambos têm sua sede no Cairo, sôbre ambos pesa a influência da personalidade forte do Coronel Nasser.

Os teóricos do nacionalismo árabe que, como veremos adiante, confunde-se com o nacionalismo pan-arábico, são Anouar al Sadat, Coronel Mohamed Abd al-Kadir Hatem, Abbas Mahmoud al-Akkad.

O próprio Nasser lançou um livro recentemente, "Philosophie de la Revolution".

Em resumo, dizem os filósofos da revolução árabe:

"O objetivo, agora, não é mais a independência dos Estados Árabes, mas a independência como etapa de união".

A planificação econômica é medida indispensável à renovação do árabe unido. Por renovação se entende: estímulo à industrialização, elevação do nível de vida das populações, luta contra as doenças e analfabetismo".

"O Egito convida os Árabes a marchar em conjunto por um único caminho, e a seguir uma política exterior única, porque a preocupação do campo ocidental é a de dominar os povos árabes para satisfazer os seus interêsses".

"Os árabes ocupam uma posição intermediária entre o Ocidente e o Oriente; não estamos com um bloco nem com o outro e seria inconcebível que entregássemos a qualquer potência ou grupo de potências o direito de nos dirigir, arruinando assim o povo árabe e os nossos interêsses. Mas, enquanto estivermos separados, o bloco árabe continuará a ser uma quimera".

"O dever dos orientais, em face do imperialismo e do comunismo do tipo russo, é de os rejeitar em bloco. Não se trata de dar preferência a um ou outro, pois ambos são males contra os quais é necessário lutar com igual determinação. Mas, não se deve ficar numa atitude de neutralidade negativa e sim de neutralidade positiva, atuante. Os que co-

nhecem o que é o comunismo e o imperialismo e ficam numa atitude de indiferença não passam de criminosos".

"Nossa ideologia trata os problemas de uma maneira diferente, não desejando nem a luta de classes, nem a tirania do capital, nem o domínio da classe burguesa, nem do proletariado. A família constitui a base da sociedade egípcia; a religião, a moral e o nacionalismo, as bases da família e da sociedadè.

"Nosso programa econômico é: o capital a serviço da sociedade, a propriedade agrária regulamentada, luta contra o legado do imperialismo: nobreza, doença e analfabetismo".

Sintetizando o pensamento dos filósofos do movimento pan-arábico, podemos concluir o seguinte:

— É um movimento de conteúdo político, econômico e social.
— Propugna pela união dos povos de língua árabe numa comunidade política e econômica única.
— Vê como principal perigo à realização de seus propósitos: o imperialismo e o comunismo do tipo russo; como imperialismo objetivam e particularizam o imperialismo britânico cujas conseqüências sofreram e continuam a sofrer em parte; quando falam em comunismo, fazem questão de frisar "comunismo do tipo russo", como que para ressalvar a ideologia.
— Estabelece como doutrina política, face aos dois mundos rivais — a neutralidade positiva.
— É um movimento que procura raízes na religião, nos costumes e na língua comuns.

Em face dessas ilações deveríamos chegar à conclusão de que o pan-arabismo é um movimento legítimo, justo e digno de ser apoiado por tôdas as nações democráticas do mundo. Teòricamente é tudo isto. Aproxima-se mesmo dos princípios de Bolívar e Monroe, construtores do pan-americanismo.

Pràticamente, pode não ser, isto porque, o comunismo soviético, de um lado, encontrando no pan-arabismo pontos de identidade política e propaganda — sentimentos antibritânicos e anticolonialistas e antiimperialistas, movimentos sociais de elevação de nível do agricultor egípcio — de outro lado, a necessidade de Nasser de explorar as rivalidades entre as grandes potências para alcançar os seus objetivos, conseguiu infiltrar seus especialistas em propaganda marxista no bôjo do movimento pan-arábico. Êsses, com a técnica revolucionária e a dialética perigosa do marxismo, conseguiram transformar os sentimentos anticolonialistas, antiimperialistas e antibritânicos em movimentos antiocidentais, antiianques, anticapitalistas e antidemocracias capitalistas. Então, o sentimento antibritânico, indispensável ao êxito do nacionalismo pan-arábico, e de cuja criação o govêrno de Londres é culpado, submetido ao laboratório de propaganda elaborado por Moscou, transformou-se, ali, num sentimento popular de repulsa ao Ocidente.

Querendo dar maior extensão a essa campanha antiocidental, os responsáveis pela "inteligentzia" soviética tentaram transformar as duas

grandes reuniões do povo afro-asiático, em Bandung (1955) e no Cairo (1957), destinadas a articular um movimento mundial de defesa dos interêsses dos povos dos continentes amarelo e negro, numa manifestação de caráter antiocidental, transformando "dialèticamente" o sentimento anticolonialista predominante nessas coletividades, em movimento antiocidental.

No seu jôgo, que êle diz "tático", Nasser vem se comprometendo demasiado com Moscou e, por influência, está conduzindo outras nações árabes à mesma atitude complacente, quase "aliada". Recebe armas, recebe sugestões sôbre propaganda, recebe e difunde dialética. Nesses últimos quatro anos, desde que Moscou iniciou a "ofensiva econômica" no Oriente Médio, foram concedidos os seguintes empréstimos, a juros baixos, pagamento à base de trocas: Egito, 475 milhões de dólares; Síria, 280 milhões de dólares; Afeganistão, 145 milhões de dólares. Não é muito em números absolutos, mas é muito para quem começa a se interessar econômicamente por uma área. O mais interessante é que êsses três países representam, hoje, os três baluartes da propaganda soviética no Oriente Médio. Mera coincidência?

Nasser costuma dizer e repetir que não se deixará enlear pelo imperialismo soviético. Dá a entender que o usará "tàticamente", a serviço da estratégia pan-arábica.

Até quando êle será capaz de fazer êste jôgo? Já não estará comprometido "até o pescoço"?

Obstinado na sua campanha nacionalista, Nasser permitiu que os teóricos de propaganda russa empregassem, no Egito e na Síria, tôdas as armas de sua dialética. Aplicaram ali, "a linha de Tenã", formulação diabólica de Mao Tse Tung, para penetrar insidiosamente na classe média (representada pela oficialidade do Exército no caso do Oriente Médio), fazendo causa comum com os seus ideais mais autênticos (nacionalismo, melhoria social, etc.), incentivando suas ambições, elevando-os ao poder e às posições-chaves, para, por seu intermédio, dominar o estado e pô-lo a serviço do imperialismo soviético. O detalhe de se transformar num Estado Comunista ou não, não interessa de imediato. Isto virá depois, naturalmente. Basta que conserve uma linha de "neutralidade" simpática a Moscou.

Não acreditamos que Nasser seja comunista. Entretanto, êle está trabalhando numa linha paralela à do comunismo russo.

Faz vistas grossas às manobras dos grupos comunistas muçulmanos, para os quais o nacionalismo árabe não deve ser uma ação independente e autônoma, mas um movimento satélite.

O grande êrro do Ocidente, a nosso ver, é querer negar ao nacionalismo pan-arábico raízes de existência autêntica. A política certa, e sòmente os Estados Unidos no momento poderão tentá-la, num esfôrço de recuperação de posições perdidas, seria esvaziar o pan-arabismo de seu conteúdo espúrio, o marxismo, restaurá-lo nas suas substâncias legítimas, e passar a apoiá-lo. Pois êste, na sua autenticidade árabe e muçulmano, é um movimento justo, natural e digno de ajuda. Negar aos árabes os seus ideais sinceros de liberdade política e progresso econô-

mico seria para nós, americanos, esquecer e repudiar o nosso passado de pouco mais de um século.

VII — ÁFRICA — O CONTINENTE COMPETIDOR DA AMÉRICA LATINA

Ao lado dos aspectos éticos de nossa posição, face ao despertar africano, há outra preocupação que não deve nos passar desapercebida. Trata-se do surgimento no continente negro de uma estrutura econômica semelhante à nossa.

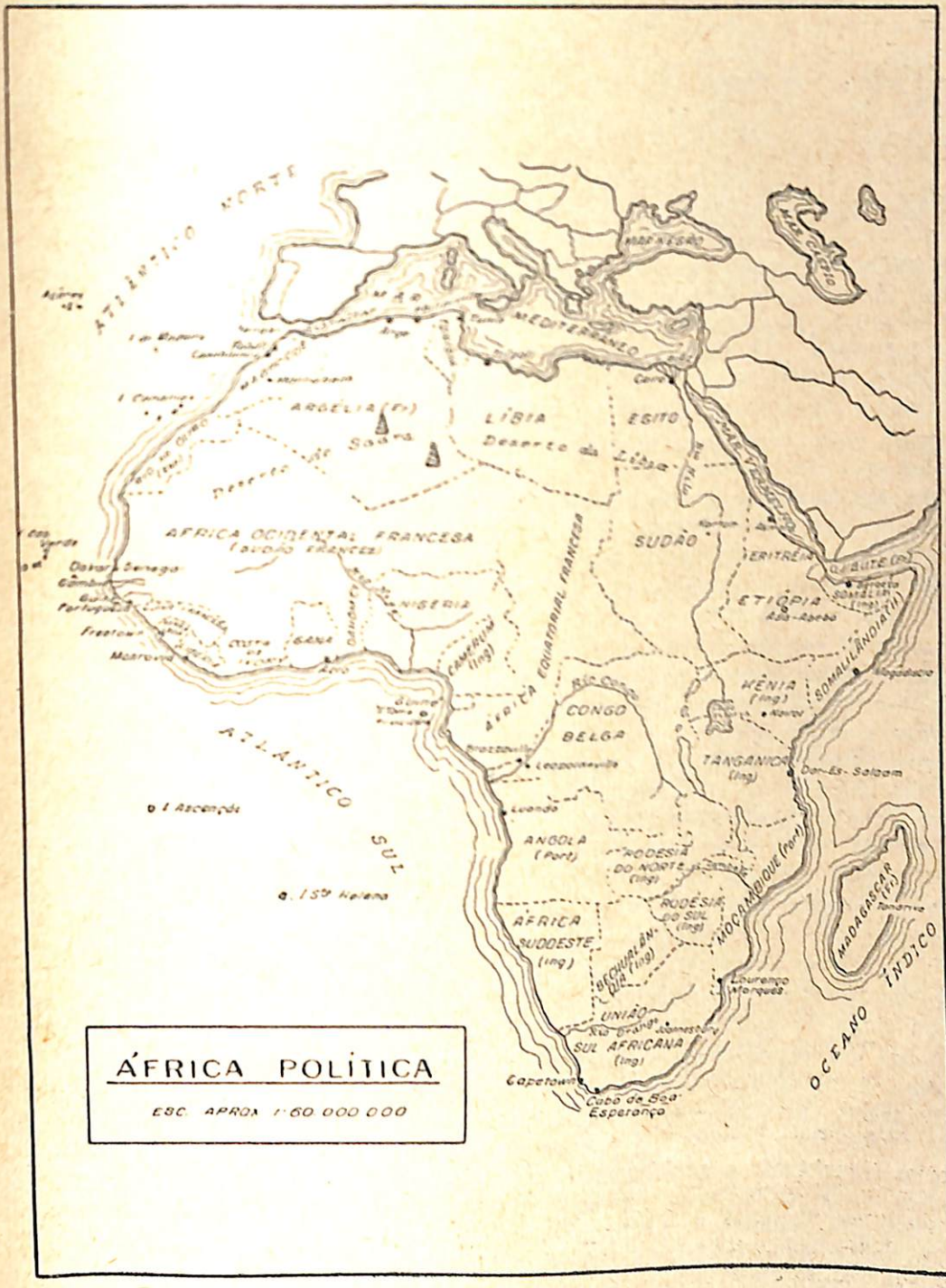
Considerando-se que as nações superindustrializadas — a América do Norte e várias outras da Europa Ocidental — são consumidoras de matérias-primas e produtos agrícolas de que a América Latina é fornecedora; considerando-se, ainda, que tôdas as nações latino-americanas, até o presente, são exportadoras dêsses produtos primários, à base do que erigiram sua economia, não resta dúvida que a criação, por parte dessas nações consumidoras e para servir aos seus próprios interêsses, de um mercado de produtos similares aos nossos na África vem a constituir iniciativa altamente prejudicial ao comércio internacional do Brasil e das nações hispânicas dêste continente.

Realmente, o desenvolvimento africano, acionado em ritmo acelerado nestes últimos dez anos pelas potências européias e também pelos Estados Unidos, já está nos causando sérios prejuízos — os nossos cafeicultores que o digam.

Basta um relance de olhos pelos produtos de exportação da África: café (oito milhões de sacas no ano passado e aproximadamente nove milhões no corrente ano), cacau, algodão, tabaco, borracha, milho, trigo, bananas, e, no setor dos minerais, ferro, manganês e bauxita — para se avaliar os crescentes prejuízos que êsse mercado em pleno crescimento causará em futuro próximo às economias brasileira e latino-americana.

Possui a África, nos territórios da União Sul-Africana e do Congo Belga, as maiores jazidas conhecidas de urânio do mundo. Sabemos muito bem que o urânio é hoje o "mais estratégico dos minerais estratégicos". Dispõe, ainda, de fartas reservas de cromo, cobalto, tântalo, tungstênio, titânio, vanádio e molibdeno, todos minerais estratégicos procurados pela indústria norte-americana. Êste fato talvez explique o grande interêsse demonstrado pelo govêrno de Washington no desenvolvimento econômico da África.

De 1947 a 1956, o Eximbank concedeu créditos de 220 milhões de dólares, que foram aplicados em plantações de café na Etiópia e África Portuguêsa, cacau na Costa do Ouro e Algodão em Moçambique. Pelo Programa de Ajuda ao Estrangeiro, os Estados Unidos destinaram 150 milhões de dólares e, no corrente ano, foi êsse auxílio reforçado com mais 60 milhões de dólares. Até agora falamos apenas nas inversões do govêrno norte-americano. Afora isto, o Banco Mundial, do qual os Estados Unidos são principal financiador, nos anos de 1955-59 concedeu créditos no valor de 155 milhões de dólares a países africanos, destinados à construção de estradas, visando a facilitar o escoamento da produção. No tocante aos capitais privados norte-americanos investidos no conti-


ÁFRICA POLÍTICA
ESC. APROX. 1:60.000.000
ATLÂNTICO NORTE
ATLÂNTICO SUL
OCEANO ÍNDICO
MEDITERRÂNEO
MAR VERMELHO
ARGÉLIA (Fr.)
LÍBIA
EGITO
Deserto da Líbia
AFRICA OCIDENTAL FRANCESA (União Francesa)
Dakar
Senegal
NIGÉRIA
AFRICA EQUATORIAL FRANCESA
SUDÃO
ERITRÉIA
ETIÓPIA
Adis-Abeba
SOMALILÂNDIA (It.)
Mogadisco
QUÊNIA (Ing.)
Nairobi
CONGO BELGA
Leopoldville
TANGANICA (Ing.)
Dar-Es-Salaam
ANGOLA (Port.)
RODÉSIA DO NORTE (Ing.)
RODÉSIA DO SUL (Ing.)
MOÇAMBIQUE (Port.)
AFRICA SUDOESTE (Ing.)
BECHUANÃLÂNDIA (Ing.)
Lourenço Marques
MADAGASCAR (Fr.)
Tananarive
UNIÃO SUL AFRICANA (Ing.)
Capetown
Cabo da Boa Esperança
I. Ascenção
S. Helena

nente negro, sabemos que sòmente no ano de 1955 o seu "quantum" foi de 772 milhões de dólares. A Doutrina Eisenhower para o Oriente Médio reservou a soma de 200 milhões de dólares para ser distribuída ao Egito, Sudão, Etiópia, Argélia, Tunísia e Marrocos. Atualmente está em estudo um Fundo de Ajuda aos Países Subdesenvolvidos, de 750 milhões de dólares, dos quais uma grande parte será aplicada na África, segundo declarações do Secretário de Estado Foster Dulles.

Por êsse quadro verificamos a intervenção maciça dos Estados Unidos na África nesses últimos 10 anos. Segundo declarações do Vice-Presidente Nixon, o que os norte-americanos fizeram pela África até o presente deixa ainda muito a desejar. Nixon voltou impressionado pelo que viu na África na visita que fêz acompanhado de numerosa comitiva de técnicos, por ocasião da instalação do Estado de Gana, no ano passado. De regresso ao seu país, conclamou o govêrno e capitalistas ianques a prestarem mais atenção nas incomensuráveis possibilidades dêsse continente que desperta.

Os países europeus, donos de colônias e possessões nesse Continente, impressionados também com o vulto do interêsse norte-americano, resolveram aumentar o volume de suas inversões de capitais na África. Através do Mercado Comum Europeu, foi destinada a soma de 1 bilhão de dólares, que está sendo aplicada no sentido de fomentar nas colônias francesas e belgas a produção de artigos primários consumidos pelo mercado europeu.

Todos êsse fatos colocam em estado de alerta e de choque a economia brasileira e a latino-americana. O desenvolvimento econômico da África representará, para nós, a perda paulatina dos mercados europeu e norte-americano para os nossos produtos clássicos de exportação, substituídos por similares africanos, manipulados por mão-de-obra muito mais barata e comercializados através de um sistema de tarifas que elimina qualquer veleidade de competição (tarifa de Mercado Comum).

Poderá o Brasil impedir que aconteça o que está acontecendo? Absolutamente não. Então, o que fazer? A solução será nos defendermos. Como? Em primeiro lugar, respondendo juntamente com a América inteira com outro Mercado Comum, capaz de criar maior interêsse nas trocas interamericanas, estabelecendo condições favoráveis à expansão de um mercado de 333 milhões de consumidores, através de uma política continental de bloco, na qual deverá ser comprometida a América do Norte, em nome dos ideais pan-americanistas, tantas vêzes proclamados pelo govêrno de Washington. Ao mesmo tempo, devemos nós, brasileiros, acelerar o processo de nossa industrialização. Devemos transformar o problema de competição com a África em sobrepujamento à África, saindo do ciclo econômico da exportação exclusiva de produtos primários e entrando no ciclo da diversificação de exportação. Êste será o objetivo almejado. Mas, antes que possamos contar com sua realização e a fim de tornar possível êsse importante passo no quadro de nossa evolução econômica, será mister melhorar e pro-

teger a nossa produção atual, estimulando o produtor e criando condições de maior mobilidade e flexibilidade ao comércio exportador.

VIII — A MISSÃO DO BRASIL

Qualquer pessoa dedicada aos estudos geopolíticos, de qualquer nacionalidade, não pode deixar de reconhecer que somos donos de um país favorecido por características geográficas e humanas inerentes às grandes potências. Somos um subcontinente, nosso povoamento se processa em ritmo acelerado e nosso progresso econômico se expande "a olhos vistos", em que pêse a interferência de inúmeros fatôres perturbadores. Constituímos uma admirável unidade nacional. Não se pode negar ao homem brasileiro qualidades de operosidade, engenho criador e resistência aos fatôres adversos. Nossas falhas no tocante ao problema humano são questões que se resolverão pela educação e higiene, pois nossa argamassa humana é boa. Criamos uma nação mestiça, em que predomina o elemento branco, sem preocupações raciais e sem preconceitos de casta. Podemos nos orgulhar de ter forjado uma nação de 62 milhões de almas (que em 1980 serão 100.000 milhões) que é um exemplo de unidade espiritual.

Se nascemos bafejados para vir ocupar um lugar entre as grandes nações do globo, devemos começar a nos preparar para isto. Nesta ordem de preparação, duas providências serão necessárias — imprimir à nossa Administração Pública um sentido progressista, realizador e honesto e educar as novas gerações, as elites de amanhã, no sentido de começarem a pensar em têrmos mundiais.

Êste "to think big" é muito mais importante do que muita gente possa pensar. Enormes dificuldades vêm enfrentando o govêrno e a administração norte-americana desde que, depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos foram arrastados, por fôrça de seu imenso potencial econômico e industrial, para uma posição de liderança universal sem estarem preparados para tal, pois ali gerações e gerações nasceram e morreram apegadas a um sentimento de isolacionismo provincialesco.

Aliás, sôbre a projeção mundial do Brasil, não somos nós os "visionários"; são estadistas e homens de estudo de várias nacionalidades. Recentemente, o ex-Embaixador norte-americano no Brasil, Sr. Adolph Berle, num livro de grande sucesso no mundo inteiro, focalizando a política mundial, antevê para um futuro próximo a nossa entrada para o rol das potências mundiais. O analista internacional Nicolas Boer prevê nossa aparição entre "os grandes" na Terra, após a China e a Europa Ocidental, se esta fôr capaz de unir-se numa federação política. Os brasileiros que visitaram a China Vermelha tiveram oportunidade de ouvir de Chu En Lai e do próprio Mao Tse Tung, previsões sôbre o papel do Brasil no mundo do futuro.

Além de opiniões, temos fatos que comprovam êsse nosso "arrastamento" involuntário para o rol dos "grandes", por fôrça do que já pesamos, estratègicamente, na ordem mundial. Na última conflagração mundial estivemos presentes na Europa com nossas fôrças militares, não tanto porque quiséssemos, mas porque seria impossível aos principais

beligerantes fazer a guerra sem nos envolver — nossa posição geográfica nos impunha ou aderir a um dos blocos ou a aceitar a uma ocupação imposta. No mundo de hoje, estamos presentes com nossas fôrças militares na região de Suez, realizando uma missão de caráter internacional sob a responsabilidade da ONU. Nas Nações Unidas, cogita-se já há algum tempo, da formação de um Exército Internacional Permanente, capaz de atuar prontamente para evitar conflitos capazes de se degenerar em guerra geral. A opinião generalizada, ali, é que o Brasil, a Noruega e a Dinamarca, "potências médias, prestigiadas e respeitadas universalmente, sem passadas culpas de imperialismo ou colonialismo", são as mais indicadas para formar o grosso dêsse Exército Internacional.

Voltando à tese do "Brasil em face do despertar afro-asiático", queremos ressaltar que um dos pontos principais do reajustamento que devemos proceder na nossa diplomacia e nossa estratégia — visando a assentá-las sôbre novas bases, em que os problemas de nossa preparação para uma maior participação e conhecimento das questões mundiais não fiquem relegados a segundo plano — será a intensificação de nossas relações diplomáticas, culturais e turísticas com o mundo asiático e particularmente com a África.

A África é o "novíssimo mundo" que desperta para o progresso do século XX. É nossa vizinha. Sua estruturação política está efervescente em formação. Precisamos acompanhá-la, para que mais tarde não sejamos surpreendidos com uma vizinhança incômoda e perigosa. Ela e nós somos "ribeirinhos" no Atlântico Sul. Dentro de muito breves anos nossa indústria terá que enfrentar o problema da conquista de mercados externos para os seus produtos. Há ali uma população de 200 milhões de almas em franco crescimento e cujo poder aquisitivo, como consumidor, tende a se elevar.

Somos um povo predisposto a se entender com os africanos e asiáticos, pois não carregamos o contrapêso dos complexos raciais ou de um passado colonialista, que arrastam os anglo-saxões, franceses e belgas. Podemos vir a desempenhar importante tarefa, verdadeira missão ocidental, buscando dissipar as reações antiocidentais do afro-asiático.

Mas, para que possamos vir a nos desincumbir desta Missão, que a um só tempo consulta aos nossos interêsses estratégicos de "segurança na fronteira africana" e poderá servir à causa Ocidental, precisamos, antes de mais nada, prepararmos mentalmente as nossas elites para tal. Nesse desiderato muito devemos esperar dos homens de emprêsa. Desempenhará papel importante na formulação de novos rumos diplomáticos para o Brasil, visando a uma maior aproximação com a África, o estabelecimento de uma política de maior associação com Portugal. Através das colônias Portuguêsas — Guiné, Angola, São Tomé, Príncipe, Moçambique — unidades de língua e de cultura idênticas às nossas, poderemos também estar presentes na África, ao lado dos nossos irmãos lusitanos. A fórmula para se chegar a isto é um problema diplomático que caberá ao Itamarati resolver.

O PAPEL DO RIO DE JANEIRO NA UNIDADE NACIONAL

Prof JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES (*)

A manutenção da integridade territorial e a defesa da unidade nacional foram, desde a Independência, dois dos mais legítimos objetivos do povo brasileiro. Se a expansão territorial já se completara no século dezoito, ela foi assegurada, como a unidade nacional, pelo Império. Na verdade, quando se fêz a Independência, a desunião das capitanias embaraçava a unidade nacional e oferecia o perigo do desmembramento territorial. O espectro da secessão foi evitado pela Monarquia, que, como parapeito, resguardou a nação e evitou que se fizesse em pedaços a unidade nacional. Esta foi o grande tema da nossa história, e não a divisão, que, remediada depois, foi o das colônias norte-americanas, e, irremediada, o da América Espanhola.

Pois bem. Foi do Rio que estas duas aspirações foram comandadas, articuladas e defendidas. Quando findou o período colonial, o Brasil não era senão uma unidade geográfica. Era divergência, o particularismo; o centro ficava além-mar. É mesmo duvidoso se sentiam os brasileiros uma consciência nacional. O estabelecimento da côrte no Rio de Janeiro começou a favorecer a aproximação das províncias e a estabelecer, de certo modo, a unidade do país. Foi no triunfo do poder central no Rio, ao qual se sujeitaram as fôrças da vida local e provincial, que devemos a integridade e a unidade nacionais.

A função asseguradora da unidade brasileira que o Rio começou a exercer desde 1763 não foi, como disse Oliveira Viana, uma *fiat* histórico. Foi "uma conquista lenta, com uma evolução sua, própria, cheia de

---

(*) O Professor JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

Especializou-se nos EUA em pesq. hist. (na parte de hums.). Possui o curso da Escola Superior de Guerra. É membro do Acôrdo Cultural Anglo-Brasileiro; da Delegação Brasileira ao "Colloquium" Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, EUA; e delegado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores no Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia. Atualmente é Diretor do Arquivo Nacional. Autor de excelentes trabalhos, destacando-se: "Civilização Holandesa no Brasil"; "Teoria da História do Brasil"; "As Fontes da História do Brasil na Europa"; "A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua Evolução e Problemas Atuais"; "Brasil, Período Colonial"; e o "Continente do Rio Grande".

lances, que o brilho da majestade real obscurece, mas que a análise histórica evidencia".

O provincialismo foi sendo derrotado aos poucos, embora se manifestasse ainda na Independência e explodisse na Regência. Sòmente com a Maioridade foi a aspiração de unidade totalmente realizada.

Desde então foi no Rio que surgiu o supremo desafio, enfrentado pela Independência e vencido pelo Império, de formar a unidade pátria, diante das tremendas disparidades econômicas e sociais das várias regiões.

Como fragmento da Nação, o Rio, pela sua liderança, respondeu aos estímulos mais gerais da universidade brasileira. Nesta cidade se defenderam os caminhos e descaminhos do Brasil, se fertilizou ou se esterilizou a minoria dominadora ou criadora, se agitaram e resolveram problemas nacionais, se afirmou ou esgotou o poder civil e se manifestaram a ação e o senso político militares. O inconformismo nacional não tem local certo, mas o compromisso, que é traço essencial da personalidade básica brasileira, foi aqui que sempre se honrou ou desonrou.

Foi aqui, como sede do Vice-Reinado, da Côrte Portuguêsa, do Império e da República, que se viu desconformidade das instituições políticas com as realidades do Presente; foi aqui que os reajustamentos necessários em face das fôrças em jôgo, nacionais e estrangeiras, direitistas, centristas e esquerdistas, se promoveram. Aqui se revelaram as secessões, as regenerações, as derrotas do arcaísmo, as vitórias do futuro. As ambivalências e o inconformismo das classes médias, as vicissitudes do espírito civil, a supremacia do atual Poder Moderador, o envelhecimento das soluções, o aperfeiçoamento e a vulgarização das minorias; enfim, tôdas as peripécias da vida moral nacional se refletiram no Rio.

O Rio foi, então, o palco da mais renhida exibição de virtudes e pecados do personalismo nacional. Pela sensibilidade nacional muito viva, que apurou, e pelo espírito de conciliação que aqui se desenvolveu, o Rio, como disse Capistrano de Abreu, em 1894, continuou cabeça, apesar da ameaça guiana: "Se não foi aqui que primeiro se concebeu a idéia de uma nação, aqui pelo menos se realizou êste sonho que bem perto estêve de esvair-se em sonho". A ameaça surgira em 1780, com um dos demarcadores de limites, e foi defendida por Hipólito José Pereira Furtado de Mendonça e José Bonifácio, mas o Império dela não tomou conhecimento.

A idéia de mudar a capital se constitucionalizou em 1891, sem nenhuma posição notável. Os próprios representantes do Distrito Federal, que iam, assim, perder a preeminência, mostraram-se-lhe simpáticos e não protestaram. Na verdade, ninguém lhe deu importância a não ser Floriano Peixoto, que, além de enviar a Comissão Cruls para o Planalto, desejava transferir logo a Capital, provisòriamente, para alguma localidade do interior, como propôs ao Congresso Nacional.

Os governos de Rodrigues Alves e Afonso Pena, ao contrário, consideraram o Rio como um centro poderoso de desenvolvimento nacional

e decidiram-se à sua remodelação. Em face dos grandes progressos realizados de 1902 a 1912, ninguém pensou mais em executar a cláusula constitucional, esquecida na Carta de 1937 e renovada nas Constituições de 1934 e 1946. De 1946 a 1956 a idéia ficou no terreno dos estudos, até que o atual Presidente a levou adiante, convencido que ela é a verdadeira marcha para o oeste e impulsionará a efetiva ocupação do país, velha aspiração que complementa a integração territorial.

A eficácia história da mudança e os efeitos criadores da tese oficial serão julgados pela História. O historiador, ao contrário do que pensa Paul Valery, não está no mesmo saco do político e do profeta. Êle acredita na dificuldade de advinhar o futuro e não confia no julgamento presente. Os acontecimentos de hoje não estão amadurecidos para o julgamento histórico. Permanecemos no meio dêles, sem conhecer o seu futuro. Como é possível vê-los na perspectiva histórica?

O historiador pode apenas, como qualquer cidadão, no seu entusiasmo, na sua fé e na sua esperança, fazer votos para que esta mudança seja um passo gigantesco na conquista e ocupação efetiva do território nacional.

Como a história não é a antologia da morte, mas da criatividade, é necessário não só rememorar as vitórias nacionais efetuadas no Rio, como desejar que os ideais e esperanças aqui malogrados possam ser realizados em Brasília.

* * *

O Brasil ocupa um lugar a parte, entre os Estados da América do Sul, pela importância de sua população; esta atingiu, em 1956, a soma de 60 milhões, ao passo que a República Argentina, que vem logo a seguir, tem apenas 19 milhões de habitantes. Pelo número de habitantes tornou-se, pois, o Brasil o primeiro país de língua e cultura latinas bem à frente da França, que, em 1955, não tinha mais de 43 milhões de habitantes, e até da Itália, cuja população era então de 47 milhões.

JACQUES LAMBERT

O ASPECTO BRASILEIRO

O Brasil, do ponto de vista da sua composição racial, constitui um terceiro tipo sul-americano que se assemelha ao Sul, do tipo do Prata e, ao Norte, do tipo da Venezuela, mas que, tomando em conjunto, é tão diferente de um quanto de outro.

Os Estados do Prata, países novos, de povoamento exclusivamente europeu, têm uma cultura homogênea de origem puramente européia; os Estados Andinos, sobretudo na região central, têm uma cultura heterogênea, composta de contingentes do elemento europeu minoritário e do elemento indígena colonizado e êsses dois elementos são suscetíveis de de entrar em conflito à medida que êsses países evoluírem para estruturas mais democráticas. O Brasil, de povoamento muito mais europeu do que os países andinos e muito mais ameríndio do que os do Prata, teve o acréscimo de um terceiro elemento, tão importante quanto os outros dois: o elemento africano.

A própria complexidade dêsse povoamento obrigou o país a fundir os elementos numa cultura homogênea em que predominam os contingentes europeus, mas de que todos participam. O Brasil não é, assim, nem um país novo, nem um velho país colonial; se a América Andina é cada vez mais uma América Indígena e a América do Prata, cada vez mais uma América Européia, o Brasil constitui uma América Brasileira, de predominância européia acentuada, conquanto original.

Com efeito, se bem que os portuguêses não tenham encontrado no Brasil, como os espanhóis na Argentina, senão populações indígenas primitivas e pouco numerosas, essas populações não desapareceram, nem tão depressa, nem tão completamente diante do europeu, quanto as do Uruguai ou da República Argentina. A fazenda brasileira foi menos desfavorável ao indígena do que a estância dos criadores argentinos ou a pequena propriedade familiar dos agricultores norte-americanos. O paternalismo do grande proprietário brasileiro, ao contrário do paternalismo dos jesuítas do Paraguai, não procurou de forma alguma proteger o índio mas, indiretamente, atenuou um pouco os efeitos mortais, para o primitivo, do contacto com o europeu. A fazenda tinha necessidade de mão-de-obra servil e a escravatura humanizou os contactos de raça e de cultura, como tem acontecido na História, sempre que grandes diferenças entre raças e culturas em contacto não permitiam outra alternativa além do massacre ou escravidão. Enquanto o agricultor pobre dos Estados Unidos massacrava o índio de quem cobiçava as terras para as cultivar êle próprio, o grande proprietário brasileiro escravizava o índio cuja terra cobiçava, obrigando-o a cultivá-las em seu proveito.

(Trecho de "Os dois Brasis")

JACQUES LAMBERT

AS ALEMANHAS DE APÓS-GUERRA

Professôra THEREZINHA DE CASTRO (*)

Quando, em 1945, terminava a Segunda Grande Guerra, a população alemã era pràticamente composta por mulheres, crianças e velhos. Em 1946, foram registrados no território 61.678.294 habitantes, perfazendo uma cifra de 147 hab/km2.

A rendição incondicional colocou a Alemanha à mercê das potências vencedoras, que optaram pelo desmembramento do país; caía por terra a unidade alemã, sonho de Bismarck tornado realidade em 1870.

1) As zonas de ocupação

Coube à Inglaterra a proposta de partilha da Alemanha, ainda em 1944. Seriam três as zonas de ocupação, aceitas imediatamente pela União Soviética, mas rejeitadas em parte pelos Estados Unidos. Seria dos americanos a parte sul da Alemanha, notadamente os territórios na fronteira francesa. Significando isto que para suas comunicações os americanos ficariam na dependência das estradas de ferro e rodagem da França. Daí, a proposta do presidente Roosevelt de inverter as zonas britânica e americana. Mas, na Conferência de Quebec (outubro de 1944), os Estados Unidos concordaram em ficar com o território que lhe fôra destinado, mediante uma modificação e acôrdo prévio. A modificação seria a seguinte: o Sarre e o Palatinado, à margem direita do Reno, na fronteira com a França, passaria a pertencer aos britânicos que, em troca, entregariam aos americanos o Hesse-Cassel e o Hesse-Nassau. Mediante um acôrdo, os americanos teriam também o direito de utilizar os portos do noroeste, na Alemanha-Britânica.

Foi também idéia dos inglêses, convidar a França para fazer parte da E.A.C. (European Advisory Commission). Aceita como membro, foi-lhe destinada a parte britânica do Palatinado, Sarre e uma porção da Renânia meridional; dos americanos, a França recebeu parte do país de Baden e o Wurtemberg. (1)

(*) A Professôra THEREZINHA DE CASTRO é licenciada e bacharel em Geografia e História pela Fac[illegible]onal de Filosofia. É professôra do Colégio Pedro II e da Fundação Osório. [illegible] do Conselho Nacional de Geografia e membro da Associação dos Geógrafos [illegible] do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Autora dos seguintes [illegible] Geopolítica: "Geografia Política e Geopolítica" (em colaboração co[illegible]rvalho); "A Questão da Antártida" (em colaboração com Delgado d[illegible]da, o assunto do momento"; "Chipre e seus problemas"; e "O [illegible] problema da coexistência". Tem colaborado com o Professor D[illegible] valho na preparação de excelentes trabalhos, destacando-se: "Histór[illegible] (para professôres) e "Atlas Histórico Escolar".

2) Reivindicações territoriais

Além da divisão da Alemanha em zonas de ocupação, foi subtraído ao país vencido um total de 24% de território, em virtude da proposta russa, feita em Postdam. Uma parte da Prússia foi anexada pela União Soviética, ficando para a Polônia 114.300 km2 à leste da linha Oder--Neisse.

A política francesa com relação ao Sarre foi sustentada pelos ocidentais. A êsse respeito, assim se referiu o Secretário de Estado norte-americano Byrnes: "Os Estados Unidos não podem se opor à França, invadida três vêzes pela Alemanha em setenta anos, que reivindica o território do Sarre, cuja economia estêve por muito tempo ligada estreitamente à da França". Êste apoio permitiu à França (22 de dezembro de 1946) isolar o Sarre de sua zona por um cordão aduaneiro.

Da Conferência de Potsdam, entretanto, falhou a idéia de unificação econômica da Alemanha, já tão dividida politicamente.

3) Divisão de Berlim

A cidade de Berlim não escapou às preocupações dos aliados. Antes da guerra, era a capital da Alemanha cognominada a "Atenas do Spree", pelo papel preponderante que desempenhava na vida econômica, científica e artística do país.

Com 883 km2, possuia antes da guerra cêrca de 4.340.000 habitantes (apresentando em 1946, 3.200.000 pessoas). Bastante destruída e danificada, apesar de encravada na zona russa de ocupação, foi dividida entre as quatro potências. Embora existam teòricamente quatro zonas, há na realidade a Berlim-Oeste (481 km2) e a Berlim-Leste (402 km2); a primeilra em poder dos ocidentais e a segunda com os comunistas. A formação do bloco ocidental dentro de Berlim causou um certo mal-estar as soviéticos. (2)

4) Situação política

Com a divisão da Alemanha, as respectivas zonas passaram a ser governadas por comandantes militares. Atuava em Berlim um órgão unitário, dirigido por chefes dos exércitos ocupantes, através do Conselho Supremo de Contrôle. Falhou, entretanto, a organização, com a retirada, a 23 de maio de 1948, do representante soviético — Marechal Sokolovski.

Anteriormente (janeiro de 1947), entrava em vigor o sistema da "Bizona", com a fusão dos territórios britânico e americano, planejado desde o fracasso da unidade econômica da Alemanha, em Potsdam. Logo depois, juntavam os franceses seu território à "Bizona". Estava transformada, assim, a Alemanha em dois blocos: a "Trizona", a oeste e as terras de ocupação soviéticas a leste.



Antônio Cesar Rodrigues - 2º Sgt. Desenhista.

MG./EME/5ª Seção/RJ. - 10/5/1950.

Os Estados Unidos se declararam prontamente favoráveis a uma rápida unificação da Alemanha, devolvendo o govêrno do país aos alemães. Na Conferência de Moscou, reunida a 10 de maio de 1947, não se chegou a um acôrdo sôbre a questão da unificação da Alemanha. A França era favorável ao país fortemente descentralizado, com um govêrno federal; a União Soviética batia-se por uma forte centralização, reclamando, ao mesmo tempo, uma parte do contrôle do Ruhr.

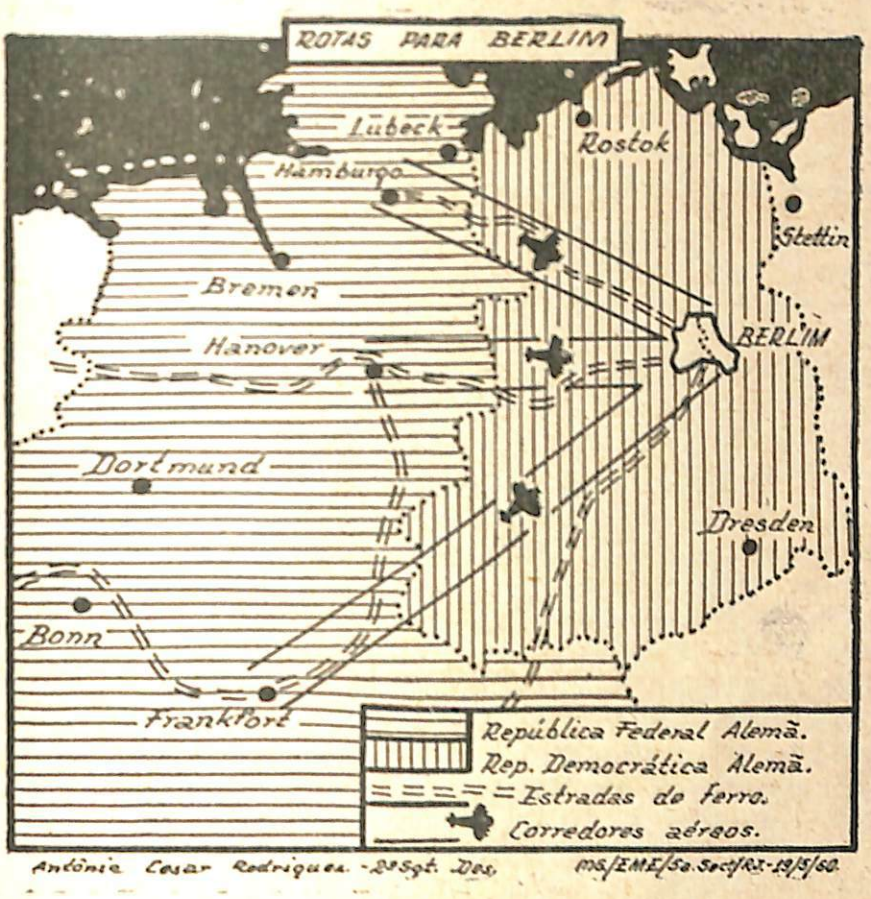
Após a Conferência de Londres (1948), os Estados Unidos, França e Inglaterra se decidiram pela instalação de um govêrno na Alemanha Ocidental, e elaboração de um estatuto para o Ruhr. Já em maio de 1949 era estabelecido na Alemanha Ocidental um govêrno interino, auxiliado por um Conselho de oito membros, enquanto eram convocadas eleições legislativas. A 12 de setembro do mesmo ano era eleito presidente da República Federal Alemã, com sede em Bonn, o Professor Theodor Heuss; para o cargo de chanceler era designado o Dr. Konrad Adenauer. Dias depois (outubro de 1949), a zona soviética era transformada em República Democrática Alemã, sendo designados para os cargos de presidente e chanceler, respectivamente, Wilhelm Pieck e Otto Grotewohl.

Representando o pensamento das potências ocidentais, Dean Acheson, Secretário de Estado norte-americano, assim se expressou: "O Govêrno dos Estados Unidos considera que a chamada República Democrática Alemã não tem nenhum valor legal, pois não corresponde à vontade popular. Êste novo govêrno foi formado pela vontade exclusiva da URSS e do partido comunista alemão". Concluindo, afirma Dean Acheson que: "tal govêrno não pode falar em nome do povo alemão da zona soviética, e muito menos da Alemanha inteira".

5) A unidade alemã

A unificação da Alemanha passou então à ordem do dia, iniciando-se a partir de 1950 com proposta de Adenauer para a realização de eleições livres em tôda a Alemanha. Aceita a proposta por Grotewohl, pensaram os aliados na criação de uma comissão das Nações Unidas para contrôle do ato. Apesar de Grotewohl só ter aceito a interferência das potências ocupantes, a ONU nomeou uma comissão composta por representantes do Brasil, Islândia. Países Baixos, Paquistão e Polônia. Quando a comissão iniciava seu trabalho, a União Soviética (março de 1952) propôs uma Conferência das quatro potências interessadas. Isso retardou a questão.

A morte de Stalin pareceu propícia para a resolução do problema em suspenso. E Churchill lançou a idéia da Conferência de Berlim, que pôde finalmente se reunir entre 25 de janeiro e 18 de fevereiro de 1954. Nela, Molotov foi contrário às eleições livres sob contrôle da ONU, propondo a neutralização da Alemanha, bem como a formação de um govêrno provisório, constituído por membros dos Parlamentos do Leste e Oeste. Os aliados não aceitaram.



Na Conferência dos Quatro Chefes de Govêrno, em Genebra (julho de 1955), o problema da unificação alemã resumiu-se num desacôrdo total. A visita de Adenauer a Moscou (setembro de 1955) só resolveu o estabelecimento de relações diplomáticas normais entre os dois países. De 27 de outubro a 16 de novembro os Ministros de Negócios Estrangeiros se reúnem em Genebra e ainda desta vez não conseguem chegar a um acôrdo sôbre a Alemanha.

6) Problema Geopolítico

Em sua conjuntura atual, o problema geopolítico da Alemanha se resume num profundo abismo entre duas fôrças antagônicas. Sente-se na ainda irrealizada unificação alemã apenas o choque de ideologias políticas, cada qual lutando pelo triunfo de seu ponto de vista. Interessaria à União Soviética a Alemanha unificada, se atrás dela estivesse a certeza de que a nova nação constituída viveria na órbita comunista.

Prova o atual problema geopolítico alemão, que Ratzel estava errado ao afirmar que para a existência de um Estado bastariam o povo

e o território. Afirma muito bem Backheuser que para se reconhecer os outros predicados essenciais ao Estado, "melhor será focalizá-los talvez nos períodos de guerra que de paz". A Alemanha dividida é uma conseqüência da Segunda Grande Guerra, demonstrando como os vencedores se intrometem na vida política dos vencidos, impedindo-lhes viver sob o regime desejado. Os ocidentais indicaram a fórmula das eleições livres e os comunistas rejeitaram-na.

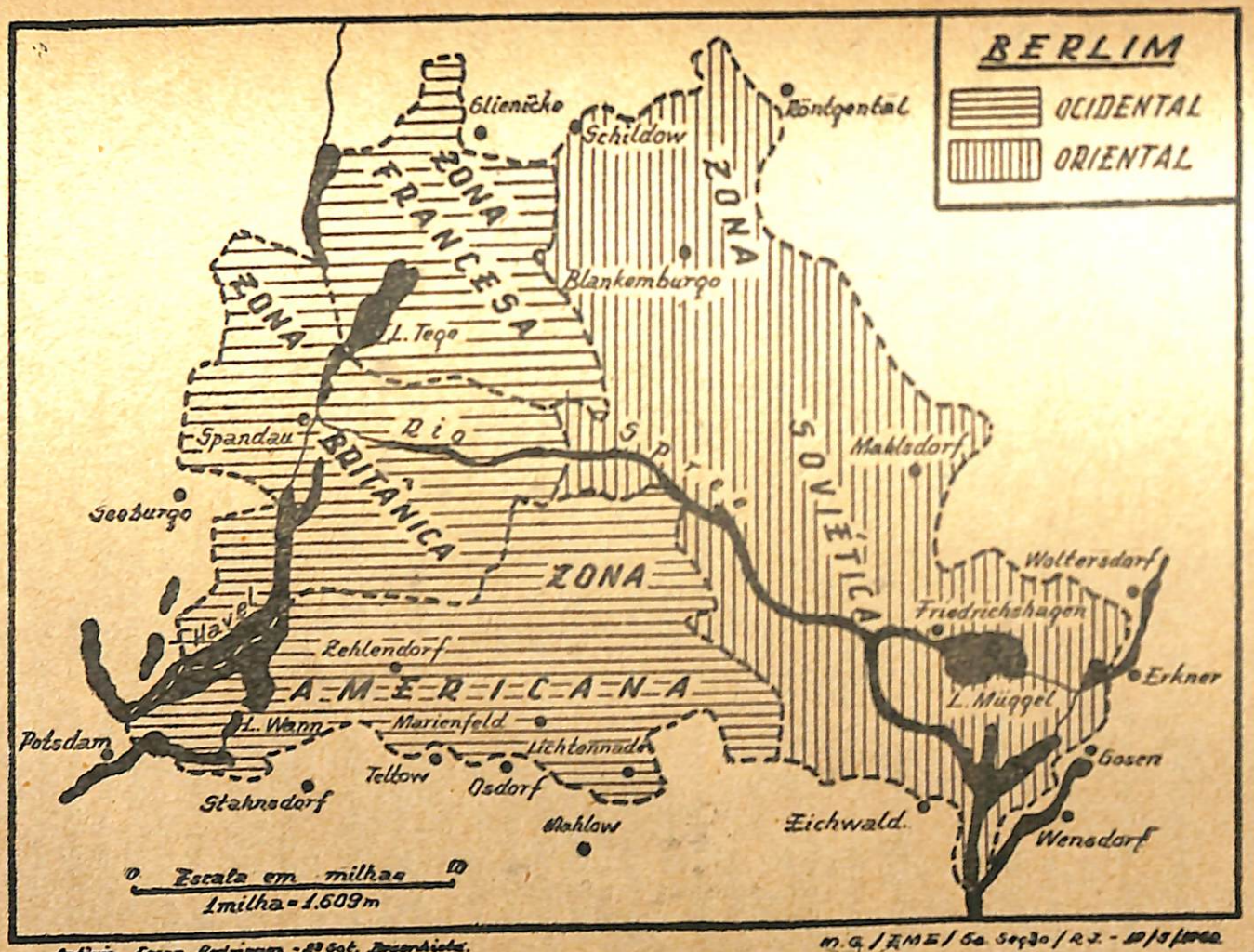
Mas não é apenas o domínio do território e povo adversário que interessa; destacam-se também o fator estratégico e sobretudo o econômico. Referindo-se aos princípios econômicos, o Acôrdo de Potsdam dizia o seguinte: "Durante o período de ocupação, a Alemanha será tratada como uma única unidade econômica". Sabe-se que a cláusula foi desrespeitada, apesar de ser a Alemanha, por sua posição central, uma zona de trânsito obrigatória não só das grandes correntes econômicas, como culturais européias.

As teorias geopolíticas de Mackinder e Haushofer colocam na Eurásia Central o eixo de irradiação do domínio universal. Charles Boneffon nos diz, que para os dois generais (von Kluck e Hoffmann) mais brilhantes da Primeira Grande Guerra só havia uma possibilidade de salvação para a Alemanha: "conquistar o mercado russo ou mais exatamente colonizar a Rússia". Os alemães, para êles, deviam se lançar "para leste, com o assentimento das potências ocidentais". Aconselhavam então abater e dominar o bolchevismo, instalando no país russo meio-deserto seus colonos, seus engenheiros e suas máquinas. Para tal era necessário atravessar pelo ventre a Polônia, ou fazer dela uma aliada. Também Haushofer idealizou a Eurásia politicamente unida sob a hegemonia da Alemanha; grande foi sua aflição ao ver se desmoronar o pacto germano-russo.

Hoje, a União Soviética tenta para o oeste a unificação da Eurásia sob seu domínio, através do conceito de Estados Satélites. Fracassou no projeto de constituir a União Balcânica, com a saída da Iugoslávia de sua órbita ideológica e econômica. Entretanto, o Kominform muito tem conseguido para o imperialismo russo no leste, através da política das alianças. Daí o Pacto russo-tcheco (1943), Tratado russo-polonês (1945), Aliança romeno-soviética (1948), Pacto russo-húngaro (1948), Pacto russo-finlandês (1948), e o Acôrdo búlgaro-soviético (1949). No oeste, a grande vitória é sintetizada na Aliança russo-chinesa de 1950.

A 25 de janeiro de 1949, a União Soviética e seus satélites europeus criaram o chamado Conselho de Mútua Assistência Econômica. A contra-resposta ocidental foi a assinatura em Washington do Pacto do Atlântico (4 de abril de 1949).

É esta a situação dos dois blocos econômicos diante da Alemanha dividida. Podemos então concluir com o pensamento de Backheuser: "à luz dêsses fatos, quer a Geopolítica fornecer elementos para atitudes políticas e tornar-se a orientadora da Política em geral".


BERLIM
OCIDENTAL
ORIENTAL
Glienicke
Schildow
Röntgental
ZONA FRANCESA
ZONA
Blankemburgo
L. Tegel
Spandau
Rio
SPREE
ZONA SOVIÉTICA
Mahlsdorf
BRITANICA
Geesburgo
ZONA
Wolfersdorf
Havel
Friedrichshagen
Rehlendorf
AMERICANA
Erkner
L. Müggel
L. Wann
Marienfeld
Potsdam
Lichtenrade
Gosen
Teltow
Osdorf
Stahnsdorf
Mahlow
Eichwald.
Wenedorf
0 Escala em milhas 10
1milha = 1.609m
Antônio Cesar Rodrigues - 2º Sgt. Desenhista.
M.G./EME/6a Seção/R.J. - 20/5/1960.

NOTAS

(1) As quatro zonas de ocupação abrangem várias regiões (länder) distribuídas do seguinte modo (Acôrdo de Potsdam-1945) :

ZONA BRITÂNICA	Extensão	População
Renânia do Norte e Westfália	34.076 km2	11.797.092
Baixa Saxônia	47.218 km2	6.432.793
Schleswig-Holstein	15.658 km2	2.650.488
Hamburgo	747 km2	1.421.136
TOTAL	97.699 km2	22.301.509

ZONA AMERICANA		
Baviera	70.238 km2	9.029.090
Wurtemberg-Baden	15.700 km2	3.675.237
Hessen	21.117 km2	4.064.079
Bremen	404 km2	486.539
TOTAL	107.459 km2	17.254.945

ZONA FRANCESA		
Renânia-Palatinado	19.856 km2	2.761.138
Wurtemberg-Hohenzollern	10.407 km2	1.118.812
Baviera Meridional	9.952 km2	1.197.856
TOTAL	40.215 km2	5.077.806

ZONA SOVIÉTICA		
Saxônia-Anhalt	24.669 km2	4.160.539
Brandeburgo	27.976 km2	2.257.492
Mecklemburgo	22.938 km2	2.139.640
Saxônia	16.992 km2	5.558.866
Turíngia	15.598 km2	2.927.497
TOTAL	108.173 km2	17.044.034

(2) A "Grande Berlim" abrange 20 quarteirões. A Berlim do Oeste, formada por 12 dêstes quarteirões, é a mais populosa (2.204.000 habitantes); esta foi a parte menos sinistrada durante a Segunda Guerra, uma vez que a maioria dos combates se desenrolaram na zona oriental. A Berlim do Leste tem uma população de mais ou menos 1.121.000 habitantes. A circulação entre as duas zonas da cidade se faz debaixo de um contrôle discreto, exceto nos períodos de tensão.

III — GEOPOLÍTICA DO PRATA

BUENOS AIRES E A LUTA CONTRA O CENTRIFUGISMO POLÍTICO

Major OCTAVIO TOSTA

I — INTRODUÇÃO

Na hinterlândia do continente sul-americano estende-se vasta depressão emoldurada a oeste pela majestosa cordilheira dos Andes e engastada a leste nas arqueanas terras do maciço brasileiro.

A importante bacia do Rio da Prata banha grande parte dessa imensa depressão e exerce evidente ação unificadora em extensa e complexa área que abrange os "llanos" orientais bolivianos, as planícies chaquenhas e pampeanas, a mesopotâmia argentina, as encostas ocidentais do planalto brasileiro e o pantanal matogrossense-paraguaio.

Os grandes formadores daquela importante bacia fluvial constituem os principais caminhos naturais e históricos que têm assegurado e ainda estimulam o intercâmbio naquela região. O estuário é o principal elemento funcional da grande área e polariza a vida de todo aquêle opulento sistema econômico.

Algumas das brilhantes páginas da geo-história sul-americana foram escritas nesse grandioso cenário e condicionadas, de certa forma, a uns poucos acidentes geográficos (v. fig. 1) que constituíram verdadeiras "faixas ou centros formadores de fronteiras" (1), tais como o Grande Pantanal ou Lagoa dos Xaraies, os saltos das Sete Quedas e de Iguaçu, e o ramo chileno-argentino da cordilheira dos Andes.

No início do século XVII jesuítas espanhóis iniciaram o estabelecimento de reduções nos vales quentes e úmidos da bacia Paraná-Paraguai. A sua doutrinação religiosa proporcionou, também, resultados econômicos altamente vantajosos. Por isso, a ação de catequese pôde ser ampliada de tal forma que, durante a união das coroas de Portugal e Espanha, já se espraiavam pelas planícies centrais da América do Sul as reduções de Mojos, Chiquitos, Itatin, Guairá, Tape e do Paraguai. Essas reduções acabaram se transformando em verdadeiras teocracias que constituíam, em conjunto, um imenso e poderoso império jesuítico (v. figuras 1 e 2).

---

1) CORTESÃO, JAIME "Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil": pp 12.

A referida união das coroas de Portugal e Espanha, eliminando pràticamente as barreiras políticas dos dois povos ibéricos, facilitou os movimentos dos "portuguêses de São Paulo" nas terras a oeste de Tordesilhas e permitiu a fabulosa expansão territorial do Brasil. Por outro lado, os mamelucos paulistas, graças ao seu inato senso geográfico e de orientação, herdados dos seus ascendentes tupis-guaranis e aruaques, estavam sobejamente credenciados ao vasculhamento dos permeáveis terrenos do planalto central brasileiro.

Nessas memoráveis peregrinações os novos povoadores vão-se apossando das riquezas das "minas gerais" que representavam, certamente, uma grata promessa do que poderiam obter bem mais a oeste nas miríficas regiões do Peru.

Os pesados trabalhos das minas, bem como as áreas agrícolas do litoral, estavam exigindo, cada vez mais, braços para a sua exploração. Por isso, os "portuguêses de São Paulo", tão afeitos às marchas pelos sertões iniciam a busca daquela valiosa mercadoria da época — o escravo. As reduções jesuíticas passaram a constituir poderoso estímulo àquela sombria atividade econômica. E as vanguardas bandeirantes se lançam decisivamente para oeste, atacando numerosas reduções e destruindo Guairá, Itatin e Tape (v. figuras 1 e 2).

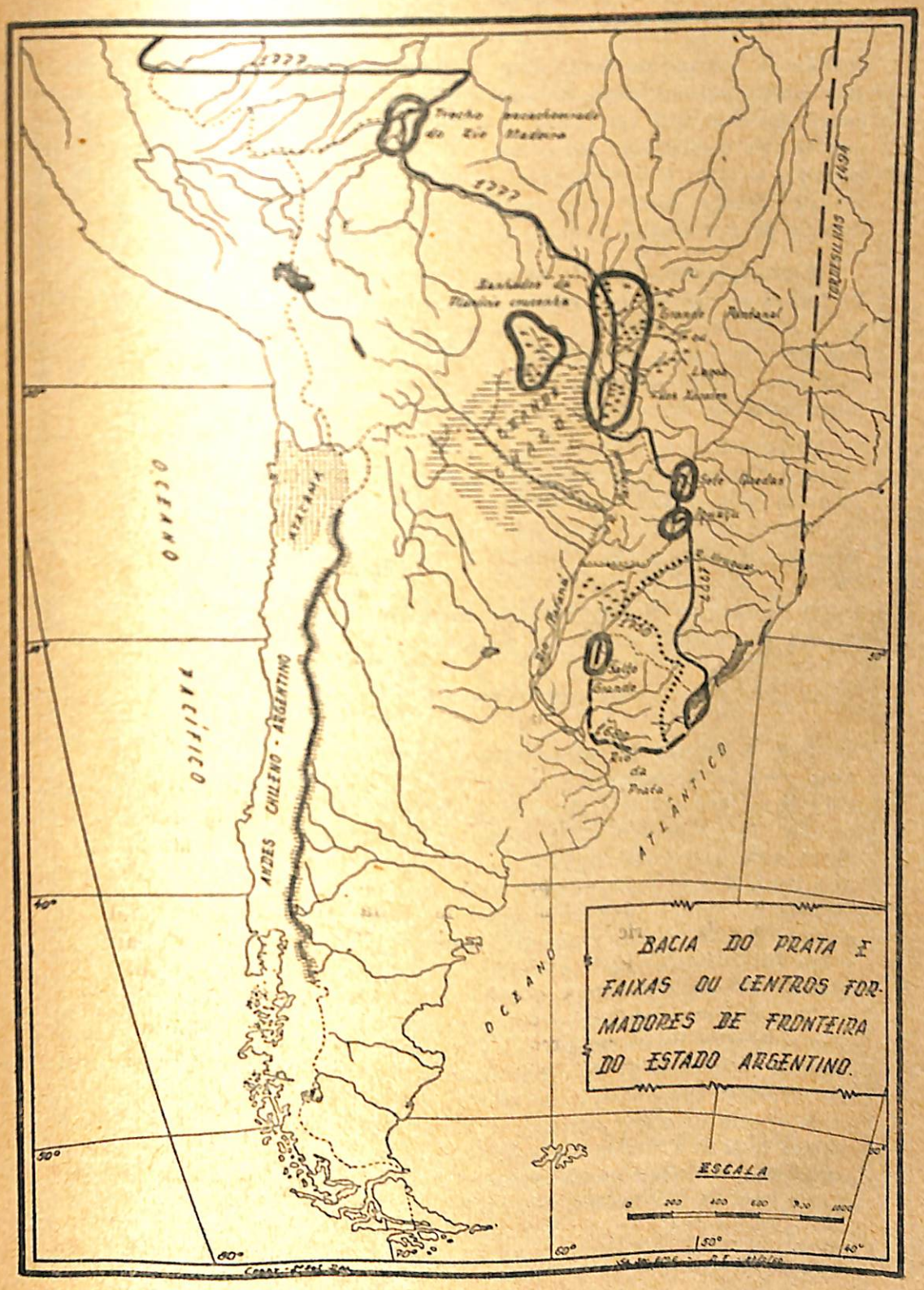
Nessa arrancada expansionista os conquistadores paulistas debruçaram-se, em breve, nas calhas do Guaporé, do Paraguai, do Paraná e do Uruguai. Todavia, sua progressão foi barrada no trecho encachoeirado do rio Madeira, na Lagoa dos Xaraies, nos saltos das Sete Quedas e de Iguaçu e no Salto Grande do Uruguai. Portanto, nestas "faixas ou centros formadores de fronteiras", já estavam esboçadas, desde 1650, os lindes históricos das duas nacionalidades ibéricas, raias estas que seriam, um século mais tarde, confirmadas no célebre Tratado de Madri.

Estimulado, certamente, pela extraordinária expansão realizada, Portugal tenta completar a conquista da "Ilha Brasil" (2) ou seja, da parte oriental da América do Sul, limitada a oeste pelo Paraná-Paraguai, lagoa dos Xaraies, Guaporé e Madeira.

Para a consecução dessa grande manobra geopolítica e, também, geo-estratégica, a metrópole lusitana, apoiada nos fracos argumentos proporcionados pela criação do Arcebispado do Rio de Janeiro com atribuições até o Prata e estimulada pelos numerosos precedentes de desrespeito ao limite de Tordesilhas realizados pelos súditos das duas coroas, chanta, em 1680, na banda oriental do Uruguai, os padrões da soberania de Portugal na célebre Colônia Militar do Sacramento.

Por essa época, a vida econômica de Buenos Aires era muito modesta e ainda estava na dependência das precárias e remotíssimas rotas do Pacífico determinadas pelo "sistema das duas frotas". Todavia, a vantajosa posição de Buenos Aires e o intenso contrabando proporcionado pela

2) CORTESÃO — op. citada: pp 29/47.


Trecho inexplorado do Rio Madeira
TORDESILHAS - 1494
OCEANO PACIFICO
ANDES CHILENO - ARGENTINO
ATACAMA
ATLANTICO
OCEANO
Rio da Prata
BACIA DO PRATA E FAIXAS OU CENTROS FORMADORES DE FRONTEIRA DO ESTADO ARGENTINO.
ESCALA
0 200 400 600 800 1000
40°
50°
60°

(Figura n. 1)

Colônia do Sacramento facilitaram o desenvolvimento econômico da região platina. E, enquanto Buenos Aires progredia e assegurava a sua penetração comercial em Potosi, o Peru ia perdendo a importância econômica pelo esgotamento das minas. "Felipe V no tuvo más remedio que autorizar en 1721 el tráfico regular de buques de registro entre la península y Buenos Aires" (3), transformando-se esta "en puerto de introducción de mercaderias hasta el corazón del continente" (4).

A projeção econômica de Buenos Aires sôbre o Alto Peru (v. figura 2) tornou-se vigorosa e a região platina, por suas vantajosas condições geopolíticas, levou a melhor nessa memorável luta do Atlântico *versus* Pacífico. Na banda oriental do Uruguai também se desenrolava uma sangrenta e permanente guerra econômica causada pelo contrabando de Sacramento que tanto prejudicava o monopólio comercial da Espanha.

Os espanhóis de Buenos Aires, mais próximos de suas bases, obtinham vantagens nos combates, enquanto os portuguêses venciam pela diplomacia. Com o Tratado de Madri, assinado em 1750, Portugal desistia da margem esquerda do Prata mas recebia, em troca, os Sete Povos das Missões e afirmava o seu direito às terras que se estendiam até os rios Paraná e Paraguai (v. fig. 2).

O Tratado de Madri tornou-se inexeqüível. Provocou a desumana "guerra guaranítica", acirrou os antagonismos e acabou sendo anulado.

II — O VICE-REINADO DO RIO DA PRATA

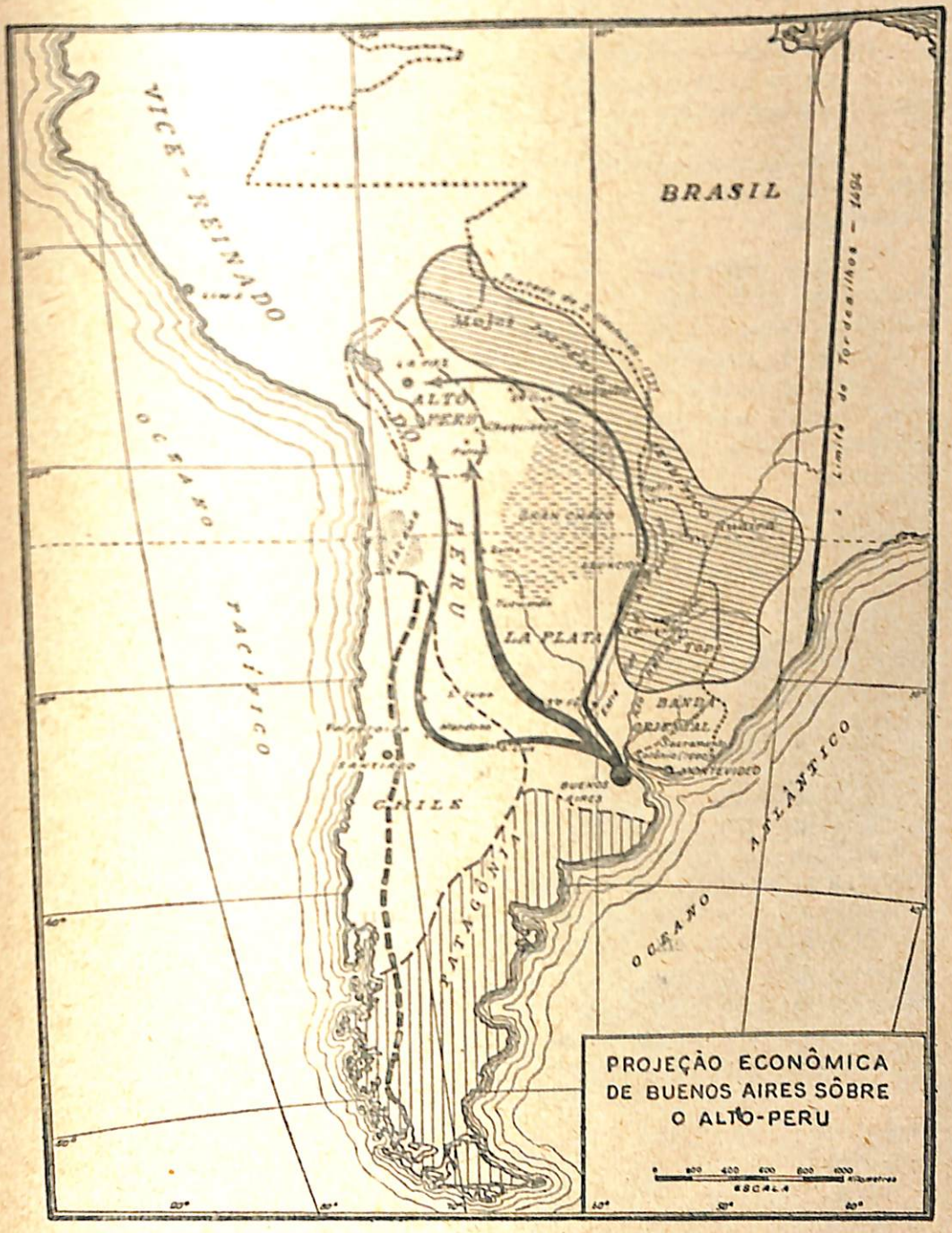
Com o decorrer dos anos, mais se acentuava a vocação de Buenos Aires para um promissor futuro econômico. Sua projeção sôbre o Alto Peru já se fazia por três eixos de indiscutível valor político-econômico (v. fig. 2). O mais oriental seguia o Paraná-Paraguai, desbordava o Chaco pelo norte, atravessava as planícies crucenhas e galgava o Alto Peru. O eixo central desbordante do Chaco pelo ocidente, é balizado por Córdoba e Tucuman e continua reafirmando o seu papel econômico. Quanto ao eixo ocidental, transpunha as regiões de San Luís e San Juan na então parte oriental do território chileno e seguindo as encostas andinas, alcançava o altiplano peruano.

Para dar uma estrutura político-administrativa a êsse opulento sistema econômico que se apoiava em extensa unidade geográfica, o Estado espanhol realiza, em 1776, a sua mais brilhante página de geopolítica sul-americana com a criação do célebre Vice-Reinado do Rio da Prata.

D. Pedro Ceballos, primeiro Vice-Rei de Buenos Aires, conquista, em fins de 1776, a ilha de Santa Catarina e expulsa, no ano seguinte, os portuguêses da Colônia do Sacramento. Assim Espanha, além de destruir os dois focos de contrabando, conseguia pela fôrça a estratégica margem

3) PUIGROS, RODOLFO — "História Economica del Rio de la Plata": pp 49.

4) RAVIGNANI — cit. em "Historia Economica del Rio de la Plata": pp 49.


BRASIL
VICE-REINADO
OCEANO PACIFICO
PERU
LA PLATA
CHILE
PATAGONIA
OCEANO ATLANTICO
Limite de Tordesilhas - 1494
ALTO PERU
BANDA ORIENTAL
PROJEÇÃO ECONÔMICA
DE BUENOS AIRES SÔBRE
O ALTO-PERU
ESCALA

(Figura n. 2)

esquerda do Rio da Prata que Portugal defendia, pela política, há quase um século.

Pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, Portugal recuperou a ilha de Santa Catarina e perdeu a histórica Banda Oriental e os Sete Povos das Missões (v. figs. 2 e 3).

O Vice-Reinado do Prata atingia, dessa forma, a sua máxima expansão e seu primoroso quadro geo-estratégico apresentava as seguintes características:

Na sua confrontação meridional, estendiam-se espêssas florestas amazônicas, verdadeiras áreas geopolíticas neutras que constituíam poderosa cobertura. Ao sul, outra região anacumênica, imenso espaço vazio nas Terras de Magalhães (Patagônia). No limite oriental, espalhavam-se em cordão as províncias de Mojos, Chiquitos e dos Trinta Povos das Missões Guaranis, remanescentes daquele poderoso "império jesuítico" mas servindo ainda de imensa flanco-guarda do sistema econômico do Vice-Reinado.

A província chilena de Cuio, já vinculada econômicamente ao Prata, foi anexada ao novo império colonial. A cordilheira dos Andes assumiu o seu verdadeiro papel de separatriz das duas entidades políticas.

O deserto de Atacama que dissociava o Chile do Peru e completava ao norte a compartimentação geográfica daquele país de "incrível geografia", foi atribuído ao novo Vice-Reinado assegurando-lhe acesso ao Pacífico.

Essa perfeita obra de geopolítica resguardava as enormes rotas comerciais e permitia o intercâmbio de distantes centros de produção e de consumo que formavam verdadeira "autarquia" cuja entrada estava perfeitamente defendida nas duas margens do Rio da Prata.

Todavia, essa poderosa entidade política, ao ser criada, já trazia algumas sementes de futuros antagonismos. Dentre estas situam-se os seguintes acontecimentos históricos:

— fundação, em 1537, de Assunção que, por ser poderoso centro de expansão, adquiriu grande importância a ponto de se tornar temporàriamente verdadeira capital das colônias espanholas do Prata;

— a posição privilegiada de Buenos Aires que lhe possibilitou o contrôle econômico de tôda a bacia do Prata;

— a colonização jesuítica nos vales do Paraná, Paraguai e Uruguai com interêsses econômicos, e também políticos, diferentes dos da metrópole espanhola;

— a fundação da Colônia do Sacramento por portuguêses e o direito de Portugal à posse da margem esquerda do Rio da Prata assegurado pelos Tratados de Utrech (1715) e do Pardo (1761);

— e a vantajosa situação de Montevidéu, independente do contrôle econômico de Buenos Aires e com credenciais para se tornar um poderoso centro político.


VICE - REINADO
DO
PERU
BRASIL
Prov.
de
Mojos
Prov.
de
Chiquitos
Intend. Potosi
Intend.
de Salta
Intend. de
Cuyo
Córdoba
Intend.
Paraguay
Intend.
de Buenos Aires
BANDA
ORIENTAL
Colonia
CAPITANIA GERAL DO CHILE
PATAGONIA
Intendência de
OCEANO
PACÍFICO
OCEANO
ATLÂNTICO
VICE - REINADO
DO RIO DA PRATA
1776 - 1810
Escala
0 200 400 600 800 1000 Kms.

(Figura n. 3)

III — A LUTA PELA "PÁTRIA GRANDE"

Com a Revolução de Maio de 1810 foram abertos os portos de Buenos Aires ao livre comércio. Tal fato trouxe sérios prejuízos às províncias do interior, cuja precária atividade industrial não tinha condições para enfrentar a concorrência dos produtos estrangeiros.

À proporção que essas províncias empobreciam, Buenos Aires, em ritmo ascendente, afirmava sua posição no conjunto platino.

O desequilíbrio econômico entre Buenos Aires e as províncias do interior concorreu para a constituição de dois grandes blocos rivais. O isolamento de algumas províncias, agravado pelas grandes distâncias e algumas diversidades na formação social decorrentes do processo de colonização condicionaram o aparecimento de regionalismos. O desenvolvimento dêstes regionalismos foi favorecido pela ação dos "ayuntamientos", cabidos e intendências.

Todos êsses antagonismos contribuíram poderosamente para o desmembramento do Vice-Reinado do Prata e vão ter, juntamente com a política de D. João VI e a ação de Bolivar, sensível influência na formação dos novos Estados platinos.

O poderoso grupo comercial portenho, possuindo meios para manter exércitos, torna-se dirigente da nova nacionalidade. Alguns patriotas notáveis vão enfrentar todos aquêles antagonismos para preservarem a unidade geográfica de um grande Estado em formação.

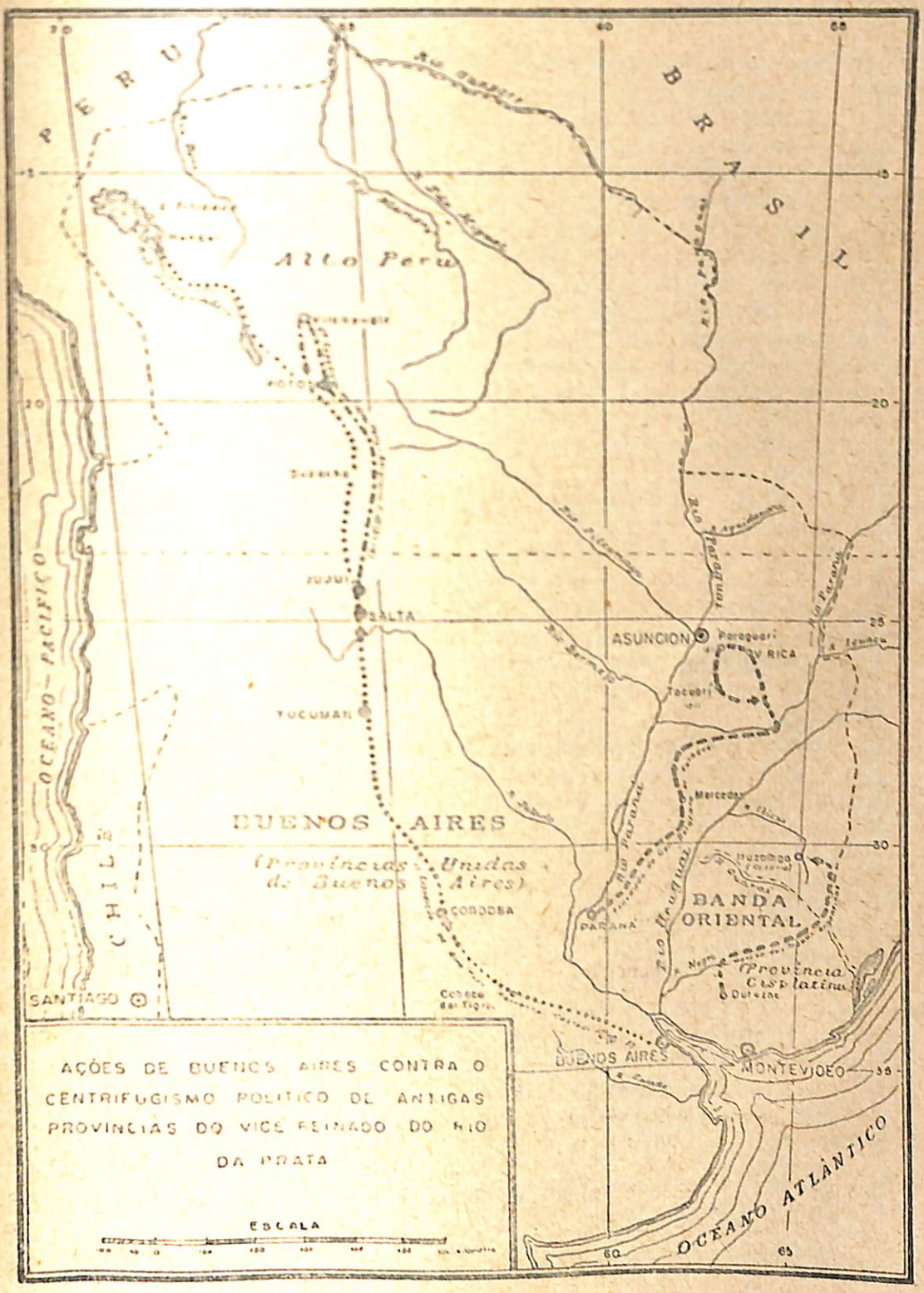
ESSA LUTA DE BUENOS AIRES CONTRA O CENTRIFUGISMO POLÍTICO DAS ANTIGAS PROVÍNCIAS DO VICE-REINADO DO RIO DA PRATA, PASSA A CONSTITUIR A LINHA PERMANENTE E MAIS CARACTERÍSTICA DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA REPÚBLICA ARGENTINA.

O Brasil adota, a partir dessa época, a chamada "política de equilíbrio no Prata". Esta política também se tornou tradicional e permanente e tem consistido, exatamente, em evitar que Buenos Aires recupere o domínio político sôbre as antigas províncias do Vice-Reinado que conseguiram sua emancipação.

As constantes geo-estratégicas da Argentina e do Brasil na região platina decorrem, tão-sòmente, dessas duas geopolíticas antagônicas, cuja origem está na colônia militar do Sacramento fundada em 1680.

A luta de Buenos Aires pela defesa da unidade da "Pátria Grande" começa em pleno período revolucionário com a expedição de Belgrano ao Paraguai (v. fig. 4). Os guaranis vencem os expedicionários portenhos em Paraguari e Taquari e conseguem emancipar-se em 1811. Em 1844 o Brasil reconhece a independência do Paraguai.

As expedições ao Alto Peru, apesar de alguns êxitos militares, não proporcionaram vantagens políticas. A ampla manobra geo-estratégica do grande San Martin, cujo objetivo político-militar seria a reintegração do Alto Peru — apoiada pela ação de cobertura de Santa Cruz ao norte


PERU
BRASIL
Alto Peru
Rio Guapore
Rio Paraguay
Rio Paraguay
Rio Pilcomayo
Rio Bermejo
Rio Salado
Rio Tercero
Rio Uruguay
POTOSI
SUCRE
JUJUY
SALTA
TUCUMAN
ASUNCION
Paraguari
VILLA RICA
Tacuari
Mercedes
BUENOS AIRES
(Provincias Unidas de Buenos Aires)
CORDOBA
PARANA
BANDA ORIENTAL
Maldonado
Provincia Cisplatina
Colonia
BUENOS AIRES
MONTEVIDEO
SANTIAGO
CHILE
OCEANO-PACIFICO
OCEANO ATLANTICO
20
25
30
35
60
65
AÇÕES DE BUENOS AIRES CONTRA O CENTRIFUGISMO POLITICO DE ANTIGAS PROVINCIAS DO VICE REINADO DO RIO DA PRATA
ESCALA

(Figura n. 4)

(v. fig. 5) — fracassou porque Buenos Aires "niega recursos a San Martín, y esto es lo que provoca su renuncia de Guayaquil" (5).

A Banda Oriental, por seu "dualismo orográfico" (6), facilitou as pretensões históricas de Portugal. D. João VI, aproveitando-se da fraqueza militar de Buenos Aires realiza, em pleno período revolucionário, duas intervenções na província oriental do Uruguai (1811 e 1816).

Após a derrota de Artigas, alcançada com a 2ª intervenção, o Brasil volta a debruçar-se sôbre o Rio da Prata com a anexação da chamada Província Cisplatina.

A campanha de Alvear em 1827 (v. fig. 4) terminada com a pouco expressiva vitória militar de Ituzaingó foi mais uma ação de Buenos Aires contra aquêle centrifugismo político. Todavia, o fracasso de Barbacena em Passo do Rosário é altamente compensado pelo triunfo da diplomacia brasileira. Foi criada a República Oriental do Uruguai cuja garantia de independência passou a ser responsabilidade do Brasil e das Províncias Unidas.

Também o "propósito cardinal de la política exterior de Rosas fué la reconstrucción, en sentido descentralizador, del extinguido virreinato del Rio de la Plata, cuyo acervo territorial pertenecia, de hecho y de derecho, a su legítima sucesora, la Confederación Argentina" (7).

Para facilitar a consecução do seu objetivo, Rosas estimulou a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. Se a República de Piratini fôsse transformada em um Estado tampão, o Brasil ficaria mais afastado do Prata e a recuperação da província oriental do Uruguai estaria assegurada.

Rosas "intervino en las luchas internas del Estado Oriental, apoyando a su presidente desposeído en 1839, general Manuel Oribe, jefe del partido blanco, en contra del jefe del partido colorado, Frutuoso Rivera. Se negó a reconocer la independencia del Paraguay, provincia argentina que debía fusionarse con las demás de la Confederación. Y declaró la guerra al protector de la Confederación Peru-Boliviana" (8).

Os objetivos da política exterior de Rosas eram altamente prejudiciais à unidade nacional brasileira. Além de ter pôsto pràticamente a República do Uruguai na órbita política de Buenos Aires pretendia, como vimos, desmembrar o Rio Grande do Sul do Império Brasileiro. Pelo Decreto de 22-1-1841 proibiu a livre navegação nos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Êsse enclausuramento dos rios determinou o isolamento da província de Mato Grosso que ainda possuía, nessa época, precaríssimas vias de transportes para o restante do país. E, se o Paraguai caísse em sua órbita, Mato Grosso estaria sèriamente ameaçado.

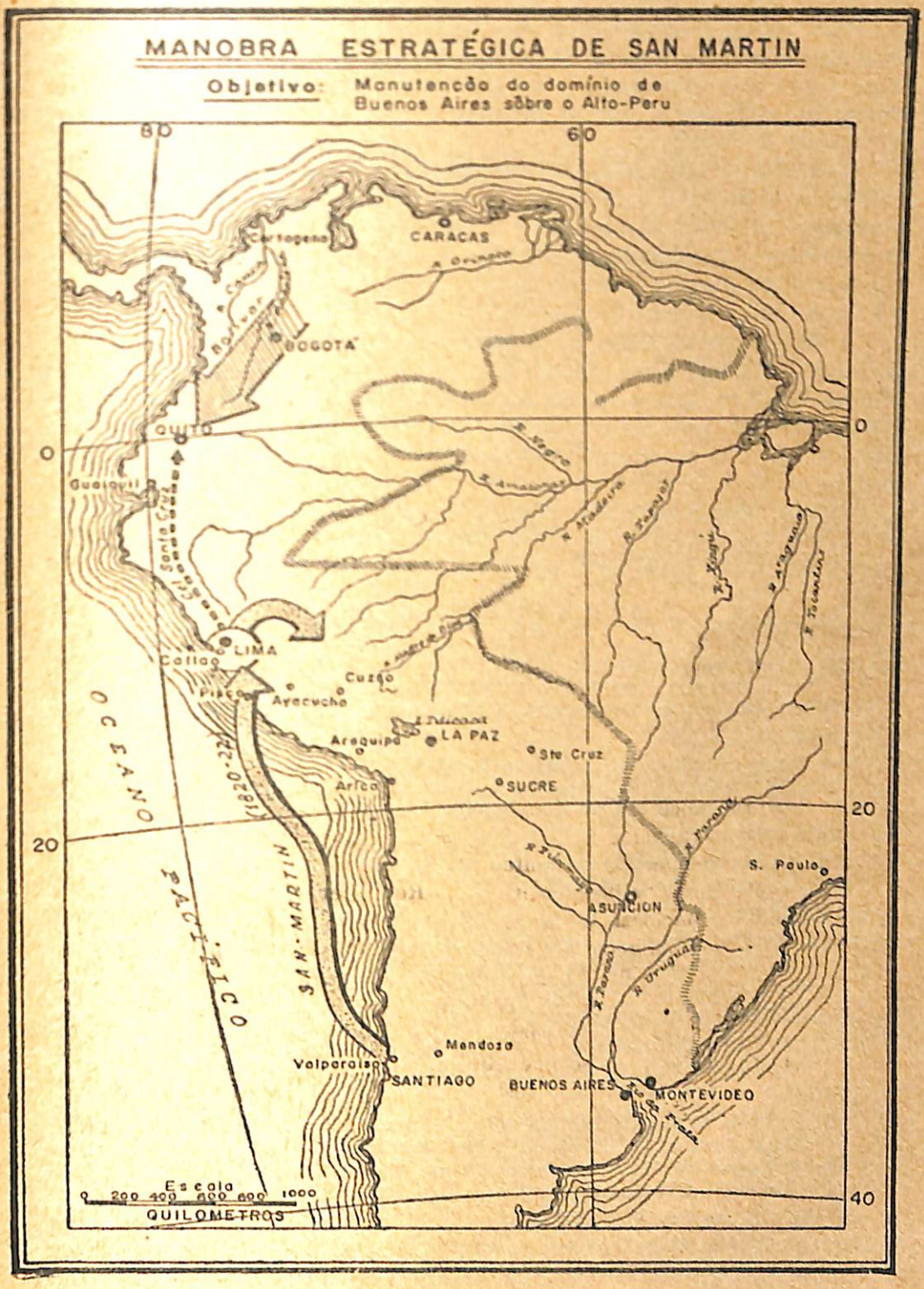
---

5) JAURETCHE, ARTURO — "Qué" ns. 6/7 de 58. "Ejército y Política" — "La Patria Grande y la Patria Chica" (1ª p): 6ª pp.

6) MALAGRIDA, CARLOS BADÍA — "El Factor Geográfico en la Política Sudamericana": pp 95.

7) QUINTANA, LUCIO M. MORENO — "Elementos de Política Internacional": pp 109/110.

8) QUINTANA — op. cit: pp 110.


MANOBRA ESTRATÉGICA DE SAN MARTIN
Objetivo: Manutenção do domínio de Buenos Aires sôbre o Alto-Peru
80
60
0
20
40
Cartagena
CARACAS
BOGOTA
QUITO
Guayaquil
LIMA
Callao
Cuzco
Pisco
Ayacucho
Arequipa
LA PAZ
Ste Cruz
SUCRE
Arica
OCEANO PACIFICO
SAN-MARTIN
Mendoza
Valparaiso
SANTIAGO
BUENOS AIRES
MONTEVIDEO
ASUNCION
S. Paulo
Escala
0 200 400 600 800 1000
QUILOMETROS

(Figura n. 5)

Para anular a geostratégia da Confederação Argentina, o Govêrno brasileiro alia-se ao General Urquiza, governador da província de Entre Rios. Como esta província e a de Corrientes gozavam de relativa autonomia, o Brasil assina com as mesmas e com o Uruguai o Tratado de Aliança de 29-5-1851.

Essa aliança favoreceu a invasão do Uruguai e conseqüente derrota militar de Oribe. Foi organizado um exército composto de entrerrianos, brasileiros, orientais, correntinos e emigrados argentinos. A invasão da Confederação Argentina pelo *"Ejército Grande Libertador"* foi o último episódio dessa *guerra insurrecional* que terminou com a derrota das fôrças de Rosas na batalha de Caseros.

Com a queda de Rosas foi assegurada a independência do Uruguai. O General Urquiza, agora diretor provisório da Confederação Argentina, decreta "la libre navegación de los rios Paraná y demás afluentes del Río de la Plata, para los buques de los estados aliados y los demás ribereños. Dicta el decreto de 17-7-1852 por el que la Confederación Argentina reconoce la independencia del Paraguay" (9).

Buenos Aires renunciava, mais uma vez, à luta pela reconstituição da "Pátria Grande". O próximo capítulo dessa geopolitica platina seria escrito, um século mais tarde, por Juan Domingo Perón.

BIBLIOGRAFIA

1. COLETÂNEA

1951. **Campanha de 1851-1852** in "Coletânea da EsEME (s. autor declarado): n. 5 MAI 51, pp 58/70 + n. 6 OUT 51, pp 44/60 + n. 7 DEZ 51, pp 59/78. 23 cm. Rio de Janeiro, Brasil (Escola de Estado-Maior do Exército).

2. CORTESÃO, JAIME

1958. **Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil**: 454 pp 25 cm + 4 fig. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, Brasil (Departamento de Imprensa Nacional).

3. DAUS, FEDERICO A.

1957. **Geografia y Unidad Argentina**: 229 pp 23 cm + 5 fig. Buenos Aires, Argentina (Editorial Nova).

4. JAURETCHE, ARTURO

1958. **Ejército y Politica — La Patria Grande y la Patria Chica** in "Qué" ns. 6/7 de FEV 58: 60 pp 26 cm + 7 fig. Buenos Aires, Argentina (E.E.R.S.A.).

5. MALAGRIDA, CARLOS BADÍA

1946. **El Factor Geografico en la Politica Sudamericana**: 386 pp 22 cm, 2ª ed. Madri, Espanha (Instituto Editorial Reno).

6. PUIGROS, RODOLFO

1948. **Historia Economica del Rio de La Plata**: 267 pp 20 cm, 2ª ed. Buenos Aires, Argentina (Ediciones Siglo Veinte).

1949. **La Epoca de Mariano Moreno**: 379 pp 19 cm. Buenos Aires, Argentina (Editorial Partenon).

7. QUINTANA, LUCIO M. MORENO

1955. **Elementos de Política Internacional**: 225 pp 18 cm + 8 fig. Escola Superior de Guerra. Buenos Aires, Argentina (Cia Impresora Argentina S.A.).

9) QUINTANA — op. cit: pp 119/120.

IV — ARTIGO ESTRANGEIRO

A QUESTÃO DO PANAMÁ

Coronel HUMBERTO COSTAS

(Traduzido do "El Diario", La Paz, de 28 Jan 60, pelo Sgt Osvaldo Oliveira Santos)

Tornam-se necessárias algumas considerações relativas às recentes notícias da imprensa sôbre a categórica oposição de certos parlamentares norte-americanos ao hasteamento da bandeira panamenha na zona do Canal do Panamá.

Os agitados acontecimentos do Panamá recentemente verificados, não só puseram em relêvo a importância estratégica, política e econômica do canal que o atravessa, mas suscitaram também, em face da delicada questão de sua soberania, a urgência de soluções imediatas e justas ao problema.

Cabe ressaltar, desde logo, seu particular significado para os Estados Unidos da América do Norte, grande potência mundial, cujas extensas costas no Atlântico e no Pacífico, têm neste estreito ponto interoceânico a única possibilidade de comunicação naval. Assim o confirma pelo menos o professor norte-americano Nicholas J. Spikman, Catedrático da Universidade de Yale, que, no livro intitulado "Los Estados Unidos frente al Mundo", salienta: "O Presidente Hayes em mensagem de 8 de maio de 1880, exigiu um canal sob a vigilância da América do Norte, e o exigiu com argumentos fundamentados em rigorosa análise geopolítica..." Êle poderia explicar talvez em parte sua política exterior com as nações da América Central e do Caribe, não obstante a absorvente firmeza de sua diplomacia passada.

Urge salientar, mesmo assim, o extraordinário interêsse das demais nações americanas pelo Canal do Panamá, pois que para elas é o Unico acesso interoceânico de navegação disponível e adequado a suas necessidades, por sua vantajosa situação geovial. O outro vínculo de comunicação aquática entre ambos os oceanos, o Estreito de Magalhães, encontra-se muito afastado e excêntrico em relação às grandes rotas marítimas e só é franqueável, com alguma segurança, em certos períodos do ano. No que concerne ao valor dêste canal para o resto do mundo, poderíamos dizer mais ou menos a mesma coisa.

ORIGEM DA QUESTÃO

Se a origem das recentes perturbações panamenhas fôsse tão sòmente de caráter econômico ou social, o problema poderia ter tido solução relativamente fácil. Mas a verdade é que assistimos hoje ao despertar das lutas de emancipação em curso nos países coloniais e semicoloniais a agitar e a ameaçar os fundamentos das estruturas hegemônicas e imperialistas de qualquer gênero.

No caso do Panamá, trata-se de uma reivindicação de soberania. Esta reivindicação encontra apoio nos movimentos "pro-liberación" e nas freqüentes tentativas de içar sua bandeira na Zona do Canal. Essa é também a razão do govêrno panamenho, ao exigir a revisão do Tratado de 1903, firmado entre os E.U.A. e o pequeno país do istmo. O tratado constitui um relato pouco louvável para a diplomacia norte-americana do passado, como admite o próprio Prof. Spikman, em que pêse ser um fervoroso partidário da "Política de Poder y de Fuerza", quando em outra parte de seu livro já citado escreve: "... A Colômbia recusou-se a firmar com os E.U.A. um tratado de cessão da Zona do Canal, mas a dificuldade foi afastada graças ao espontâneo nascimento de um novo Estado. A jovem República do Panamá mostrou-se desejosa de outorgar aos E.U.A. a cobiçada zona de trânsito, e o govêrno de Washington apressou-se a reconhecê-la com precipitação indecorosa..."

Como era de supor, as tentativas "simbólicas dos panamenhos foram rechaçadas pelas tropas de ocupação norte-americanas com graves incidentes. Por outro lado, não faltou a atitude indignada do representante Flood (democrata), que enfàticamente repetiu: "Os Estados Unidos têm soberania absoluta e perpétua sôbre a Zona do Canal, e tal situação deve manter-se, se possível, mediante a fôrça...".

A História comprova que os atos de prepotência ou expressões ameaçadoras como as do mencionado parlamentar não concorrem para a resolução pacífica de conflitos desta natureza, antes os complicam mais, acirrando o sentimento nacionalista das nações menores. Deduz-se, portanto, que no caso em foco tem-se de buscar solução satisfatória para as partes interessadas que, depois do Panamá, são em primeiro lugar as demais nações do nosso continente.

SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA

Duas são as principais soluções aventadas pela opinião internacional sôbre esta delicada questão. A primeira refere-se à restituição da Zona do Canal à soberania panamenha, solução reclamada há anos pela República do Panamá. A segunda inclina-se para sua internacionalização, seja sob o contrôle das Nações Unidas, ou então da Organização dos Estados Americanos.

Segundo as agências de notícias, o senador norte-americano Hubert Humphrey declarara que "os Estados Unidos não tinham como caminho a seguir senão a escolha entre duas soluções no Panamá: ou concederem maior contrôle e mais amplos direitos à república panamenha

na Zona do Canal, ou proporem às Nações Unidas a internacionalização dêste, com a condição de que ocorra o mesmo com as demais grandes vias marítimas".

Entre os estadistas e políticos latino-americanos que se ocuparam com êste problema, o Chefe do APRA, Raul Haya de la Torre, em seu livro "La Defensa Continental", escrito em tôrno da II Guerra Mundial, sustentou a necessidade de internacionalizar-se o Canal, argüindo que o condomínio por todos os Estados Americanos garantiria a responsabilidade comum de defesa em caso de agressões que lhe afetassem a segurança. Por outro lado, o ex-presidente de Costa Rica, José Figueres, partidário como é da liderança dos Estados Unidos, sustenta igualmente a tese da internacionalização, sugerindo que o contrôle e a defesa militar sejam entregues à Organização dos Estados Americanos.

Um estudo, há pouco preparado pela Universidade "Northwester" para a Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, "encarece que os Estados Unidos envidem esforços no sentido de que o Canal do Panamá seja pôsto sob contrôle da Organização dos Estados Americanos (OEA), e acrescenta logo "... desta forma seria evitado o dilema político de internacionalizá-lo por intermédio das Nações Unidas divididas, ou de que algum dia seja nacionalizado pelos panamenhos, e como um símbolo notável da natureza não imperialista de nossa política exterior..."

Em face dêstes critérios, o Panamá opõe-se à "internacionalização" de uma ou de outra forma, recusando ao "Colosso do Norte" o direito de transformar o Canal em organismo internacional, sem seu pleno consentimento.

Se bem que a Bolívia seja hoje estado mediterrâneo, precisamente por motivo de certo imperialismo sul-americano vizinho, ela tem igual interêsse em que os países litorâneos da América dêem cabal solução ao problema do Panamá sob os auspícios da harmonia continental. Em tal sentido, uma das soluções mais compatíveis com a História, com a realidade geográfica, com a necessidade comum e com a solidariedade de nossas nações, parece ser a "internacionalização" do Canal, deixando-o em mãos da Organização dos Estados Americanos (OEA), naturalmente com o prévio assentimento da república panamenha.

Se, além desta, fôsse procurada uma solução integral para as comunicações interoceânicas de nosso continente, ficaria também delineada a necessidade de abrir novos canais. Um na América Central através da Nicarágua, por exemplo, dadas as auspiciosas perspectivas assinaladas pelos estudos preliminares, e outro ao norte do Estreito de Magalhães, onde as possibilidades de executá-lo já não são hoje tão remotas como antes, devido às novas fontes de energia e aos modernos sistemas de construção para trabalhos desta natureza.

Desde que se considerem lógicas e realizáveis as sugestões precedentes, para a solução dêste delicado problema internacional, sua concretização constituiria um transcendental esfôrço geovial, geo-econômico e geopolítico, para o desenvolvimento e a unidade continental.

O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Não é o número atual de seus habitantes, por mais elevado que seja, que pode dar a medida da fôrça demográfica do Brasil; essa fôrça repousa em uma fecundidade excepcionalmente elevada, a qual, embora crie graves problemas sociais e econômicos, dá à população brasileira uma rapidez de crescimento dificilmente igualada.

Entre o recenseamento de 1940 e de 1950, a população passou de 41 a cêrca de 52 milhões, aumentando assim, em dez anos de 26%; e êsse crescimento não parece estar diminuindo, pois nos cinco anos que vão de 1950 a 1955 a população do Brasil aumentou de seis milhões e meio, o mesmo, em cinco anos, que a França em um século, de 1850 a 1950.

A taxa geométrica, anual, de crescimento da população brasileira, que é aproximadamente de 2,4%, não é certamente a mais elevada do mundo, nem mesmo da América Ibérica; a Venezuela, o México ou o Paraguai multiplicam o número de homens num ritmo ainda um pouco mais rápido. Mas em nenhuma das grandes massas nacionais do mundo se pode observar hoje uma expansão tão rápida quanto a do Brasil, nem tão regularmente mantida; as populações da Rússia, da Índia ou da Indonésia estão longe de se desenvolver com a mesma rapidez. Para se encontrar um paralelo é necessário retroceder ao caso dos Estados Unidos, no período anterior a 1880, quando o número de americanos acabava de passar, em dez anos, de 38 milhões e meio para mais de 50 milhões. Mas tratava-se, então, no caso dos Estados Unidos, de um desenvolvimento demográfico acelerado por uma imigração muito numerosa; entre 1940 e 1950, a progressão da população do Brasil foi devida ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos. A imigração que fôra totalmente interrompida entre 1940 e 1945, não recomeçou, na realidade, senão muito lentamente, depois da guerra e durante todo o período não contribuiu com mais de algumas dezenas de indivíduos. Calcula-se, aliás, que em todo o século, de 1850 a 1950, o aumento computado de cêrca de 45 milhões de habitantes foi devido, em aproximadamente 38 milhões, ao crescimento natural e sòmente 7 milhões ao contingente de imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil.

(Trecho de "Os dois Brasis")

JACQUES LAMBERT



III — FUMÍGENOS — UMA APLICAÇÃO PACÍFICA

Capitão DIÓGENES VIEIRA SILVA

(Continuação do número anterior)

3 — *Lutte contre les Gelées*: No n. 14 de *Vignes et Vins* (março e abril de 1951), das páginas 5 a 13, encontramos o trabalho com o título ao lado, assinado pelos Srs. Gedard e Levy, em que são relatadas as experiências de combate aos efeitos da geada, por meio de coberturas fumígenas, que tiveram lugar a 20 km ao Norte de *Montpellier* e 2 km ao Sul de *Saint-Mathieu-de-Tréviers*. Nessa região, se estende a planura de *Triadou*, orientada de Nordeste para Sudoeste, ao longo do Vale do *Terrieu*, com 80 a 90 metros de altitude. O local, comumente sofria os efeitos das geadas de primavera e seus proprietários ofereceram aos experimentadores tôdas as facilidades, tomando parte também nos trabalhos.

O dispositivo experimental foi constituído de dois conjuntos de vinhedos, localizados em condições tão semelhantes quanto possíveis: mesma inclinação do terreno, mesma situação com relação às colinas circundantes, mesmas características de cultura, etc. Um dos conjuntos, o *P*, foi protegido por fumaças, enquanto o conjunto de contrôle, o *T*, não teve sôbre êle nenhuma cobertura, para permitir apreciar a evolução comparada da experiência.

Em cada um dos conjuntos foi instalado o material de observação necessário à medida dos dados de temperatura:

— Um grande abrigo meteorológico equipado de um termógrafo e de um termômetro de mínima, dando a temperatura do ar a 2 metros;

— Um termômetro de mínima colocado horizontalmente ao ar livre, 40 cm acima do solo;

— Além disso, uma tôrre metálica de 12 metros de altura, equipada com termômetros de mínima, colocados de 2 em 2 metros, permitindo conhecer a repartição das temperaturas noturnas em vários níveis das camadas de ar.

O método de lançamento de fumígeno utilizado foi o da combinação de amoníaco com anidrido sulforoso, sendo que os geradores ficaram colocados em carrêtas que se deslocavam ao longo dos caminhos de serviço. O procedimento aqui, mais uma vez, foi semelhante ao que adotamos no Brasil, em que, apesar das dificuldades que tiveram de ser superadas e das opiniões inicialmente contrárias, os geradores foram colocados sôbre caminhões, também se deslocando no meio dos cafèzais, nos carreadores.

O comportamento da fumaça lançada foi bem estudado, e todos os dados termométricos obtidos, posteriormente interpretados, tendo sido realizadas três coberturas fumígenas, a 7, 26 e 28 de abril. Chegaram



FIGURA 5 : Localização dos campos em que se fizeram as experiências, entre **Saint-Mathieu-de-Tréviers** e **Le Triadou**, e a que se referem os Srs. Godard e Levy no artigo **Lutte contre les Gelées.**



FIGURA 6 : A planície de Triadou, local das experiências, sendo que a vista foi tomada para o Norte, do alto da tôrre P2.

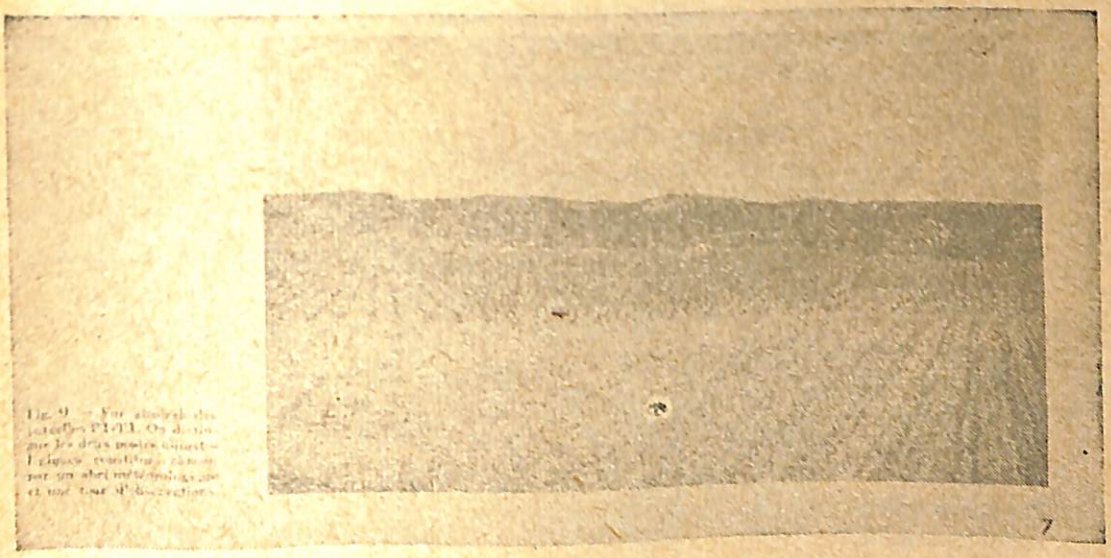


FIGURA 7 : Vista geral dos conjuntos de experiência P1-T1. À meia altura da foto podemos distinguir os dois postos climatológicos constituídos cada um dêles de um abrigo meteorológico e de uma tôrre de observação.

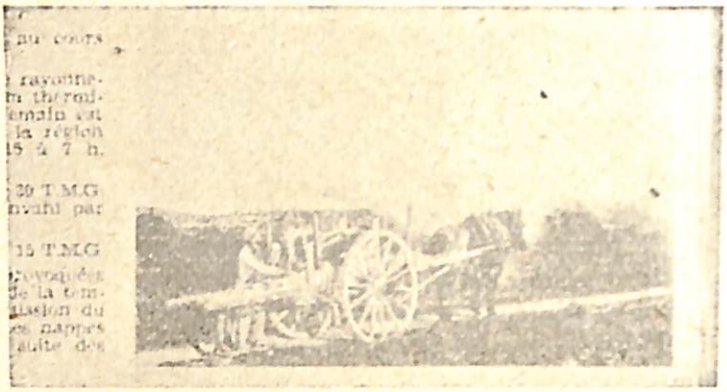


Figura 8: Um dos geradores, montado sôbre uma carrêta tracionada a animal, em funcionamento

os técnicos a conclusões positivas a respeito da eficiência do método, julgando, porém, que novas experiências deveriam ser feitas, em que seria tentada a proteção, não mais lançando a cobertura fumígena sôbre a própria região a proteger, mas sim, em uma região afastada, como que combatendo o deslocamento da massa de ar frio à distância, antes de poder atingir o local dos vinhedos. Também, uma conclusão a que chegaram, foi bem semelhante à conclusão a que tinham chegado experimentadores alemães e mesmo os nossos do Brasil, e é ela a resultante da diferença de comportamento da nuvem fumígena, em terrenos aparentemente idênticos, e com mesma conformação. Daí a importância e mesmo a necessidade de um *estudo morfológico do terreno,* associado a um *estudo micro-climático,* conduzindo então o emprêgo racional do fumígeno. Terminam os autores, concluindo:

> *"Avec les moyens puissants de production de fumées de la technique moderne, l'esprit de coopération des viticulteurs devrait donc constituer un facteur capital dans la lutte contre la gelée."*

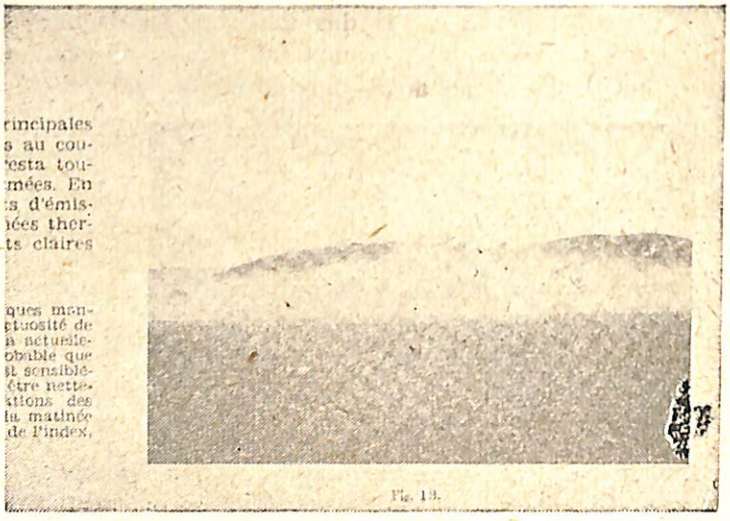


Figura 9: Vista obtida por ocasião da geada de 26 de abril. A nuvem fumígena se estende sôbre o vinhedo com uma espessura sensìvelmente igual à altura das tôrres de observação, isto é, 12 metros



FIGURA 10 : A legenda do original é bem significativa: "A geada passou por aqui..." Realmente, a fotografia mostra uma vinha perfeita, depois da geada, como prova da eficiência da proteção por meio da cobertura fumígena.

4 — *Les Études sur la lutte contre les Gelées en* 1952: À página 7 do n. 19 (março e abril de 1952) de *Vignes et Vins*, é dada uma ligeira notícia a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela comissão encarregada pelo Instituto Técnico do Vinho, de acompanhar os trabalhos de experimentação e estudos dos vários processos de defesa contra os efeitos da geada. Reuniu-se a comissão, a 22 de fevereiro de 1952, em *Epernay*, para examinar as conclusões das experiências realizadas no decorrer do ano de 1951, principalmente nos três centros encarregados de estudar os métodos de proteção dos vinhedos:

— "*Centre méridional* (*Montepellier*);
— *Centre champenois* (Epernay);
— *Centre Bourguignon* (*Monthélie*).

A ausência de geadas no *Midi* na primavera de 1951 e, por outro lado, a intensidade das geadas que se seguiram na mesma época nos vinhedos de *Champagne*, não permitiram obter resultados conclusivos das experiências programadas.

As experiências realizadas em cada uma das três regiões foram apresentadas pelos Srs. Boyer, Diretor da Associação Vinícola de *Champagne* e Geslin, Diretor da Estação Central de Bioclimatologia de *Versailles*, pela região de Champagne, pelo Sr. de Suremain, pela região de Bourgogne, e por Jean Remond, pela região meridional.

Os mesmos experimentadores ficaram encarregados da execução do programa para 1952, com a finalidade de obter dados mais precisos a respeito da eficiência dos métodos empregados e dos aparelhos testados.

No dia seguinte, pela manhã, foi feita uma apresentação de novos geradores de neblina, nos vinhedos da Casa *Mumm*, nas proximidades de *Epernay*. Dos quatro aparelhos apresentados, um era do tipo clássico nas experiências já realizadas, produzindo fumaça por meio de bi-sulfito de amônia, porém, os outros três eram geradores, segundo as descrições, semelhantes aos nossos *Besler*, emitindo nuvens fumígenas formadas por uma emulsão de gotículas de óleo extremamente pequenas, e vapor d'água. Êsses três últimos foram apresentados pela Casa *Poirrier* (gerador de grande rendimento, porém bastante pesado) e pelos Estabelecimentos *Ruggieri e Oustric* (geradores menores, com pouco pêso e gasto reduzido).

Segundo parece, só a partir dessa época começou a Comissão Francesa a tomar contato com os geradores de fumaça à base de condensação de vapôres de óleo, sistema utilizado nos geradores *Besler* utilizados pelo Serviço de Guerra Química no decorrer da última guerra, e com os quais foram feitas as primeiras experiências da Companhia-Escola de Guerra Química, em conjunto com a Comissão de Estudos para a Defesa Contra a Geada. Dados conclusivos ainda não foram obtidos, porém, muitos dos cafeicultores que utilizaram vários processos de produção de fumaça são de parecer que êsse processo é o que apresenta maior rendimento, e se impôs como aquêle mais fácil, econômicamente, de utilizar.



FIGURA 11 : Um dos geradores em funcionamento durante uma experiência.



FIGURA 12 : O gerador **Oustric** sendo apresentado, pelos construtores, aos vinicultores, autoridades, jornalistas, etc.

5. *Un nouvel appareil de défense contre les Gelées de Printemps*: A página 8 dêsse mesmo número 19 (março e abril de 1952) de *Vignes et Vins*, depois de várias considerações a respeito do contínuo aperfeiçoamento dos geradores, desde que o I.T.V. tomou a seu cargo o estudo e o contrôle das experiências de combate aos efeitos das geadas, é apresentado o gerador fabricado pelos construtores *Llore* e *Oustric*. Foi apresentado aos técnicos, autoridades e interessados em 8 de setembro em *Cournonterral* (proximidades de *Montpellier*), podendo, segundo seus construtores, apenas com um gasto de 50 francos, trabalhar aproximadamente 1 hora e meia, o que só era possível, com outros geradores anteriormente usados, com algumas centenas de francos. Por outro lado, sua rusticidade lhe possibilitava um fácil manuseio, sem necessidade de operadores especializados e nem mecânicos treinados. Pesava 50 quilos vazio, e 150 carregado, podendo ser deslocado sôbre uma charrete, ou, com a adaptação de um par de rodas com pneumáticos, tracionado por um cavalo, um pequeno trator, ou mesmo por dois homens.

No entanto, êsse novo aparelho só começou a ser utilizado nas experiências de 1952, faltando, portanto, dados a respeito de sua eficiência ou não.

III — CONCLUSÃO

Como procuramos mostrar, se a CEDCG, em 1956, quando começou seus trabalhos, tivesse procurado dados e informações que corroborassem os resultados por ela obtidos com suas experiências de Palmas, realizadas naquele ano, em colaboração com a Companhia-Escola de Guerra Química, na França e não nos Estados Unidos, com fêz inicialmente, talvez tivéssemos podido andar muito mais ligeiro em nossos trabalhos.

Aliás, a fumaça sendo utilizada para proteção de vinhedos contra os efeitos das geadas, não é novidade recente, pois tal proceder já era preconizado por Plínio aos romanos, para a defesa de suas amoreiras, bem como de seus vinhedos. A viagem à França dos membros da Comissão, em 1957, e os dados que lá puderam coligir, além da documentação que lhes foi possível reunir, serviu para mostrar à CEDCG que ela se encontrava no caminho certo. Mas, mesmo assim, muitos ainda relutam, no Brasil, a aceitar qualquer conclusão *cabocla*, que não venha com o indispensável carimbo estrangeiro. Depois de todos êsses trabalhos, e com essa documentação francesa a confirmar nossas experiências e estudos, ainda houve quem duvidasse da eficiência do método, *in limine*, sem nenhum estudo, apenas se baseando em um ofício de um técnico norte-americano do Ponto IV, que declarava não confiar no processo, conforme tivemos oportunidade de constatar, a 14 de maio de 1958, por ocasião da "II Mesa Redonda da Geada", realizada sob os auspícios do Conselho de Política da Agricultura da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, e na qual fazíamos parte da representação do Estado do Paraná. Nesse assunto, ao realizarmos nossas primeiras experiências, nada sabíamos a respeito de sucessos ou fracassos de outros experimentadores nacionais ou não, na busca da solução do mesmo problema. Assim sendo, as primeiras conclusões obtidas não foram influências, favoràvelmente ou não, por quem quer que fôsse. Felizmente, posteriormente, apesar de muitas opiniões contrárias, essas informações obtidas na França vieram mostrar à Comissão que ela trilhava o caminho certo.

Agora, só nos resta, como na França, atingir a etapa final, isto é, obtida a solução para o problema, entregar a luta aos cafeicultores, para que êles se defendam com os meios postos pela técnica em suas mãos. E, para nós, especialistas em guerra química, e mesmo para o próprio Exército Nacional, é motivo de justo orgulho relembrar que o sucesso obtido nos primeiros trabalhos da Comissão, como ela mesmo tem inúmeras vêzes de público reconhecido, foi devido ao eficiente apoio dado pelas autoridades militares a tôdas as medidas que se fizeram necessárias para a execução das experiências. A Companhia-Escola de Guerra Química se deslocou com grande parte do seu efetivo para o Paraná, lá permanecendo mais de um mês, integralmente devotada às experiências, tendo, nesse espaço de tempo, percorrido todo o Estado, desde o Norte até o Sul, aplicando, com eficiência, seus conhecimentos militares em finalidades pacíficas.



DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO

"A DEFESA NACIONAL", por solicitação de inúmeros de seus assinantes, iniciará, com o presente artigo, a publicação de certos esclarecimentos sôbre o comunismo, julgados necessários, particularmente, aos elementos mais jovens de nossas Fôrças Armadas.

Os artigos, de responsabilidade exclusiva da direção de "A DEFESA NACIONAL", são redigidos por uma equipe especializada de oficiais de nosso Exército.

Nossa Revista não encara o assunto sob o ponto de vista político e, sim, sob o prisma da sobrevivência do BRASIL como Nação livre e soberana...

Coronel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS
Diretor-Secretário

I — A DEMOCRACIA E O COMUNISMO

Na cidade de LIVRAMENTO, no RIO GRANDE DO SUL, há uma rua em que um dos lados fica no BRASIL e o outro na República Oriental do URUGUAI. Entretanto, não se nota qualquer diferença entre os dois lados, pois as pessoas que ali transitam comportam-se da mesma forma e gozam das mesmas regalias.

Mas, se formos a BERLIM, na ALEMANHA, e atravessarmos uma determinada rua, encontrar-nos-emos, de um momento para outro, num mundo completamente estranho.

A cidade de BERLIM está dividida e uma de suas partes é controlada pelos comunistas. A outra parte está sob a proteção das Nações Ocidentais, cujos povos gozam de liberdades desconhecidas do povo comunista.

No presente artigo, primeiro de uma série que pretendemos publicar, veremos como o nosso mundo se dividiu em duas facções e encontraremos respostas para as seguintes perguntas:

1 — Como se verificou a divisão do mundos nessas duas facções?
2 — Que foi feito, até agora, para reparar a ruptura existente entre as Nações Livres e os países comunistas?
3 — Por que certos povos e certos indivíduos adotam o comunismo?

A — A CRISE ENTRE AS NAÇÕES LIVRES E OS PAÍSES COMUNISTAS

1 — A Terra, atualmente, está dividida em dois mundos

Estadistas, escritores e jornalistas denominam essas duas divisões, de Mundo Livre e Mundo Comunista. O primeiro, compreendendo as Américas, a Europa Ocidental, a maioria da África e parte da Ásia. A Rússia Comunista, a Europa Oriental e grande parte da Ásia formam o Mundo Comunista. Como se verificou esta divisão?

2 — As Nações Livres aceitam a Rússia como aliada

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939, com a invasão da Polônia pelas tropas de Hitler. Muito embora a Rússia Comunista tivesse auxiliado Hitler na destruição da Polônia, foi, dois anos mais tarde, também invadida pelos alemães.

Em 1941, após o ataque japonês a PEARL HARBOR, os Estados Unidos entraram na guerra e tomaram a iniciativa de formar uma aliança, congregando 26 nações contra os agressores — JAPÃO, ALEMANHA NAZISTA e ITÁLIA FASCISTA. Por essa época, a RÚSSIA recusou-se a combater contra o JAPÃO, mas as Nações Livres permitiram que ela participasse daquela aliança e prometeram auxiliá-la a expulsar o invasor nazista de seu território. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos forneceram-lhe, então, enormes quantidades de alimentos, roupas, navios, carros de combate, aviões de guerra e muitos outros equipamentos bélicos.

3 — As Nações Aliadas e a resistência a Hitler e Mussolini

Seriam os objetivos da Rússia idênticos aos dos Países Aliados, após a sua admissão na aliança por êles formada? Nos anos críticos da guerra, a Rússia foi aceita por seu aliados, pois se tratava de lutar pela sobrevivência. Entretanto, no verão de 1939, dois anos antes da invasão alemã à Rússia, Hitler assinou um tratado com o govêrno comunista — o notório Pacto RIBBENTROP — MOLOTOV.

Numa parte secreta dêsse Pacto, os dois países planejaram dividir a Polônia entre si, a despeito das promessas de respeitar a independência dêste país. Quando o Tratado foi firmado, a Alemanha e a Rússia pareciam estar em muito bons têrmos, mas esta aparente amizade foi violentamente interrompida por Hitler ao determinar a invasão da Rússia por seus exércitos. O govêrno comunista voltou-se, então, para os países livres, em busca de auxílio.

É do conhecimento de todos como a Rússia, auxiliada por seu aliados do Oeste e pelo rigoroso inverno russo, repeliu a invasão nazista, enquanto as Nações Ocidentais combatiam na Europa e no Japão. A Rússia só declarou guerra ao Japão poucos dias antes da rendição dos nipônicos.

4 — Os aliados organizam as Nações Unidas

Ainda antes do término da Segunda Guerra Mundial, os chefes das nações aliadas trabalhavam na criação de uma organização que se destinaria a manter a paz no mundo. Em 1945, surgia a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Rússia, desde logo, passou a integrar a nova sociedade.

Os fundadores da ONU esperavam que essa organização fôsse capaz de solucionar os desentendimentos entre as nações e, também, de evitar os mal-entendidos e as hostilidades. Acreditavam que a ONU conduziria ao desarmamento e à extinção das enormes fôrças militares, que constituem uma das causas das guerras.

Decidiram que a participação nas Nações Unidas não implicaria em perda de soberania ou independência nacional de qualquer de seus membros. Seus fundadores esperavam, sinceramente, que tôdas as nações trouxessem seus desentendimentos às Nações Unidas, onde encontrariam uma solução, através do debate pacífico.

Ao fundarem a ONU os países livres incluíram a Rússia Soviética naquela organização. Acreditavam, ainda, nos bons propósitos russos, já que a palavra "soviete" designava os conselhos dos trabalhadores que surgiram, pela primeira vez, em 1905 e que, em 1917, voltaram a ser utilizados pelos comunistas como elementos executores das ordens do Partido Comunista. Stalin havia afirmado, aos aliados, que os objetivos de seu país eram também de paz e, portanto, idênticos, aos dêles. Dessa forma, em 1945, a Rússia tornou-se um dos membros fundadores da ONU, onde, em vez de um único voto, possui três, ou seja, um pela União Soviética e mais dois pela Rússia Branca e Ucrânia, muito embora essas duas repúblicas não sejam mais que membros da própria União Soviética.

5 — A União Soviética, seus exércitos e os países satélites

Por um curto espaço de tempo, após o término da guerra, os povos livres acreditaram numa era de paz e prosperidade. Entretanto, a ONU mostrou-se incapaz de solucionar o problema do desarmamento e de

resolver as disputas entre as nações. Os países livres esperavam que tôdas as nações reduzissem, desde logo, seu armamento. Êles assim o fizeram, mas a União Soviética conservou, não só seu enorme exército, como também, sob a orientação de Stalin, seu chefe todo poderoso e, através de ameaças de fôrça, de agentes secretos e de interferência ativa nos assuntos internos de algumas nações da Europa Oriental e de partes da Ásia, conseguiu estabelecer governos obedientes à Rússia Soviética.

Já durante a Segunda Guerra, a Rússia Soviética havia conseguido dominar a Lituânia, a Letônia e a Estônia e posteriormente anexou êstes países a seu território, embora tivesse prometido reconhecer suas independências. Logo depois, organizou e orientou revoluções na Polônia, Tcheco-Eslováquia, Hungria, Rumânia e Albânia, fazendo com que êsses países se tornassem dependentes da URSS. Por fim, também a Alemanha Oriental. Surgiram, então, os países "satélites", assim chamados por parecerem atraídos pela Rússia, à semelhança dos pequenos planêtas conservados permanentemente em órbita, pela fôrça de atração de um poderoso planêta central. Mais tarde, em outro artigo, voltaremos a tratar dêsses países "satélites".

6 — A Guerra Fria

As Nações Unidas ficaram impossibilitadas de levar a efeito o desarmamento, ou de evitar os distúrbios na Europa Oriental, em face do bloqueio da Rússia Soviética às tentativas naquele sentido.

Os representantes soviéticos, no Conselho de Segurança da ONU, vetavam tôdas as recomendações apresentadas, de modo que, ao invés de paz e prosperidade, iniciou-se um período de tensão e descrença, conhecido como *Guerra Fria*.

As Nações Livres, a fim de se defenderem contra uma possível agressão, voltaram a armar-se e a formar alianças. No continente americano, o BRASIL e mais 19 países formaram a Organização dos Estados Americanos (OEA), assegurando proteção a seus membros em caso de ataque e, naquele mesmo ano de 1948, as potências aliadas formaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na qual ingressaram a Grã-Bretanha, a França, a Itália, a Bélgica, o Luxemburgo, a Holanda, a Dinamarca, a Noruega, Islândia, Portugal, Estados Unidos e Canadá. Mais tarde, foram admitidos a Grécia e a Turquia e, mais recentemente, a República Federal Alemã ou Alemanha Ocidental.

Outras alianças surgiram, tais como a dos Estados Unidos com a República Chinesa de Formosa, com a Coréia do Sul e com o Japão, mas como os problemas asiáticos tornavam-se cada vez mais sérios a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos juntaram-se com a República Filipina, a Austrália, a Nova-Zelândia, a Tailândia e o Paquistão e formaram a Organização do Tratado da Ásia Sudeste (OTASE).

Em 1949, a Grã-Bretanha, juntamente com a Turquia, o Irão, o Iraque e o Paquistão, formaram a Organização do Tratado do Oriente Médio (Pacto de Bagdá).

Em tôdas essas alianças os países membros comprometiam-se a cooperar uns com os outros, em caso de ataque.

Em fins da década de 1950, as fôrças armadas de ambos os setores eram maiores e mais poderosas do que as que existiam antes da Segunda Guerra Mundial. Essas fôrças estavam mais fortes e mais poderosas do que nunca, pois, além dos acréscimos em pessoal e armamento, dispunham de armas atômicas, as quais eram desconhecidas em 1939.

B — TENTATIVAS PARA SOLUCIONAR A CRISE

1 — As Nações Unidas e a Paz

Durante a Guerra Fria, as Nações Unidas têm sido a esperança de todos os povos amantes da paz. A própria existência daquela organização os tem encorajado e suas realizações até o fim da década de 1950, muito embora aquém do que esperavam seus fundadores, incluem algumas providências objetivas, em proveito da paz.

Em 1946, a ONU cooperou para que se efetivasse a retirada de tropas russas de uma província do Irão, o que contribuiu, naquela época, para afastar, daquele país, o perigo da guerra. Por outro lado, a ONU não conseguiu evitar que os comunistas gregos fôssem auxiliados, em suas operações de guerrilhas, obrigando a um dos países da organização a intervir com fôrças militares em território grego, para sanar o mal que ali se alastrava.

2 — As Nações Unidas na Coréia

Em 1950, a ONU teve de enfrentar nova crise. Os exércitos da Coréia do Norte e mais tarde os da China Vermelha, dirigidos pela URSS, invadiram a Coréia do Sul. As fôrças da ONU, em sua maioria constituídas por norte-americanos, lutaram pela Coréia do Sul, onde estiveram, muitas vêzes, no campo de batalha, em situação de inferioridade em relação à URSS, enquanto os representantes desta última, nas Nações Unidas, manifestavam-se contra a resistência aos exércitos comunistas, declarando serem os mesmos, exclusivamente, constituídos de coreanos do Norte e que não recebiam qualquer auxílio da Rússia. Os soviéticos, na verdade, auxiliavam os norte-coreanos e insistiam para que os comunistas chineses entrassem na luta.

3 — As Nações Unidas e as Conferências pela Paz

As Nações Livres, além dos esforços da ONU, têm procurado solucionar o impasse existente entre elas e os comunistas, realizando conferências internacionais. Em 1945, reuniram-se os altos mandatários que assinaram o Acôrdo de POTSDAM, segundo o qual seriam realizadas várias conferências entre os Ministros das Relações Exteriores da Rússia Soviética e das Nações Livres.

Um dos problemas deixado sem solução após a Segunda Guerra Mundial foi o da unificação da Alemanha. Os aliados ocidentais ocupavam a Alemanha Ocidental e a URSS a Alemanha Oriental. A própria cidade de Berlim fôra dividida em duas partes, como é do conhecimento de todos. De 1945 a 1955, realizaram-se seis conferências de Ministros das Relações Exteriores e tôdas elas fracassaram, não tendo conseguido a unificação das duas Alemanhas. Uma das razões dêsse fracasso foi não terem as Nações Ocidentais concordado com a exigência da URSS para que a Alemanha fôsse conservada desarmada, fraca e neutra. A condição estabelecida pela URSS, para solucionar o impasse referente à unificação da Alemanha, era que êsse país devia ser proibido de ingressar em qualquer das alianças das Nações Livres. Muitas pessoas do Ocidente receavam que, sem defesas, a Alemanha viesse a tornar-se vítima de uma agressão soviética.

Em 1955, dez anos depois da Segunda Guerra Mundial, uma outra conferência dos chefes ocidentais com os comunistas conduziu, finalmente, a um tratado de paz com a Áustria, aliada de guerra da Alemanha. Entretanto, para conseguir êsse tratado, as Nações Ocidentais tiveram que concordar com a exigência da URSS para que a Áustria permanecesse neutra e fôsse proibida de participar de qualquer aliança defensiva.

4 — Os Quatro Grandes em Genebra

Os dez primeiros anos de *Guerra Fria* "esfriaram" as esperanças de paz. Êsses anos, como assinalamos anteriormente, foram pouco proveitosos para o Mundo Livre, pois as conferências realizadas não surtiram os efeitos desejados. Os representantes de ambas as partes não conseguiram entrar em acôrdo. As Nações Livres, por exemplo, exigiam a unificação e a independência da Alemanha, conforme fôra prometido, em 1945, pelas potências vitoriosas, mas a Rússia Soviética recusava. Os jornalistas e os comentaristas de rádio, das Nações Livres, culpavam os ditadores comunistas pelo não cumprimento da promessa, enquanto a imprensa controlada pelos comunistas lançava a culpa do fracasso sôbre as Nações Livres. Uma série de conflitos dessa natureza aumentou, ainda mais, as diferenças entre os dois lados da *Cortina de Ferro*, nome atribuído por WINSTON CHURCHILL à separação existente entre os dois mundos. Caricaturas críticas, e mesmos hostis, focalizavam o desacôrdo entre as duas partes e contribuíam para a falta de harmonia entre as nações.

A Rússia Soviética, entretanto, periòdicamente falava de *Coexistência Pacífica*, isto é, que os comunistas e os homens das Nações Livres poderiam viver em paz, lado a lado, no mesmo mundo. Stalin expressou, mais de uma vez, a opinião de que esta coexistência era possível. Os ocidentais, observando a contradição entre as palavras e as ações de Stalin, duvidavam de sua sinceridade, pois êle ameaçava os países vizinhos com seu exército, a fim de fazê-los aceitar a doutrina comunista. Isto podia ser tudo, menos *Coexistência Pacífica*.

Em 1955, êsse assunto de *Coexistência Pacífica* foi revivido pelos dois homens que chefiavam o govêrno soviético, NIKITA KHRUSHCHEV e NIKOLAY BULGANIN. O primeiro, como Secretário do Partido Comunista da Rússia Soviética, era o mais graduado de todos os comunistas e o outro ocupava o segundo lugar da hierarquia comunista como Chefe do Conselho de Ministros. A surpreendente atitude dos dois chefes comunistas, para com as Nações Ocidentais, deu lugar a uma reunião dos chefes das *QUATRO GRANDES POTÊNCIAS*: Grã-Bretanha França, Estados Unidos e União Soviética. Essa reunião, realizada em Genebra, em 1955, foi chamada de *CONFERÊNCIA DE CÚPULA*, pois os homens que ali se encontravam ocupavam os mais altos postos, ou sejam, as cúpulas dos respectivos governos. Êsses homens foram — ANTHONY EDEN, EDGARD FAURE, EISENHOWER e os dois comunistas KHRUSHCHEV e BULGANIN.

O problema mais urgente a ser tratado nessa *Conferência de Cúpula* era a unificação da Alemanha. A conferência transcorreu suavemente, mas não promoveu a unificação esperada, em conseqüência da exigência dos comunistas de que a Alemanha Oriental fôsse reconhecida como uma Nação soberana. O impasse não foi tampouco resolvido em reunião posterior dos *QUATRO GRANDES*, em Londres, quando FOSTER DULLES, Secretário de Estado americano, declarou que a recusa do representante soviético em discutir, *sèriamente*, a unificação da Alemanha implicava em grave ruptura do acôrdo estabelecido na *Conferência de Cúpula* de Genebra.

5 — Fracasso dos Tratados

Os Tratados são acôrdos internacionais ou contratos entre nações; são promessas entre duas ou mais nações para fazer, ou para não fazer certas coisas. A maior parte da legislação internacional moderna baseia-se nos Tratados. A legislação internacional é constituída por um grande conjunto de regras que a maioria das nações passou a seguir em suas relações com outras nações. Infelizmente, um pequeno número de nações põem de lado as leis internacionais quando acreditam que, ignorando-as, podem melhor atingir seus fins.

Durante séculos, a maioria das nações tem se inclinado a respeitar os Tratados. As nações civilizadas e amantes da paz, da mesma forma que as pessoas de honra, cumprem suas promessas, acreditam que os Tratados devem, não apenas ser obedecidos, como também, ser feitos em boa-fé.

As Nações Livres do mundo moderno, ou as nações que dispõem de governos democráticos, têm-se mantido satisfatòriamente fiéis a seus Tratados e à Lei Internacional. A conduta dos países da ONU tem sido honrada. Entretanto, as ditaduras modernas têm-se conduzido de maneira diferente. Numa ditadura, um homem ou um pequeno grupo de homens tem completo contrôle sôbre a nação, não se sentem responsáveis perante quaisquer representantes de seu povo e, com freqüência, desprezam as

promessas por êles feitas a outros países. HITLER, por exemplo, declarou a um amigo que fazia Tratados para confundir seus inimigos e que os rompia sempre que isto lhe apresentava vantagens. É conhecida a forma pela qual, em 1941, êle violou o Tratado com a Rússia Soviética.

Em 1918, ao término da Primeira Guerra Mundial, LENINE recusou-se até ler os têrmos de um Tratado de Paz com a Alemanha e, por ocasião de sua assinatura, disse abertamente que não pretendia cumpri-lo e que assinava o documento desconhecendo, completamente, seu conteúdo.

Em 1955, uma Comissão do Senado dos Estados Unidos relacionou mais de trezentas violações de Tratados pela União Soviética. Pouco antes, CHARLES BOHLEN, falando em nome do Departamento de Estado, declarou que os Estados Unidos não mais esperavam que a URSS honrasse seus Tratados e que a melhor solução para o país era fazer acôrdos diários ou de curta duração com a União Soviética. FOSTER DULLES, que se tornou Secretário de Estado em 1953, declarou que a filosofia do comunismo, isto é, as idéias em que se baseia o comunismo, tornavam as negociações quase inúteis. Esta é a razão pela qual poucos Tratados têm sido feitos, depois da Segunda Guerra Mundial, entre a URSS e as Nações Livres.

6 — As Nações Neutras

Muito se tem lido e ouvido sôbre a palavra "NEUTRA" e sabe-se que a mesma refere-se a uma nação que evita tomar partido por qualquer dos lados. Nem todos os países do mundo livre fazem parte das alianças feitas com a finalidade de resistir à agressão comunista.

Em 1956, entre as nações neutras, contava-se a Suíça e Suécia, na Europa; a Índia, Burma e Indonésia, na Ásia, assim como a maioria das nações árabes. Os "neutros" totalizavam, então, 557 milhões de almas, habitando grande parte das terras situadas entre um e outro mundo.

Ao contrário de outras nações do Mundo Livre, nas nações neutras têm-se inclinado a aceitar as propostas de "Coexistência Pacífica" da URSS e acreditam terem essas propostas sido feitas em boa-fé. As demais Nações Livres, entretanto, ressaltam que a União Soviética, a despeito dêsse ideal pacifista, tem violado um sem número de acôrdos internacionais que visam à paz mundial. No passado, algumas nações, entre as quais o próprio Estados Unidos, também deixaram de cumprir seus Tratados Internacionais, mas nenhuma delas o tem feito de forma tão constante como a União Soviética. No final dêste artigo, a título de curiosidade, publicamos a relação de "alguns" Tratados violados pela Rússia Comunista.

7 — Coexistência Pacífica e Confiança

Em ambas as facções, em que está dividido o Nosso Mundo, homens e mulheres podem e devem aspirar pela paz. Sabe-se, por experiência

própria, que nem mesmo uma sucessão de eventos desencorajantes pode evitar que se aspire por algo que se acredita extremamente bom e importante e, naturalmente, para a maioria das pessoas, a paz mundial é algo extremamente bom e importante.

Entretanto, em 1956, mesmo as pessoas mais otimistas tinham que admitir que o mundo estava dividido em duas partes — o Mundo Livre e o Mundo Comunista. Naquele ano, o Mundo Comunista totalizava 917.891.000 habitantes e o Mundo Livre contava, aproximadamente, com 1.668.000.000 de pessoas.

A Europa contribuía com 329 milhões e os Estados Unidos e Canadá com 180 milhões, perfazendo um total de 509 milhões para o Mundo Livre que tinha, como fôrça de defesa, 6.500.000 homens em armas; por outro lado, o Mundo Comunista perfazia um total de 293 milhões, sendo 200 milhões da União Soviética e 93 milhões da Europa Oriental, e tinha para sua defesa ou eventual ataque nada menos que 11.200.000 combatentes capazes de interferir em uma guerra imediata. A existência de efetivos militares tão volumosos constituíam uma séria ameaça à paz.

Embora as tropas soviéticas participassem do *policiamento* de guns países satélites, como a Hungria e a Alemanha Oriental, a U conservava o grosso de suas fôrças em reserva, ao mesmo tempo que corajava e orientava guerras em outros países, através da subversã da propaganda.

Como *subversão* entende-se o solapamento ou a destruição de govêrno, mediante ação de natureza interna; por *propaganda* deve entender a difusão de certas idéias ou crenças que conduzem o p à revolução. O que os comunistas chamam de propaganda, nós, BRASIL, damos o nome de *agitação*, que, em via de regra leva à subver

Mais tarde, pretendemos expor as idéias que se ocultam por trás comunismo e revelaremos, então, a importância que têm, para os cor nistas, a propaganda e as atividades subversivas contra outros gover Pode-se, entretanto, compreender, desde logo, que, enquanto os age comunistas trabalharem secretamente contra os governos das Naç Livres não será possível aceitar-se, convictamente, os apelos da C *xistência Pacífica*, feitos pela Rússia Soviética.

Certamente, muitas pessoas do Ocidente não acreditavam que nova era do comunismo, iniciada em 1955 e cognominada *Período Palavras Suáveis*, tenha trazido para o Mundo Livre menos perigo em ocasiões anteriores. A campanha de descrédito contra Stalin não capaz de convencer a maior parte dos ocidentais de que a *Guerra F* estivesse por terminar. A *Coexistência Pacífica* foi proclamada KHRUSHCHEV e, no entanto, as atividades dos agentes soviéticos, p solapar os governos dos países democráticos, continuavam ininterru mente.

Em 1956, quando os trabalhadores húngaros protestaram contra seus ditadores comunistas, a Rússia Soviética enviou 100.000 homens armados e 5.000 carros de combate para dominá-los, exterminando mais de 30.000 pessoas. Os russos fecharam, também, a fronteira húngara, para evitar a fuga para o Mundo Livre e quando a ONU pediu que seus observadores fôssem admitidos na Húngria, para verificar o que estava acontecendo, a solicitação foi grosseiramente negada pelo govêrno comunista do país. Tais acontecimentos na Hungria e em outras partes fizeram com que os protestos comunistas de *coexistência pacífica* fôssem considerados insinceros e inexpressivos.

Muitas pessoas no Ocidente viam perigo para seus governos, não apenas nos agentes subversivos, mas também na expansão do comunismo através do crescimento dos partidos comunistas. Parecia que os chefes soviéticos aguardavam a vitória de seu regime sem a guerra, caso os partidos comunistas conseguissem obter contrôle dos governos da França e da Itália, por exemplo. Parecia, também, que os ditadores soviéticos esperavam que alguns socialistas se desviassem para o comunismo, pois, como é sabido, o socialismo atraiu muitos simpatizantes na Grã-Bretanha, na Bélgica e na Suécia.

Em outros artigos analisaremos como a URSS foi mudando, paulatinamente, sua política externa até a fracassada reunião de Paris, no corrente ano e as razões que levaram KHRUSHCHEV a abandonar completamente o *Período das Palavras Suaves* para iniciar o *Período de Provocação*, no qual nos encontramos atualmente.

Não se esqueçam os leitores de "A DEFESA NACIONAL" que estamos relatando os fatos em si e analisando suas conseqüências dentro de um período já vivido e não fazendo conjeturas para o futuro, pois não temos o dom de previsão, embora seja fácil concluir que os países cujos governos mostrarem fraqueza no combate ao comunismo serão fàcilmente absorvidos pela avalancha soviética.

C — RECRUTAMENTO COMUNISTA

Como sabemos, a expressão *Cortina de Ferro*, define a acentuada separação existente entre o Mundo Livre e o Mundo Comunista. Os satélites da URSS são chamados de países da *Cortina de Ferro* e acreditamos que tanto êles como a Rússia Soviética encontram-se isolados de nosso mundo, como se realmente uma barreira de ferro tivesse sido construída entre ambas as facções. É claro que não existe, realmente, tal *Cortina de Ferro* e nem tampouco todos os comunistas do mundo vivem nos países de governos comunistas ou soviéticos; há, também, comunistas nos países democráticos.

E por quê homens e mulheres de países democráticos adotam o comunismo?

Vejamos se conseguimos responder a esta Pergunta.

1 — O comunismo e os idealistas

Muitos jovens têm ingressado no Partido em conseqüência das promessas comunistas de um mundo melhor. Tais pessoas são chamadas de *idealistas*; simpatizam com os menos privilegiados e desejam ajudar a humanidade; chocam-se com a pobreza e acreditam que os governos democráticos atuam em ritmo muito vagaroso; têm pressa em livrar-se da miséria e, para êles, o comunismo parece ser a solução mais rápida de todos êsses problemas.

Em RECIFE, uma jovem idealista, estudante universitária, preocupou-se com o sofrimento da população miserável que há uns dez anos atrás vivia nos mocambos. Ao buscar uma solução para aquêle problema, sentiu-se confusa e, percebendo que seus professôres não a haviam realmente esclarecido, deixou-se convencer que o comunismo era a solução, tanto para si como para aquêles miseráveis. Ingressou, então, no Partido Comunista e só há alguns meses passados verificou que o comunismo não havia resolvido nenhum de seus problemas; desiludida, deixou o Partido e repudiou pùblicamente o comunismo.

Foi, também, o idealismo que fêz com que Freda Utley se convertesse em comunista ferrenha. Essa môça inglêsa, extramamente inteligente, havia recebido parte de sua educação na Alemanha e na França e seu pai pertencia ao Partido Socialista inglês. As simpatias de Freda dirigiam-se para os trabalhadores e acreditava que, na Inglaterra, êles não eram tratados satisfatòriamente. Quando de sua visita à Rússia Soviética, converteu-se em comunista ardorosa e casou-se com um jovem comunista. Certa noite, agentes da polícia secreta soviética, invadiram seu lar e prenderam o marido de Freda que, após um julgamento secreto e sem poder apresentar razões de defesa, foi sentenciado e enviado para um campo de trabalho escravo. Pesarosa e desiludida com o comunismo, Freda conseguiu fugir para a Inglaterra, onde atualmente vive com seu filhinho.

2 — O comunismo e a pobreza

Inúmeras pessoas, de tôdas as idades, têm-se tornado comunistas em sinal de protesto contra a pobreza e miserabilidade em que vivem, como aconteceu com Benjamin Gitlow. Seus pais eram imigrantes russos e judeus e haviam se estabelecido em um dos subúrbios do RIO DE JANEIRO, onde Benjamin cresceu na mais extrema pobreza. Tornou-se socialista e mais tarde tentou fazer com que uma ala do Partido Socialista Brasileiro adotasse o comunismo como um meio de terminar com a miséria no mundo. Gitlow tornou-se finalmente um comunista e, jun-

tamente com outros antigos socialistas, auxiliou o Partido Comunista, organizando e orientando uma "célula" em seu bairro. Entretanto, quando o govêrno de Moscou tentou controlar os Partidos Comunistas espalhados pelo mundo, Gitlow protestou e foi expulso e perseguido pelo Partido.

3 — O comunismo e as organizações trabalhistas

O comunismo tem, também, procurado um certo número de chefes de organizações trabalhistas, pois acredita que estas organizações trabalham muito vagarosamente em prol da melhoria das condições de trabalho. Há mesmo quem julgue que o comunismo traria, a estas organizações, um maior poder. No século em que vivemos, as uniões trabalhistas têm sempre obtido melhoria de salário e outros benefícios para seus membros, não sòmente na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos, como em outros países livres. A Federação Americana de Trabalhadores, por exemplo, tomou, desde cedo, a iniciativa de expulsar de suas fileiras todos os comunistas conhecidos e, quando a verdadeira natureza do comunismo tornou-se conhecida, a maioria das uniões trabalhistas americanas seguiram aquêle exemplo.

Na Grã-Bretanha, também, o Congresso das Uniões Trabalhistas declarou-se contra o comunismo. Não obstante, um pequeno número de membros das uniões continua a aceitar o comunismo, muito embora não existam, na Rússia Soviética, uniões trabalhistas livres.

4 — O comunismo e os humanitaristas

Entre as pessoas *humanitárias* encontram-se homens e mulheres que se devotam a trabalhar pelo que chamam de *"fraternidade universal"*.

As promessas de que o comunismo acabará com as diferenças sociais e com as riquezas têm atraído alguns ministros protestantes e muito embora apenas poucos religiosos tenham ingressado realmente no Partido Comunista, alguns outros o têm ajudado, tornando-se membros de organizações sob contrôle comunista.

5 — O comunismo e os grupos minoritários

Os Partidos Comunistas de todos os países têm proclamado que o comunismo é o único recurso de que dispõem os grupos minoritários para conseguir seus direitos. *Grupos Minoritários* é o nome dado a um grupo de pessoas que discordam da maioria, seja por sua descendência, seja por crenças religiosas, seja por outros motivos. Na Rússia Soviética, porém, tais *Grupos Minoritários*, tais como os mulçumanos, os judeus e tártaros, longe de serem beneficiados pelos comunistas, têm sido objetos de perseguição constante.

6 — O comunismo e as novas idéias

Algumas pessoas tornaram-se comunistas na expectativa de novas idéias e na oportunidade de explorar, por si próprios, um novo modo de vida que tem sido acremente criticado por aquêles que são contrários às mudanças radicais. A aventura do comunismo atraiu LUIZ BUDENZ, americano nato, que aceitou suas idéias, vindo a tornar-se editor do jornal comunista "DAILY WORKER". Budenz, provàvelmente, tinha outras razões para ingressar no Partido Comunista. Era um idealista e, desejando lutar pelos interêsses dos trabalhadores, impacientava-se com a aparente lentidão dos métodos democráticos. Em seus livros, a maioria escritos sôbre suas próprias experiências, Budenz demonstra que se tornou comunista pelo simples desejo de verificar as idéias e os métodos comunistas.

7 — O comunismo e a camaradagem

Há pessoas que têm sido atraídas para o comunismo pela presença de amigos ou membros de suas famílias no Partido Comunista. As freqüentes reuniões secretas das "células" comunistas podem ser causa de atração para o Partido, de pessoas solitárias e que buscam companhia.

8 — O comunismo e o poder

O desejo do poder sôbre outras pessoas é muito acentuado em certos indivíduos e, sem dúvida, foi tal ambição pessoal que influenciou William Foster, fazendo com que, após anos de luta pelo poder, êle se tornasse o chefe do Partido Comunista dos Estados Unidos. Foster era filho de imigrantes estabelecidos em Massachusetts e que viviam com dificuldades; desde sua infância mostrou-se inclinado ao domínio de outras pessoas, denmonstrando, também, interêsse pela melhoria das condições de trabalho. Era elemento ativo das uniões trabalhistas, na Confederação Mundial dos Trabalhadores Industriais e ainda no Partido Socialista. O surto comunista abriu-lhe novos caminhos para o poder político.

9 — O comunismo e os problemas pessoais

Algumas pessoas parecem ter-se desviado para o comunismo em busca de algo que tivesse um significado em suas vidas. Um jovem oficial brasileiro, que participou da intentona comunista de 1935, declarou, posteriormente, que a descrença em tudo e em todos o havia conduzido àque-

la doutrina. Procurando descobrir o verdadeiro motivo, a comissão de inquérito verificou que, meses antes de novembro, o oficial havia se desquitado da mulher a quem amava apaixonadamente.

Whinttaker Chambers apresentou ao mundo um análise clara de seus conflitos íntimos, que culminaram com seu ingresso no Partido Comunista. Rebelde por natureza, Chambers teve uma infância e uma juventude atribuladas. A morte violenta de seu irmão mais môço deixou-o profundamente consternado, levando-o a repudiar a religião e a ingressar no Partido Comunista. Em conseqüência de seus dotes literários, foi designado para trabalhar na redação do "Daily Worker", jornal oficial do Partido Comunista na América e nesse lugar encontrou o equilíbrio emocional que lhe faltava. Foi, portanto, com grande relutância que Chambers deixou êsse lugar na direção do Partido, para fazer espionagem em Washington. Posteriormente, revoltou-se contra essa situação de espião, abandonou o comunismo e voltou à religião. O repúdio de Chambers a seus companheiros comunistas conduziu à condenação por perjúrio de Alger Hiss, alto funcionário do Departamento de Estado. O caso Chambers — Hiss será mais tarde tratado pela "A DEFESA NACIONAL", quando publicarmos a série que chamaremos de *ESPIONAGEM SOVIÉTICA*.

10 — O Perigo da indiferença

Johan Philpot Curran, patriota irlandês, disse que *"a eterna vigilância é o preço da liberdade"*.

A verdade desta afirmação tem sido freqüentemente provada pela história.

Na antiga Grécia, os cidadãos de Athenas perderam sua liberdade, a despeito dos avisos de Demóstenes sôbre as ameaças de Felipe da Macedônia.

Na década de 1930, antes da Segunda Guerra Mundial, os alemães viram-se dominados por uma ditadura que os levou à luta, à devastação e à derrota e tudo porque deixaram de repudiar a propaganda de Hitler e do Partido Nazista.

Até nos Estados Unidos, onde a liberdade atinge um nível muito alto, a ignorância e a indiferença de seus cidadãos pode, eventualmente, ocasionar graves conseqüências. Quando se relaxa a vigilância, facilita-se a corrupção dos governos. A indiferença generalizada pela preservação da liberdade pode ser desastrosa.

Nós, brasileiros, gozamos a liberdade que nos é devida, vivendo dentro de um regime democrático, mas não podemos esquecer que nenhuma Nação deve lidar com a liberdade como se ela brotasse do solo. É preciso lutar para conseguí-la, mas é necessário estar alerta para preservá-la, pois ela tem seu preço que, no dizer de Curran, *é a eterna vigilância*.

D — TRATADOS VIOLADOS PELA RÚSSIA SOVIÉTICA

TRATADO	ANO	VIOLAÇÃO
Brest-Litowsk. A Rússia Soviética prometeu à Alemanha dar independência à Polônia e à Lituânia e cessar as atividades comunistas nesses países.	1918	A Rússia Soviética continuou suas atividades comunistas e preparou-se para o ataque à Polônia em 1920.
De não agressão entre a Turquia e a Rússia Soviética.	1925	A Rússia Soviética denunciou êste tratado em 1945.
Pacto Afegão-Soviético de não-agressão.	1926	Em 1940, o Afeganistão foi forçado pela Rússia Soviética a desistir de parte de seu território ao longo da fronteira.
Pacto Lituano-Soviético de não-agressão.	1926	A Rússia Soviética anexou a Lituânia em 1940.
Pacto Kellog - Briand. A Rússia Soviética assinou êste pacto em que renunciava à guerra.	1928	Em 1929, a Rússia Soviética invadiu a Mandchúria.
Pacto Fino - Soviético de não-agressão.	1932	Em 1939, a Rússia Soviética invadiu a Finlândia.
Pacto Estônio-Soviético de não-agressão.	1932	Em 1940, a Rússia Soviética anexou a Estônia.
Pacto Latívio-Soviético de não-agressão.	1932	Em 1940, a Rússia Soviética anexou a Latívia.
Pacto Polaco-Soviético de não-agressão.	1932	Em 1939, a Rússia Soviética conquistou a Polônia Oriental.
Acôrdo Hull-Litvinov. A Rússia Soviética prometeu cessar as atividades subversivas e com a propaganda nos Estados Unidos.	1933	A Rússia Soviética prosseguiu com suas atividades subversivas e com a propaganda nos Estados Unidos.

TRATADO	ANO	VIOLAÇÃO
Aliança Franco-Tcheco-Soviética de defesa mútua.	1935	Em 1945, a Rússia Soviética forçou a Tcheco-Eslováquia a ceder-lhe a Carpato-Ucrânia.
Pacto Sino-Soviético de não-agressão.	1937	Em 1945, a Rússia Soviética invadiu a Mandchúria.
Aliança Lituano-Soviética.	1939	Em 1940, a Rússia Soviética anexou a Lituânia.
Aliança Soviética com o Govêrno Polonês exilado em Londres.	1942	A Rússia Soviética ignorou esta aliança e apoiou o Govêrno Comunista da Polônia.
Aliança Anglo-Iraniano-Soviética.	1942	A Rússia Soviética, em 1945, recusou retirar suas tropas do Irão.
Acôrdos de Yalta entre Roosevelt, Churchill e Stalin. A Rússia Soviética prometeu permitir o estabelecimento de um govêrno democrático na Polônia.	1945	A Rússia Soviética estabeleceu um govêrno comunista na Polônia.
Aliança Tcheco-Soviética.	1941	Em 1948, a Rússia Soviética dirigiu uma revolução que reduziu a Tcheco-Eslováquia à condição de satélite.
De Amizade e Aliança entre a Rússia Soviética e a República da China, assinado em Moscou a 14 Jul 1945.	1945	A Rússia Soviética, ainda em 1945, armou os comunistas chineses para combaterem a República da China.

TRATADO	ANO	VIOLAÇÃO
Carta das Nações Unidas, assinada pela Rússia Soviética e pela qual todos os Estados-membros se comprometiam a honrar seus tratados e a não usar violência.	1945	A Rússia Soviética continuou ignorando os tratados. Auxiliou os comunistas chineses a atacar a República da China. Ajudou Ho Chi Minh a atacar a União Francesa na Indochina; e dirigiu a invasão da Coréia do Sul pelos norte-coreanos em 1950.
Conferência de Potsdam entre a Rússia Soviética, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Foram estabelecidas normas para o govêrno da Alemanha, Áustria, Hungria, Rumânia, Bulgária e Irão.	1945	A Rússia Soviética violou o acôrdo isolando a Alemanha Oriental; treinando e equipando uma fôrça militar; suprimindo os partidos não comunistas; cerceando a liberdade de expressão; e forçando a Alemanha a ceder parte de seu território à Polônia.
Conferência de Moscou entre o Secretário de Estado Byrnes e o Ministro das Relações Exteriores Molotov. Foi prometida a unificação da Coréia sob um govêrno democrático.	1945	A URSS recusou a supervisão das eleições na Coréia pelas Nações Unidas e estabeleceu uma ditadura comunista na Coréia do Norte.
De Paz Austríaco. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França cederam às exigências da Rússia para que a Áustria ficasse neutra caso fôsse retirado daquele país o Exército Soviético. A Rússia Soviética prometeu também restituir à Áustria as fábricas que se encontravam em seu poder.	1955	A Rússia Soviética retirou equipamento de muitas fábricas austríacas.

CONSIDERAÇÕES À MARGEM

Após a leitura do presente artigo, podemos tecer algumas considerações a respeito da situação em que nos encontramos.

Devemos olhar friamente para o futuro. Somos os guardiães de um grande país onde há imensas riquezas, enormes áreas inexploradas, possibilidades inesgotáveis.

Um mundo gasto e exausto debate-se em estertores de gerações perdidas em redor desta terra nova e quase virgem.

Massas humanas, tangidas pela miséria, pela perseguição, pela intolerância e por idéias em embulição, atravessam os mares em busca de novos céus e do direito de viver.

Filosofias materialistas já adotadas por povos poderosamente organizados no seu ortodoxismo, pretendem modificar a face do mundo e, em parte, já o fizeram.

Nosso povo, ingênuo, bondoso, crédulo e pouco instruído, produto do cruzamento de raças místicas, fatalistas e resignadas, ainda não alcançou a sua maturidade política e dificilmente vê como perigosas as nuvens que se acumulam.

Um país de legislação liberal, como O BRASIL; onde as leis penais são indulgentes, tanto na repressão como nas penas; onde, a rigor, não há leis que caracterizem crimes contra o Estado, a não ser quando a rebelião e a desordem já estejam deflagradas; país onde a entrada, permanência e saída de estrangeiros se processa de maneira a mais fácil; onde o acúmulo de erros do passado o torna prêsa, de algum modo, fácil e indefesa de doutrinas extremistas; precisa êste país, ainda, de proteção segura das elites intelectuais de mentalidade sã; de olhos que vejam por êle; de ouvidos que ouçam longe; de malícia que o livre da escravidão e de dedicação ilimitada, que lhe permita gozar dêsse bem supremo e que se chama LIBERDADE.

Voltaremos ao assunto, quando em nosso próximo número focalizarmos o problema LIBERDADE E COMUNISMO.

AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS
Coronel Diretor-Secretário

II — INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS

ENG ADILTON BRANDÃO F.

A Universidade do Rio Grande do Sul, em sua campanha de modernização do ensino, vem procurando dotar o Estado sulino de diversos institutos de pesquisas possibilitando o desenvolvimento do ensino. Entre outros centros de pesquisas criados e em pleno funcionamento, conta-se o Instituto de Pesquisas Hidráulicas, o primeiro no gênero a ser organizado no país e o que conta com o melhor e mais moderno aparelhamento.

O Instituto de Pesquisas Hidráulicas é um órgão destinado a verificar em laboratório o comportamento de obras e máquinas no que se refere à hidráulica, proporcionando assistência permanente às Escolas de Engenharia e Agronomia no que se refere a problemas de saneamento, barragens, portos, rios, canais, máquinas hidráulicas, construções rurais, irrigação e proporcionando também cursos de extensão universitária. Além da atuação no setor estudantil, presta assistência também a repartições governamentais e à indústria no que se refere à pesquisa. Com a execução das finalidades acima descritas, o IPH proporciona a realização de pesquisas científicas ampliando os conhecimento no campo da hidráulica.

Conta o IPH para o seu funcionamento com três pavilhões, construídos especialmente para as finalidades de seu trabalho, além de prédios destinados à administração, biblioteca, oficinas, salas para aulas, laboratórios, etc.

As modernas normas do ensino de hidráulica determinam que os projetos sejam verificados em modelos reduzidos, reproduzindo as condições topográficas e os fenômenos naturais, possibilitando a um amplo e profundo estudo e apreciação de tôdas as reações e com isto determinando as medidas que devem ser tomadas para sanar as irregularidades que forem observadas ou a modificação das condições naturais para impedir determinados fenômenos.

Atualmente está sendo construída a parte destinada a testes e ensaios com máquinas hidráulicas, possibilitando uma estreita colaboração da Universidade com a indústria, pesquisando aparelhagens, tais como: bombas, turbinas, etc., determinando as curvas de rendimento da aparelhagem.

Está sendo construído, também, um tanque de provas para o estudo de cascos de barcos e que também virá colaborar estreitamente com a indústria dêste setor.

Nos poucos anos de funcionamento, o IPH já procedeu a inúmeros estudos de obras públicas, principalmente, solucionando problemas da maior gravidade. Assim, está sendo finalizado o estudo do comportamento das praias do Rio de Janeiro e as medidas que deverão ser adotadas para serem evitadas as contínuas ressacas e a destruição das praias cariocas.

Para tanto, foi construída uma maqueta reproduzindo tôdas as condições geográficas em escala e após ser feita a aferição do modêlo, foram reproduzidos os fenômenos que ocorrem no local que está sendo estudado, ao mesmo tempo em que são procedidos os estudos para a determinação das medidas a serem adotadas para a solução dos problemas.

O equipamento de que dispõe o Instituto de Pesquisas Hidráulicas é dos mais modernos existentes no mundo, possui aparelhos geradores de ondas, linígrafos, vertedoros construídos de acôrdo com os modelos a serem estudados, além de contar com uma equipe de técnicos de reconhecida capacidade. Todos os modelos a serem estudados são confeccionados no próprio Instituto, que para tanto conta com as mais modernas oficinas, com tôda a aparelhagem necessária à construção das maquetas e outros elementos necessários ao estudo e à pesquisa dos problemas que lhe são submetidos.

Grande é o número dos estudos já realizados pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade do Rio Grande do Sul, entre os mais importantes destacamos a proteção da casa de máquinas da usina de Salto Grande no Rio Grande do Sul, a ligação de Pôrto Alegre ao mar por meio de um canal, o comportamento das praias cariocas, o pôrto marítimo de Tramandaí, no Rio Grande do Sul, além de estudos e pesquisas realizadas por órgão governamental de outros Estados do país, possibilitando desta maneira, além do ensino ministrado, de alto nível científico, a poupança de divisas para o país, já que os estudos dêste gênero eram sempre feitos no estrangeiro, por não contar o nosso país com um Instituto desta natureza de pesquisa.

SÃO PAULO AÇO S/A

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAMINADOS

Laminação a frio ou fitas de aço para fins industriais e para embalagem — Corte de chapas em guilhotina e a oxi-acetileno.

RUA DOMINGOS PAIVA, 224 TEL : 35-2439

BRAZ — SÃO PAULO



A DEFESA NACIONAL

(Fundada em 10 de outubro de 1913)

1 — Reestruturando sua Seção de Anúncios, "A DEFESA NACIONAL" espera a colaboração de todos aquêles que tenham interêsse em tornar conhecidos seus empreendimentos, particularmente no seio das Fôrças Armadas.

2 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:

a) ela circula em todos os Estados do Brasil e Países da América do Sul;

b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vêzes mais do que o número de seus assinantes;

c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com a maioria das revistas;

d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vêzes, não chega senão através desta Revista.

3 — Se sua existência, de quase meio século, não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A DEFESA NACIONAL" ao interêsse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

AVISO N. 99

Tendo em vista que "A DEFESA NACIONAL" vem cooperando, ininterruptamente, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interêsse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen *Canrobert P. da Costa*

A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras

AMÉRICA DO SUL

Argentina :

— *Revista Nacional de Aeronáutica — Combustibles y Energia ;*
— *Boletin del Centro Naval — Revista del Suboficial ;*
— *Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro ;*
— *Tecnica e Indústria — Boletin de Combustibles ;*
— *Boletin Mensual de Estadistica — Boletin de Informaciones Petroleras — Revista Militar — Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército — Revista de Publicaciones Navales — Biblioteca Nacional de Aeronautica.*

Bolivia :

— *Revista Militar.*

Chile :

— *Memorial del Ejército de Chile — Revista de Marina.*

Colômbia :

— *Revista de las Fuerzas Armadas — Armada.*

Equador :

— *Revista Militar — Revista Municipal.*

Paraguai :

— *Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletin Naval.*

Peru :

— *Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Marina — Revista de CIMP.*

Uruguai :

— *Revista Militar y Naval.*

Venezuela :

— *Revista de las Fuerzas Armadas — Revista del Ejército, Marina y Aeronautica.*

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos :

— *Armor-Army Information Digesti-Army.*

México :

— *El Legionário.*

AMÉRICA CENTRAL

Cuba :

— *Boletin del Ejército.*

EUROPA

Alemanha Ocidental :

— *Ibero Amerikanische Bibliothek.*

Belgica :

— *La Revue Maritime Belge.*

Espanha :

— *Guion — Ejército.*

França :

— *Revue des Forces Terrestres — Revue Militaire Générale — Revue Militaire D'Information — Defense Nationale — Revue des Forces Aeriennes Françaises.*

Itália :

— *Revista Militare — Notizziario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.*

Portugal :

— *A Defesa Nacional — Revista Militar — Revista de Cavalaria — Revista de Marinha.*

